



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Felipe Lameu dos Santos

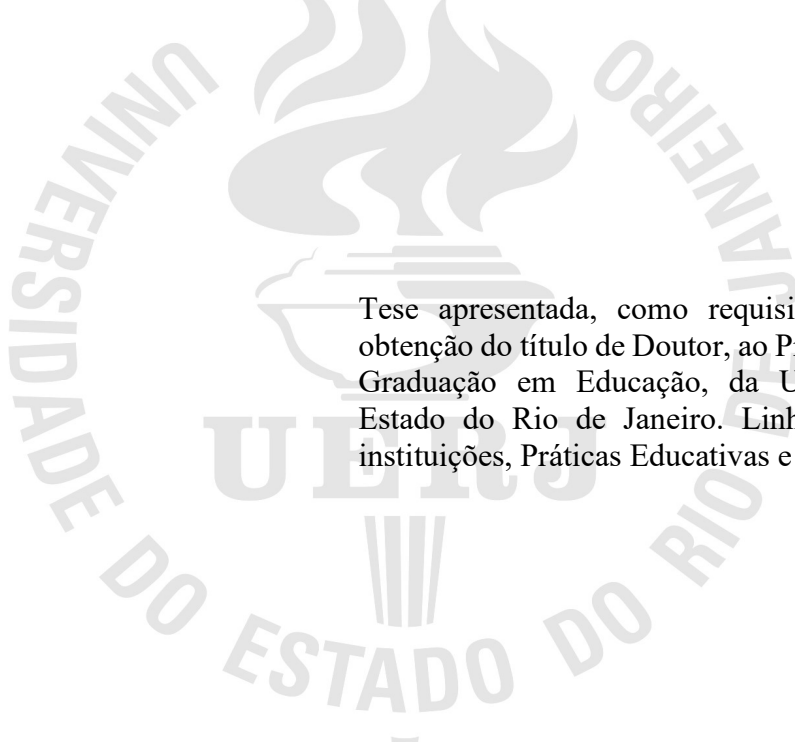
**A “natural e primeira educação”? *Educação physica* e formação do Brasil
(1823-1854)**

Rio de Janeiro

2021

Felipe Lameu dos Santos

A “natural e primeira educação”? *Educação physica* e formação do Brasil (1823-1854)



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: instituições, Práticas Educativas e História.

Orientador: Prof. Dr. José Gonçalves Gondra

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S237 Santos, Felipe Lameu dos.
A “natural e a primeira educação”? Educação física e formação do Brasil /
Felipe Lameu dos Santos. – 2021.
201 f.

Orientadora: José Gonçalves Gondra.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Corpo – Teses. 2. Higiene – Teses. 3. Nação – Teses. 4. Educação –
Teses. 5 Rio de Janeiro – Teses. I. Gondra, José Gonçalves. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

bs CDU 37(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Felipe Lameu dos Santos

A “natural e primeira educação”? *Educação física* e formação do Brasil (1823-1854)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: instituições, Práticas Educativas e História

Aprovada em 18 de maio de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra (Orientador)
Faculdade de Educação - UERJ

Prof^a. Dr^a. Aline de Morais Limeira
Centro de Educação – UFPB

Prof^a. Dr^a. Amparo Villa Cupolillo
Instituto de Educação – UFRRJ

Prof^a. Dr^a Andrea Moreno
Faculdade de Educação – UFMG

Prof. Dr. Edivaldo Góis Junior
Faculdade de Educação Física - UNICAMP

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa comunicada neste texto.

Ao meu orientador, José Gonçalves Gondra, pela confiança e generosidade em compartilhar os caminhos da pesquisa em História da Educação.

Aos professores da banca, por reservarem um pouco de seu tempo para ler e discutir o trabalho que venho aqui expor.

Agradeço a minha companheira, Renata, pelo grande, apoio sem o qual não conseguiria realizar este trabalho de doutoramento.

Aos amigos e colegas do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação, por todo o aprendizado que tive durante esses quatro anos do curso de doutorado.

POSTERIDADE

(...)

Assim entraremos para a história deles
como outros para a nossa entraram: não como o
que somos
mas como reflexo de uma reflexão.

(Affonso Romano de Sant'Anna)

RESUMO

SANTOS, F. L. A “**natural e primeira educação**”? *Educação physica* e formação do Brasil (1823-1854), 2021. 200f. Tese (Doutorado em Educação) – (PROPEd/) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A historiografia da Educação Física pouco abordou as iniciativas voltadas para a formação do físico no Brasil da primeira metade do século XIX. Embora existam esforços no interior desse campo para compreender práticas corporais sistematizadas, tais como a ginástica, dança e jogos, poucas foram as iniciativas em tratar essa temática em seu conceito mais amplo. A preocupação central desta tese foi investigar o processo de configuração da *educação physica* e suas relações com os processos de construção da nação brasileira entre 1823 e 1854, tendo como foco as discussões ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. O recorte histórico se deu a partir da documentação analisada. O marco inicial corresponde ao ano em que foi verificada a primeira ocorrência do termo *educação physica* na documentação pesquisada, atrelada às repercussões dos debates ocorridos durante a primeira Assembleia Nacional Constituinte (1823). O recorte final remete à Reforma Couto Ferraz (1854), na qual a *gymnastica* se tornará um saber obrigatório nas escolas primárias e secundárias da capital do Império brasileiro. Para esse estudo, elegemos um conjunto documental, que inclui diversos impressos periódicos em circulação na cidade do Rio de Janeiro, relatórios do Ministro dos Negócios do Império, legislação, estatutos de instituições, manuais e livros. A tese se encontra organizada em três capítulos. No capítulo um, interrogamos e analisamos os diversos usos do conceito de *educação physica*, buscando demonstrar a amplitude e a circularidade que tal estratégia formativa alcançou (ou procurou alcançar) e como poderia ser utilizada como sinal de distinção por determinados agentes históricos. No capítulo dois, indagamos, apresentamos e discutimos aspectos doutrinários relativos à problemática central desse estudo, atentos, especialmente, ao que circulou por meio de manuais e livros dedicados a esse tema. Com esse investimento, foi possível perceber que a natureza era considerada como norte para as prescrições sobre a *physica* a ser educada pela ciência, em especial, o saber médico. Procuramos, ainda, discutir a normatização dessa atividade integrada a outros saberes e uma das chaves necessárias para formar o Brasil e sua população, sendo, frequentemente, representada como “a primeira educação”. No capítulo três, localizamos e analisamos algumas propostas e experiências institucionalizadas destinadas a esse tipo específico de saber, demonstrando como foi convertido em objeto de preocupação de um conjunto de instituições com diferentes características formativas. Nas escolas, asilos e espaços de divertimento, esse tipo de ação e saber atuaria como forma de construir corpos mais robustos e produtivos, sendo vista como uma estratégia “útil e agradável” para forjar corpos necessários para ajudar a construir a jovem nação brasileira. E, como palavras finais, procuramos sustentar que o debate a respeito da *educação physica* esteve presente no processo de construção do Estado nacional, como um elemento distintivo e associado à projetos modernizadores, em diálogo com os preceitos da ciência, da higiene e da educação integral; princípios e racionalidades tidos como relevantes e necessários para formar as populações e inventar o Brasil, ainda que, nesse complexo processo, esse tipo de experiência tenha sido negada à parcelas importantes da população.

Palavras-chave: Corpo. Higiene. Nação. Educação. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

SANTOS, F. L. **The “natural and first education”?** Physical Education in Brazilian nation formation (1823-1854), 2021. 200f. Thesis (Doctorate in Education) - (PROPEd/) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Physical Education's historiography has hardly approached initiatives that aimed physicist's formation in Brazil in the first half of the 19th century. Although there are efforts within the field to understand the systematized bodily practices such as gymnastics, dance and games, there were few initiatives about facing physical education on its larger concept. The central concern of this thesis was to investigate the process of configuring physical education and its relations with the construction of the Brazilian nation process between 1823 and 1854, focusing on those that occurred in the city of Rio de Janeiro. The historical delimitation had occurred through the analyzed documentation, initially corresponding to the year in which physical education occurs for the first time in the researched documentation, linked to the repercussions of the first constituent; ended with Couto Ferraz Reform (1854), in which gymnastics and dance became mandatory practices. For this study we chose a set of documents, which includes several periodicals in circulation in Rio de Janeiro's city, Minister of the Empire reports, different types of legislation, institutions' statutes, manuals and books about physical education. The thesis is organized into three chapters. In chapter 1 – “Em movimento”, we analyze the various uses for the concept of physical education. We seek to demonstrate the amplitude and circularity that this formation strategy has achieved and how it could be used as a sign of distinction between historical agents. In chapter 2 – “Em impressão”, we presented and discussed doctrinal aspects related to physical education. We focus a special attention to the manuals and books dedicated to this theme, in circulation in the city of Rio de Janeiro. It was possible to notice that nature was considered as the north of physical education prescriptions, however, a nature controlled by science and medical knowledge. We also discussed how the standardization of a Brazilian physical education was seen as one of the keys to forming Brazil and its population, being often seen as the first education. In chapter 3 – “Em prática”, we described and discussed some experiences and institutional propositions for physical education, demonstrating that it has been the object of concern in a set of different institutions with formative characteristics. In schools, nursing homes and entertainment spaces, physical education would act as a way to build more robust and productive bodies, being seen as a useful and pleasant strategy to forge necessary bodies for the Brazilian nation in formation. As final words we defend that physical education was circulating in Brazil and, especially, in Rio de Janeiro. It was a distinctive and modernizing element articulated in the construction of a nation in dialogue with the precepts of science and hygiene, elements considered relevant to form its population and create Brazil.

Keywords: Body. Hygiene. Nation. Education. Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do Jornal do Commercio.....	26
Figura 2 - Capa de A Ilustração: Jornal Universal	30
Figura 3 - Demografia estimada por Rugendas	36
Figura 4 - Fonte do Dragão.....	39
Figura 5 - Capa do Periódico dos Pobres.....	47
Figura 6 - Capa de A Lanterna Magica	56
Figura 7 - Propagandas no Jornal do Commercio	64
Figura 8 - Capa do primeiro número do Atalaia.....	66
Figura 9 - Gravura do modelo da Ordem Imperial do Cruzeiro	69
Figura 10 - Interior da Cadeia Velha, sede da Assembleia de 1823.....	72
Figura 11 - Capa da versão francesa do Curso Normal Degerando	88
Figura 12 - Anúncio de Tratado de <i>educação physica</i> (1836a).....	94
Figura 13 - Anúncio de Tratado de <i>educação physica</i> e moral dos meninos	94
Figura 14 - Capa do Tratado de Mello Franco.....	99
Figura 15 - Capa do Archivo Medico Brasileiro	108
Figura 16 - Tratado de Educação fysica de Almeida.....	111
Figura 17 - Regras Gerais do Tratado de Almeida	112
Figura 18 - Capa de Cartas de Educação de Cora.....	117
Figura 19 - Capa do plano regulador asilo de caridade	133
Figura 20 - Modelo das medalhas do Asilo de caridade.....	134
Figura 21 -Propaganda do Collegio de Meninas	140
Figura 22 - Propaganda do Collegio de Botafogo	142
Figura 23 - Propaganda do Collegio de S. Sebastião.....	146
Figura 24 - Propaganda do Lycéo Roosmalen.....	148
Figura 25 - Correspondência sobre o Lyceu Francez	152
Figura 26 - Algumas considerações gerais acerca da importância e higiene ..	169
Figura 27 - <i>Danse Landu</i>	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Capítulos do Tratado de Melo Franco.....	100
Quadro 2 - Artigos do capítulo oito.....	100
Quadro 3 - Estrutura do Tratado de Almeida	113

SUMÁRIO

	PALAVRAS INICIAIS	10
1	Em movimento	24
1.1	Justiça e Razão	24
1.2	A domesticação animal	29
1.3	Brasil, qual é o seu negócio?	34
1.4	A educação ganhando corpo	37
1.5	A beleza da mulher	43
1.6	Uma ideia ampla	54
1.7	Cantar a nação	58
1.8	Do movimento para impressão	60
2	Em impressão	62
2.1	À venda	62
2.2	Uma sentinela de Pedro I	65
2.3	Um tratado para o novo e nascente Império	71
2.4	Curso Normal De Gerando	80
2.5	A voz da natureza	97
2.6	Com amor, seu pai	116
2.7	Da impressão para a prática	124
3	EM PRÁTICA	126
3.1	O Imperial Collégio de Pedro II	127
3.2	Meninas, desvalidas ou não	131
3.3	Faces Rosadas e Corpos Robustos	145
3.5	Outros lugares	158
3.6	Um panorama	164
	PALAVRAS FINAIS	166
	REFERÊNCIAS	172
	ANEXO – Ilustrações do livro <i>Viagem Pitoresca no Brasil</i>	197

PALAVRAS INICIAIS

Esta tese tem como preocupação central refletir sobre o processo de configuração da *educação physica* e suas relações com os processos de construção da nação brasileira entre 1823 e 1854, tendo como foco as discussões ocorridas na cidade do Rio de Janeiro.

Trata-se de pensar a capacidade heurística das iniciativas voltadas para educar o físico como um recurso possível para analisar os processos sociais e culturais envolvidos nos projetos de Brasil-nação, na primeira metade do século XIX. Nessa linha, procuramos analisar a *educação physica* como porta de entrada para compreender a sociedade e a cultura, como prática relacional, criada historicamente e que pode oferecer pistas das ações dos homens no tempo e no espaço.

Como alerta inicial, consideraremos a *educação physica* como uma produção do presente estudado. Dessa maneira, precisamos desconfiar dos entendimentos da Educação Física em diferentes contingências. Desse modo, para evitar anacronismos, a diferença de grafia constitui um sinal de diferenciação empregado ao longo do texto.

É importante frisar que, no recorte do estudo, a *educação physica* poderia ter diversos significados e, nem sempre, estava relacionada às práticas sistematizadas do corpo em movimento. Ela poderia abarcar desde cuidados diretos sobre o corpo, intervenções sistematizadas e uma diversidade bastante ampla de preocupações com a formação do físico. Com isso, a *educação physica*, neste estudo, comparece em sua diversidade, nas diversas situações em que o debate a respeito dessa prática e desse saber foi localizado.

Alguns balanços sobre a produção de História do Esporte foram realizados nos últimos anos. Um exemplo de fôlego consiste no trabalho de Victor Andrade de Melo e colaboradores (MELO et. al., 2013). Já dentro da História da Educação Física, as iniciativas mais recentes são mais rarefeitas e estão mais ligadas a temáticas específicas, como Ditadura Militar no Brasil (REI e LÜDORF, 2012) e Higiene (MILAGRES, SILVA e KOWALSKI, 2018). Sobre a *educação physica* no século XIX não foi encontrado nenhum trabalho nesse sentido.

A partir disso, o primeiro esforço desta tese foi realizar uma busca nas principais revistas em língua portuguesa da área da Educação Física e ligadas à História da Educação, por estudos que tratassem sobre a *educação physica* no Brasil do século XIX. Para seleção dos artigos, elegemos aqueles publicados entre os anos de 2008 e 2017. Nas revistas da área de Educação Física, os artigos deveriam tratar do Brasil do século XIX a partir de uma perspectiva histórica.

Nas revistas de educação, os artigos deveriam tratar do Brasil do século XIX e de práticas corporais institucionalizadas numa perspectiva histórica.

A partir dessa pesquisa nos periódicos, podemos perceber uma diversidade de temáticas. As pesquisas buscaram estudar a recreação (PEIXOTO e PEREIRA, 2014), as modas e bailes (VASCONCELO e PERIOTTO, 2015), a dança (MELO, 2016a, 2016b), a ginástica (PERES e MELO, 2014; GÓIS JUNIOR e BATISTA, 2010; GÓIS JUNIOR, 2013a. MORENO et. al., 2014; MORENO, 2015; PUCHTA e OLIVEIRA, 2015), o esporte (SILVA, 2017; GÓIS JUNIOR, 2013b, MELO, 2015), as propagandas esportivas (MELO, 2008a), o automobilismo (MELO, 2008b), a capoeira (LUSSAC e TUBINO, 2009), o remo (MELO, 2013), as corridas de cavalos (PEREIRE, MAZO e LYRA, 2010), os clubes (QUITZAU e SOARES, 2010; PERES e MELO, 2014), o futebol (ROCHA JUNIOR e SANTO, 2011; MELO, 2017), o circo (HAUFFE e GÓIS JUNIOR, 2014), o teatro (MELO e KNIJNIK, 2015), a formação de professores (LYRA e MAZO, 2010), a patinação (MELO, 2016c; MELO e SANTOS, 2017), o rugby (GUTIERREZ et. al., 2017), a disciplina escolar Educação Física (BRASILEIRO, 2010; CUNHA JUNIOR, 2008, 2015) e a *educação physica* de forma ampla (HONORATO, 2015; OLIVEIRA e PYKOSZ, 2009; COSTA, SANTOS e GÓIS JUNIOR, 2014).

Nessas pesquisas, podemos perceber uma ampla gama de abordagens teóricas e de fontes. Todavia, ainda são rarefeitas as iniciativas voltadas para os anos iniciais do século XIX. As pesquisas levantadas tratam, em quase sua totalidade, dos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, tendo como temáticas privilegiadas as práticas corporais sistematizadas. Há poucas iniciativas que buscam compreender a *educação physica* de forma ampla e ligada à chamada educação integral.

A partir desse balanço, consideramos importante pesquisas que busquem compreender os diferentes significados e usos da *educação physica* nos primeiros anos do Brasil independente. Dessa forma, esta tese busca contribuir para sanar uma lacuna dentro da historiografia da Educação Física. Para tanto, buscamos localizar e analisar como a *educação physica*, pensada como uma produção daquele presente, se configurou nos primeiros anos do Brasil independente e quais suas relações com a construção da nação brasileira.

Iniciaremos com a justificativa da escolha do recorte de pesquisa (1823-1854). Essa opção foi realizada a partir do problema de pesquisa e, principalmente, das informações coletadas na documentação tornada fonte (LARA, 2008). Assim, vamos às fontes.

No dia 11 de outubro de 1854, na primeira página do *Correio Mercantil*, foi publicado, na Seção *Parte Oficial*, o Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, o Conselheiro Couto Ferraz (1854). Depois de apresentar os decretos 608, de 1851 e

714 de 1853, responsáveis por modificações no Ensino Superior do Império, tal relatório abordava o Decreto de 17 de fevereiro de 1854, a Reforma Couto Ferraz¹.

Segundo o Relatório do Ministro, a partir do Decreto de 1854, teria sido regulamentada e atendidas todas “as necessidades que reclamava o ensino primário e secundário, dando-se-lhe as soluções mais adequadas às nossas circunstâncias, e aconselhada pela experiência dos países mais ilustrados” (COUTTO FERRAZ, 1854, p.1).

A reforma em questão, instituída pelo Decreto de 1854, regulamentava diversos aspectos da educação. Todavia, o que interessa ao nosso trabalho era o que tratava de uma das práticas mais importantes da *educação physica*, a *gymnastica*. Embora não fique claro o que se entendia por esse último termo em tal decreto (BRASIL, 1854), o termo aparece citado três vezes.

O art. 47, que institui o que deveria ser compreendido como ensino primário, colocava a *gymnastica* como obrigatória e parte dessa etapa de ensino. O art. 80 estipulava que a prática da *gymnastica* dentro da escola seria ministrada por um mestre especial para tal propósito. O art. 96 instituía os vencimentos do mestre de *gymnastica* do secundário em 600\$.

Estudos recentes demonstram que essa não foi a primeira experiência de obrigatoriedade legal da *gymnastica* dentro do Rio de Janeiro (MELO, 2020). Entretanto, esse Decreto é considerada pela historiografia como uma das mais importantes e pioneiras iniciativas da obrigatoriedade de uma prática ligada à *educação physica* na legislação educacional brasileira.

As legislações não brotam espontaneamente ou somente do pensamento dos legisladores. Elas surgem a partir dos tensos debates sociais, políticos e culturais. Dessa maneira, para que a *gymnastica*, importante prática da *educação physica*, figure como obrigatória em tal Decreto, cabe observar o debate público em torno das diversas instituições e agentes, destacando as propostas e saberes envolvidos na constituição das iniciativas destinadas a promover um físico educado.

Sendo assim, nesta pesquisa, estabelecemos, como recorte final, o ano de 1854. Para compreender, a partir dos debates em torno da *educação physica*, o ponto de chegada, ou seja, a possibilidade do estabelecimento da obrigatoriedade da *gymnastica* na Reforma Couto Ferraz.

A opção em trabalharmos com a expressão *educação physica* e não *gymnastica* se deu pelo fato de abarcar uma ampla gama de intervenções sobre o corpo. Trabalhamos com a hipótese de que, embora a *gymnastica* vá se constituindo como uma das principais práticas ligada à formação do físico ao longo do século XIX, outros projetos daquilo que poderia ser

¹ Sobre a Reforma Couto Ferraz vide: (GONDRA, 2018).

compreendido como *educação physica* são importantes para compreender estratégias educacionais, escolares e não escolares, de intervenção sobre os corpos masculinos e femininos e em suas diferentes idades.

É questão central nesta tese a articulação entre a *educação physica* e o projeto de construção da nação brasileira. A partir dos processos de independência e durante o período do Primeiro Reinado, as Regências e o Segundo Reinado diversos projetos de Nação, Estado, política e Brasil estiveram em disputas nas diversas regiões do território brasileiro, mobilizando diferentes propostas relativas aos rumos que a nação deveria tomar. Mesmo considerando o processo de independência como um marco inicial, não estamos defendendo uma data de nascimento da nação brasileira, mas sim que, a partir dos processos de independência, os debates em torno dessa questão começam a ganhar contornos mais claros (BOSI, 2012). Também não queremos dizer que a independência e a construção da nacionalidade são processos similares ou convergentes. Como demonstra a historiografia recente, trata-se de processos diferentes e complexos que guardaram relações entre si (JANCSÓ, 2008).

Ao considerar os processos de independência como marco para se pensar a construção da Nação brasileira, buscamos na documentação levantada a primeira aparição do termo *educação physica*.

A partir da busca com o termo “*educação physica*” na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional para o período de 1820 até 1859, pudemos encontrar um total 1562 ocorrências. Elas se encontraram dispersas por muitos impressos da época, que iam desde imprensa diária, periódicos médicos, impressos oficiais, almanaques comerciais, revistas ilustradas, dentre outros. Também a natureza dos textos em que o referido termo se fazia presente era amplamente variada, passando de matérias de cotidiano, propagandas de instituições, anúncios de livros, obras de ficção, reclames etc. Ao analisarmos essas ocorrências, tivemos que nos atentar às condições de produção desses enunciados, aos múltiplos objetivos e leitores visados para cada matéria.

Nosso recorte inicial, portanto, se deu pela primeira aparição da expressão *educação physica* nessa documentação. Ela se deu, justamente, nas discussões publicadas sobre o primeiro texto constitucional do Brasil independente, em 1823. Propostas na direção de se educar o físico fizeram parte dos projetos e debates daquela que seria a primeira legislação propriamente brasileira, feita pelos deputados constituintes e para o Brasil. Dessa forma, estabelecemos o nosso recorte inicial a partir dos debates constitucionais de 1823.

Vamos, então, à apresentação de algumas inspirações teóricas. Digo inspirações, pois nenhuma delas será seguida como um manual metodológico. Essas referências teóricas servem

de guia nas reflexões a partir do que brilhou aos olhos do pesquisador na documentação, animado pelo seu problema de pesquisa.

A primeira questão implicou em se estabelecer um conceito operacional de nação. Como pressuposto, trabalhamos com a ideia de que as nações não são entidades sociais originárias ou imutáveis e que, tampouco, critérios como a língua, o território e a etnia combinados definem uma nação. Trabalhou-se com a ideia de que as nações não existem por si, sendo construídas historicamente.

Em grande medida, esse pressuposto é baseado em Anderson (2008). A partir desse autor, consideramos para esta tese, a nação como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. Dentro de um espírito antropológico, a nação é uma invenção. Isso não quer dizer que ela é falsa, já que o referido autor não trabalha com a oposição falsidade e ou autenticidade, mas sim que não existem nações ‘verdadeiras’, pois qualquer nação é fruto de um processo imaginado e o que distingue uma nação da outra é o estilo e os recursos que lançam mão para serem imaginadas.

Elas são sempre imaginadas porque, segundo Anderson, “os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p.32). Além de imaginadas, elas são imaginadas coletivamente. As pessoas pertencentes a uma nação percebem a si próprias como parte de um grupo muito maior do que elas. Independente das desigualdades que possam existir dentro da nação, ela é concebida como uma camaradagem horizontal.

A nação é limitada. Mesmo a maior delas, que agregue o maior número possível de membros, possui fronteiras finitas, ainda que sejam elásticas, e, além dessas fronteiras, existem outras nações. A nação é sempre uma categoria relacional, só existe a partir do outro. Segundo Anderson, nenhuma nação “imagina ter a mesma extensão da humanidade. Nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com o dia em que todos os membros da espécie humana se unirão à sua nação” (ANDERSON, 2008, p.34).

A nação é soberana e sonha em ser livre. A garantia e o emblema dessa liberdade se dão pelo Estado soberano. Não um estado legitimado pela ordem hierárquica divina. Mas um Estado que nasce na época em que a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina estava em xeque e amadurece numa fase da histórica em que as religiões universais se defrontam com o pluralismo de suas manifestações (ANDERSON, 2008).

A partir do que foi posto, pensamos que, a partir dos movimentos emancipacionistas do período colonial, podemos localizar acontecimentos importantes que oferecem alguns

contornos para se compreender o processo de construção da nação brasileira nas cores de uma comunidade política imaginada (ANDERSON, 2008). O foco desta pesquisa foi nos embates, disputas e permanências dos projetos de nação brasileira durante os primeiros anos do Brasil independente. Isso quer dizer que a imaginação de uma comunidade política brasileira, em que seus membros se sentissem parte de uma mesma coletividade, por acreditarem guardar semelhanças culturais, históricas e territoriais foi um complexo processo de invenção. Nesta pesquisa, procuramos analisar as pistas que a *educação física* pode fornecer desse processo, com efeito na própria definição do que poderia ou deveria ser essa prática formativa.

A construção da nação brasileira foi um problema histórico dos contemporâneos do processo. Sobre esse projeto, uma famosa frase de um viajante francês chamado Auguste de Saint-Hilaire, que passou pelas terras brasileiras na primeira metade do século XIX, sintetiza uma problemática do Brasil pós-independência: “havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros” (SCHWARCZ, 1998, p.60). Como tentativa de solução para essa problemática, a história foi uma das ferramentas utilizadas. Desde o século XIX, esforços ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), especialmente dos trabalhos de Francisco Adolfo Varnhagem², são exemplos desse projeto. Os intérpretes buscavam forjar a ideia de uma identidade brasileira anterior aos eventos de 1822. Dessa forma, para essa interpretação, se gestou um sentimento de nacionalidade brasileira durante três séculos de colonização, a culminar na emancipação em 1822.

Na década de 1930, a interpretação sobre a independência e a construção da nação brasileira ganham novos contornos. Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda são nomes marcantes de outras possibilidades de interpretação. Com incursões diferentes, esses autores trazem para o debate a problemática de que a identidade brasileira não ocorreu pela simples separação política de Portugal e nem era um sentimento anterior aos eventos de 1822. Possibilidades que movimentavam grande parte da historiografia preocupada com a questão da independência.

Na historiografia recente, os processos de independência tendem a ser interpretados em dois grandes vetores. Em um primeiro, a independência brasileira estava ligada ao contexto de falência do modelo colonial mercantil. Outro vetor, pensa os processos ligados aos fatores internos, relacionados com a chegada da Família Real em terras americanas em 1808, fator que fez com que diversos grupos portugueses enraizassem seus interesses na colônia. Interesses que foram postos em risco pela Revolução Liberal do Porto, colocando, em lados opostos, grupos

² As reflexões desse e dos próximos dois parágrafos podem ser conferidas em Costa (2005).

de portugueses nos dois lados do Atlântico. Tendemos a nos filiar mais ao segundo vetor (SILVA, 2011).

Desde pelo menos 1808, no território brasileiro, muitos interesses também estiveram em disputa entre grupos regionais, o que fez com que a independência não ocorresse de forma uniforme (SILVA, 2012). Regiões do Norte e Nordeste estiveram do lado dos portugueses de Portugal, em contraponto aos grupos das regiões Sudeste e Sul, o que colocava em disputas os diversos projetos do Estado para o Brasil, se acentuando durante a década de 1820. Ao mesmo tempo, ocorria a disputa sobre os rumos da construção de uma identidade brasileira, ou poderíamos dizer, da transformação de uma identidade luso-americana em brasileira. A essa construção somava-se todo elenco de identidades políticas que já coexistiam, por vezes, de forma incompatível entre si e com o projeto de construção da nação (JANCSÓ, 2008).

Diversos projetos de constituição da nacionalidade brasileira foram colocados em jogo a partir de 1822. Cabe, portanto, pensar em como as propostas e medidas destinadas a educar o físico podem fornecer indícios para compreender esse processo e as disputas ocorridas. Correlato a isso, uma questão que buscamos responder nesta tese é: quais eram os entendimentos de *educação physica*, a produção e circulação de propostas inscritas naquele contexto social e cultural?

Voltando ao nosso marco final, 1854, para que a *gymnastica* e, de forma indireta, a *educação physica* estivessem presentes nas possibilidades linguísticas, seria necessária uma existência anterior ao discurso de 1854. Para tanto, foi preciso observar o uso diacrônico dentro da língua como auxílio para pensar a constituição tensa, imprevisível aos olhos dos contemporâneos, social e histórica da *educação physica*, sendo assim, buscamos dialogar com algumas contribuições de Reinhart Koselleck (KOSELLECK, 1992). A partir desse autor, tentamos compreender a construção desse conceito no período pesquisado.

Segundo esse autor, não é toda palavra que pode se tornar um conceito. Para uma palavra se configurar como tal, determinado sentido atribuído à palavra deve ser fruto de certa teorização e que seu entendimento exige algum nível de reflexão. Além disso, os conceitos se encontram relacionados a certos contextos de produção e de entendimentos de mundo.

Isso não quer dizer que é o conceito que detém a teorização sobre a palavra, mas sim que os agentes históricos nas relações sociais atribuem tal ou tais sentidos ao conceito, ou seja, o conceito é uma criação histórica e guarda relação com a experiência concreta daqueles que viveram em determinado presente. Assim, ao mesmo tempo em que é preciso entender o contexto de produção de determinado conceito, o mesmo abre para uma nova ferramenta de análise da sociedade e cultura em que foi produzido. No nosso caso, a *educação physica* pode

ser porta de entrada para compreender a sociedade que a produz, ao mesmo tempo em que a sociedade é importante para o entendimento dessa forma de intervenção na formação.

Um conceito ainda configura certa experiência concreta daqueles agentes históricos e, também, maneiras de agir no mundo. Determinados agenciamentos políticos, econômicos e sociais só são possíveis a partir da utilização de certos conceitos. No nosso caso, a *educação physica*, ao mesmo tempo que surge a partir de práticas e experiências dos agentes históricos em sua materialidade, enquanto conceito, vai possibilitar novas formas de agir no mundo, em um movimento complexo e recíproco. Desse modo, todo conceito se articula a um determinado contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível. Partindo disso, realizamos o movimento de texto, contexto e texto para a compreensão da referida expressão nas fontes.

Outro alerta para pensarmos a *educação physica* dentro do período pesquisado consiste na hipótese do termo não possuir significados estáveis. No nosso caso, a palavra não estava ofertada dentro do contexto pesquisado, sendo objeto de disputas e consensos. Enquanto produção social, ela poderia ter diversos usos e significados e, como todos os conceitos, estava em constante movimento e mudança. Desse modo, nos aproximamos de Benvitoglio quando afirma que o que faz com que um conceito não seja “inalterável, não é um centro fixo e estável, mas deve ser entendido como um objeto imerso na temporalidade e na linguagem” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 122).

Esse entendimento desloca o olhar de uma existência de uma noção imutável, pré-estabelecida ao pensamento e ações humanas, para uma se operar com o saber em questão em seus processos de construção histórica, a partir de sua historicidade, que é uma criação ocorrida a partir das diversas interconexões no tecido social e cultural e que seus significados não poderiam ser definidos *a priori*, ou seja, a *educação physica* não necessariamente caminharia para os entendimentos, igualmente diversos, de nosso presente .

Pensar esse conceito também exige olhar numa dimensão sincrônica e diacrônica do objetivo. Observar o que estava em jogo dentro da sincronia dos agentes envolvidos na *educação physica* e, também, aquilo que se repete ao longo do tempo. Também é importante, no elemento diacrônico, observar o esquecido, o que passou a ser invisível e se tornou ilegítimo, isto é, o que é modificado ao longo do tempo e o que é deixado para trás e, por muitas vezes, apagado deliberadamente - ou não. Somente em nível de exemplo sobre o esquecimento do conceito de *educação physica*, em muitos momentos, na documentação pesquisada, ela estava relacionada com ações bem distintas do que se pensaria para a *educação physica* hoje, como o asseio, arquitetura ou, até mesmo, a domesticação de animais.

Dessa forma, pensamos que algumas contribuições de Koselleck podem ser importantes para evitarmos anacronismos no entendimento do que era a *educação physica* no período pesquisado, compreendendo que toda forma de representação se vê dotada de temporalidades, intencionalidades e história. Ao mesmo tempo, acompanhar os debates doutrinários e a institucionalização corresponde a um registro da realidade e uma maneira de observar as mudanças da sociedade, ou seja, trata-se de considerar a *educação physica* como uma ferramenta heurística.

Na historiografia da Educação Física, proposições sobre as possíveis contribuições da História dos Conceitos para investigações sobre prática corporais institucionalizadas foi realizada em nível de provocações por Melo (2010). Dentre as várias contribuições de tal reflexão, a que nos ajuda a pensar o nosso objeto consiste nas condições de cada língua e em suas traduções, como maneiras de releituras e reinterpretções do mundo. No caso da pesquisa de Melo, abordando como os conceitos de esporte, *sport* e desporto foram utilizados ao longo do tempo para designar experiências sociais diversas. Já no caso desta tese, trabalhamos no sentido de realizar um exercício com as possibilidades de se pensar as formas assumidas pela chamada *educação physica*, a partir da documentação.

Um alerta importante implica destacar que as estratégias de formação do físico no período pesquisado não estavam estabelecidas somente como *educação physica*. Existia um amplo debate sobre como se designaria a formação do físico. A historiografia aponta que as estratégias, projetos e ações de formação do corpo poderiam ter diversas designações dentro do Brasil do século XIX, como demonstra Gondra (2004). Dentro do léxico daquele presente, termos como “educação corpórea”, “arte de conservação dos meninos”, “educação medicinal” e “educação natural” também eram possíveis para designar tal tipo de intervenção. Caso interessante sobre esse debate foi citado por Gondra, ao analisar uma Tese de doutoramento em Medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Segundo ele:

Indicando a existência de uma tradição, Dr. Mello produz uma reflexão sobre o debate em torno da designação mais adequada para tratar da educação do corpo. Conforme observa, os autores que publicaram obras acerca desse tema divergiam todos em relação à denominação que mais adequadamente competia aplicar ao mesmo. Para Mr. Dessartz, deveria ser apelidado de ‘educação corpórea’; para Mr. Raulin, deveria chamar-se ‘arte de conservação dos meninos’; Brouzet dava-lhe o nome de ‘educação medicinal’; já Rousseau (‘o erudito e célebre autor d’Emilio’) a intitulava de ‘educação natural’; e Mr. Balexserd preferia a designação de ‘*educação physica*’. Embora sugira que essa é uma questão da qual poderia declinar, o Dr. Mello não se furta de ‘ponderar algumas razões’ sobre a mesma. Nesse sentido, afirma que o termo educação ‘corpórea’, ao parecer ‘antípoda’ do termo ‘moral’, somente conviria se fosse lícito fazer uma abstração completa no momento em que prescreviam alguns ‘ditames’ relativos a uma boa educação. Também recusava o ‘epitheto medicinal’, porque o mesmo envolvia uma ideia de patologia e terapêutica sem abranger todas as

bases daquelas ciências. Acreditava igualmente que o emprego do termo ‘arte de conservação dos meninos’ não abrangia a transcendência de uma educação física bem dirigida, posto que o alvo nobre e grandioso não era simplesmente voltado à conservação dos meninos, mas, conjuntamente, a fazê-los robustos, vigorosos e morigerados, tornando-os dignos de preencherem as altas funções que a sociedade e a pátria lhes atribuiriam para se tornarem ‘membros úteis e cidadãos prestantes’. Finalmente, crítica, com um pouco mais de precaução, o emprego do termo ‘educação natural’, na medida em que o mesmo vinha escudado na autoridade e valiosa contribuição de J. J. Rousseau.

Para ele, os que defendiam o uso desse termo escreviam para uma sociedade civilizada e não levavam em conta que a autoridade em que se estribavam havia concebido seu plano de educação de maneira muito especial e, querendo formar um homem a seu contento, entendia que só o conseguiria imitando passo a passo a natureza, como o próprio Rousseau exprimira. Nesse sentido, Dr. Mello afirmava a inadequação do termo ‘educação natural’ pelo fato de sua aplicação ser, em uma sociedade organizada, sem dúvida inexequível em muitos pontos. Para ele, era claro que no século das luzes não era possível servir-se desse vocábulo na acepção que o mesmo supunha. Desse modo, aproxima-se da designação de Mr. Ballexserd, de Gênova, que em dissertação apresentada em 1761 à Academia de Harlem, designou as atividades corporais como ‘*educação physica*’ (GONDRA, 2004, p.289-90).

Ao realizar o processo de pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional com os termos *educação physica*, educação física e educação fysica, tivemos uma importante surpresa. No recorte estabelecido, localizamos, nos impressos, a utilização de outras grafias para a *educação physica*.

Entre 1823 e 1854, a *educação physica* poderia ser grafada também como educação física ou educação fysica. Contudo, para este trabalho de doutoramento, concentrou-se na forma *educação physica* dentre todas as formas possíveis de se designar a intervenção sobre o corpo, pois, a partir das pesquisas nos arquivos, essa parece ser a designação mais usual.

Para esta tese, quando tratamos do referido termo, não nos limitamos a algo necessariamente ligado ao exercício físico, a *gymnastica* ou a uma disciplina escolar. A partir da documentação, defendemos que a *educação physica*, dentro do contexto pesquisado, era uma intervenção sistemática sobre o corpo, que poderia abarcar uma ampla gama de aspectos que, por vezes, seguia o roteiro da higiene (meio ambiente, clima, banho, alimentos, sono, hábitos, vícios e os exercícios físicos). Aqui não se trata de negar o exercício físico como elemento da *educação physica*, mas colocá-lo entre as diversas medidas que poderiam ser tomadas como forma de intervenção sistemática sobre os corpos.

Outro elemento importante é que a referida expressão aparece articulada com outras dimensões da educação, buscando um processo de educação integral. Essa educação integral, por vezes, era uma articulação da educação intelectual, moral e física, outras vezes, como uma educação intelectual, moral, física e religiosa. A hierarquização entre essas dimensões poderia variar. Por vezes, tinham a mesma importância no processo educativo ou uma dimensão seria

mais importante em certos momentos e idades dos educandos. No nosso caso, a *educação physica* era, por vezes, pensada como a primeira educação, como a base para as outras.

Inicialmente, no caso da educação integral (*physica*, moral e intelectual), o que interessa para este trabalho é perceber que o corpo não era visto, por aqueles que defendiam a *educação physica*, de forma isolada, mas articulado com outras dimensões do ser humano. O corpo a ser educado estava dentro de uma totalidade mais complexa do que a dimensão física e essa intervenção deveria ser racionalizada a partir de certos saberes e de certos arranjos entre o moral, o intelectual e o físico.

Para responder às questões levantadas até aqui, mobilizamos uma diversidade de documentos para torná-los fontes. A primeira leva de documentação foram os impressos periódicos disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Nessa base de pesquisa, pesquisamos o termo *educação physica* entre 1823 até 1854, como já apontado anteriormente.

Os impressos periódicos são documentos propícios para analisar os problemas levantados, pois se constituíram como um espaço em que forças e agentes intervinham no espaço público do Rio de Janeiro do século XIX (MOREL, 2005). Nesse sentido, ilustres são as crônicas de Machado de Assis (CORREIO MERCANTIL, 1859; O ESPELHO, 1859), na qual se defende o caráter sedicioso dos jornais. Para ele, todas as mudanças têm sua origem na palavra, “o verbo é a origem de todas as reformas” (O ESPELHO, 1859), e a discussão e a sentença de morte de todos os “falsos princípios”. O jornal seria a ferramenta em que a palavra e a discussão ocorreriam na sociedade, pois, segundo ele:

A primeira propriedade do jornal é a reprodução amiudada, é a derramamento fácil em todos os membros do corpo social. Assim, o operário que se retira ao lar, fatigado pelo labor quotidiano, vai lá encontrar ao lado do pão do corpo, aquele pão do espírito, hóstia social da comunhão pública. A propaganda assim é fácil; a discussão do jornal reproduz-se também naquele espírito rude, com a diferença que vai lá achar o terreno preparado. A alma torturada da individualidade ínfima recebe, aceita, absorve sem labor, sem obstáculos aquelas impressões, aquela argumentação de princípios, aquela arguição de fatos. Depois uma reflexão, depois um braço se ergue, um palácio que se invade, um sistema que cai, um princípio que se levante, uma reforma que se coroa (O ESPELHO, 1859).

O jornal era, em sua reflexão, uma revolução literária, social e econômica (CORREIO MERCANTIL, 1859). Era a literatura comum, universal, reproduzida todos os dias, veloz como o século XIX e “levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções” (CORREIO MERCANTIL, 1859). Esse parecia ser o principal papel da imprensa no Brasil durante o período do Primeiro Reinado, Regencial e Segundo Reinado (ANDRADE, 2009; MOREL, 2005), o que faz dos impressos periódicos uma entrada oportuna para compreender e explicar

os debates e discussões políticas em um contexto como o do Brasil e do Rio de Janeiro no período pesquisado.

Um segundo aspecto que torna os periódicos impressos um tipo importante de documentação para esta pesquisa é que não se buscou nos documentos o reflexo da realidade, mas sim indícios das relações sociais e culturais envolvidas na sua produção e circulação, e as possíveis representações de mundo materializadas em suas páginas. Como chama atenção Luca (2011), durante muito tempo se viu com desconfianças o uso de impressos periódicos no trabalho em história. Todavia, a partir de um novo olhar sobre o estatuto de verdade da documentação, em que ela não é vista como um espelho da realidade, mas como uma produção envolvida em relações dos diversos grupos sociais, esse tipo de documentação ganhou novo fôlego.

Ainda apoiado em Luca (2011), na análise procuramos observar não apenas o que foi escrito nos documentos. Estaremos atentos aos agentes envolvidos na publicação, a ausência ou presença de imagens e sua natureza (caricaturas, paisagem, personagens históricos e eventos, cenas cotidianas, crimes, tragédias etc.), a organização das seções, os títulos e subtítulos, já que essas opções não são naturais. Trata-se de elementos historicamente criados e importantes para compreender o papel dos impressos. Esses elementos indicam, ainda, o tipo de leitor esperado e o público que se pretendia alcançar. Portanto, é preciso articular outros elementos na análise, não imediatamente perceptíveis para aqueles que navegam em suas páginas, como sua circulação, periodicidade, objetivos explícitos e implícitos, o grupo responsável e suas características, a linha editorial, o público-alvo e as fontes de financiamento.

Buscamos analisar os documentos periódicos impressos em sua diacronia, tentando não os isolar em seu conteúdo. Durante as leituras e análises, buscou-se atentar-se às características da produção e circulação desses impressos (CHARTIER, 1998). Estivemos atentos aos outros periódicos disponíveis dentro de tal presente e a acontecimentos de fora do jornal que poderiam se tornar significativos na escrita do texto. Nesse sentido, algumas questões importantes são: quais eram as opções disponíveis para um leitor contemporâneo? Quais adversidades tais publicações enfrentaram naquele contexto? Quais eram as possibilidades para se adquirir determinado impresso? Como circulavam os impressos? Quais eram os protocolos de leitura?

A partir das ocorrências nos impressos periódicos, outros documentos foram mobilizados para montar a nossa coleção de fontes. Triangulando com os impressos, compusemos a coleção com manuais e livros sobre *educação physica* que estiveram em circulação na época, relatórios oficiais, estatutos de instituições e a legislação da época.

Os manuais de *educação physica* do século XVIII se tornaram elementos relevantes na análise. Os manuais são indicados como uma leitura importante em alguns impressos periódicos pesquisados. A partir desses impressos, foi possível encontrar indícios de uma leitura original dessas obras. Entendendo que, uma vez produzido, o texto pode ter usos não previstos pelo seu autor (CHARTIER, 1996), esses manuais ajudam a compreender mais os projetos dos seus leitores no século XIX do que de seus autores no século XVIII.

A respeito da narrativa, o conjunto do texto, a entrada interpretativa e, principalmente, a forma de escrita do texto foi inspirada em Darnton (DARNTON, 1986). Esse autor tenta mostrar não apenas o que se pensava em outros presentes, mas como as pessoas pensavam, como interpretavam o mundo, conferiam significado e lhe infundiam emoção. Para se alcançar tais objetivos, segundo ele, a premissa do método é que a expressão individual ocorre dentro de um “idioma geral”, a partir do qual as pessoas aprendem a classificar as sensações e a entender as coisas. Esse “idioma geral” é condicionado por estruturas fornecidas pela cultura. Cabendo aos historiadores, portanto, descobrir a dimensão social do pensamento e construir significação do que se encontra escrito nos documentos.

Para Darnton, a entrada nas formas de significação do mundo de outros presentes é possível a partir da surpresa, do estranhamento. É naquilo que o historiador não entende quando em contato com a documentação que se dá a entrada para o que ele chama de “universos mentais estranhos”. Segundo ele, “quando não conseguimos entender um provérbio, uma piada, um ritual ou um poema, temos a certeza de que encontramos algo” (DARNTON, 1986, p.xv). Em seu livro *O grande massacre de gatos e outros episódios da História Social francesa* (DARNTON, 1986), no capítulo que trata do título de seu livro, ele apresenta o episódio do massacre dos gatos, ocorrido em uma gráfica na Rua Saint-Séverin, Paris, durante o fim da década de 1730, narrado pelo operário Nicolas Contat. Um episódio, visto por olhos do presente como de grande maldade, foi contado, recontado e encenado como piada pelos operários das gráficas em tal contexto. A partir disso, Darnton defende: “onde está a graça na encenação da morte de um animal indefeso? Aí mora o lugar que o historiador deve olhar. Essa pergunta é um indício da nossa distância. Aí é o lugar para compreender universos mentais estranhos” (DARNTON, 1986).

A partir do massacre dos gatos, Darnton vai do texto ao contexto, e volta ao texto para demonstrar como esse episódio ajuda a compreender a conformação mental dos operários na França pré-revolucionária. E a morte de uma gata em especial, La Crise, gata da esposa do dono da gráfica, gata que foi julgada e morta em encenação como se fosse uma feiticeira, mostrava as tensões cada vez maiores entre os estratos sociais na França do Antigo Regime. Movimento

similar tentou-se fazer nesta tese, como era possível se pensar em outras educações físicas dentro do período pesquisado e como o estranhamento dos seus usos pode dar pistas para compreender como se pensava e se desenvolvia o processo de construção da nação brasileira.

Na estrutura desta tese, procurou-se recobrir três dimensões relacionadas ao uso da *educação physica* entre 1822 e 1854.

No capítulo um, apresentamos um uso mais pragmático da *educação physica* nos discursos. Uma utilização mais efêmera em seu significado e como instrumento linguístico de convencimento no debate público, ou seja, os agentes que utilizam a referida expressão não estão muito preocupados em uma precisão teórica ou conceitual no uso da palavra. Entretanto, seu uso demonstra o conhecimento tanto daquele que diz quanto daquele que escuta, constatando-se uma diacronia do termo no seu uso sincrônico. Nesta chave, o fenômeno linguístico pode dar pistas de algo que ocorre para além da língua. Para esse fim, a documentação mobilizada foi, em grande parte, a imprensa periódica.

No capítulo dois, analisamos algumas propostas de caráter mais doutrinário, como tratados, manuais e livros. Nesse tipo de documentação, observamos um uso um pouco mais teorizado e preciso da *educação physica*, muito correlacionado ao saber médico e às preocupações com a formação escolar e não escolar. Não que no uso pragmático essas preocupações estivessem ausentes, mas cabe chamar a atenção de que, nessa documentação, esse uso aparece de forma mais clara.

Já no capítulo três, o foco incidiu nas propostas e indícios de experiências concretas de intervenção, institucionalizadas de *educação physica*. Neste momento, buscamos pistas de ações protagonizadas por determinados agentes históricos. Essas experiências, em sua maioria, possuíam uma clara preocupação formativa, tanto em instituições voltadas para instruir e educar, como as escolas e asilos, chegando até a outras instituições que, em um primeiro olhar, não teriam esse propósito, como os lugares de divertimento. Para esse capítulo, os documentos foram principalmente os periódicos, mas também regimentos e normatizações dessas instituições.

Finalmente, nas palavras finais, apresentaremos as conclusões gerais do estudo e possíveis novas pesquisas que os achados desta tese podem oferecer para as áreas de História da Educação Física e da Educação.

1 EM MOVIMENTO

Neste capítulo, tratamos a hipótese de que, no contexto pesquisado, a *educação physica* se articulava com uma ampla gama de aspectos da vida e de intervenção sobre o corpo. Desse modo, ela parecia possuir usos bastantes flexíveis, ao longo do período pesquisado, e então a *educação physica* vai ganhando contornos mais nítidos, ainda que difusos, mas que já delineavam aspectos específicos de intervenção sobre o corpo.

Além disso, parece que o uso da *educação physica* era marcado como uma espécie de demonstração de ilustração. Aquele que falava, escrevia e lia sobre o tema apresentava ser conhecedor das mais modernas práticas de intervenção colocadas no debate do período. O que fará com que ela apareça em territórios hoje bastante inusitados para se pensá-la.

Também demonstraremos neste capítulo o amplo aspecto de espaços em que a *educação physica* estava circulando e como ela apareceu como uma das estratégias para a formação do Brasil desde o começo do Brasil independente.

Ao mesmo tempo, trabalhamos com a ideia de uma *educação physica* que não foi. Os agentes daquele presente a utilizavam a partir de seus signos e possibilidades sociais e culturais e ela não caminharia, necessariamente, para o que conhecemos hoje como *educação physica*. Ao mesmo tempo em que olhamos para outras *educações physica* propostas, estamos olhando para projetos vencidos e abandonados de intervenção sobre o corpo.

1.1 Justiça e Razão

A história, ofício que tem interesse pelo humano no tempo e no espaço, nas mudanças e nas permanências (PROST, 2008), tem desafios colocados a cada instante no seu fazer. Um grande desafio é uma constatação colocada por Marc Bloch: “para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário” (BLOCH, 2002, p. 59). Sua provocação instiga a pensar que os vocabulários são construções históricas, sociais e culturais; criações humanas. O que torna a reflexão relativa aos usos dos vocabulários um desafio e uma porta aberta para compreender outros presentes.

A partir da ideia de que os usos das palavras podem dar pistas das relações sociais e culturais em que estão envolvidas (KOSELLECK, 1992) e de que a história é uma construção feita a partir de problemas construídos no presente (BLOCH, 2002; LE GOFF, 2013; PROST, 2008; CERTEAU, 1982), abordaremos as diversas compreensões e usos da palavra *educação physica* no Brasil, entre 1823 e 1854. Ela, em sua complexidade e variedade, foi ferramenta para lançar luz nos embates e disputas nos primeiros anos da construção da nação brasileira, ou, poderíamos dizer, projetos de transformação de uma identidade luso-americana em brasileira. Pela impossibilidade de abarcar todos esses processos, o foco se deu nos debates travados na cidade do Rio de Janeiro, e, neste capítulo, com base nos impressos que circulavam nessa cidade.

Inspirado em Robert Darnton (1986), procuramos realizar um processo de estranhamento sobre o uso da *educação physica* no período e na documentação mobilizada. Será nos usos exóticos - para o olhar do presente - que iniciaremos nossa jornada pelas possibilidades de se compreender a *educação physica* dentro do recorte pesquisado.

Iniciaremos nosso caminho por uma polêmica que envolveu dois médicos e lentes substitutos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, registrada na seção de cartas das páginas do *Jornal do Commercio*³ (GARCIA, 1839a; 1839b; 1839c; AMERICANO, 1839a; 1839b; 1839c; 1839d; O RESPEITADOR DO MERITO, 1839).

No ano de 1839, o lente substituto Dr. José Mauricio Nunes Garcia, médico mestiço e filho de um padre (PINTO, 2012; ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA, 2018), tornou público seu protesto junto ao diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para que, em suas palavras, “o tribunal da opinião pública, e meus amigos, possam julgar do fato com conhecimento de causa, e me façam justiça após tanta perseguição!” (GARCIA, 1839a, p.2).

³ Jornal fundado em 1 de outubro de 1827 por René Plancher. Inicialmente era dedicado somente aos assuntos comerciais. A partir de 16 de junho de 1828, seu título passa a ser *Jornal do Comércio*, folha comercial e política, e passa atuar politicamente em oposição à Pedro I. Nesta etapa, tem entre os seus colaboradores José Clemente Pereira e Felisberto Caldeira Brant Pontos Oliveira Horta. Em 1832 é vendido para Julius Villeneuve, a partir desse momento volta-se novamente somente para questões comerciais. Em 1844 passa para as mãos de Francisco Picot, aos poucos deixando seu formato informativo de questões comerciais e agindo fortemente sobre à opinião pública e defendendo os interesses dos grupos empresariais do setor comercial (LEAL; SANDRONI, 2020).

Figura 1 - Capa do Jornal do Commercio

ANNO XIV: Quinta feira 25 de julho de 1839: N.º 165.

JORNAL DO COMMERCIO.

Rio de Janeiro: Impresso no prédio mechanismo da typographia Imperial e conventional de J. VILLARRETA e Cava.

ADVERTENCIA.	PARTIDAS DOS CORREIOS.	EFEMERIDES E METEOROLOGIA.	CAMBIO NO DIA 24 DE JULHO.
O JORNAL DO COMMERCIO se publica diariamente; o preço da assignatura he de 16\$000 Rs. por anno; folha avulsa 100 Rs. Os annuncios e avisos publicão-se no Jornal do Commercio, a razão de 50 Rs. por cada linha. Todas as correspondências, artigos communicados e reclamações, vindos das provincias, devem ser dirigidos aos editores, em cartas francas de porte. O Jornal do Commercio publica todos os sabbados huma revista commercial, os preços correntes dos generos de importação e exportação, o resumo das fazendas importadas e exportadas, a lista das embarcações estrangeiras surtas no porto, etc.	Orno PARY, S. João d'El-Rei, Valença, Vassouras, Paratyba, Iguaçu, Freg. do Paty do Alferes: 1, 6, 11, 16, 21 e 26. S. PAULO, Itaguahy, S. João do Principe, Resende, Bapendy, Campanha, Pouso Alegre, Freg. do Pouso Alto, Pirahy, Arrozal, Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba, Freg. de Mambucaba: 3, 7, 11, 17, 22 e 27. CAMPO DE GOTTALIZES, Macabé, S. João da Barra, Maricá, Aldeia de S. Pedro, Cidade de Cabo Frio: 3, 8, 13, 18, 23 e 28. GANTAGALLO, Nova Friburgo, Magé, Santo Antonio de Sá, S. João de Itaboraity, Freg. de S. Bernabé e Santa Anna: 2, 12 e 22. NITERBOY: todos os dias.	4 Mingaotas a 4 1/2 h, 31 m. e 14 seg. da manh. 9 Nova a 10, 44 8 h. 8 m. e 33 seg. da tarde. 9 Crescente a 18, 44 0 h. 11 m. e 59 seg. da tarde. 9 Gheia a 26, 44 8 h, 32 m. e 53 seg. da manh. 24 DE JULHO. THERMOMETRO Fbh. 65°, 65°, 70°. Resum. 11° 60', 16° 50'. Vento. De manhã, N. muito bonança. De tarde, E.-S.-E. Tempo claro, mar chão. 25 DE JULHO. Nasc. do sol, 6 horas e 35 min. Occ. do sol, 5 horas e 35 min. MARCHEIA, de N, 2 h. 37 m., de T, 3 h. 31 m.	4 3 horas da tarde. Londres. 11 1/2 Paris. 3/5 Cura em barcos. Dobros bagahos. 20\$000 nomin. de pasta. 22\$000 Pelo Realismo. 12\$10 e 12\$20 de Paris. 12\$20 e 12\$30 Moedas de 6\$000 milhas. 11\$00 e 11\$000 de de 4\$000. 8\$000 Prata. nomin. Aplicos de 6 por cento juro. 71 Ações de Comp. do Paiz, de vapor. de Niterboiy. de Omitim. de Moio deocera. de Banco.

RIO DE JANEIRO.

ASSEMBLEIA GERAL LEGISLATIVA.
SENADO.
SESSÃO EM 24 DE JULHO.
Presidência de Sr. Diogo Antonio Peijó.
Reunido numero sufficiente de Srs. senadores, pas-
sa-se a trabalhar em commissões.
Ao meio dia, aberta a sessão, lê-se e approva-se a
acta da anterior.
ORDEN DO DIA.
Continua a discussão, adiada na antecedente sessão,
dos requerimentos dos Srs. Alencar e Hollanda Caval-
canti, pedindo informações ao governo, e o adia-

tem semelhantes principios. De facto a actual adminis-
tração parece caminhar por algum lado pelo mesmo
trilho; alguns presidentes ha, cuja mudanca insta. Como
continuar hum presidente de Santa Catharina, que
arrisca fazer com que a provincia caia nas mãos dos
rebeldes? Como continuar este doudo, que não he ou-
tra cousa senão hum doudo absolutamente?...
O Sr. TORRES:—Talvez elle tenha direito de dizer...
O Sr. ANDRADA MACHADO:—Queira Deus que eu re-
que, que não seja Cassandra! Queira Deus que a pro-
vincia de Santa Catharina não nos escape das mãos
como a do Rio Grande! Eu não sou de Santa Cathari-
na, mas tenho hum testemunho poderoso no meu
honrado collega que he d'ali natural, e conhece muito
o paiz; lêo as cartas desses povos, e vejo em ver-
dade o risco em que está aquella provincia. Igualmen-

O Sr. TORRES:— Aceito a explicação: pelas summi-
dades...
O Sr. ANDRADA MACHADO:—Por summidades.
O Sr. TORRES:—Bem: por summidades; isto he, por-
que ha mais de huma summidade a que o ministerio
não tem força para resistir; que se acha acima do mi-
nisterio...
O Sr. ANDRADA MACHADO:—Não he isso.
O Sr. TORRES:—Ora, quem será esta summidade?!?!
Como eu fui ministro da coroa, desejava reivindicar
qualquer injuria que daqui se podesse lançar sobre os
poderes responsaveis; mas não o posso fazer sem al-
guma explicação do nobre deputado.
O Sr. ANDRADA MACHADO:—Estou prompto a di-la.
O Sr. TORRES:—Para continuar o meu discurso, de-
claro que o Sr. deputado me fezera o obsequio de

que sequisse o systema, o modo de pensar do nobre
deputado, eu emiendo que seria a mais fatal, a mais
culminosa para o paiz (opinião); e eu declaro desde
já que se huma administração apparecesse, que pro-
fessasse principios tão maos, como reputo aquellos
que professa o nobre deputado, eu lhe resistiria com
todas as minhas forças (numerosa apoiado).
Quanto á emenda que se acha na mesa, não estou
por ora decidido a votar por ella, posto que entendo
que o nobre deputado que a apresentou estava muito
no seu direito, e foi de certo movido por hum prin-
cípio muito patriótico. Mas como o senhor ministro
não nos apresentou ainda a sua opinião a respeito
della, e não nos disse ainda que estava convencido
de que dar he necessario, não posso por ora votar
a favor desta emenda. Todavia, se o senhor ministro
tomar a defesa da emenda, se com a franqueza que

Fonte: Jornal do Commercio, 1839

A polêmica girava em torno da inscrição para um concurso de lente efetivo da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Segundo os Estatutos, para se inscrever no referido concurso era necessário ocupar o cargo de lente substituto. Por circunstâncias que os documentos não deixaram claras, o Dr. José Mauricio Nunes Garcia era o único inscrito no certame para a Cadeira de Anatomia, já passado alguns meses. Apesar de já estar inscrito, o concurso foi adiado até o momento em que o recém aprovado para lente substituto, Dr. Domingos de Azevedo Americano, entrasse na disputa.

Isso fez com que, no dia 20 de julho de 1839, o Dr. José Mauricio Nunes Garcia questionasse a legalidade da inscrição do Dr. Domingos de Azevedo Americano. Para Garcia, havia ocorrido uma engenharia jurídica ilegal para que o novo lente substituto se inscrevesse e pudesse concorrer com ele (GARCIA, 1839a). No final da sua primeira carta publicada no *Jornal do Commercio*, o denunciante subia o tom:

atropelando-se os direitos garantidos do recorrente [Garcia] na constituição [...] a Faculdade se constituiu curadora de seus direitos [de Americano], a despeito dos do recorrente, com notória parcialidade, provando, como fica, que todas as circunstâncias que parecem produzir em favor dele [...] (GARCIA, 1839a, p.2-3).

Somado ao protesto do Dr. Garcia, uma segunda carta assinada pelo anônimo “O Respeitador do Mérito” (O RESPEITADOR DO MERITO, 1839) forneceu mais elementos para se analisar a disputa entre os dois médicos e candidatos. Segundo “O Respeitador do Mérito”, a reclamação de Garcia também tinha sido feita na Revista Medica Fluminense, entretanto seu redator optou por não emitir juízo sem antes ouvir a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mesmo que tenha ficado, segundo o autor da carta,

claramente demonstrado e provado, por não ser crível que o que ali se diz seja fábula, atendendo-se ao caráter probo do Sr. Dr. Garcia, sua rigidez de princípios, e negação para a bajulação e servilismo, o que se não pode dizer a respeito desses que, só por terem a pele mais alva, (alguns dos quais de costumes bem reprovados) o estigmatizam e o querem repelir, esbulhando-o dos seus inauferíveis direitos (O RESPEITADOR DO MERITO, 1839, p.3).

Passava pela retórica do reclamante e de seu anônimo aliado a denúncia de uma perseguição. Talvez esse boicote estivesse ligado à genealogia ou à constituição racial, talvez estivesse ligada às relações constituídas pelo concorrente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Não sabemos os motivos, entretanto a estratégia do Dr. José Mauricio Nunes Garcia em apontar uma possível perseguição começou a dar frutos rapidamente. Logo em seguida, o Dr. Domingos de Azevedo Americano não se furtou de entrar na discussão nas páginas da seção de cartas do *Jornal do Commercio*, pois para ele “cumpre-me também usando de igual direito, recorrer ao público, para que, explanada a questão vertente, decida como for de justiça e razão” (AMERICANO, 1839a, p.3).

O Dr. Americano segue sua carta apresentando diversos argumentos legais que possibilitariam sua inscrição no referido concurso. Contudo, chama atenção quando as discussões legais são deixadas de lado e passa a abordar o que ele chamou de “falemos com franqueza, tiremos a máscara ao engano” (AMERICANO, 1839a, p.4). A partir daí, sua carta volta-se para ataques pessoais ao Dr. Garcia, lembrando de concurso anterior para a Cadeira de Cirurgia, em que ele não fora o aprovado, colocando em dúvida suas habilidades e conhecimentos e a suposta vaidade do Dr. Garcia de não querer concorrer com seu antigo aluno. Nas palavras do Dr. Americano: “são vaidades pequenas, são presunções condenáveis que o movem a tal procedimento. Lhe parece desairoso entrar em concurso com aquele a quem dera lições” (AMERICANO, 1839a, p.4). De fato, o Dr. Americano tinha obtido seu doutoramento no ano anterior (DOUTORAMENTO EM MEDICINA, 1838) e tinha sido aluno do Dr. Garcia.

Muitas linhas poderiam ser utilizadas descrevendo a polêmica em torno desse concurso, diversas idas e vindas de cartas, ataques cada vez mais pessoais entre os concorrentes, declarações diversas e a entrada do Governo Imperial na discussão, até, finalmente, a aprovação

do concurso, como candidato único, do Dr. José Mauricio Nunes Garcia (GARCIA, 1839a; 1839b; 1839c; AMERICANO, 1839a; 1839b; 1839c; 1839d; JORNAL DO COMMERCIO, 1839a; 1839b; O RESPEITADOR DO MERITO, 1839). Entretanto, interessa ressaltar um outro ponto da discussão, quando o Dr. Garcia questiona a boa educação e polidez do Dr. Americano (GARCIA, 1839b), que por seu turno, responde da seguinte forma:

A educação, ou é *physica* ou moral, se o Sr. Dr. Garcia se refere à primeira, tem razão; porque, com efeito, sou de uma constituição muito débil; mas se teve por fim referir-se à segunda, lhe digo que, além de faltar torpemente à verdade, não é capaz de possuir uma educação moral melhor do que a minha, e talvez nem boa (AMERICANO, 1839b, p.3).

Guardado o devido anacronismo, não surpreende a um leitor acostumado a frequentar os departamentos das faculdades, as polêmicas com relação aos concursos. O que, talvez, um leitor hodierno tenha dificuldade de entender é como essa polêmica entre médicos e lentes substitutos de uma das poucas faculdades de medicina do Brasil ter ganhado as páginas de um impresso periódico.

Sobre as “batalhas” travadas por médicos na imprensa periódica, o trabalho de Gabriela Sampaio (1995) demonstra como as disputas entre os médicos, no Brasil do século XIX, ganhavam espaços na imprensa periódica não especializada e, por vezes, os argumentos contra os opositores saíam do campo médico e chegavam aos ataques pessoais. Segundo ela, a imprensa não especializada era usada como espaço para desautorizar concorrentes e defender pontos de vista dentro do complexo contexto das disputas entre médicos e “charlatões” e entre médicos e médicos no Brasil do século XIX. Isso fazia muito sentido, pois a imprensa periódica era um espaço de busca de intervenção na sociedade e de disputa política e de espaço de atuação (LUCA, 2011).

Além da questão do uso de um impresso periódico como estratégia para fins diversos, outras questões são possíveis de serem formuladas a partir disto: como era possível, naquele presente, o uso da *educação physica* em discussão tão acalorada? Se a referida *educação physica* não se tratava de uma disciplina escolar, a que o termo se remetia? Como a *educação physica* ou moral poderia credenciar ou não ao exercício de lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro? Como, no meio de tal polêmica, pode aparecer a proposta de separar ou associar a educação em *physica* e moral? A *educação physica* poderia ter outras funções para além da relação com a constituição física? Que processos, agentes, espaços e saberes estariam a ela ligados?

Por enquanto, ainda não entraremos no desenvolvimento dessas questões. Para agregar outros elementos para reflexão sobre a diversidade em que a *educação physica* poderia estar inserida, seguiremos para outro exemplo um tanto inusitado.

1.2 A domesticação animal

Em 1845, no impresso *A Ilustração: Jornal Universal*, foi publicado um artigo sobre a história da domesticação dos animais e, como isso, teria sido importante para a evolução do ser humano. Nesse artigo, encontramos um uso particularmente diferente da ideia de *educação physica*. Antes de tratarmos do artigo em particular, vamos a algumas considerações sobre esse impresso periódico, *A Ilustração*.

Como alerta Marcia Abreu (2018), no prefácio do livro de Tania de Luca (2018), tendemos a pensar que vivemos em um mundo inteiramente novo, em que a circulação de informações e imagens de forma conectada entre vários países e, em razoável velocidade, é uma grande novidade. Entretanto, a pesquisa de Luca demonstra que as revistas ilustradas da segunda metade do século XIX já apresentavam tais conexões e que um europeu e um brasileiro poderiam acessar imagens e informações impressas quase que ao mesmo tempo. Um brasileiro poderia ver a Europa por meio das imagens impressas em tais periódicos sem nunca ter pisado em solo europeu e vice-versa.

Esse era o caso do impresso *A Ilustração: Jornal Universal*, cujo objetivo era realizar tais conexões, especialmente entre Brasil e Portugal, apresentando artigos sobre assuntos diversos e de várias regiões do mundo, tendo como grande diferencial um número grande de ilustrações de alta qualidade. Daí seu título, que era um trocadilho entre ilustração, daquele que tem vários conhecimentos, e, ilustração de imagens.

Figura 2 - Capa de A Ilustração: Jornal Universal



Fonte: A Ilustração, 1843

Embora circulasse no Rio de Janeiro, pelas informações contidas em seu primeiro número (A ILLUSTRACÃO, 1845a), esse periódico era impresso em Lisboa e sua assinatura poderia ser adquirida por meio de correspondência ao escritório da *Ilustração*, Rua da Prata, n.7 – 1ª andar. A cada ano o “jornal”, como se autointitulava, era dividido em 12 números mensais, o valor da assinatura de um ano era de 1\$440. Cada número tinha entre 16 e 20 páginas e, nos arquivos da hemeroteca, é possível encontrar, dentro do período pesquisado para a tese, alguns números de 1845 e os de 1846.

Voltando ao artigo desse impresso que toca no tema da *educação physica*, como dito anteriormente, tal artigo tratava da história da domesticação dos animais e de como esse domínio teria aumentado para a humanidade o “círculo do seu poder e das suas comodidades” (A ILLUSTRACÃO, 1845b, p. 4).

O texto é iniciado por uma narração de como teria ocorrido a domesticação dos cães, cavalos e outros animais e de como o ser humano passou a manipular as espécies para que se adequassem as suas necessidades. Foi a partir deste momento que ocorre um uso bastante particular da *educação physica*:

Os cruzamentos das variedades da mesma espécie são um dos principais modificadores do tipo específico. É daí, e de uma boa *educação physica*, que principalmente deriva o aperfeiçoamento e a beleza dos nossos animais domésticos e a espantosa e sempre progressiva variedade das raças (A ILLUSTRAÇÃO, 1845b, p. 4).

Nesse caso, a palavra *educação physica* estava sendo empregada para designar uma forma de manipulação física ou de intervenção sobre o corpo, que poderia modificar as características dos animais. Ela aparece como um recurso para a manipulação das raças dos animais, visando seu aperfeiçoamento e embelezamento. A *educação physica* seria uma ferramenta de melhoramento do corpo para atingir um fim de maior utilidade para os seres humanos.

Essa, contudo, não foi a única vez que a *educação physica* foi relacionada aos cuidados com os animais. Em 1851 foi publicado um artigo no *O Auxiliador da Industria Nacional ou Colleção de Memórias e Notícias interessantes* (GARCIA, 1851) que tratava das memórias de viagem à Europa do médico Ignacio José Garcia.

Tal texto tinha como título *Memória sobre a posição social dos veterinários civis e militares em diferentes países da Europa*. O artigo dá a entender que foi escrito como resposta a um projeto apresentado à Câmara dos Deputados que, na visão do autor, diminuía a importância dos veterinários no Brasil. A partir disso, ele iria apresentar pontos demonstrando a importância do desenvolvimento da veterinária para a construção da nação brasileira.

Para defender tal categoria, Ignacio apresenta a importância que os veterinários possuíam em vários países da Europa, argumento muito comum numa época em que se buscava comparar o Brasil com ações do dito mundo “civilizado”, fazendo comparações entre a medicina veterinária e a medicina humana, apresentando algumas similaridades e destacando que uma das maiores utilidades seria a formação de cavalos. A partir disso, teceremos algumas linhas sobre dois pontos: (1) a formação de cavalos e (2) a relação entre medicina veterinária e humana.

É conhecido na historiografia da Educação Física a relação entre práticas corporais, no caso específico dessa historiografia as esportivas, e a preocupação com o melhoramento dos cavalos no Brasil. Já foi demonstrando que, para se construir um Brasil, o melhoramento dos cavalos, entendidos como importantes ferramentas de trabalho, era elemento central para o desenvolvimento de diversas atividades produtivas e de divertimento (MELO, 2020b; 2009). Agora, o que aparece na documentação consiste em um outro uso da relação entre formação de cavalos e a *educação physica*. No caso da memória publicada no *O Auxiliador*, a relação entre a formação animal e a formação humana se aproxima da higiene e a preocupação não se reduz

à formação de cavalos, trata-se de utilizar os conhecimentos veterinários para criar pessoas mais saudáveis e resistentes às doenças. Segue um trecho de tal memória:

O Sr. Hypolito Soyen Collard, professor de higiene da faculdade de medicina de Paris, em um discurso feito em sessão solene da faculdade, provou que os conhecimentos adquiridos na veterinária, no que toca ao aperfeiçoamento dos animais, podiam ser de grande utilidade para a higiene e *educação physica* do homem. Quem negará hoje a importância do estudo da patologia comparada? (GARCIA, 1851, p. 95).

Cabe salientar que um dos ramos da medicina em grande desenvolvimento durante o século XIX era a anatomia patológica, braço da medicina que relacionada as lesões anatômicas ao aparecimento de doenças (TEIXEIRA e EDLER, 2012). No caso da nossa fonte, notamos que a higiene era utilizada como argumento para a valorização das possíveis contribuições da medicina veterinária para a modificação tanto dos animais como dos seres humanos, por meio das descobertas da anatomia patológica e comparada.

As comparações entre seres humanos, animais e a constituição de “raças” mais fortes não foi encontrada apenas nesses dois exemplos. Em 1840, na seção Rio de Janeiro do *Jornal do Commercio*, pode-se encontrar um artigo intitulado “As casas de educação” (JORNAL DO COMMERCIO, 1840) de autoria não identificada.

Esse artigo começa afirmando que não existia no mundo cidade com maior número de escolas por habitante como o Rio de Janeiro, embora isso não representasse qualidade, em virtude da pouca fiscalização, por parte do governo, das escolas particulares, que não ofereciam uma boa educação. Para o autor, o maior problema da educação nacional era o descontrole e a falta de fiscalização.

A razão por que a educação pública ainda não corresponde entre nós ao que nas circunstâncias do país se teria direito de esperar, não é difícil de entender-se: é porque o governo ainda não julgou que lhe cumpria dirigir a sua especial atenção para esta fonte tão interessante da futura prosperidade da nação; e porque neste desleixo, nascido talvez de falsos princípios liberais, não é possível que a educação da mocidade brasileira passe de objeto de especulação em todo o rigor da palavra. Todo aquele que entre nós estabelecer um colégio de educação, não tem mais do que anunciar pelas folhas que em sua casa se ensina isto, aquilo e aquilo outro, e por tal preço; e sem que ninguém lhe pergunte que é o que se ensina, como se ensina, e quem ensina, ei-lo que vai fazer presa na sementeira da pátria, e Deus sabe que conta dará o ganhão da seara cuja cultura se lhe confia (JORNAL DO COMMERCIO, 1840, p. 2).

A questão da inspeção escolar foi abordada pela historiografia da educação do século XIX em BORGES, 2008; SANTOS, 2017; GONDRA e SCHUELER 2008. Porém, o que não aparece em destaque nesses estudos são as considerações sobre a *educação physica* presente em tal artigo. Nesse caso, tratava-se da *educação physica* como responsável pela alimentação, descanso, recreação e outros aspectos, como pode ser observado no trecho destacado:

as horas a que se levantam e deitam, as recreações que tem, os passeios que dão, os banhos que devem tomar nos rios ou nos lagos, e em que tempo, as viagens que fazem todos os anos, por via de regra a pé, e sempre acompanhados do diretor, os bailes que se lhes concedem todos os meses, os castigos que se infligem aos delinquentes, senão ainda tudo o que é relativo à alimentação, que regularmente consta de quatro comidas por dia (JORNAL DO COMMERCIO, 1840, p. 2).

Essas relações entre a *educação physica* e as diversas dimensões da higiene já foi também apresentada pela historiografia (GONDRA, 2004; GÓIS JUNIOR, 2013). O que aparece de pouco usual neste artigo é a articulação com a formação de raças de animais. Isso pode ser percebido no trecho que, segundo ele: “Hão de fazer-se todos os esforços possíveis para ter boas raças de cavalos, de bois e de carneiros, e não se há de fazer alguma cousa para ter boas raças de homens e mulheres?” (JORNAL DO COMMERCIO, 1840, p. 2). Mais uma vez, a comparação entre a intervenção física para se obter o aperfeiçoamento das raças. Ele ainda vai mais longe, chegando a afirmar que:

Se o governo quiser atrair sobre si as bençãos da geração que agora começa, e muito mais das futuras, olhe com mais alguma atenção do que até agora tem feito, para a educação moral e physica da mocidade; não consinta que todas as esperanças da pátria se transformem em objeto de pura especulação: exija mais garantias do que até agora tem exigido (que não são nenhuma) daqueles a quem se confia o precioso deposito da mocidade brasileira (JORNAL DO COMMERCIO, 1840, p. 2).

Segundo os argumentos do autor, a *educação physica* se tornaria elemento central em um projeto de formação do Brasil. Uma nação que deveria ser fundada nas prescrições da higiene, sendo a *educação physica* com uma das estratégias para se atingir tal fim e formação de uma “boa raça de homens e mulheres”. Formar o corpo do brasileiro entrava na agenda para a construção do Brasil.

Até aqui já vimos sua presença como argumento para legitimar ou deslegitimar um candidato para um concurso para a Faculdade de Medicina, como uma maneira de manipulação das raças animais e como algo que relaciona os humanos a outras espécies animais. Nessa multiplicidade, alguns pontos parecem reincidentes: uma relação com o pensamento médico e higiênico e a preocupação em intervir nos corpos, de várias espécies, para formar ou formatar. Também se nota que os usos da *educação physica* teriam um caráter mais pragmático dentro da língua e não é possível distinguir uma relação com aspectos doutrinários e empíricos claros. A partir do próximo item, focalizamos os contornos um pouco mais nítidos de uma intervenção mais sistemática por meio da *educação physica*.

1.3 Brasil, qual é o seu negócio?

Em muitos momentos, na documentação da pesquisa, foi encontrada a comparação do Brasil com países europeus como França e Inglaterra. Na maior parte das vezes, buscava-se, nesses países, exemplos a serem seguidos. Entretanto, nem sempre essa era a tônica da comparação.

No mês de março de 1844, foi publicado no impresso periódico *O Brasil: Vestra res agitur*⁴ um artigo com o título *A riqueza e a pobreza*, que tratava das desigualdades econômicas na Inglaterra daquele período (O BRASIL, 1844). Não era indicado a autoria e ele se encontrava na última página do número 514. Nele, era apresentada uma imagem diferente da Inglaterra do que usualmente era levantado por aqueles que tratavam da *educação physica*. Todavia, antes de abordarmos o artigo, traremos algumas considerações sobre tal impresso.

Ainda segundo Queiroz (2011), esse impresso foi criado por Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues Silva, em 1840, a pedido de Paulino José Soares de Sousa e Euzébio de Queiroz Coutinho Matoso, todos integrantes do grupo dos Regressistas, que viriam a ser integrantes do Partido Conservador. Esse grupo, assim como o impresso *O Brasil*, tinha uma posição política mais centralizadora e era contra uma maior liberdade das províncias.

O artigo em questão tratava da pobreza na Inglaterra, baseado em um livro intitulado *Economia política cristã* (O BRASIL, 1844). Em toda a discussão do artigo, o que chama atenção para essa pesquisa é a atribuição de uma determinada constituição física para os pobres desamparados. Segundo o artigo:

As crianças desamparadas incomodam a vista do público como animais imundos. Os porcos, diz Mr. Buret, eu o afirmo, são os únicos animais cuja *educação physica* possa ser comparada com a das crianças do povo baixo de Londres (O BRASIL, 1844, p. 4).

Mais uma vez a comparação entre animais e a *educação physica* dos humanos, entretanto, desta vez, relacionada à pobreza e a uma constituição física que incomodaria aos olhos de um observador conhecedor dos ideais higiênicos. Exemplos como esse podem ser encontrados na historiografia como em Chalhoub (1996), tratando do Rio de Janeiro do final do século XIX e começo do XX, com foco nas condições de higiene e habitação das classes populares. No caso do artigo destacado no *O Brasil*, a *educação physica* poderia dar ao mesmo tempo sinal e era o motivo da degradação física dos pobres de Londres.

⁴ Em tradução livre: Brasil, seu negócio é.

A publicação de um artigo com essas indicações em um periódico, que era um espaço de atuação política de um grupo de sujeitos influentes na política Imperial, não se deu por mero acaso. Ele serviria de exemplo e alerta para o destino que o Brasil poderia ter se as medidas sanitárias e de *educação physica* não fossem aplicadas adequadamente. Dentro dessa lógica, era possível ver materializado no corpo a degradação de um povo, imprimindo à *educação physica* um caráter de reparadora e de sinal da debilidade.

Seguindo dentro do espectro dos conservadores, em 1852, quando o Ministro do Império era José da Costa Carvalho, foi publicado um grande relatório assinado pelo higienista Francisco de Paula Candido sobre a situação sanitária da cidade do Rio de Janeiro, prescrevendo um conjunto de medidas sanitárias que deveriam ser tomadas e de como essa situação interferia na *educação physica* da população (CANDIDO, 1852). População que, segundo Rugendas (1853), viajante da época, era estimada em quatro milhões de indivíduos e constituída, em sua maioria, por “negros e pessoas de cor”.

Esse relatório de Paula Candido, que circulou para além do documento estatal sobre os negócios do Império, foi publicado no já citado *O Brasil* (1852) e no *O Guanabara* (1852), mostrando que a temática era de interesse de parte do público letrado do período. Temos uma *educação physica* como medida de identificação e recuperadora da debilidade, em que já começa a dar o contorno de quais seriam os ramos da *educação physica* e de algumas de suas intervenções. Pode-se notar, assim, uma *educação physica* bastante ampla, abarcando diversas dimensões da higiene.

Figura 3 - Demografia estimada por Rugendas

LES diverses races d'hommes que l'on remarque dans les États du Nouveau-Monde, et l'immense variété qui les caractérise, offrent à l'observateur, à l'homme d'État, au citoyen, l'aspect le plus intéressant que les sociétés humaines puissent présenter.

On dirait que la civilisation a voulu égaler ou même surpasser les richesses dont la nature a fait briller le règne animal et le règne végétal. Sous ce rapport le Brésil l'emporte sur toutes les autres contrées de l'Amérique, et notamment sur les colonies espagnoles. L'importation des noirs d'Afrique y est bien plus considérable, et les races indigènes y sont bien plus nombreuses : d'ailleurs les colonies portugaises de l'Asie y apportent un mélange de sang malais, chinois, et de celui des peuples de l'Indostan. Voici à peu près dans quelle proportion les diverses races du Brésil sont réparties les unes envers les autres :

La population est de 4,000,000 d'individus.

Blancs 843,000;

Hommes de couleur. 628,000;

Noirs 1,987,500;

Indiens 500,000.

Dans cette livraison et dans quelques-unes des suivantes on tâchera de faire connaître les différentes parties de la population, tant sous le rapport de leurs formes extérieures, que pour ce qui concerne leurs mœurs, leurs usages, leurs occupations. Il est juste d'accorder la première place de ce tableau à l'habitant primitif, quoiqu'il ait été repoussé sur les degrés inférieurs de la société. Qu'il nous soit permis d'abord de nous livrer à quelques observations générales sur l'origine, les migrations

¹ On n'a point eu égard ici à la division en hommes libres et en esclaves, et sous la dénomination d'hommes de couleur sont compris tous ceux qui ne sont ni noirs, ni blancs, ni Indiens.

² Div., 1.^o Cab. — 2.^o Liv.

Fonte: Rugendas, 1853)

Entre os aspectos relacionados à *educação physica* tratados por Paula Candido no referido relatório, encontramos os esgotos, os despejos de imundícies, a limpeza das praias, das ruas e do cais, a mendicidade, as águas, a irrigação e a vegetação, ou seja, uma *educação physica* muito próxima da higiene.

Dentre as medidas para o melhoramento da *educação physica* e da higiene estavam: traçar o alinhamento da cidade, remover as fábricas que não eram salubres, dessecação dos pântanos, sujeitar as amas e as meretrizes a uma inspeção, bem como o estabelecimento da mais vigilante inspeção na *educação physica* da mocidade. Sobre esse aspecto, o médico procurava demonstrar o erro de uma educação voltada somente para o intelectual e para habilidades fora da idade das crianças. Segundo seus argumentos:

Estabelecer a mais vigilante inspeção na *educação physica* da mocidade. Em quanto a escandalosa especulação imbuída com superficialidades não adaptadas ao fim a que se destina a mocidade, e muitas vezes com estudos ou ocupações intelectuais impróprias da idade, reina o maior desleixo na sua *educação physica*,

dando-se-lhe alimentos impróprios da idade, do clima e da estação, não se cuidando do asseio necessário, e fazendo-se a passar em saraus longas horas de vigília. Há até diretores, ou diretoras de colégios transformados em alopatas, homeopatas, sudopatas, comforopatas etc. Tudo se oferece a quem perscruta a marcha da educação da mocidade abandonada; e os pais, que, na sua vaidade, se alegram de ouvir seus filhos falarem em língua estrangeira, quando ignoram até a nacional, mal sabem que chegando a época de entrarem na sociedade achar-se-ão eles com a educação intelectual impropria, a *physica* perdida, e a moral.... não sei como (BRASIL, 1851, p. 17).

A cidade passava a ser vista como um espaço de intervenção e formação da população. Estratégias de intervenção pública seriam tomadas alguns anos mais tarde, no final do século XIX e no começo do século XX, nas polêmicas reformas urbanas por qual passou a cidade do Rio de Janeiro (BENCHIMOL, 1990; CHALHOUB, 1996). Além disso, se tratava da busca de um saber aparentemente visto como científico, técnico e neutro para intervenção na formação dos corpos⁵.

A *educação physica*, pensada como uma das ferramentas da higiene, era uma dessas estratégias de intervenção na formação dos corpos. Intervir na cidade com os saberes da racionalidade higiênica era uma forma de colocar e construir o Brasil como um país de corpos higienizados.

Para se colocar esse projeto de formação e Brasil em prática, não bastava a *educação physica*. Ela deveria estar articulada a outras dimensões da educação e deveria ser desenvolvida em uma série de instituições de caráter formativo, formais ou não. E esta será a temática que desenvolveremos a seguir.

1.4 A educação ganhando corpo

Diversas foram as propostas de articulação da *educação physica* com outras dimensões da educação. Na maioria das vezes, a *educação physica* era ligada à educação intelectual e moral. Buscava-se articular essas três dimensões para uma formação integral, em que elas poderiam possuir diversas configurações e hierarquizações⁶.

Muitos eram os saberes mobilizados para justificar essa formação integral. Por vezes os saberes médicos e higienistas, por vezes os saberes religiosos e outras vezes em articulações e

⁵ Sobre esse tema conferir Chalhoub (1996) e, numa problematização a partir de um referencial foucaultiano, Costa (1988).

⁶ Nesse sentido conferir Gondra (2004).

montagens inusitadas ao olhar do nosso presente. Também eram diversos os arranjos em relação às ideias de instrução e educação. Essa diversidade já foi apontada pela historiografia da Educação e da Educação Física (SCHUELER, 1997).

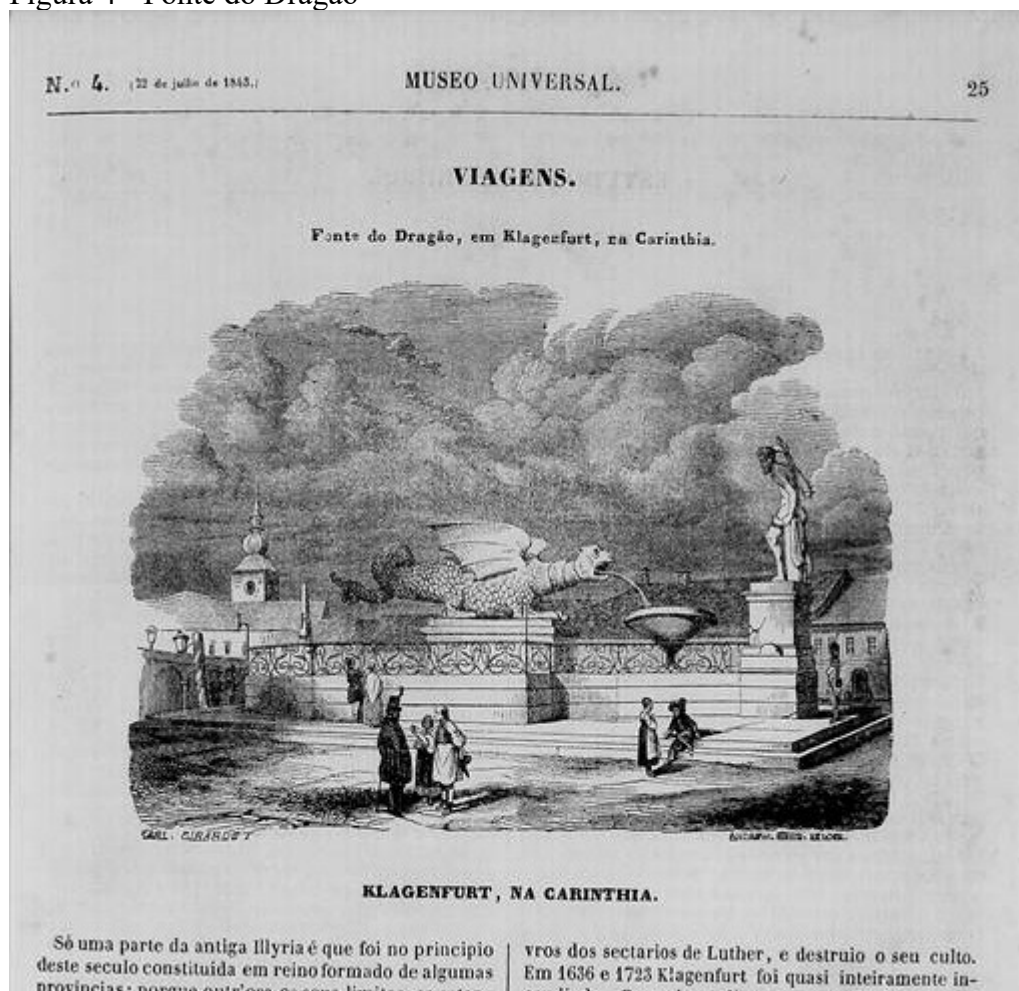
Na documentação analisada foi possível encontrar diversos exemplos de preocupação com alguns modelos de educação integral. Um desses exemplos pode ser observado a partir da formação escolar.

Uma dessas proposições foi encontrada na revista ilustrada *Museo Universal: Jornal das Famílias Brasileiras*, impresso que merece alguns destaques. Segundo Fonseca (2016) e Santana Junior (2019), ele circulou entre 1837 e 1844 e era gerenciado por Junius Villeneuve, francês que também era o proprietário do *Jornal do Commercio*, uma das folhas periódicas mais importantes naquele contexto.

O *Museo* era publicado semanalmente aos sábados, suas edições continham oito páginas e numeração contínua durante o ano. Ao final do ano era possível adquirir o volume completo de uma única vez.

Seus temas eram realmente “universais”: conhecimentos relacionados ao dia a dia doméstico, monumentos e costumes pelo mundo, novidades da indústria, história natural, astronomia, artes, biografias, dentre outros assuntos. Além dessa diversidade, as publicações eram ricamente ilustradas com gravuras importadas da França.

Figura 4 - Fonte do Dragão



Fonte: Museu Universal, 1843)

Dentre essa diversidade de temas, a *educação physica* foi tratada no ano de 1843, em artigo publicado na seção *miscellanea*, assinado por V.P., que tinha como temática principal a educação primária. Tal texto foi publicado em três partes, nas edições 2, 4 e 8 (MUSEU UNIVERSAL, 1843a, 1843b, 1843c).

O autor do artigo publicado no *Museo Universal* tinha uma preocupação central em especificar o que era educação e realizar uma separação entre instrução e educação. Tanto tinha essa preocupação, que ele realiza um debate com M. Matter sobre o que seria a educação, a instrução e diversos outros conceitos como higiene e ginástica. Citando Matter, V.P. escreveu:

Querem outros, porém, que a palavra – educação – se aplique particularmente ao desenvolvimento das faculdades morais, e que se chame – instrução – aos meios de enriquecer as faculdades intellectuais, bem como a ciência que ensina a conservar as faculdades físicas em bom estado se chama – higiene, - e – ginástica – a arte de dar a estas mesmas faculdades, por exercícios proporcionados, o mais conveniente grão de força e agilidade. (MUSEO UNIVERSAL, 1843a, p. 5).

Depois de apresentar diversos entendimentos sobre o que poderia ser a educação, dialogando com autores como Kant, M. Matter e Padre Antonio Vieira, o autor V.P. defende um modelo de educação integral que “deve ser ao mesmo tempo *physica*, intelectual e moral” (MUSEO UNIVERSAL, 1843a, p. 5), e abarcaria tudo aquilo que poderia aperfeiçoar a espécie humana. Assim, para ele, a educação não era somente do moral, mas aquilo que se formaria nos três aspectos elencados anteriormente.

Outros modelos e entendimentos do que poderia ser a educação, que não aparecem diretamente, mas sim como crítica no texto de V.P., nos mostra que existia um debate sobre o que era educar, instruir e formar, bem como higiene e ginástica. Ainda não estava estabelecido o que seria formar, educar e instruir. Existia um amplo e tenso debate sobre a constituição dessas estratégias de intervenção e de como e quais deveriam ser as instituições envolvidas nesse projeto e baseada em quais saberes (SCUELER, 2002; GONDRA e SCHUELER, 2008).

Além da preocupação com o que seria educação, também notamos que o autor estava mobilizando um modelo específico de educação para o caso brasileiro. O autor defendia uma perspectiva de que não era possível importar um sistema da Europa para o Brasil. Era preciso conhecer os métodos para empregá-los e modificá-los para a realidade brasileira.

Segundo Carmen Lúcia Soares (2012), a *educação physica* brasileira foi fortemente influenciada pelas propostas europeias, adaptadas à realidade nacional. Entretanto, no artigo publicado no *Museo*, encontramos um passo além, segundo o artigo: “Métodos, - que se conheçam todos, e que todos se empreguem se mister for; - sistema, - é preciso cria-los.” (MUSEO UNIVERSAL, 1843a, p. 5).

A partir de suas propostas, nota-se que ele defendia a criação de um sistema de educação brasileiro. Não se tratava somente de uma adaptação, existia no debate a possibilidade da criação de um modelo brasileiro, um modelo inédito e construído a partir dos projetos para a construção do Brasil. Um sistema brasileiro para formar uma nação brasileira com um povo igualmente brasileiro. Também notamos a busca da criação de uma certa uniformização do brasileiro. Podemos deduzir essas considerações a partir do seguinte trecho:

Quando falamos em unidade de educação, não creio alguém que é nossa intenção povoar o Brasil de sábios, ou que queremos sopear os gênios; a individualidade é uma consequência necessária, há de manifestar-se sempre: só queremos que todas as classes recebam uma mesma educação primária, para que o general e o soldado, o supremo magistrado e o simples oficial de polícia, o rico e o pobre, sintam, pensem e obrem, a certos respeitos uniformes. (MUSEO UNIVERSAL, 1843a, p. 6).

A partir de seus argumentos, percebemos que sua defesa era de que todo brasileiro deveria ter uma educação comum, claro que guardado as especificidades do lugar social que

viria ocupar cada membro da nação, entretanto, todos deveriam ter uma formação brasileira. Inclusive levando em conta a dimensão *physica* da educação. É também um ponto importante que tal discussão poderia ser encontrada em um impresso de variedades.

Sobre o tipo de impresso que serviu de receptáculo para tal artigo, podemos dialogar com as proposições de Melo (2020c, 2018). Tal impresso tinha ao mesmo tempo um caráter de divertimento em um contexto em que os brasileiros estavam ávidos por novidades e novas maneiras de se divertir e, ao mesmo tempo, esses divertimentos serviriam como uma maneira de formar um Brasil a partir de certas normas de “civilização”.

A proposta da *Museu Universal* era a de ser útil e agradável, de divertir ao mesmo tempo que informava e formava. Como aponta Melo, diversos eram os agenciamentos nesse sentido em uma nova configuração do espaço público como nos clubes e sociedades, no nosso caso específico, o impresso periódico tinha esse elemento útil e agradável.

Não foi somente em revistas impressas ilustradas que notamos uma preocupação com a formação integral. As discussões parlamentares também foram espaços para se confrontar e discutir os projetos de educação para o Brasil e de formação pela *educação physica* dentro da educação integral. Nesses discursos, a preocupação também era com a educação primária e como ela era seria a base para a formação nacional.

Na sessão do parlamento brasileiro do dia 22 de abril de 1850, os deputados discutiam sobre a possibilidade dos bacharelados pelo Licêo da Bahia ficarem isentos de prestar os exames para ingressar nas Academias do Brasil (PARLAMENTO BRASILEIRO, 1850). Dentro dessa discussão, o Deputado Paula Candido, o mesmo do relatório já apresentado, aproveitou o ensejo para colocar no debate outra discussão, a educação primária.

Na visão desse médico higienista e, naquele momento, primeiro secretário do Parlamento, tal discussão não era o ponto mais importante sobre o tema da educação nacional. Para ele, os deputados deveriam se voltar para a base e os alicerces da educação e não sobre a isenção de um Licêo específico.

Em seu tom pomposo e com metáforas bastante didáticas, Paula Candido, argumentava que os olhares sobre a educação nacional estavam voltados para os níveis superior e secundário e não para o que a nação mais precisava, um projeto de educação primária sólido. Segundo suas palavras:

E se confrontarmos, porém, a instrução da educação intelectual com outros ramos da educação nacional, a educação moral e *educação physica*, parece-me que à vista deste quadro desconexo ninguém concluirá que temos proficuas leis a tal respeito. Quem quiser com belas medidas, com bons projetos organizar sobre as bases atualmente em vigor a instrução pública do Brasil, ou melhor, a educação nacional, quem quiser

introduzir nesta educação algum melhoramento aliás em si perfeito, mas em desarmonia com o plano total, vai construir um gigante com pés de barro, e colocar um remendo de purpura em jaqueta de baetão. (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1850, p. 415).

Além de argumentar que não era por falta de boas intenções e de legislações que a educação nacional carecia, Paula Candido segue defendendo que “a falta de instrução é um inconveniente, mas uma má instrução é uma calamidade.” (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1850, p. 415).

E como essa má instrução e educação se constituía na visão de Paula Candido? Os indícios de sua crítica podem ser encontrados em outra sessão do Parlamento, agora em 01 de junho de 1854 (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1854), em que novamente o médico higienista e político voltava a criticar os projetos de educação voltados para os níveis mais elevados de ensino.

Em 1854, também aproveitando a oportunidade de desenvolver seus argumentos em discussão paralela ao tema principal, agora sobre educação comercial, ele soma que também era negligenciada a preocupação com a base da educação nacional e com as dimensões da *educação physica* e moral. Segundo ele:

Temos tratado, digo, da instrução superior; temos mesmo feito alguma coisa pela instrução secundária; temos tratado também da instrução primária; mas por ventura são esses os únicos deveres, quando à educação, de um governo nacional para com o Brasil? Ao lado da instrução intelectual não marcha irrevogavelmente a ela ligada a *educação physica* e a educação moral? Temos por ventura tratado destas questões conexas com o mesmo empenho com que temos tratado da instrução intelectual? Parece-me que não, e mal irá sempre a instrução secundária, mal a instrução superior se o país não tiver a *educação physica* e a educação moral, porque a *educação physica*, a educação moral e a educação intelectual com a instrução constitui a educação nacional em sua plenitude. (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1854, p. 8).

Em seus argumentos, percebe-se que, para que ocorra uma educação nacional, um projeto de educação nacional, era preciso uma preocupação maior com a educação primária e que toda a educação fosse integral em sua dimensão intelectual, moral e *physica*. Paula Candido alerta seus colegas deputados sobre a negligência que se estaria tendo com as outras dimensões se não a intelectual.

A partir dessas discussões o corpo entra em cena nos projetos de discussão de uma educação nacional. Embora mesmo quando negado, o corpo é parte importante dos projetos de educação, pois ele sempre tenta, com mais ou menos sucesso, moldá-lo, regê-lo e adequá-lo aos anseios daquele que educa (VIGARELLO, 2003, CORBIN, 2012; OLIVEIRA, 2006). Nas falas aqui levantadas, percebe-se uma busca clara de que o corpo era elemento central na formação

e que as intervenções sobre ele, por meio da *educação physica*, deveriam ser realizadas de forma consciente e baseada em uma racionalização dos saberes, em especial, os da higiene.

Para se formar um Brasil era preciso estar atento às dimensões da *educação physica*, intelectual e moral. Nada que poderia atuar na formação do humano integral estaria fora das estratégias de intervenção, pelos argumentos de Paula Candido. A educação primária era uma nova instituição, voltada e criada para educar, e a escola deveria ser um dos espaços privilegiados para essa educação integral acontecer.

1.5 A beleza da mulher

Dentro da diversidade do que poderia ser a *educação physica* no período, muitos também eram aqueles que deveriam ser formados por ela. Neste item, falaremos de dois agentes que, em muitos momentos, são elencados como principais para serem formados pela *educação physica*: a mãe e seus filhos.

Na documentação levantada, percebe-se uma *educação physica* relacional entre esses dois agentes. A mãe era colocada como sujeito que deveria ser formada pela *educação physica* em função do seu papel da maternidade e por ser responsável pela educação das crianças. Dentro desse panorama, apresentaremos os debates e os saberes mobilizados em torno dessa *educação physica* de mãe e dos filhos.

No ano de 1840, no impresso *Diário do Rio de Janeiro*⁷, publicou-se na seção *Miscellanea*, que tratava de assuntos diversos, um artigo chamado *Educação physica da primeira infância*, que anteriormente tinha sido publicado na revista de curiosidades *O Panorama* (*O PANORAMA*, 1840a; 1840b). Em *O Panorama*, esse artigo foi publicado em duas partes, uma primeira no número 13 e uma segunda no número 17, em um intervalo de oito dias. Tal texto normatizava, de forma detalhada, como deveria ser a *educação physica* da mãe e das crianças.

Quais eram os saberes e regramentos mobilizados para uma *educação physica* da mãe? Os artigos publicados em *O Panorama* indicam algumas pistas. O primeiro elemento que chamava atenção era a relação entre natureza, religião e medicina, saberes mobilizados para construir uma gramática de como ser mãe.

⁷ O *Diário do Rio de Janeiro* foi o primeiro impresso diário publicado na cidade do Rio de Janeiro. Ele circulou entre os anos de 1821 e 1878.

Iniciaremos pela natureza. Em *O Panorama*, o autor não identificado argumentava que a regra geral para uma boa *educação physica* era a observação dos selvagens e de seus hábitos, pois eles possuíam melhor saúde por estarem mais próximos da natureza ou de um estado natural. Destacaremos dois exemplos: no primeiro, o autor argumenta sobre a vida sexual das selvagens grávidas:

Naquele estado em que o homem natural não está depravado nem pelos bens, nem pelos males da sociedade, a mulher grávida o busca tão pouco a ele como ele a ela. Os povos da América meio civilizada não tinham trato com as mulheres durante a gestação; e, verossimilmente, é esta uma das razões, diz Paw, porque ali nasciam tão poucas crianças disformes e aleijadas, cuja multiplicação se deve mais do que muitos pensão a uma incontidência bruta. Tal é também, sem dúvida uma das causas porque morrem menos mulheres de parto, entre as nações selvagens, que na Europa (O PANORAMA, 1840a, p.1).

Já no segundo, argumenta sobre as vestimentas dos recém-nascidos:

O único meio que há para embargar os vícios de conformação é imitar os povos selvagens, que não conhecem nem faixas, nem barbas de baleia, e que nem por isso em crianças aleijadas. Estudemos sobre esse ponto no livro da natureza: entre os animais cujo único guia é ela, raro é ver algum aleijado ou disforme de nascença (O PANORAMA, 1840b, p. 2).

Embora tal artigo de *O Panorama* defendesse um estilo de vida para as mães próximo ao dos selvagens, não seria uma volta à natureza para o estado “selvagem”. Esse retorno deveria ser regulado pelo saber médico. A proposição era de uma junção de alguns aspectos dos “selvagens” com as descobertas da ciência médica. Era uma forma de articulação do elemento animal do ser humano com a razão, um corpo natural e racional.

Antes apresentamos que a natureza e os animais poderiam servir de molde para a *educação physica* dos humanos. Agora, percebe-se um passo além, uma própria classificação do ser humano mais próximo da natureza, o “selvagem”, que serviria de exemplo corretivo para o enfraquecimento dado pela vida urbana. Uma natureza regulada e, ao mesmo tempo, mestra de como formar o corpo.

A relação entre medicina e *educação physica* já foi elencada neste trabalho. Entretanto com relação à mulher mãe, alguns pontos podem ser destacados. Além da já citada articulação com a “natureza”, percebemos um debate internacional sobre o assunto. Uma discussão que não tinha uma via somente do norte para o sul, mas também do sul para o próprio sul.

Em um artigo publicado em 1840, na *Revista Médica Fluminense* com o título *Do abuso dos vomitórios e purgantes*, assinado pelo Médico José Pedro de Oliveira, de Montevideo (OLIVEIRA, 1840), podemos ver uma defesa do combate aos charlatões e aqueles que exerciam a medicina de forma indevida em sua visão. A discussão sobre a medicina e aqueles

não autorizados pelo saber médico, genericamente chamados pelos esculápios de “charlatões”, já foi bastante abordada pela historiografia (PIMENTA, 2019; 2018; PIMENTA e DANTAS, 2014).

Dentro desse combate, o Dr. João Pedro de Oliveira chegava até às mães. Ele afirma que elas, indicadas por charlatões, acabam ministrando indiscriminadamente purgantes aos seus filhos. Segundo esse médico, os charlatões indicavam esse tratamento para doenças como constipação, aftas, raquitismo, convulsões, epilepsia e outras doenças infantis. Ainda, segundo ele, esses seriam tratamentos inadequados e as doenças infantis deveriam ser tratadas por outro caminho: a medicina.

O tratamento prescrito passava por seguir os preceitos higiênicos e dos “carinhos esclarecidos das mães”, evitar o uso das amas de leite e uma boa e higiênica *educação physica*. No caso do uso das amas de leite, era realizada uma crítica a essa prática por ser antinatural e que era utilizada para que as mulheres não exercessem seu papel “natural” e “sagrado” de mães. Assim, para uma adequada *educação physica* da mãe e do filho, a amamentação por amas era contraindicado.

Ainda segundo os artigos publicados em *O Panorama* (O PANORAMA, 1840a; 1840b), com o argumento da natureza como a mestra da *educação physica* das mães e crianças, era defendida que a mãe, por um estado natural, deveria ser a responsável pela *educação physica* das crianças. Outro elemento era somado a sua responsabilidade “natural”, a obrigação de sua “função sagrada”. O autor realizava uma articulação de saberes do mundo natural balizados pelo saber médico, em conjunto com saberes religiosos da suposta “função sagrada” da mulher. Segundo seus argumentos:

A natureza encarregou especialmente às mulheres dos cuidados da primeira educação: são estes cuidados para as mães obrigação sagrada, a quem sem crime se não podem esquivar; e é da observância ou infração desta lei que depende principalmente a sorte feliz ou infeliz dos homens (O PANORAMA, 1850a, p. 1).

Para exercer tal função, a mãe precisa ser formada. Dentre os diversos aspectos de sua formação, destacaremos a *educação physica*. Um exemplo marcante foi a publicação de uma série de “cartas”, em 1853, no *Periodico dos pobres*. Essas cartas se tratava de uma série de direcionamentos didáticos para as mães. De autoria desconhecida, seu título era *Cartas de Adelaide a sua Amiguinha Amelia* (PERIODICO DOS POBRES, 1853).

Funcionavam como uma troca de cartas entre duas amigas fictícias sobre temas relacionados ao que se esperava das mulheres, no caso analisado, da educação dos filhos. Tinha como estilo as parábolas e contos sobre os temas tratados e de uma leitura bastante simples.

Essas cartas eram uma maneira de formar as mulheres a partir de uma leitura útil e agradável, que teria como objetivo constituir mulheres higienizadoras.

Sobre a *educação physica*, a primeira prescrição era que os pais, em especial as mães, deveriam estar atentos que ela, a *educação physica*, não deveria ser esquecida e deveria ser cuidadosamente ministrada. O argumento determinava a *educação physica* como a base e a primeira de todas as outras educações e que, sem uma constituição forte, nem a inteligência e nem a moral poderiam frutificar. Segundo seus argumentos:

Continuemos a falar da *educação physica* dos meninos, porque muito interessante é ela, para que se deixe de mão: muitos pais a tem em linha de pouco preço: mas coitados! – que não sabem que é ela uma das primeiras bases para a saúde e vida de seus filhos, que também um dia serão pais (PERIODICO DOS POBRES, 1853, p. 3).

Percebe-se nos argumentos que era importante a formação dos futuros filhos e pais da nação tendo a *educação physica* como base. Nas proposições das cartas, são prescritos banhos frios, ar fresco e frio, e que desde cedo as crianças deveriam estar acostumadas a resistir as intempéries e aos elementos do mundo natural. A crítica à vida urbana como enfraquecedora seria mais uma vez realizada. Além de uma boa primeira educação, a *educação physica* deveria ser uma educação que se aproximasse de uma natureza regulada pela higiene.

Figura 5 - Capa do Periódico dos Pobres



(Periodico Dos Pobres, 1853)

Como exemplos de povos de boa *educação physica*, as cartas levantam os povos do norte da América, não os urbanos, mas os nativos, que seriam “fortes e robustos” e acostumados a resistir aos desafios e intempéries naturais. Também nas cartas eram elencados que a formação não era para constituir somente sujeitos fortes. Essa formação visava forjar indivíduos completos em todas as dimensões da educação. Seguindo com os argumentos das cartas:

O meu maior desejo, relativo ao modo de vida de meus filhos, é que eles sigam a carreira das letras, e que nelas muito se distingam, mas também desejo muito, que ao talento que tiverem, se ajunte uma constituição forte, para que, se as circunstâncias os obrigarem, eles possam abraçar este, ou aquele meio de vida mais, ou menos rústico (PERIODICO DOS POBRES, 1853, p. 3, p. 3).

Voltando ao *O Panorama*, as prescrições da formação das mulheres também eram encontradas em seus artigos. Segundo eles, para exercer sua função sagrada e natural de mãe, as mulheres deveriam ser educadas fisicamente, seguindo uma série de prescrições.

Elas iriam desde o momento da gestação e a *educação physica* da mulher deveria ser altamente normatizada e regulada pelos saberes médicos. O autor constrói uma gramática de prenhez para as mulheres, que regularia a alimentação, as vestimentas, o sono, os ares respirados, os exercícios, os divertimentos e as paixões, tudo sob o signo da temperança, com o intuito de melhorar a *educação physica* dos futuros filhos da nação. A seguir, algumas de suas normatizações:

Logo depois da concepção começam os deveres maternos. Tanto que a mulher conhece que está grávida deve, para sua própria conservação e de seu filho, moderar os apetites e paixões, fazer exercício proporcional às suas forças, e submeter-se a um regime conforme com a sua idade, constituição e estado. Podem-se estabelecer, como regra geral para as mulheres grávidas, os seguintes preceitos: 1º Que respirem ar puro, sereno, temperado, não úmido, nem encarregado de apores fétidos ou doentios; 2º Que usem de alimento de fácil digestão e se abstenham de carne salgada, ou muito cheia de adubos, de massas, e, em uma palavra, de todas as substâncias tenazes, pesadas e compactas. Durante a prenhez as mulheres devem ser mais sóbrias, e acauteladas que em outro qualquer estado. A moderação em tudo é o meio certo de as dispensar de terem de valer-se de remédios, embargando as causas que os tornam necessários. 3º Devem beber pouco vinho, e raras vezes sem água; abster-se inteiramente de bebidas espirituosas; e não beber café senão de tempos a tempos; porque o uso habitual desta bebida tem causado vários maus sucessos. 4º O exercício a cavalo, ou de sege, a dança e os trabalhos penosos ou violentos muitas vezes tem sido funestos: os passeios a pé, os exercícios leves e moderados não só são úteis, mas também indispensáveis. 5º As mulheres grávidas não devem deitar-se tarde; antes, pelo contrário, devem dormir mais do que tem costume. 6º Muito proveitoso lhes é conservar a paz e tranquilidade de animo, e distrair-se com jogos e divertimentos. 7º É importante que se abstenham de sangrias, e de vomitórios, e de purgantes, que, por ignorância, muita gente julga serem necessários na prenhez, convido isso apenas em mui limitado número de casos. 8º Enfim os vestidos das mulheres grávidas devem ser amplos e não as apertar.” (O PANORAMA, 1840a, p. 1).

As normatizações seguiam após o nascimento do infante. Continuava relegada à mãe as responsabilidades pela formação da *educação physica* da criança, em uma lógica binária, em que uma boa ou má saúde e o futuro feliz ou triste da criança seriam determinados pelo respeito ou não às regras da *educação physica*. Em suas palavras:

É na infância que se lançam os fundamentos da boa ou má saúde; e a fonte mais fecunda das enfermidades que tornam a existência desgraçada, encontra-se não só nos erros dos autores dos nossos dias, mas com particularidade ainda mais nos vícios da educação. É certo que a criança mais bem disposta degenera brevemente por esta causa, e se torna fraca, languida, e sujeita a dores e moléstias para toda a vida, se não sucumbe logo a elas (O PANORAMA, 1840a, p. 1).

A prescrição inicial da *educação physica* para as mães em relação aos seus filhos ganhava destaque com os cuidados com a criança recém-nascida. Segundo o autor:

O grande número de envoltórios e panos em que embrulham as crianças, no uso de faixas, e na grande quantidade de alimento que lhes dão, nos remédios que lhes ministram sem tento, e sem necessidade, nas branduras a que os habituam, quando os pais são abastados, nas paixões nocivas que neles desenvolvem e fomenta e nos estudos prematuros (O PANORAMA, 1840a, p. 1).

Ainda, articulado com a natureza, os cuidados excessivos poderiam enfraquecer as crianças. Cuidados em demasia, que teriam aumentado a partir da vida urbana, estariam enfraquecendo a infância. Segundo ele, a debilidade e languidez das crianças deviam-se à sua falta de ação e desenvolvimento dos movimentos. Uma *educação physica* voltada pela natureza e regulada pelo saber médico da higiene seria uma estratégia de intervenção para se modificar esse enfraquecimento. Sendo a *educação physica* a base para o desenvolvimento dos outros ramos da educação.

Assim, para seguir a natureza, além de receber cuidados na medida determinada, os implementos como faixas e qualquer outro recurso que modificassem a forma natural do corpo eram condenados como não saudáveis e que poderiam causar deformidades e doenças para o resto da vida da criança. Neste ponto, além do argumento da natureza, os conhecimentos da fisiologia eram mobilizados para legitimar as formas de *educação physica* da criança. Segundo seus argumentos, as faixas poderiam “constranger a circulação, tornar os humores estagnados, e produzir afluência de sangue para a cabeça ou para o peito” (O PANORAMA, 1840a, p. 2).

A busca pelo vigor das crianças também era um dos objetivos da *educação physica*. Alguns elementos desse ramo da educação eram mobilizados com esse intuito. Para esse fim, eram prescritos banhos frios, dormir em camas duras e em ambiente arejado, além de posições corretas no sono. Todas as prescrições para o vigor tinham em comum a ênfase em atividades que causassem desconforto ao corpo. A lógica era que o corpo precisava ser fortalecido a partir da resistência às intempéries. Segundo seus argumentos:

Em geral é essencialíssimo habituar as crianças a uma vida áspera e ativa: bom seria até que lhes fizessem suportar algumas privações, e que soubessem o que é a fome, a sede, e principalmente a fadiga. É-lhes proveitoso saber que o apetite é o melhor cozinheiro, e o único de estimar. Estes meios não contribuem pouco para fortificar os órgãos, assegurar a saúde, e prolongar a vida. Nada debilita mais, nem predispõe tanto para padecer enfermidades, que pretender resguardar as crianças do menor sopro de vento, e tel-as muito abafadas, encher-lhe o estomago de alimentos delicados, e consentir-lhes o uso de vinho, do café, do chocolate, e dos temperos irritantes. (O PANORAMA, 1840b, p. 1).

Na busca pelo vigor e fortalecimento do corpo pela *educação physica*, era indicado que as mães deveriam estar muito atentas à alimentação das crianças e a regra geral seria a mesma dos outros aspectos, seguir a natureza.

Segundo o autor, a natureza recomendava que não se alimentasse as crianças mais do que o necessário e que o leite materno era a nutrição mais indicada para os recém-nascidos, trazendo benefícios em caráter relacional para a mãe e para a criança. Segundo ele:

A mãe deve oferecer o peito ao filho logo que ele mostra vontade de mamar. O primeiro leite que dão os peitos é um soro claro, acidulo, chamado de mecônio, que se ajuda nos intestinos do feto durante a gravidez. Fácil é de perceber que quando a criança é privada deste primeiro leite, fica exposta a doenças mortais, que o colostro tem a propriedade de impedir. Assim, esta substância é um remédio preparado pela própria natureza: mas, se a criança recém nascida recebe um benefício de sua mãe, no mesmo instante lhe paga, livrando-a de um humor lácteo superabundante, cuja afluência continua para os peitos os dilata, incha, e neles produz vivas dores e outros acidentes perigosos. (O PANORAMA, 1840a, p. 2).

Ele seguia argumentando que a natureza contraindicava “gordices”, vinhos e “narcóticos” para as crianças. Também era condenado, mais uma vez, o uso das amas de leite. Era defendido, dentro desses argumentos, a implementação de um novo modelo de família em que a mãe era a responsável “natural” pelo cuidado dos infantes. E uma família que deveria ser regulada pelos saberes dos especialistas em educar, pois ouviam a natureza, nesse caso, os médicos.

Ainda segundo seus argumentos, a preocupação com a qualidade dos alimentos deveria ser maior do que com o aumento da quantidade. Para ele, além de evitar os excessos, os caldos não fermentados, a açorda com açúcar, as especiarias, doces e pasteis nunca deviam ser ministrados para as crianças, por causar problemas de saúde como azias, cólicas, diarreias e convulsões. Além desses, qualquer alimento que pudesse causar “excitações” nas crianças não poderiam ser ministrados.

Outro ponto chave em sua argumentação eram as críticas à “falsa” crença de que as crianças “gordas” eram mais saudáveis. Segundo ele aponta, era justamente o contrário, que o excesso de peso era sinal de má saúde. Além disso, seguia criando regramentos para cada refeição em cada idade, contudo o argumento geral era sempre o mesmo: procurar alimentos simples, mais leves e de fácil digestão, seguir a natureza e a busca da temperança.

Além dos aspectos elencados, um ramo destacado da *educação physica* nos artigos de *O Panorama* foram os exercícios físicos. É dado um destaque tão grande a esse ramo, que o autor afirma que “todos os preceitos que temos dado seriam inúteis e a criança ficaria sempre débil, se desprezassem o exercício, cujo desejo nasce com o homem” (O PANORAMA, 1840a, p. 1).

Os exercícios eram indicados desde o nascimento das crianças, mesmo enquanto ela ainda não poderia se locomover sozinha. Nesses casos, era responsabilidade das amas ou mães

movimentar os membros superiores e inferiores das crianças, embalá-las e realizar passeios ao ar livre.

Quando as crianças já se encontravam com maior mobilidade, era prescrito que elas andassem ao ar livre, que fizessem carreiras, saltos e outros exercícios “preciosos”, contudo, observando para não realizar em demasia. O cansaço era o sinal de que o exercício deveria ser interrompido, dando à natureza da criança o limiar de esforço a que ela deveria ser exposta.

No caso do exercício, a moderação era também elemento importante na normatização, chegando ao ponto de comparar os males do excesso de exercícios com aqueles advindos do trabalho dos lavradores e dos artífices. Segundo o artigo, com exercício em excesso “os órgãos endurecem, o corpo envelhece mui cedo, e por consequência não se desenvolve inteiramente, nem cresce quanto devia crescer.” (O PANORAMA, 1840a, p. 1).

Também era oferecida uma solução para os casos da impossibilidade dos exercícios. As massagens eram um meio de se alcançar os benefícios dos exercícios por meio da circulação sanguínea produzida pela fricção da pele.

Embora fosse dada grande ênfase aos exercícios, nenhum método mais sistematizado era indicado e nem nenhum modelo gymnastico específico. Assim como nos casos anteriores, a regra geral era seguir a natureza. Se ela fosse seguida, as crianças se desenvolveriam de forma adequada e as mães poderiam exercer sua “função” prescrita pela natureza e sua “divina” missão.

Sua “função” também poderia ser dotada de um componente religioso. Em artigo *Os deveres da mãe de família*, de 1852, assinado por C. S. Gipense, no *Periódico dos Pobres*, eram apontados os deveres “sociais, religiosos e maternais” das mulheres.

Segundo o artigo,

A mulher tem, assim como o homem, deveres sociais e religiosos; mas além deste tem a mãe de família deveres maternais, que dão a mulher um poder e uma importância acima de todos os homens. Sim, é tal a influência da mulher sobre os homens no que diz respeito a educação dos filhos que com muita razão disse Rousseau: - os homens serão sempre aquilo que as mulheres quiserem que eles sejam. (GIPENSE, 1852, p. 3).

A partir desse artigo, podemos perceber que às mulheres eram dadas um papel central na educação dos futuros brasileiros e a *educação physica* era uma das ferramentas para esse fim. Sem uma educação e uma *educação physica* que proporcionasse às mulheres a possibilidade de se educar bem, a construção de um povo educado estava posta em xeque.

Esse argumento acabava por colocar como uma das responsabilidades das mulheres o fracasso e o sucesso da construção de um povo brasileiro. Se a educação fosse realizada de

forma ineficaz, os homens seriam “ruins” e o inverso era verdadeiro nessa lógica. Dessa forma, deveria ocorrer uma moralização da mãe para a criação de uma boa sociedade.

Gipense segue afirmando que as mulheres são as responsáveis pelos cuidados e da educação dos filhos, em suas palavras:

De boa ou má educação que a mãe dá ao filho quando menino, é que depende o bom ou mal caráter do homem, e por isso cumpre que as mulheres sejam bem-educadas, para que conheçam devidamente toda a extensão e a sublimidade do encargo de educar os filhos, porque só assim estes poderão vir a ser bons cidadãos e amigos da sua pátria. (GIPENSE, 1852, p. 3).

E, segundo os argumentos desse artigo, um dos hábitos que poderiam prejudicar tal função sagrada e social da mãe eram os divertimentos como leitura de romances e “fococas”. Ponto curioso como os divertimentos em muitos momentos eram colocados como formativos, entretanto, na formação da mãe, alguns divertimentos poderiam dificultar sua “função” de “zelar e velar na *educação physica* e moral dos filhos, cuidar no serviço doméstico e distribuí-lo convenientemente” (GIPENSE, 1852, p. 3) e estariam atrelados às críticas à vida urbana, como elemento enfraquecedor da mulher.

Esses divertimentos eram mais uma vez associados a uma vida antinatural. Era preciso fortalecer as mulheres para resistir às tentações dos divertimentos e, ao mesmo tempo, moralizá-las, para que exercessem as funções determinadas para elas pela sua “natureza divina”.

A questão do regramento dos divertimentos era levantada em outros artigos que prescreveram a *educação physica* das mães. No ano de 1852, na sessão de variedades do Jornal *O Globo*, foi publicado o artigo *Deveres da Mãe de Família* (O GLOBO, 1852) de autoria desconhecida.

Podemos perceber, nesse artigo, a defesa de um modelo de mulher e mãe voltada exclusivamente para a constituição da família e que alguns divertimentos eram tidos como empecilhos para tal função. Segundo as palavras do artigo:

Não é da missão da mãe da família o empregar o seu tempo na leitura de romances que muitas vezes em lugar de instruir e moralizar, corrompe e vicia o espírito; nem o de estar cravada em uma janela noite e dia, analisando a quem pela rua passa, zombando deste, escarnecendo daquele; não: a missão de uma matrona é mais sublime, é zelar e velar na *educação physica* e moral dos filhos, cuidar no serviço doméstico e distribuí-lo convenientemente. (O GLOBO, 1852, p. 3).

Outro exemplo nesse sentido pode ser encontrado em *O Liberal*, de 1853 (B. A. L., 1853). Tal artigo era assinado pelas iniciais B.A.L. e fazia parte de um opúsculo intitulado *Oposculo Humanitario*. No trecho em que se tratava da *educação physica*, o autor argumentava

que a *educação physica* era mal compreendida e que ocorria um grande erro nesse ramo da educação das mulheres.

Em argumento pouco usual na documentação levantada, o autor defendia que o desenvolvimento de certos dotes artísticos e estéticos eram perda de tempo e luxos excessivos na *educação physica* e geral das futuras mães. Em suas palavras:

Tocar um instrumento de música, desenvolver suas graças aos olhos de alguns moços ociosos e corrompidos, dissipar os bens de seus maridos em loucas despesas, eis a que se reduzem os talentos de grande parte das mulheres nas nações mais civilizadas. As consequências de semelhante sistema são tais como se pode esperar de uma fonte tão depravada: a miséria particular, e a servidão pública (B. A. L., 1853, p. 3).

Após essas críticas, o autor apresentava que uma boa educação para as mulheres era aquela que fortaleceria seu corpo e sua moral. E defendia que a mais bela das mulheres não seria aquela dotada de talentos musicais e de “graças”, bela era a mulher preparada fisicamente e moralmente para ser mãe, governar a casa e a educação dos filhos.

Mais exemplos foram encontrados nesse sentido. Nas cartas publicadas no *Periodico dos Pobres* (PERIODICO DOS POBRES, 1853), era defendido que a mulher fortificada pela *educação physica* poderia não parecer tão bonita à primeira vista, por não estar dentro dos ditames da moda, entretanto era a mais adequada para se tomar como esposa. Em artigo publicado na *Marmota da Corte*, na seção de variedades, também é encontrado argumento semelhante.

A mudança no modelo de família, aqui indicado pela escolha do que seria uma mulher bela para se tornar esposa, estava intimamente ligada à construção de uma nova nação. Assim como no *Periódico dos Pobres*, que argumentava que a boa *educação physica* da mãe era imprescindível para o sucesso ou não da *educação physica* dos filhos da nação, I. B. Pinto Junior, em artigo publicado no Diário do Rio de Janeiro, em 1853, intitulado *Da mulher e dos seus deveres na sociedade* (PINTO JUNIOR, 1853), trabalhava com a mesma lógica argumentativa.

Nesse artigo, o argumento central era que a *educação physica* era a primeira educação das crianças e que por dotes naturais e divinos, essa educação era de responsabilidade das mães. Segundo seus argumentos:

Ao nascimento dos filhos segue-se a sua criação e sua *educação physica*, porque ao depois a moral é de ordinário em grande parte confiada ou aos pais, ou mesmo a pessoas estranhas, que nesse dificultoso mister se ocupam (PINTO JUNIOR, 1853, p. 2).

Depois de formar pela *educação physica*, a primeira educação, somente os aspectos da educação religiosa e moral deveriam se tornar preocupações das mães e, apenas, por último, a educação das ciências e das artes. A partir de tais argumentos percebe-se que a *educação physica*, a formação corporal em seus vários aspectos, era vista como a base para toda a educação da criança e a mãe era a responsável por ser a educadora *physica* da infância.

Tal lugar colocava à mulher-mãe uma responsabilidade central na construção da nação brasileira. A partir de uma formação natural, higiênica, moral e religiosa, a mulher, supostamente, seria capaz de reger a *educação physica* de seus filhos, o futuro da nação.

Proposta nesse sentido também foram encontradas nas discussões parlamentares. Mais uma vez, Paula Candido usou o púlpito para defender as estratégias da *educação physica* durante as sessões do Parlamento brasileiro.

No ano de 1843, Paula Candido, em defesa da *educação physica*, apresentou o papel da mulher dentro da educação das crianças e sua conseqüente influência na reforma da nação. Segundo ele:

Senhores, eu estou persuadido que o melhor meio de instruir um povo, de reformar a educação pública, é ter grande cuidado com o sexo feminino. É rara a mãe que sabe ler cujos filhos não o saibam igualmente; seus costumes e moralidade são fielmente transmitidos aos filhos, etc. Porém nós não tratamos de nada disto; ocupamo-nos em discutir política, leis, etc., palavões grandes etc (PAULA CANDIDO, 1843, p. 249).

A partir do exposto, percebe-se que a mulher-mãe educada pela *educação physica* era peça central na construção de filhos fortes e saudáveis necessários para a construção da nação brasileira. Essa formação física da mulher era ditada pela articulação entre diversos saberes e poderia apresentar formas diversas, o que era consenso entre aqueles que trataram da *educação physica* da mulher nas fontes pesquisadas era que cabia à mulher se voltar para o seu papel de mãe e fortificar o corpo para resistir aos elementos enfraquecedores da vida urbana. Bela seria a mulher educada pela *educação physica*.

1.6 Uma ideia ampla

Até aqui já demonstramos como a *educação physica* estava circulando em diversos espaços de discussões. Poderia estar atrelada ao debate médico, como suporte de autorização para a entrada ou não em um concurso, relacionada à domesticação animal, na construção da

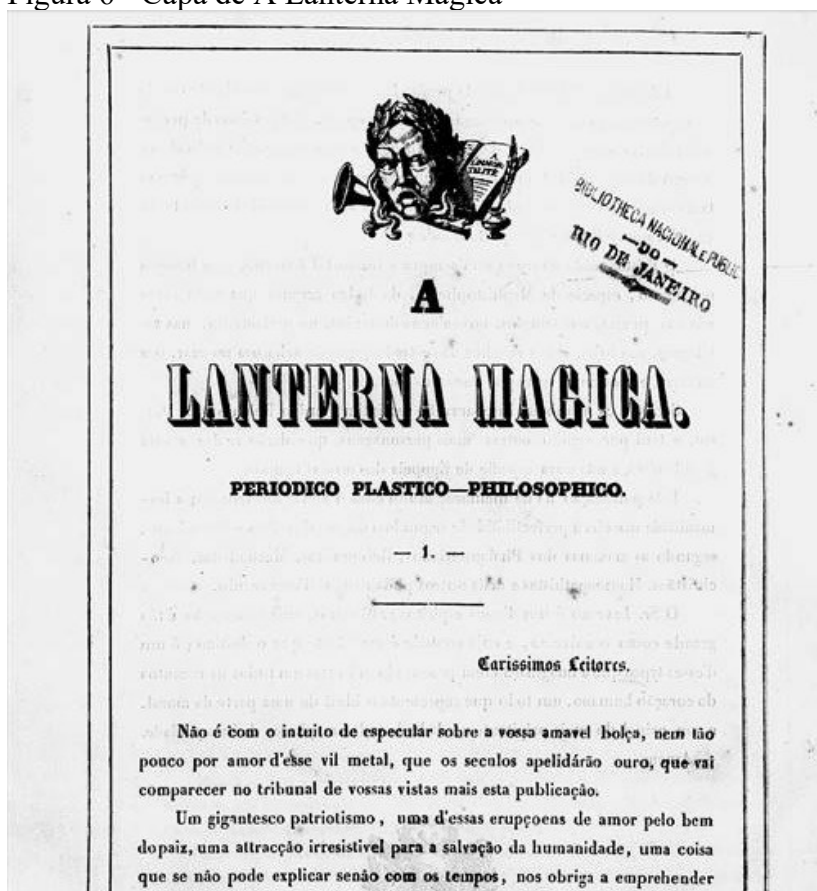
cidade e na educação da mulher e das crianças. A partir da documentação analisada, percebemos que o espectro de sua ação tinha fronteiras flexíveis.

O corpo entrava em cena como um dos protagonistas das estratégias educativas e a *educação physica*, não constituída como uma intervenção necessariamente relacionada aos exercícios corporais, era entendida como o ramo da educação responsável por fortalecer e educar o corpo das futuras gerações.

Para servir como mais um exemplo de como a *educação physica* entrava para o léxico daquele presente, podemos encontrar algumas peças de teatro e obras de ficção em que tal tipo de intervenção era citada. Como exemplo de obra de ficção, encontramos uma crítica sobre o livro *Os dous matrimônios malogrados*, publicado em 1846, no impresso *O Nova Minerva* (O NOVA MINERVA, 1846). O crítico julgava que o livro era extenso em demasia por dar muita atenção aos aspectos da *educação physica*, entretanto, ao mesmo tempo, a fragilidade do livro era um de seus pontos interessantes para o crítico, pois poderia higienizar ao mesmo tempo que divertia.

Encontramos mais um exemplo desse tipo, só que agora em obra de teatro, em 1844, no impresso *Lanterna Mágica periódico plástico-philosofico*, impresso voltado para o teatro, que publicava textos de montagem daquele período.

Figura 6 - Capa de A Lanterna Magica



Fonte: Lanterna Mágica, 1844

Na peça *Laverno e Belchior*, a *educação physica* aparece em uma das cenas em que era elogiada a implantação de tal educação entre os habitantes da cidade do Rio de Janeiro pelo professor estrangeiro Lavernoff, de forma a complementar a educação integral. Segundo o texto:

O senhor Lavernoff acaba de chegar à Côrte do Rio de Janeiro, e penhorado do gênio afável, e hospitaleiro dos habitantes do Brasil tem resolvido aplicar-se à *educação physica*, moral e intelectual da mocidade brasileira. O Senhor de Lavernoff a quem são familiares as línguas mortas, vivas, moribundas, nascidas, e por nascer, e aquém são conhecidos os mais recônditos arcanos de todas as ciências ainda as mais difíceis e occultas fará desenvolver as qualidades physica por tal arte que facilmente poderá cada aluno emprender, e acabar todos os trabalhos de Hercules sem exceptuar um só! (LANTERNA MÁGICA, 1844, p. 4).

As relações entre a *educação physica* e as influências estrangeiras, especialmente europeias, foram abordadas no trabalho clássico de Carmen Lúcia Soares (2012), entretanto, nesse trabalho, era dada especial atenção aos métodos europeus de ginástica. Na documentação pesquisada, encontramos indícios de influências ou inspirações a partir de experiências de viajantes pela Europa, todavia, nesse caso, relacionado à *educação physica* de forma ampla.

Em 1844, no impresso *Minerva Brasiliense*, na seção literatura, foi publicada uma carta referente à viagem do oficial de artilharia do exército brasileiro, Francisco Primo de Souza Aguiar (AGUIAR, 1844). Tal carta descrevia sua passagem por Paris e como ele tinha se impressionado com a cidade. Seu relato dava especial atenção, em forma de elogio, à arquitetura das diversas partes da cidade francesa. Após a descrição da cidade, ele começa a fazer um exercício de comparação entre o sistema de educação francês e o brasileiro. Para tal viajante, o sistema francês era superior nos quesitos da *educação physica*, parte da educação relegada, em sua visão, no Brasil. Segundo ele:

A instrução pública deve ser o primeiro cuidado de um governo. Da sua má direção resulta grande parte dos nossos males. Não podemos lisonjear-nos de ter-mos um bom sistema de educação intelectual e moral; e a *physica* mesma é muito defeituosa.” (AGUIAR, 1844, p. 333).

Embora na visão de tal viajante a *educação physica* fosse “muito defeituosa”, encontramos indícios sobre a preocupação para se construir modos de educar fisicamente no Brasil. Esse tema será tratado com profundidade ao longo dos próximos capítulos, contudo, em nível de exemplo, apresentaremos uma proposta que foi publicada no folhetim *Pharol Constitucional*, no mesmo ano de 1844.

Tal proposta se inicia convidando o leitor a refletir sobre a imagem de um jardim. O texto tentava causar no leitor a imagem de um jardim com plantas diferentes, todas com funções e belezas distintas. Além da diversidade nesses aspectos, seus cuidados também eram diversos e específicos para cada planta que se encontrava no imaginário jardim.

Era com essa metáfora que a *educação physica* foi tratada no folhetim. Segundo o autor, a educação poderia ser separada em duas grandes dimensões, uma do pensar e outra do sentir. Ambas eram importantes e deveriam ocorrer em equilíbrio. Caso elas fossem desequilibradas a pessoa entraria em “deplorável desgraça” (PHAROL CONSTITUCIONAL, 1844).

No cultivo desse jardim, a *educação physica* estaria ligada à educação do sentir. Seria por meio das sensibilidades que as crianças apreenderiam sobre o meio que as cerca. Também era alertado sobre as debilidades que poderiam ocorrer caso a *educação physica* não fosse adequada. Se pervertidos os órgãos de sentir, toda a existência estaria arruinada e na “*educação physica* se compreendem as práticas de que cumpre usar para fugir de tão funesto resultado” (PHAROL CONSTITUCIONAL, 1844, p. 2).

A metáfora do jardim servia como forma de apresentar a *educação physica* para as crianças, contudo esse público não era o único que deveria ser ensinado. Nesta tese, já apresentamos as mães como objeto da *educação physica*, todavia, em maio do ano de 1847,

surge um curioso anúncio em que o médico Antonio José Pereira das Neves, recém-chegado da Europa, oferecia seus serviços para cuidar da educação e *educação physica* dos filhos dos loucos.

Esse médico dizia ser especialista na cura de alienados e defendia que era importante uma regulação médica da *educação physica* e moral dos filhos dos loucos, para que eles não incorressem no mesmo destino dos pais (NEVES, 1847). Segundo ele:

Encarregar-se-á também de dirigir a educação conveniente aos filhos nascidos de pais alienados, para evitar que estes se tornem loucos pelo decurso do tempo; o que muitas vezes sucede quando a *educação physica* e moral destas crianças tem sido mal dirigida ou abandonada (NEVES, 1847, p. 4).

Além das consultas pagas, ele também oferecia consultas gratuitas aos pobres em sua casa na Rua da Imperatriz, 82. Nesta tese não analisaremos as relações entre a *educação physica* e a loucura ou como ela poderia estar atrelada às obras de ficção. Vale aqui demonstrar como a *educação physica* poderia circular e abarcar espaços, saberes e agentes muito diversos dentro do período pesquisado.

A *educação physica* circulava em diversos impressos da cidade, em matérias e estilos jornalísticos distintos, fazia parte dos discursos parlamentares e era vista como um modo de formar o físico da nação brasileira. No próximo item, apresentaremos mais uma das possíveis intervenções da *educação physica*, o canto.

1.7 Cantar a nação

Foi publicado na primeira página do *Diário do Rio de Janeiro*, no ano de 1854, um artigo assinado por Addus Calpe sobre a educação moral. O artigo defendia que naquele século pouco se tinha avançado no quesito de educação moral e buscava na antiguidade, mais especificamente em Sêneca, Cícero e Marco Aurélio, modelos que deveriam ser seguidos.

No caso da *educação physica*, apresentava que era preciso articular *educação physica*, literária e moral para “civilizar” o Brasil e criar o “caráter” nacional. Segundo seus argumentos:

A educação literária por si só é insuficiente para civilizar o povo e formar um caráter nacional. Os costumes são o fundo deste e a base sobre que estriba aquele. Para que a educação literária surta bons efeitos devem-se-lhe juntar inseparáveis irmãs, a *educação physica*, e principalmente a moral, porque sem esta última as letras são peçonha. (CALPE, 1854, p. 1).

Esse tipo de projeto de articulação entre a *educação physica* e moral já foi analisado na historiografia. Referência importante sobre o tema é o livro de Gondra (2004). Todavia, o que procuramos destacar era a ideia de que a educação integral era levantada pelo artigo Addus Calpe e elevada como a base para a formação do “caráter” nacional.

Esse entendimento foi regular na documentação. O que podemos perceber dentro dessa regularidade é que pelo menos dois projetos estavam em jogo. Um que pensava a educação como a base de uma reforma da nação, ou seja, modificar, porém mantendo aspectos antigos; e outro que buscava a construção de uma nova nação a partir de novos alicerces. Nesse item apresentaremos dois exemplos desses projetos.

Um projeto de caráter reformista pode ser encontrado nas falas do Deputado Paula Candido. Em 1843, no púlpito do Parlamento Brasileiro, o deputado apresentou sua visão de uma indissociabilidade entre instrução pública e a educação integral. Fazendo uma crítica ao governo, Paula Candido afirmava que não era possível pensar em um projeto de construção nacional sem a integração entre a instrução com a *educação physica*, intelectual e moral.

O governo nos fala de instrução pública, mas, senhores, aqui não concordo com o governo, não acho que a instrução seja um ramo de administração que possa considerar-se separado da educação nacional. A instrução intelectual e moral vão juntas com a *educação physica*, isto é o que constitui a educação da nação, não se pode separar qualquer destes ramos dos outros, é um todo. Eu entendo que não há outra força capaz de reformar o gênero humano senão a educação (ANNAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO. 1843).

Reformar, essa era a palavra de ordem para Paula Candido. Tanto em suas medidas higienistas, quanto na educação nacional e na formação do homem. Ele partia da lógica de que se estabeleceria as bases do Brasil a partir do que já estava posto. A criação do novo se daria a partir da reforma do antigo, mas sem um abandono completo do anterior.

Proposta diferente foi encontrada nas discussões publicadas em *A marmota da Corte*, em 1853 (A MARMOTA DA CORTE, 1853, p. 1), em uma matéria de capa sobre os efeitos morais e físicos do ensino da música. Logo de início era defendido que o progresso, a felicidade e a construção da nascente nação ocorreria a partir da valorização da educação.

Nesse projeto de educação, deveria ser valorizado o ensino das artes e da música. Nas palavras do autor:

A parte ilustrada da nação brasileira, nação nova, porém ardente em sua marcha tão gloriosamente encetada na via do progresso, deveria já ter considerado a arte musical como uma necessidade real, e não como um prazer, e em consequência procurar generalizá-la a todos as classes.” (A MARMOTA DA CORTE, 1853, p. 1).

Percebe-se mais uma vez a lógica do útil e agradável. Era preciso construir um povo brasileiro que soubesse usufruir dos domínios da arte ao mesmo tempo que a música teria uma função de formar e civilizar. Para defender esse ponto, o autor utiliza exemplos de nações “civilizadas” da Europa em que a música já fazia parte da educação popular. Segundo ele:

Nota-se que foram os próprios governos dessas nações cultas, tais como a Inglaterra, a França e a Alemanha, que decretaram o seu ensino nas escolas primárias de um e outro sexo, convidando-o por esta forma a concorrer para a grande obra da civilização do gênero humano (A MARMOTA DA CORTE, 1853, p. 1).

Em seguida, são apresentados os benefícios morais e intelectuais de tal ensino, até começar a defesa do ensino da música e fortalecimento do corpo e de *educação physica*. A música atuaria fortificando os órgãos da voz, o aumento das forças dos pulmões e do peito. A música sendo entendida como uma forma de ginástica respiratória. E seguiam as indicações:

Desenvolver agora as causas do errado caminho que no Brasil tomou uma das mais belas artes, tão útil e proveitosa em outros países, tão superficial e secundária neste, não e do nosso intento, mas unicamente despertar o patriotismo dos ilustres diretores de colégios e chamar sua atenção para este interessante assunto, convidando-os a ensaiarem o estabelecimento de uma classe de música vocal aos seus alunos, a exemplo das nações cultas, prestando assim mais um serviço aos pais de família e ao país, que grato lhes tributará as homenagens do respeito e reconhecimento devido aqueles que animados do santo amor da pátria envidam os seus esforços para bem educar seus filhos, que mais tarde serão pacíficos cidadãos ornados de todas as virtudes cívicas, morais e religiosas. (A MARMOTA DA CORTE, 1853, p. 1).

Era indicado que a música a ser ensinada é a vocal e o coral, e não o piano. E, também, que as poesias criadas tivessem por assunto a religião e seus preceitos, a pátria e suas recordações gloriosas, tiradas da história nacional, e combater, enfim, os prejuízos, hábitos e usos errôneos de qualquer natureza que interessasse desarraigá-los. Com os temas se reforça a ideia do útil e agradável. Ao mesmo tempo que a música era divertida ela era útil por ensinar a religião e a história da pátria, elemento fundamental para a construção do Brasil enquanto nação. Mas nos argumentos da *Marmota da Corte*, embora inspirada na Europa, o Brasil seria fundado a partir de outros alicerces. Era preciso buscar na história e geografia do Brasil os elementos fundamentais para a construção do Brasil.

1.8 Do movimento para impressão

Neste capítulo foi demonstrado como desde os primeiros anos do Brasil independente a *educação physica* se encontrava como uma das estratégias para formar o Brasil e sua população.

A *educação physica* esteve envolvida em discussões sobre a autorização ou não de lente para Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em reflexões sobre a domesticação animal e suas relações com a anatomia e melhoramento das “raças” humanas, sobre a constituição da cidade, em obras de ficção, no parlamento e na constituinte e em formação e reforma do Brasil a partir de uma série de instituições e agentes sociais.

A *educação physica*, com fronteiras nem sempre claras, poderia estar envolvida em discussões e ações aparentemente exóticas aos olhos do presente. Isso permitiu o estudo sobre projetos formativos diversos agenciados no Brasil no período pesquisado. Entretanto, podemos perceber de regularidade nesses projetos que o físico era peça fundamental para formar o Brasil. Uma nação que poderia ser formada ou reformada por meio do corpo e da *educação physica*.

A grande descoberta até aqui era que a *educação physica* estava se movimentando na sociedade e cultura brasileira dos primeiros anos do Brasil independente. Embora a historiografia ainda tenha pouco estudo sobre a *educação physica* nesse período, ela era tida por muitos agentes daquele presente como uma peça fundamental para o Brasil.

Até aqui olhamos a *educação physica*, prioritariamente, em um repositório mais ou menos efêmero, que são os impressos periódicos. Uma escrita que é feita para ser lida rapidamente e descartada. O impresso periódico tem, em sua maioria, o objetivo de informar e formar no imediato. Isso indica um uso mais pragmático da *educação physica* em que diversos significados puderam aparecer e, por vezes, utilizada como elemento de distinção e demonstração de ilustração daquele que escrevia.

No próximo capítulo vamos apresentar um outro tipo de documentação que apresenta outros protocolos de leitura e de guarda, os impressos não periódicos: livros e manuais. Essas obras eram feitas para durar e possuíam um caráter mais doutrinário e preciso. Será que nesse contexto a *educação physica* também possuía tamanha multiplicidade? Quais eram os saberes e sujeitos que deveriam ser educados por ela? Essas são algumas questões que buscaremos responder a seguir.

2 EM IMPRESSÃO

2.1 À venda

No dia 17 de março de 1849, foi anunciado no *Jornal do Commercio* a venda de uma biblioteca particular (JORNAL DO COMMERCIO, 1849). Segundo tal anúncio, a venda era motivada pela mudança de casa do dono dos livros. Tais objetos eram descritos como joias, com boas encadernações e ornados, vendidos como objetos de luxo.

Sobre os livros da biblioteca do anunciante anônimo, sabemos que poderiam ser encontrados na Rua São José, n. 57. Da coleção, um livro chamou a atenção, o *Tratado de educação physica dos meninos*, que estava em bom estado, custaria 800\$ e não era informado seu autor. A presença desse livro na biblioteca posta à venda indica que havia circulação desse tratado no período, já que foi, provavelmente, adquirido por um sujeito letrado e prestes a ser de outro proprietário.

A partir dessa pista, cabe registrar que, durante o período pesquisado, foi significativo o número de anúncios de livros sobre o tema da *educação physica*. Muitos com o título *Tratado de educação physica*. Ao decorrer do capítulo, aprofundaremos as reflexões sobre esses materiais. Por enquanto, é importante destacar que os diversos anúncios em lugares e impressos diferentes demonstram a circulação de livros sobre a *educação physica* e a existência de um mercado editorial voltado para essa temática, o que sugere, por sua vez, que haveria um público e um interesse de parte da população.

Sobre os tratados de *educação physica*, sabemos que no período circulavam, pelo menos, três obras diferentes: *Tratado da educação fysica dos meninos para uso da Nação Portuguesa*, de Francisco de Mello Franco (1790); *Tratado da Educação fysica dos meninos para uso da Nação Portuguesa*, de Francisco José de Almeida (1791); *Tratado de Educação physica e Moral dos Meninos*, de Joaquim Antonio Serpa (1823). Todavia, os anúncios sobre as obras de *educação physica* não se resumiam aos tratados. Podemos encontrar remições diversas como ficção, manuais e livros de beleza, além de manuais e obras voltadas para a formação.

Inicialmente, vamos destacar um exemplo pouco usual. Na historiografia que trata da *educação physica* no século XIX, ela é frequentemente associada aos cuidados com a saúde e em formar corpos mais produtivos e saudáveis. Contudo, na documentação, encontramos

indícios que, embora tivessem esse agenciamento, foi possível perceber outras entradas, como a busca pela beleza.

Em meio aos anúncios de livros técnicos de diversas áreas, como engenharia e medicina, encontramos um exemplar que a Livraria Garnier, Rua do Ouvidor, 69, estava disponibilizando para a venda: o *Thesouro da Belleza* (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1854a)⁸.

O Thesouro da beleza, ou arte de corrigir as deformidades do rosto e assegurar o embelezamento das formas pelo processo da colliplastia; *educação physica* da beleza hygiene do rosto da pella, das mãos, dos cabelos, e de todas as partes do corpo, pelo Dr. Cid., 1 vol. Bem encadernado, 2\$000rs.

Como a *educação physica* poderia estar associada à melhora da beleza? Podemos traçar a hipótese de que ela poderia ser entendida dessa forma por ser associada a estratégias de modificações e melhoras do físico. E não só para busca da beleza, mas também em outros aspectos. Os manuais podem dar alguns indícios desse fato, como demonstraremos ao longo deste capítulo.

Nessa mesma livraria também se encontrava o *Tratado de Educação physica*, de autoria de Almeida (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1854l, 1854m), por 400rs. Indicando, mais uma vez, que a *educação physica* era algo que poderia ser vendido, pelo menos na visão do livreiro, Gohendoz, que fazia questão de afirmar que era um dos principais da Europa. Ainda a partir do anúncio, tal livraria tinha acabado de abrir suas portas e tentava demonstrar que era um espaço em que se poderia encontrar tudo o que era de mais moderno em livros e dos principais livreiros da Europa. Também é importante destacar que a livraria continha três anúncios diferentes na mesma edição, mostrando o empenho que tal livreiro tinha em suas propagandas.

⁸ O mesmo anúncio foi publicado em diversos números do *Diario do Rio de Janeiro*. Foram os seguintes: Diario do Rio de Janeiro (1854a; 1854b; 1854c; 1854d; 1854e; 1854f; 1854g; 1854h; 1854i; 1854j).

Figura 7 - Propagandas no Jornal do Commercio

4831 N.º 473.

LIVRARIA GARNIER,
69 RUA DO OUVIDOR, 69
BICENTENÁRIO NACIONAL.

Deu a publicação da obra de Inez de Castro, e de seu marido, com a seguinte: **LIVRARIA GARNIER,** 69 RUA DO OUVIDOR, 69, BICENTENÁRIO NACIONAL.

Deu a publicação da obra de Inez de Castro, e de seu marido, com a seguinte: **LIVRARIA GARNIER,** 69 RUA DO OUVIDOR, 69, BICENTENÁRIO NACIONAL.

LIVRARIA GARNIER,
69 RUA DO OUVIDOR, 69

LIVROS

de medicina, cirurgia, botânica, pedologia, pharmacia, anti-venérea, química, physica, historia natural, que se achão a vender na Livraria de Garnier, na rua do Ouvidor n. 69.

A 140 e 160 rs.

de medicina, cirurgia, botânica, pedologia, pharmacia, anti-venérea, química, physica, historia natural, que se achão a vender na Livraria de Garnier, na rua do Ouvidor n. 69.

A 140 e 160 rs.

de medicina, cirurgia, botânica, pedologia, pharmacia, anti-venérea, química, physica, historia natural, que se achão a vender na Livraria de Garnier, na rua do Ouvidor n. 69.

A 140 e 160 rs.

Fonte: DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1854a

Como apontado, nessa livraria não era encontrado somente os livros de beleza. Um tratado que, possivelmente, possuía um caráter mais doutrinário para *educação physica* também poderia ser adquirido.

No capítulo anterior, o caminho escolhido para responder quais eram os entendimentos sobre a *educação physica* que circulavam nos impressos periódicos foi observar os diversos usos da *educação physica*. Neste capítulo, analisaremos outro tipo de documentação, que guarda outras especificidades no trato da *educação physica*, os manuais e livros de forma geral.

Sendo assim, investigamos as seguintes questões: Como a *educação physica* aparece nessa documentação? Que sentido se procurou imprimir à *educação physica* nesse material? Haveria semelhança com o que se defendia nos periódicos? De que ordem? Haveria

dessemelhança de sentido com a documentação já trabalhada? Que sentido prevaleceu nos manuais e tratados: pragmático, doutrinário ou prático?

Entretanto não abandonaremos totalmente os impressos periódicos neste capítulo, eles permearão a análise desses manuais e livros que estarão no foco. E, primeiramente, começaremos a discussão com um Tratado de *Educação physica*, moral e intelectual presente nos debates ocorridos durante a primeira Assembleia Constituinte nacional.

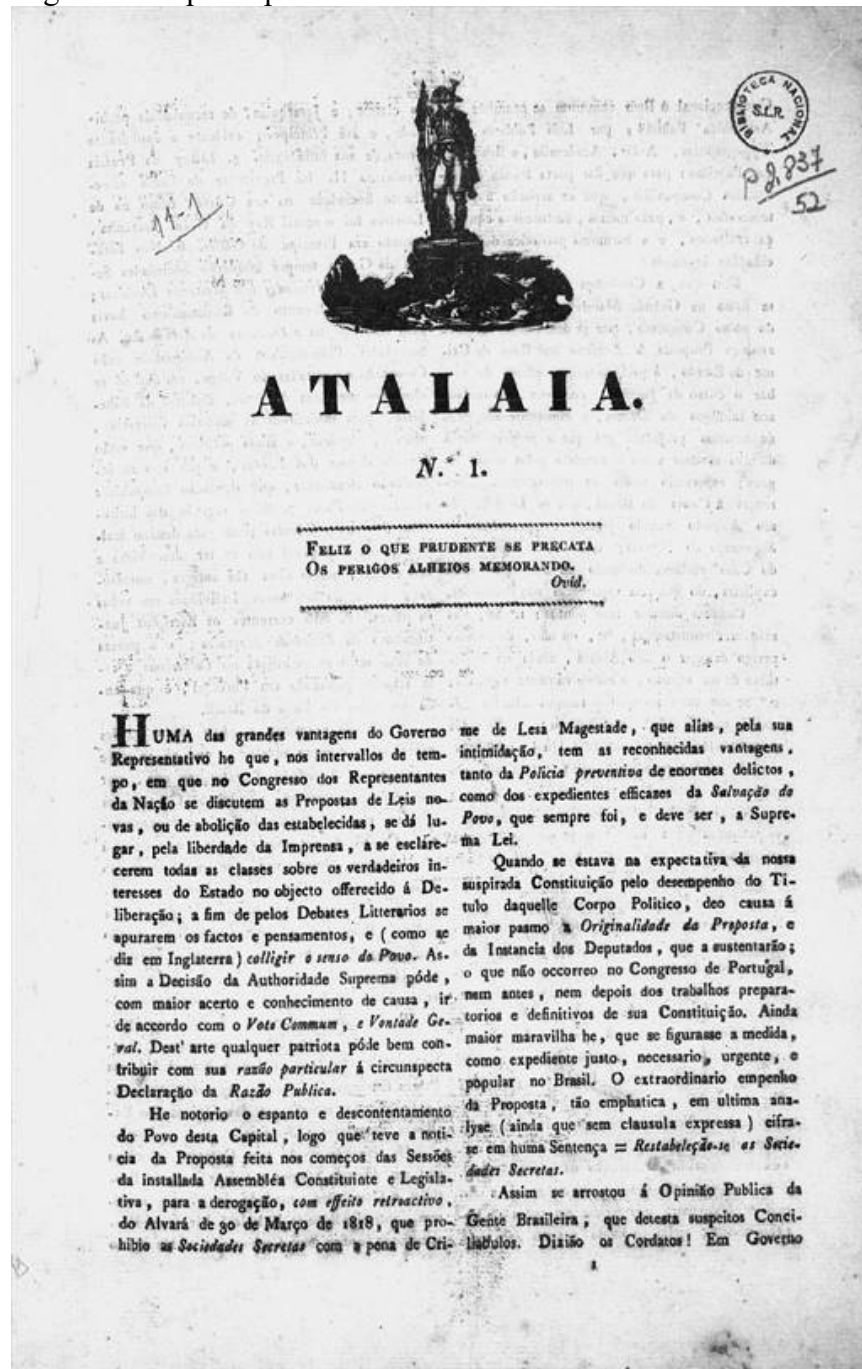
2.2 Uma sentinela de Pedro I⁹

José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu¹⁰, homem de letras e autor de mais de 3 dezenas de livros e livretos publicados entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, estava atento aos diversos meios de intervenção política no Brasil daquele período. Entre esses meios estavam os impressos periódicos, alguns dos quais, segundo Montenegro (2000), vinham de sua “veia panfletária”, responsável por uma série de folhetos, pasquins e jornais no período de implantação do Estado Nacional. Dentre eles, podemos destacar *Apelo à Honra Brasileira Contra a Facção dos Federalistas*, *Vigia da Gávea*, *Desforço Patriótico contra o Libelo Português* e o *Atalaia*, impresso com o qual começaremos nosso trajeto de discussão sobre a Constituinte de 1823 e como a *educação physica* poderia integrar projetos de forma(ta)ção do povo e da nação brasileira.

⁹ Este item integra, em parte, um capítulo do livro organizado por Limeira, Silva e Gondra que se encontra no prelo.

¹⁰ Segundo Kirschner (2009), nascido em Salvador, ao retornar à colônia, José da Silva Lisboa iniciou uma trajetória administrativa na monarquia lusa, na qual se destacaria pela lealdade à Coroa Portuguesa. Na capitania da Bahia, o luso-brasileiro exerceu os cargos de ouvidor, professor régio e deputado da Mesa da Inspeção da Agricultura e do Comércio. Em 1808, a convite do príncipe D. João, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi nomeado diretor e censor da Imprensa Régia e deputado da Junta do Comércio. Durante o período da independência, atuou na imprensa, participou da Assembleia Constituinte em 1823 e foi senador do império de 1826 a 1835. Dentre as várias mercês que recebeu de D. Pedro I, destacam-se o título de Barão, em 1824, e o de Visconde, em 1826. Neste mesmo ano, por D. Pedro I, recebeu o título de Senador do Império, função que exerceu até sua morte, em 20 de agosto de 1835, dado a vitaliciedade do senado à época. Ao longo de sua vida, o funcionário luso-brasileiro produziu quantidade significativa de escritos de mais diversa natureza. As interpretações contidas neste livro sobre o Visconde, sua obra e sua atuação, mostram distintos posicionamentos diante de problemas políticos e econômicos de determinada época. Assim, questões que mobilizaram intelectuais brasileiros, como a industrialização nacional, o autoritarismo político e o papel do intelectual diante do Estado, encontraram em Cairu referência tanto para elogios exagerados quanto para críticas exacerbadas. Mas foi a fidelidade do Visconde ao Estado, tanto português como brasileiro, que contribuiu para a construção da sua memória, até hoje controversa. Para Rocha (2001), o título de Barão foi concedido em 1825. No verbete do dicionário de Blake (1883) essa informação não aparece. Segundo o verbete sobre José da Silva Lisboa (2020), do dicionário de Valdeci Lopes Araujo, os serviços ao Estado e à dinastia de Bragança foram reconhecidos com os títulos de Barão (1823) e Visconde de Cairu (1826).

Figura 8 - Capa do primeiro número do Atalaia



Fonte: Atalaia, 1823

No dia 6 de agosto de 1823, foi publicado um artigo, não assinado, no impresso *Atalaia*¹¹, que continha um trecho das discussões que estavam ocorrendo na primeira

¹¹ Na Hemeroteca da Biblioteca Nacional é possível acessar 14 números do periódico, cada um com quatro páginas.

Assembleia Constituinte do Brasil¹². No pequeno trecho, destacado no artigo, pode-se ler o seguinte:

Será reputado Benemérito da Pátria, e como tal condecorado com a Ordem Imperial do Cruzeiro¹³, ou nela adiantado, se já a tiver, aquele cidadão, que até o fim do corrente ano apresentar à Assembleia o melhor tratado de educação física, moral e intelectual para a Mocidade Brasileira. &c. Paço da Assembleia em 16 de junho de 1823 (ATALAIA, 1823b, p.40).

Este trecho fazia parte de uma discussão sobre um concurso para a escolha do melhor Tratado de Educação para reger a formação integral do nascente Império que estava ocorrendo na Assembleia Constituinte. O que não continha no *Atalaia* era que essa proposição era constituída de mais dois artigos. Na íntegra, o projeto apresenta a seguinte redação:

1º) Será reputado benemérito da pátria e como tal condecorado com a Ordem Imperial do Cruzeiro ou nela adiantado, se já a tiver aquele cidadão, que até o fim do corrente ano apresentar à assembleia o melhor tratado de educação física, moral e intelectual para a mocidade brasileira.

2º) Uma comissão composta de sete cidadãos de conhecida literatura e patriotismo, nomeados pela assembleia, decidirá qual dos tratados oferecidos merece a preferência.

3º) Não havendo concorrência e aparecendo um só tratado, ainda assim verificar-se-á o prêmio determinado pelo § 1º, se a comissão o julgar digno de imprensa (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823b, p. 80).

Chama atenção a Assembleia Constituinte ter debatido sobre o melhor Tratado de Educação para a Mocidade Brasileira e, mais ainda, a perspectiva de que o texto deveria abranger não só a educação intelectual, mas também a *educação physica* e moral. Quais pistas poderiam ser fornecidas no debate do Tratado acerca de projetos de constituição da nação por meio de formação física, moral e intelectual? Essa é uma questão que tentaremos responder mais adiante. Inicialmente, voltaremos ao *Atalaia*.

Segundo Brasil (2017), o pasquim *Atalaia* foi editado entre 31 de maio e 2 de setembro de 1823, somando um total de 14 edições, cujo responsável era José da Silva Lisboa. No *Atalaia*, eram publicadas, dentre outros assuntos da política interna, críticas aos opositores de

¹² A Assembleia Geral Constituinte e Legislativa tinha como funções fazer a Constituição política do Império do Brasil e as reformas então consideradas indispensáveis e urgentes, conforme o juramento de posse, influenciado por Antônio Carlos, um dos Andradas. É curioso notar que a escolha do dia 3 de maio para a sua instalação solene se deu em razão de ser este dia “já distinto na história do Brasil” (Anais da Assembleia Constituinte – Tomo I, 1823, p. 8), tido, até 1817, como o dia do descobrimento do Brasil. A data foi alterada com a publicação do relato de Pero Vaz de Caminha, no qual narra a vista de terras em 22 de abril de 1500. A partir da publicidade, uma nova data da “descoberta” se impôs (Ribeiro, 2015, p. 41).

¹³ A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul originou-se da extinta Ordem Imperial do Cruzeiro, instituída por Decreto de 1º de dezembro de 1822 de D. Pedro I, para assinalar de modo solene a sua Aclamação, Sagração e Coroação como Imperador Constitucional do Brasil e seu Defensor Perpétuo e em alusão à posição geográfica do país, sob a Constelação do Cruzeiro e também em memória do nome – Terra de Santa Cruz – dado ao Brasil por ocasião de seu descobrimento. A Ordem Imperial do Cruzeiro foi abolida pela Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e restabelecida, com sua nova denominação, pelo Decreto 22.165, de 5 de dezembro de 1932, do Presidente Getúlio Vargas.

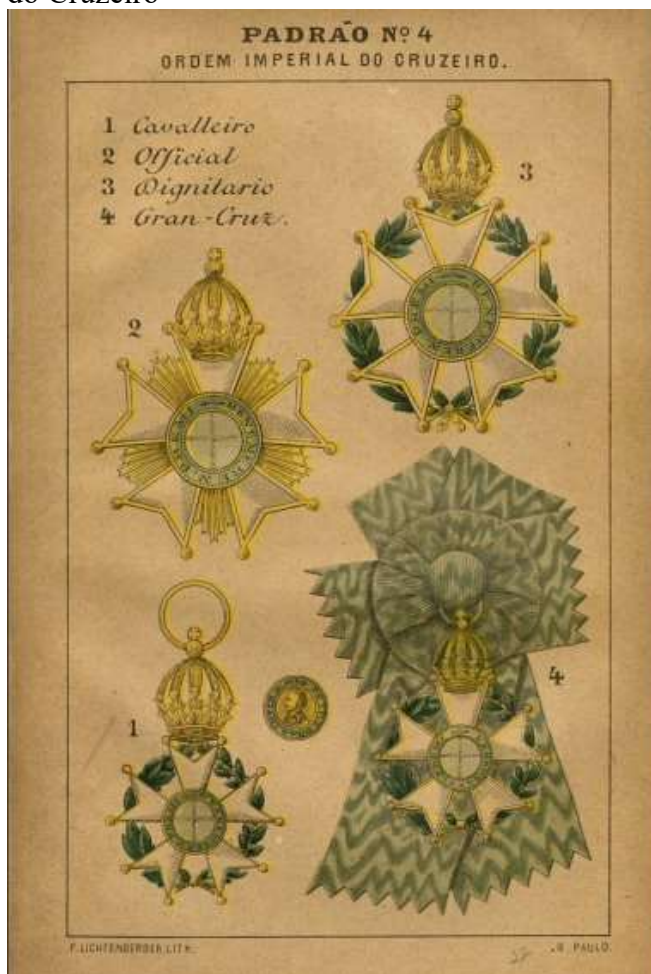
D. Pedro I e às sociedades secretas no país, bem como a defesa do culto católico e a celebração da aclamação de Pedro I. Tratava-se de uma sentinela a serviço de Pedro I. Sinal disto estava em seu próprio título, que, segundo um dicionário da época, significava um lugar elevado em que se é possível vigiar e observar ou, ainda, pessoa que realiza tal trabalho (SILVA, 1823, p. 230).

O lugar político em que se encontrava esse pasquim ajuda a explicar a publicação do Art. 1º do projeto para escolha do Tratado de *Educação physica*, moral e intelectual. O texto publicado no *Atalaia* queria chamar a atenção para o prêmio que o autor do referido Tratado receberia, a Ordem do Cruzeiro.

Essa Ordem foi criada pelo Decreto de 1º de dezembro de 1822, por D. Pedro I, em comemoração à aclamação, sagração e coroação do imperador e da independência do Brasil, tendo como Grão-Mestre o próprio imperador do Brasil (BRASIL, 1822). Ela foi a primeira honraria propriamente brasileira, o que demonstra o caráter simbólico que a envolvia.

Essa Ordem constava de quatro graus: Cavaleiros, cujo número era ilimitado; Oficiais, sendo até duzentos efetivos e até cento e vinte honorários; Dignitários, sendo até trinta efetivos e quinze honorários; Grão-Cruzes, sendo até oito efetivos e quatro honorários (BRASIL, 1822).

Figura 9 - Gravura do modelo da Ordem Imperial do Cruzeiro



Fonte: Pinheiro, 1884

As formas de se alcançar os postos mais altos, as etapas em cada posto e os rituais que os honrados participavam na Ordem não são importantes para a nossa reflexão. O que importa é o efeito simbólico e político que tal honraria tinha no contexto do processo de Independência do Brasil. Essa ordem era usada como instrumento para capitanear os desejos de distinção e ascensão dentro da corte e trazia benefícios para ambos os lados, a Coroa e o condecorado. Para a Coroa, era uma forma de angariar serviços e fidelidade, para o condecorado, uma forma de buscar benefícios materiais e simbólicos dentro da corte do imperador. É notável a potência desse tipo de honraria para ganhar apoio no tenso período de consolidação da independência do Brasil (SILVA, 2011).

Chama atenção que tal honraria seria dada para aquele que apresentasse o melhor Tratado sobre *educação physica*, intelectual e moral. Aquele que apresentasse tal tratado receberia uma das maiores honrarias do Império. Era justamente esse ponto que o redator do *Atalaia* queria salientar. Segundo seu argumento, o uso da Ordem Imperial do Cruzeiro pelos Constituintes

era um demonstrativo da existência de algum nível de relação entre o Monarca e a Assembleia Constituinte. O artigo em questão buscava criar uma retórica de que a Assembleia Constituinte tinha reconhecido a importância da Ordem do Cruzeiro e das honrarias, ao mesmo tempo em que o Imperador concederia honrarias para atender aos anseios do Augusto Senado, na tentativa de demonstrar a construção de uma espécie de consenso entre os interesses das elites políticas do Senado e o Imperador na construção do Brasil como Estado independente.

Embora tentasse apresentar esse consenso em torno de um projeto para o Império brasileiro, ele também apontava os possíveis inimigos internos. A escolha do trecho publicado do projeto estava no contexto de uma resposta a um opúsculo impresso na Bahia¹⁴, com o título *Análise do Decreto do 1º de dezembro de 1822 da Criação da Nova Ordem do Cruzeiro* (ALMEIDA, 1823), que, segundo o autor do artigo publicado no *Atalaia*:

É de tão infernal malignidade, e sedução popular, que se faz necessário, que todos os Compatriotas, que desejam cordialmente a estabilidade do Império do Brasil, oponham com seus escritos contra esta peste do Estado, não só cordão sanitário, se não também guerra declarada; por trazer o cunho de ser credencial da Pedreirada¹⁵, pela insolência, com que ataca não só o Governo Imperial, mas também o Cerimonial Católico (ATALAIA, 1823b, p. 39).

Como afirma Anderson (2008), em especial no capítulo – Pioneiros Crioulos, um dos componentes nos processos de independências das Américas consiste na prevenção e combate a algumas formas de insurreição popular, especialmente de escravizados e ex-cativos. Aparentemente, o artigo do *Atalaia* compartilhava desse anseio de combate à “sedução popular”. O artigo também aponta que o escritor¹⁶ do opúsculo era versado nos “diabólicos Folhetos de Thomas Paine”¹⁷, um dos principais nomes do processo de independência dos Estados Unidos que, segundo ele, foi condenado pelo Governo Britânico como “libelo difamatório da Religião e da Constituição”.

Além dos inimigos internos, o artigo do *Atalaia* também se defendia de ser relacionado aos inimigos externos, à antiga metrópole, tanto que um dos pontos que incomodavam o autor, talvez até mais que as referências aos Republicanos dos Estados Unidos e da França, era a crítica de que o Gabinete do Rio de Janeiro era uma continuação do Governo Monárquico

¹⁴ Aparentemente, o *Atalaia* estava fazendo uma crítica às tentativas de emancipação na Bahia. Sobre o tema cf. Amaral (2005).

¹⁵ Indicia se tratar da Sociedade dos Pedreiros Livres, cujos membros foram perseguidos, no século XVIII, pelo Santo Ofício, sinal das disputas do poder tanto pela maçonaria como pela Igreja Católica, marcado pela censura à doutrina, ritos e perseguição dos pedreiros livres.

¹⁶ No momento do artigo do *Atalaia* não se sabia quem era o autor do opúsculo. Hoje se tem a informação de que foi Cipriano José Barata de Almeida. Sobre ele, cf. Abreu (2010).

¹⁷ Nos Estados Unidos, Paine foi aclamado, graças a *Senso Comum* (1776) e *A Crise* (1776-1783), como um dos responsáveis pelo sucesso da Independência, e foi convidado a fazer parte do primeiro governo do país. A respeito deste autor, cf. Carvalho e Florenzano (2019).

anterior. Governo este que reviveria o “monstro” do despotismo com a criação da Nova Ordem do Cruzeiro que, pouco a pouco, corromperia as almas fracas por meio de honrarias e privilégios (ALMEIDA, 1823).

Para defender seu ponto e a Ordem do Cruzeiro de tais acusações, o autor do artigo apresenta exemplos de honrarias existentes em diversos países, como Inglaterra e Estados Unidos, destacando a forma como a Assembleia Constituinte estava utilizando a honraria. Segundo o *Atalaia*:

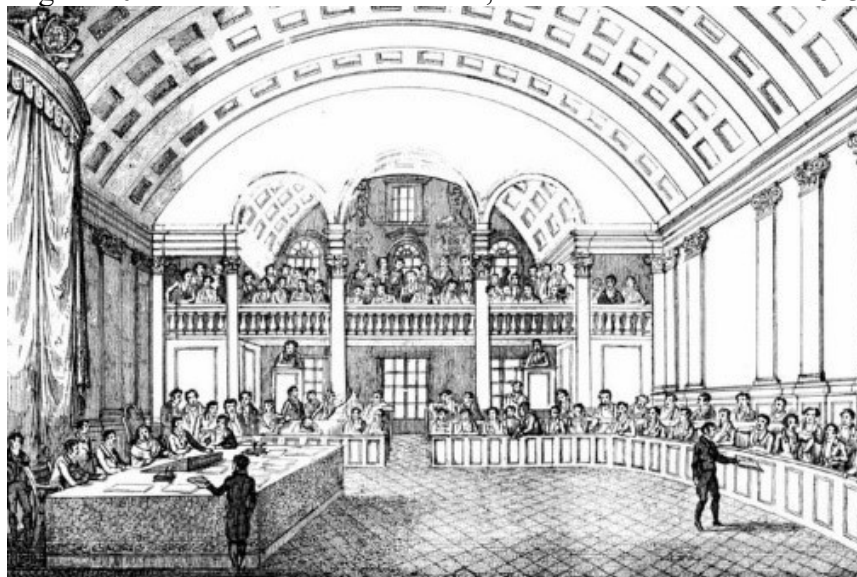
O nosso Imperador, pela delicadeza de seus sentimentos, deixou ao Corpo Legislativo ao organizar a Instituição conforme ao seu espírito. Este Augusto Senado já virtualmente reconheceu a excelência da Ordem do Cruzeiro, e lhe deu ótimo destino pelo Decreto [do Tratado de Educação] (ATALAIA, 1823b, p. 40).

Pelo trecho, dava a entender que existia relação de, pelo menos, cordialidade entre o Imperador e a Assembleia e que isso ficava visível no uso de uma honraria vinculada a Pedro I. Visão que se mostrará diferente alguns meses depois da dissolução dos trabalhos da Constituinte, com os episódios de 12 de novembro. Todavia, as discussões em torno da posição da Assembleia não foram tão tranquilas como fazia parecer crer o *Atalaia*. Existiam também projetos divergentes sobre as condecorações e os projetos de Brasil no interior desse espaço, como vieram à lume pelas discussões do Tratado de *Educação physica*, moral e intelectual. Esse é o ponto da próxima seção.

2.3 Um tratado para o novo e nascente Império

Eu considero esta matéria como uma das mais importantes que se têm oferecido nesta Assembleia, vista a necessidade que temos de promover a educação pública. (Deputado Lopes Gama, Anais da Assembleia Constituinte – Tomo IV, p. 20-21).

Figura 10 - Interior da Cadeia Velha, sede da Assembleia de 1823



Fonte: Notices of Brazil in 1828 and 1829 apud Câmara dos Deputados, 2018

A Constituinte de 1823 pode ser considerada a primeira experiência parlamentar do Brasil emancipado. A congregação para a elaboração da Constituição de 1823 contaria com um total de 100 cadeiras, com representantes de diversas províncias. Devido às instabilidades políticas decorrentes das tensões entre Rio de Janeiro e Lisboa, não foi possível a realização de eleições nas províncias da Cisplatina, Piauí, Maranhão e Pará. Além disso, a Bahia não completou sua representação. Dessa forma, foram eleitos 88 deputados e, desses, cinco não tomaram assento. A Assembleia se reuniu pela primeira vez em 17 de abril de 1823 para iniciar a tentativa de criar as bases jurídicas que assentariam a construção do Brasil independente (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823a).

Durante esse momento ímpar da história da legislação brasileira, a educação, instrução e a *educação physica* dos brasileiros integraram a pauta da primeira Constituinte. Neste item, vamos dedicar especial atenção às discussões sobre a *educação physica*, considerando a proposta para escolha de um Tratado de Educação, que deveria nortear a formação escolar no Brasil recém-independente. Na análise da *educação physica* formulada, primeiro discutiremos sobre a ordem das palavras no título do possível Tratado, as hierarquias entre as dimensões da educação, os possíveis usos da *educação physica* e a pertinência ou não da discussão do tema na Assembleia, o que acaba por fornecer pistas sobre os entendimentos do papel da Constituição e dos legisladores na regulação da educação, da *educação physica* e da formação do povo brasileiro. Por fim, voltaremos à discussão sobre o tema da premiação para o autor do Tratado, ponto mais polêmico e que gerou o maior número de discordância entre os deputados.

Poucos foram os estudos sobre a educação e a *educação physica* na Constituinte de 1823¹⁸. Talvez, um dos motivos para o baixo número de pesquisas tenha sido decorrente da dissolução dos seus trabalhos em 12 de novembro daquele mesmo ano, o que não possibilitou o término das suas atividades e materialização da primeira Constituição brasileira. Na historiografia da Educação Física, a Constituinte de 1823 é citada em algumas pesquisas, entretanto suas análises são bastante rarefeitas. Na maioria dos trabalhos, cita-se apenas que os debates ocorreram naquele espaço ou, como ilustração, de que a Educação Física aparecia no debate público desde o começo do século XIX¹⁹, o que demonstra uma importante lacuna na historiografia.

Já no caso da escrita da História da Educação, é constante a conclusão de que muito se discutiu na Assembleia sobre educação em discursos inflamados e pouco foi materializado (MOACYR, 1936), que os debates giraram em torno de temas menos importantes, como o prêmio para quem elaborasse um *Tratado de Educação*, onde se localizariam as universidades (XAVIER, 1985), e que foram produzidos mais discursos do que diretrizes (CHIZZOTTI, 2001).

Embora a Constituinte de 1823 não tenha frutificado na primeira Constituição do Brasil e os projetos não tenham se materializados em diretrizes, trabalhamos com a hipótese de que as discussões ocorridas naquele espaço podem ajudar a compreender as disputas e os consensos em torno da Educação, instrução e da *educação physica*. Pelos discursos e pelos projetos apresentados e silenciados, podemos ter pistas dos modelos de formação que estavam em jogo no contexto do Brasil recém-independente e dos projetos de nação que estavam em construção naquele presente.

No caso da educação e da instrução, podemos observar uma discussão sobre a implantação da universidade no Brasil, o que não será o foco desta tese. No que se refere à *educação physica*, moral e intelectual, as discussões na Constituinte giraram em torno do já citado projeto, que nasce na Comissão de Instrução Pública²⁰, tendo sido relatado pelo deputado Pinheiro de Oliveira e apresentado para discussão na sessão de 17 de junho de 1823. Discussão

¹⁸ Para reflexões da historiografia da educação sobre a Constituinte de 1823, cf. Ferronato (2006 e 2007).

¹⁹ Alguns exemplos de pesquisas que citam os debates da Assembleia Constituinte de 1823 na historiografia da Educação Física são: Marinho (1983, 1943), Melo (1995), Bahiense e Melo (2011), Góis Junior et al. (2015), Corrêa et al. (2016). Como uma exceção importante, podemos citar o trabalho de Melo e Peres (2014), que realiza uma análise mais apurada da legislação sobre a Educação Física no Brasil Império, inclusive da Assembleia de 1823.

²⁰ Na sessão de 10 de maio de 1823, foi nomeada a Comissão de Instrução Pública. Decidiu-se que deveria ser composta por cinco membros. Os eleitos foram os deputados Antonio Gonçalves Gomide, Belchior Pinheiro de Oliveira, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Manoel Jacintho Nogueira da Gama e Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823a, p. 74-8).

essa que foi encerrada na sessão de 11 de agosto daquele mesmo ano, tendo como resultado a aprovação do projeto. Entretanto, a redação final, com a adição das emendas, nunca foi terminada (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823d).

A primeira questão que nos chama a atenção na discussão do projeto foi a ordem em que as palavras se encontram na proposta do Tratado de educação *physica*, moral e intelectual. Aparentemente, essa ordem não foi um acaso, visto que foi objeto de debates entre os parlamentares. Essa discussão foi levantada pelo deputado Carneiro, ferrenho opositor à tramitação do projeto. Para ele, caso o projeto fosse encaminhado, deveria se colocar o “intelectual antes de moral; porque o intelectual é sempre anterior ao moral” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 179). Carneiro trabalhava com uma hierarquização das dimensões da educação. No caso do deputado Carneiro, a educação intelectual se sobrepunha à moral e *physica*.

O questionamento do deputado Carneiro não fez eco na Assembleia e se manteve a ordem das palavras inicialmente propostas no projeto. Entretanto, pode-se questionar sobre o motivo da *educação physica* anteceder as demais. Pistas sobre isso podem ser encontradas na fala do deputado Ribeiro de Andrada, membro da comissão de instrução pública e um dos autores do projeto. Para ele, ao se manifestar em nome da Comissão de Instrução, não se poderia pensar em um modelo de educação que não abarcasse a *educação physica*, questionando: “de que servirá um plano de alta instrução, se os corpos estiverem lânguidos e fracos, os entendimentos não formados e os corações pervertidos?” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 180).

Outro entendimento foi encontrado no discurso do deputado Carneiro. Em sua visão, percebe-se uma proposta em que os diversos ramos da educação deveriam estar em equilíbrio, entretanto a *educação physica* parecia ser considerada uma espécie de base para que as outras educações pudessem ser desenvolvidas. Esse era um dos modos possíveis de se pensar a *educação physica* dentro do debate da Constituinte. Podemos encontrar propostas de matizes diversas, que vão do utilitarismo, para fortalecer o corpo e resistir às vontades, do equilíbrio entre as dimensões da educação, e até como a base de todas as educações, o que fica claro nos argumentos empregados por diversos deputados para a defesa da inclusão da *educação physica* no referido projeto para o Tratado.

No sentido de uma defesa da *educação physica* como uma base ou pré-requisito para o desenvolvimento dos outros ramos da educação, podemos encontrar os argumentos do deputado Carvalho de Mello. Para ele, nos sistemas de educação anteriores não havia se tratado da *educação physica*, argumentando que ela seria importante pois, “prepara o corpo para adquirir

robustez, saúde e disposição para a educação intelectual, as quais ambas são a base da literária e moral” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 182).

No discurso de Carvalho de Mello, é possível notar a mobilização do argumento da mente sã em corpo sã, ao mesmo tempo em que aponta para uma oposição ao passado colonial, descrito como atrasado e que deveria ser superado, incluindo-se um projeto de educação que abarcasse também a *educação physica*. Nesse caso, recorre a uma chave na qual a *educação physica* deveria ser vista como traço do moderno e modernizador.

Outro uso do termo, notado nas discussões da Assembleia Constituinte, corresponde a uma forma de preparar o corpo para resistir às vontades e fortalecer a moral. Exemplo disso consiste na fala do deputado Maciel da Costa (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823d, p. 70). Para ele, essa educação consistiria em conservar o corpo e dispô-lo para executar docilmente as ordens da vontade, em uma relação muito próxima a de que um corpo fraco também seria sinal de uma moral duvidosa e entrega aos desejos da carne.

Em nenhum momento foi questionada a importância da *educação physica* na Assembleia, o que não quer dizer que todos concordassem com a tramitação da proposta para um Tratado de *educação physica*, moral e intelectual no projeto da Constituição. A discordância esteve muito pautada no espaço em que a discussão sobre o Tratado deveria ocorrer e quais os agentes responsáveis por ela, o que aponta para as tensões em que os deputados estavam envolvidos a respeito do papel que representaria a Constituinte, as leis e o controle sobre a formação na construção do novo e nascente Império.

Começamos pelos concordantes. Para o deputado Gomide, membro da comissão que elaborou a proposta, a instrução do povo consistia na primeira fonte de felicidade e no bem que um homem poderia levar até a sua sepultura. Para ele, era preciso que se instruisse os pais para que os filhos recebessem uma boa *educação physica* e moral (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 183). Embora não seja possível identificar as diretrizes e parâmetros para uma boa educação, os argumentos adotados demonstram uma preocupação e defesa de um projeto de educação que teria como principal objetivo a formação do povo brasileiro; formação esta que deveria abranger as dimensões físicas e morais, condição para se obter a felicidade.

Ainda na lógica da concordância com o projeto, outro membro da comissão de instrução, o deputado Ribeiro de Andrada, argumentava que era urgente a discussão sobre a questão do Tratado e da educação para a formação do Brasil. Segundo ele, existiam duas faces opostas: um povo educado e mal-educado. Um povo bem-educado “é quase sinônimo de povo livre, bem governado e rico; e o mal-educado é igualmente sinônimo de povo desgraçado, pobre e sujeito

ao jugo de despotismo” (Anais da ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 180). O Brasil, nessa linha, não poderia ser feliz enquanto a mocidade brasileira não fosse bem-educada.

Na fala de Ribeiro de Andrada é perceptível uma posição de educação como forma de difundir as luzes para o avanço do Brasil, posição esta compartilhada com o deputado Carvalho de Mello, defensor da educação como o maior e mais importante objeto para o Brasil, que deveria ter lugar na Constituição e na escolha de um Tratado. De acordo com ele, era preciso, o quanto antes, “para o aumento de qualquer estado o estabelecer-se um sistema regular de educação intelectual, physica e moral”. Esse sistema tornaria os homens “dignos cidadãos” para cooperar para a felicidade geral, sendo que tudo isso poderia ser alcançado com a escolha do Tratado (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 182).

Do lado dos discordantes sobre a tramitação do Tratado, destacamos as falas dos deputados França e Carneiro. Para França, tal projeto não era matéria para uma lei, pontuando que “um programa [de educação] não é objeto, que entra na classe dos trabalhos de uma assembleia de legisladores; tem o seu lugar próprio em um congresso de literatos” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 181). Nessa chave, não deveria ser trabalho dos legisladores da nação julgar o merecimento de uma obra como tal Tratado, que deveria ser pensada e construída pelos intelectuais e especialistas no saber.

Mais enfáticos, contudo, foram os argumentos do deputado Carneiro, talvez o maior opositor da tramitação do referido projeto. Para ele, a discussão de um Tratado para a mocidade brasileira só poderia ocorrer depois de acabada a “constituição e estabelecidos os princípios da moral pública e liberdade política da nação” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 179). Segundo Carneiro, primeiro se deveria pensar em uma nação e refletir em sua constituição. Só depois disso seria possível a escolha de um Tratado de Educação que codificasse as ideias de nação e de povo brasileiro. Em outro momento da discussão, sublinha que “não pode ser a mesma educação em um governo livre, ou em um governo absoluto, na pura aristocracia, ou democracia, ou na monarquia temperada” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 180), razão pela qual argumentava pela inadequação do projeto em discussão na Assembleia.

As defesas do deputado Carneiro estabeleceram fortes oposições e discussões. Um bom exemplo corresponde à manifestação do deputado Andrada Machado, que classificou os argumentos de Carneiro como inadequados. Para ele, a instrução da mocidade não deveria ter “bitolas” e, sim, que deveria ser regida por princípios gerais de moralidade humana e não por um sistema de ideias específico, o que, em sua perspectiva, fazia com que pudesse ser discutido no momento de elaboração da Constituição. Conforme este deputado:

A educação regula-se por princípios gerais de moralidade humana, sejam quais forem os princípios que adotamos não devemos mandar que se instrua o povo por esses princípios, porque se dermos uma bitola de pensar para todo o cidadão brasileiro seguir, corremos um grande risco. As doutrinas ou princípios gerais que estabelecermos agora podem ser muito imperfeitos, direi até que hão de sê-lo por força, porque são muito imperfeitos os legisladores; logo não devemos antecipar-nos a marcar limites, como se o que fizéssemos não pudesse ser melhorado (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 179).

O deputado Carneiro responde energicamente ao deputado Andrada Machado. Carneiro reforça sua posição de um Tratado e uma educação ditada pela Constituição, citando Montesquieu e exemplos da nação Inglesa. Em seguida, responde diretamente à Andrada Machado sobre os Tratados que chama de “genéricos”. Segundo Carneiro, “essa educação genérica e desligada de nossas instituições fará homens dispostos para todos os sistemas, uma espécie de massa flexível apta a receber todas as impressões e, portanto, muito próprios também para o despotismo e escravidão” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 181). Segue sendo ainda mais enfático, ao afirmar que de “tratados genéricos e abstratos estão as bibliotecas cheias, mande a assembleia traduzi-los, e escusado é gastarmos o dinheiro e honras para prêmios extraordinários” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 181).

França e Carneiro foram votos vencidos e as discussões sobre o Tratado continuaram na Assembleia. As discordâncias, contudo, demonstram a existência de, pelo menos, dois olhares a respeito da formação física, moral e intelectual e sua relação com a Constituinte. Um olhar que buscava uma razão universal e “genérica”, na visão de Carneiro, que pensaria em uma formação ditada por entendimentos gerais de felicidade e de avanço para o Brasil e, uma segunda, que buscava pensar a formação a partir de leis específicas estabelecidas na Constituição.

Embora existisse discordância, também ocorreram pautas em comum. O ponto que congregou opositores e apoiadores à tramitação do projeto é que se via na educação e na busca do Tratado as bases para se pensar uma educação ligada às especificidades brasileiras, ao seu clima, seus hábitos, sua gente e o que diferenciava o Brasil nascente dos outros países, argumento que levava a sustentar a defesa de um Tratado para o Brasil e para formar os brasileiros no pós-independência. Mesmo aqueles que argumentavam que o púlpito da Constituinte não era o momento adequado dessa discussão, todos concordavam que o Tratado deveria refletir as especificidades do Brasil.

Ao se investir em uma especificidade do referido Tratado para o Brasil, chegou-se a levantar a hipótese de que o autor deveria ser necessariamente brasileiro ou pelo menos

residente de longa data no Brasil. Essa proposta não saiu vencedora, mas serve para demonstrar como havia uma grande preocupação em construir algo específico para o Brasil, feito por brasileiros e para brasileiros, categoria ainda nebulosa naquele presente, mas que mobiliza discussões dentro da Assembleia, pois o que também estava em jogo era o fim da tutela da mãe pátria e a afirmação do ser brasileiro, de constituir o que deveria definir e reger a nação independente.

Um exemplo da defesa do “específico” corresponde às posições do deputado Ribeiro de Andrada, que pertencia à comissão de instrução. Ele explica que se pensou que deveria ser escolhido um Tratado ligado às especificidades brasileiras e que isso deveria ser feito por alguém com longa residência no Brasil. Segundo ele, durante a discussão do projeto “lembrou-se dos que se tem formado em diferentes nações do mundo, mas não os achou perfeitos, nem próprios para se aplicarem à nação brasileira, porque cada país tem as suas leis e costumes particulares” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823c, p. 180).

Apesar das discussões sobre a relevância ou não da discussão naquela Assembleia e da especificidade do Tratado, o aspecto que mais mobilizou os constituintes foi sobre como o autor deveria ser premiado, brasileiro ou não. Curiosamente, o ponto que foi escolhido pelo *Atalaia* para demonstrar uma espécie de sinergia entre o Imperador e a Assembleia foi o que gerou mais polêmicas e discordâncias, o que pode indicar que o argumento presente no pasquim de José da Silva Lisboa²¹ não pode ser sustentado durante a tramitação do projeto, tendo sido, inclusive, a inicial discordância na primeira sessão de discussão.

Um detalhe interessante é que Silva Lisboa toma posse como suplente já no final da discussão sobre o Tratado e acaba por não participar do debate. Coincidência intrigante é que ele toma posse no lugar do Deputado Cipriano José Barata de Almeida, justamente seu opositor anônimo no debate contido na *Atalaia*, citado no início da discussão sobre a educação física (ANAIS DA ASSEMBLEIA, 1823d).

Voltando a discussão sobre o prêmio, o debate sobre esse tema se inicia na voz dissonante sobre o uso da honraria do deputado Alencar. Em sua perspectiva:

Não pode duvidar-se que é grande o atrasamento em que nos achamos a respeito de educação, e que é preciso aplicar meios de a promover; agora se estes meios serão os prêmios designados no projeto para quem apresentar o melhor plano, isto é questão diversa (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823b, p. 182).

²¹ José da Silva Lisboa também era deputado Constituinte, contudo só toma posse no final das discussões sobre o Tratado e acaba por não participar dela (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823d).

O deputado Carneiro, ferrenho opositor do projeto, também demonstrou seu descontentamento com a escolha do prêmio. Para ele, esse tipo de prêmio poderia satisfazer muitos homens, contudo não a todos. Para ele, melhor seria uma recompensa pecuniária, posição acatada por Andrada Machado, seu opositor em diversas discussões (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823b, p. 182).

Para tentar justificar a escolha de uma honraria, Ribeiro de Andrada, membro da comissão de instrução e um dos autores do projeto, afirmou que o primeiro prêmio cogitado foi o pecuniário. Contudo, a partir do debate na Comissão de Instrução, se julgou que a recompensa em dinheiro “não incitava homens livres, e que além disto por mais rica que seja uma nação é sempre pobre para recompensar um trabalho como este” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823b, p. 182).

Ribeiro de Andrada prossegue, assinalando que estava ciente de que a ordem já tinha servido para interesses diversos ao bem do Brasil, mas que julgava que a nova ordem era ileso dos favoritismos da Colônia. Segundo ele, “se haverem concedido à riqueza, ao favor, e à influência, e que não teria meio de remuneração se não houvesse ainda uma única ileso do contágio, que é a ordem instituída para recompensar serviços feitos ao Brasil, e por isso a escolheu” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823b, p. 182).

Igualmente favorável, Carvalho de Mello defendia que a honraria poderia ser uma maneira de acomodar um Tratado às circunstâncias do país para transformar os cidadãos em capazes de cooperação para a felicidade geral. De seu ponto de vista:

Mais acertada medida podiam tomar a este respeito os ilustres membros da comissão de instrução pública, do que propor o programa presente, a fim de convidar com prêmios de honra os beneméritos cidadãos, que ardendo em amor da pátria quisessem dar-lhe este manancial de prosperidade pública (Anais da Constituinte, 1823c, p. 182).

O deputado França, em seu turno, afirmava que não cabia a uma lei estipular uma honraria desse tipo, defendendo que:

Se houver um escritor, pois que tome a si um trabalho semelhante, e o ofereça à nação, não será por falta de lei que há de ficar baldo o prêmio, se ele o merecer; principalmente sendo o mesmo prêmio meramente honorífico qual é o que no projeto se aponta (ANAIS DA CONSTITUINTE, 1823c, p. 181).

A discussão segue e diversas são as propostas para o prêmio: uma medalha de prata, uma de ouro, uma honraria específica, prêmio pecuniário, o direito ao lucro com a venda dos livros, uma pensão por vários períodos diferentes e com valores diversos. O que nos interessa, contudo, é que a proposta do uso da honraria da Ordem do Cruzeiro perde alguns de seus defensores ao longo da tramitação. No final da discussão, ficou decidido que o prêmio seria

pecuniário, dado de uma só vez, com valor escolhido pela comissão e uma medalha de ouro com a inscrição ao amigo ou ao cidadão do Brasil e, do outro lado, a efigie do Brasil (ANAIS DA CONSTITUINTE, 1823d, p. 71-72).

O que não é possível ter certeza, apenas pelos debates contidos nos Anais da Constituinte, é se o abandono do uso da Ordem do Cruzeiro se deveu apenas ao convencimento de que tal ordem não era adequada à premiação por tal trabalho ou se as tensões cada vez mais crescentes entre muitos membros da Assembleia e o Imperador afastaram a possibilidade de usar uma honraria que poderia ser vinculada a sua figura. O que podemos perceber é que a tranquilidade aparente transmitida pelo *Atalaia* e a Assembleia em um artigo publicado apenas cinco dias antes da finalização da tramitação do projeto, no mínimo, não se sustenta com relação ao uso da honraria para premiar aquele que fosse autor do Tratado de *Educação physica*, moral e intelectual para mocidade brasileira. Naquele momento, já estava claro que a Assembleia não utilizaria a Ordem do Cruzeiro como prêmio. Ainda assim, o pasquim de José da Silva Lisboa utilizou um projeto, cuja redação já havia sido alterada, como argumento para sinalizar para a existência de uma sinergia entre o Imperador e a Assembleia, o que efetivamente estava longe de corresponder ao que se processava, o que ficou evidenciado na longa “noite da agonia²²”.

Os debates em torno de um Tratado destinado a um campo de saber específico, de abraçá-lo, bem como sobre a forma de premiar o autor, ocuparam parte do tempo, definiram agenciamentos e delimitaram campos de interesse dos Constituintes. Entretanto, tal Tratado não foi escolhido e aquela constituição não chegou a ser colocada em prática. Todavia, outras experiências parlamentares estiveram relacionadas a escolhas de bibliografias destinadas ao que se designava por *educação physica* dos brasileiros, condição a ser abordada na indicação de outros manuais.

2.4 Curso Normal De Gerando

²² “A chamada ‘noite da agonia’ ocorreu na noite de 12 de novembro de 1823, dia no qual os debates foram bruscamente interrompidos pela entrada do brigadeiro José Manuel de Moraes, portador de um decreto assinado por D. Pedro I, que dizia: ‘Havendo eu convocado como tinha direito de convocar a Assembleia Geral no ano próximo passado (...) Hei por bem, como imperador e defensor perpétuo do Brasil, dissolver a mesma Assembleia e convocar uma outra (...) a qual deverá trabalhar sobre o projeto de Constituição que eu hei de, em breve, apresentar, que será duplicadamente mais liberal do que a extinta assembleia acaba de fazer’. Em documento assinado pelo Imperador e seus conselheiros, datado de 13 de novembro de 1823, O Imperador decretou a prisão, expatriação de ex-deputados e outras medidas repressivas, como a vigilância policial sigilosa em locais de reunião e a prisão de quem se envolvesse em discussões públicas.” (DEIRÓ, 2006).

Na sessão do Parlamento Brasileiro de 1 de Junho de 1829, o então presidente da casa, Pedro de Araújo Lima²³, que havia sido Ministro e tinha sido recebido pela câmara em seu mandato, colocou em discussão se os deputados deveriam receber o Ministro do Império, José Clemente Pereira²⁴, que havia chegado de surpresa para apresentar o relatório de sua gestão e se encontrava aguardando em sala imediata àquela em que os deputados ocupavam (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1829). Os deputados, preocupados com as reais intenções do Ministro, se ele realmente vinha em missão ministerial e se poderia falar em nome do Imperador Pedro I, iniciaram um debate sobre como e se o Ministro deveria ser recebido, já que ele pedia para ser recebido por uma deputação (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1829). No debate, o Deputado Limpo de Abreu²⁵ demonstrou desconfianças, ao afirmar:

Ora, essa fórmula de que usou o ministro no officio, está visto que é uma esperteza usual deste ministro para surpreender a Câmara. Pois se os ministros que tem de fazer propostas, dizem – por ordem de Sua Majestade – Qual é a razão porque se altera agora esse formulário? Qual é o fim nesta alteração? É sem dúvida para surpreender a Câmara, é uma esperteza com a qual não devemos embaraçar-nos (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1829, p.3).

Na discussão sobre o procedimento a ser adotado para receber o Ministro, os deputados Castro e Silva, Souza França, Limpo de Abreu, Maia, Vasconcellos, Araújo Bastos, Lino Coutinho, Custodio Dias e Hollanda Cavalcante recorreram a argumentos apoiados no regimento, na Constituição, em uma rememoração de casos antigos de visitas de Ministros, entretanto, grande parte da discussão girou em torno da possível “esperteza” do Ministro José Clemente Pereira. A desconfiança foi tal, que se chegou a defender que o relatório deveria ser recebido sem que sua leitura fosse realizada pelo Ministro. Afinal, venceu a posição defendida por Hollanda Cavalcante²⁶.

²³ Pedro de Araújo Lima, depois Marquês de Olinda, nasceu em Serinhaem (PE), em 1793, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1870. Foi Secretário e Ministro de Estado dos Negócios do Império de 20 de novembro a 15 de junho de 1828, sendo substituído por José Clemente Pereira. Sucedeu ao Regente Feijó na direção do governo e foi personagem ativo durante a crise da maioridade de D. Pedro II. Durante seu período como regente foram fundados o Imperial Collégio de Pedro II, o Arquivo Público e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, S/Da; MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2015).

²⁴ José Clemente Pereira nasceu em 1787, em Adem, vila de Castelo-Mendo, Portugal e faleceu no Rio de Janeiro, em 1854. Durante a invasão francesa na Península, José Clemente alistou-se no batalhão acadêmico e foi comandado por José Bonifácio de Andrade e Silva. Deixa a Europa em direção ao Brasil em 1815. Já como presidente da Câmara, foi um dos personagens principais do dia 9 de janeiro de 1822, dia do fico. Durante o reinado de D. Pedro I, ocupou os cargos de desembargador, intendente da polícia, ministro do Império e foi dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro e da Ordem da Rosa (SISSON, 1999).

²⁵ Antônio Paulino Limpo de Abreu, depois Visconde de Abaeté, nasceu em Lisboa, em 1798, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1883. Foi deputado pela Província de Minas Gerais nas legislaturas de 1826 a 1829; de 1830 a 1833; de 1834 a 1837; e de 1838 a 1841. Ocupou os cargos de vice-presidente da Câmara dos deputados em 1830 e de Terceiro e Quarto Secretário em 1829 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, S/Db).

²⁶ Antônio Francisco de Paula de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, depois Visconde de Albuquerque, nasceu em Pernambuco, em 1797 e falecido no Rio de Janeiro, em 1863. Era militar que serviu em Moçambique e em Macau. Foi deputado representando o Pernambuco nas três primeiras legislaturas e escolhido senador em 1838.

Há dois casos diferentes, um quando o ministro vem à Câmara em nome de Sua Majestade, e então deve ele ser recebido por uma deputação; e outro quando o ministro vem apresentar o relatório do estado de sua repartição. Pergunto, em qual dos dois casos estamos nós? Estou persuadido que o Ministro que vem trazer o seu relatório, não está no primeiro, mas sim no segundo caso. E qual é a questão? É a do recebimento do ministro que vem trazer o seu relatório, e o que se tem a este respeito decidido a câmara? Que o ministro seja recebido por 2 dos Srs (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1829, p.4).

A partir das discussões entre os deputados, ficou decidido que o Ministro deveria ser recepcionado pelos 3º e 4º secretários e que poderia ler seu relatório. O Ministro se posicionou à esquerda da mesa e, de pé, iniciou sua leitura (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1829).

Ao proceder a leitura do relatório, o Ministro José Clemente Pereira exigia que medidas legislativas fossem tomadas em diversos ramos da administração, tais como o comércio, a agricultura, a instrução e a saúde pública. Entre as medidas propostas no relatório, a *educação physica* dos brasileiros apareceu ligada à necessidade de se promover a educação dos “meninos desvalidos”.

Nos argumentos do Ministro, a defesa da *educação physica* dos “desvalidos” estava correlacionada com uma forma de fortalecimento do Brasil e criação de sujeitos mais produtivos. Esse fortalecimento estava relacionado a uma integração entre educação moral e *physica*. Na visão do Ministro, era preciso educar esses meninos para fazer com que eles se tornassem produtivos e não pesos para a sociedade no futuro, quando se tornassem adultos. Segundo seus argumentos, “[...] os [meninos] que sobrevivem, diminuto serviço prestam, pela maior parte, à sociedade, porque crescem sem *educação physica* e moral, podendo afirmar-se com afoiteza, que mais lhe servem de peso que de proveito” (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1829, p.9).

O Ministro segue argumentando que o “aniquilamento physico” dos desvalidos estaria ligado à falta de nutrição que enfraquecia o “temperamento”, resultando numa vida “débil” e “doentia”. Como solução para o problema de *educação physica* e moral, o Ministro sugeria uma maior atenção à instrução nos espaços em que os “desvalidos” viviam. Segundo ele, “será sem dúvida um meio valente e seguro de aumentar e melhorar a população nascente do império, e de promover a sua educação” (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1829, p.9).

A *educação physica* não estava sendo encarada como exercício físico, mas, nesse caso, relacionada à alimentação, apresentando importância para o melhoramento da população do

Foi Ministro da Marinha, Fazenda, da Guerra e, interinamente, ministro do Império (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, S/D).

Brasil recém independente. A preocupação era voltada para uma parcela específica da população do novo Império, os “desvalidos”. Aparentemente, a *educação physica* poderia ter usos diversos quando indicada para diferentes estratos sociais ou quando mobilizada por agentes diferentes.

Não fica claro no relatório do Ministro que medidas deveriam ser tomadas. Apresentava somente preocupações com a *educação physica* dos “desvalidos”, objetivando o seu melhoramento físico e de sua produtividade. Indicações mais objetivas entrariam na agenda, no ano seguinte, na cidade do Rio de Janeiro, com indicações de traduções e importações de impressos para reger a *educação physica*.

Em uma sessão da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, no mês de março de 1830, em discurso sobre a instrução Pública, Paulino José Soares de Souza²⁷, defendeu a importação e posterior tradução de livros estrangeiros que tratavam do tema para auxiliar na instrução da província. Dentre as suas sugestões encontrava-se o *Curso Normal De Gerando*, *O Novo Manual das Escolas Primárias* e o *Guia Completo dos Professores*, todas as obras organizadas na Universidade de Paris. Segundo ele, esses livros continham “direções da maior importância e utilidade aos professores, ideias mui luminosas sobre a *educação physica*, intelectual, moral e religiosa” (SOUZA, 1838, p.1).

Não temos indícios de que a Assembleia Provincial do Rio de Janeiro custeou a importação e tradução de todos os livros indicados por Paulino José Soares de Souza. Fato é que um deles foi traduzido, como se pode observar em uma propaganda publicada na seção *annuncios* do *Jornal do Commercio*, no ano de 1839 (JORNAL DO COMMERCIO, 1839d). Ao lado de propagandas muito diversas como propagandas de sorvete, café, cirurgião dentista, aparelhos para animais, escravos fugidos, aluguéis e vendas de escravos, encontrava-se um anúncio em que se pode ler que estava no prelo uma tradução do *Curso Normal de Gerando*, realizada pelo Dr. João Candido de Deos e Silva²⁸.

Não foi só no *Jornal do Commercio* que a venda do Manual De Gerando pode ser encontrada. Na página três do *Diário do Rio de Janeiro* do dia 15 de maio de 1840, espremido entre anúncios de vendas, de loterias e de teatros, encontrava-se mais um anúncio da seção de obras publicadas em que se informava que “saiu à luz” o Curso Normal para professores de

²⁷ Paulino José Soares de Souza, posteriormente Visconde com honras de grandeza do Uruguai, nasceu em Paris no ano de 1807 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1866. Magistrado, foi presidente da província do Rio de Janeiro entre 1836-1837. Foi eleito deputado provincial em 1836 e ocupou esse cargo até 1840, com exceção do período que foi presidente da província. Durante o Segundo Reinado, ocuparia diversos cargos como: Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, dos Negócios Estrangeiros, membro do Conselho de Estado e Senador (HOFFBAUER, 2017).

²⁸ Tradutor, Magistrado e Deputado da Assembleia Legislativa Provincial (BASTOS, 1998).

primeiras letras com direções para *educação physica*, moral e intelectual nas escolas de primeiras letras de autoria de Gerando (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1840).

O livro poderia ser adquirido em volume brochado, com mais de 400 páginas, na loja de livros de Albino Jordão, na Rua do Ouvidor n. 121, entre a dos Ourives e a dos Latoeiros, na casa do livro Azul. O anúncio ressaltava que o livro tinha sido impresso por ordem do Governo Provincial do Rio de Janeiro e traduzido e acrescentado com um apêndice de leis gerais e provinciais sobre escolar, pelo Doutor João Candido do Deus e Silva.

Neste anúncio observa-se mais uma vez o destaque à tradução de tal manual e o caráter oficial, tanto na legitimação pela impressão pelo governo oficial quanto pelo anexo das leis que geririam a educação. Fazendo com que esse manual não fosse somente para a prática do professor, mas para o conhecimento das normativas que regulavam a educação no Rio de Janeiro.

Em outro anúncio que saiu no *Jornal do Commercio*, no mesmo mês de maio, e, também, em *O despertador*, adicionava-se algumas informações sobre o Manual De Gerando, o que também demonstra algumas informações sobre o público que eles buscavam atingir. A redação era a seguinte:

Saiu à luz, impressa por ordem do governo da província do Rio de Janeiro, a versão portuguesa do Curso Normal para professores de primeiras letras, feita pelo Dr. João Candido de Deus e Silva, para uso das escolas primarias e dos alunos da Escola Normal. Esta obra clássica, digna da produção do filosofo Degerando, que em três cursos normais lecionou no departamento do Sena, em França, trata da *educação physica*, intelectual e moral dos meninos, e é como um guia e diretório para os mestres e educadores da infância. Recomendamos portanto o seu assíduo estudo e meditação a todas as pessoas que tem a seu cargo educar meninos, por ser mui vergonhoso a todo o homem de brio ignorar as obrigações e deveres do seu officio. Os mestres, pois, que quizerem elevar-se acima do charlatanismo e empirismo, devem estuda-la com todo o zelo e atenção: 1 vol. Brochura, em 4º, com mais de 400 páginas. Preço 4\$000 rs. Vede-se na loja de livros de Albino Jordão, rua do Ouvidor n. 121, entre a dos Ourives e a dos Latoeiros, casa do livro azul (JORNAL DO COMMERCIO, 1840b; 1840c; O DESPERTADOR, 1840).

Além de demonstrar o público-alvo do livro, os professores, também resalta que eles precisariam estudar o livro para não serem empiristas e charlatões. Isso demonstra indícios de que o livro seria uma maneira de formar professores para atuarem a *educação physica*.

Além dos anúncios destacados, também foi possível encontrar a venda deste manual em diversos impressos periódicos da época durante a década de 1830 e 1840²⁹ ³⁰. Reforçando a circulação do manual dentro do período pesquisado.

Não foi somente dentro das ações parlamentares e dos anúncios que foi possível encontrar vestígios da circulação do Manual De Gerando. Em 12 de dezembro de 1842, na cerimônia de entrega de prêmios do Colégio de Pedro II, o orador daquele ano, o Dr, Emilio Joaquim da Silva Maia, proferiu o seu discurso ouvido pela comunidade escolar e pelo imperador.

Em seu discurso, publicado na primeira página da edição do *Jornal do Commercio*, na coluna de comunicados, o que indicaria um caráter oficial de tal matéria, ele felicitava o nascimento do Brasil, um país com recursos e clima favorável, fazia comparações do Brasil com outros países, mostrando a inferioridade dos outros em recursos em comparação com o Brasil. Em seguida, reclama da baixa população do Brasil em relação ao seu grande território, segundo ele:

Se toda população brasileira se achasse reunida em uma só de qualquer das nossas grandes províncias marítimas, ela avultaria muito mais aos olhos do estrangeiro; porém, disseminada por milhares de léguas, cortada por longas distâncias, dividida por vastos desertos, nenhuma proporção guarda com o terreno que habita, e todos estes prodigiosos dons da natureza ficam desaproveitados por falta de braços ou abandonados por nossa fraqueza, fraqueza digo, porque só da união poderá resultar a força, que consiste na potência coletiva de uma população compacta, ainda que diminuta seja (JORNAL DO COMMERCIO, 1842, p. 1).

Como solução para o problema da população ele sugeria a educação. Mas não qualquer educação, ele vai sugerir uma educação regulada, uma educação que considere aspectos

²⁹ Jornal do Commercio. Anuncios. Terça feira, 15 de setembro de 1840, ano XV, n. 243. (http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/959) ... Sábado, 6 de março de 1841, ano XVI, n. 60. (http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/1609)... Quinta feira, 5 de maio de 1841, ano XVI, n. 115, 1841. (http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/1830)... Sábado, 29 de Maio de 1841, ano XVI, n. 138. (http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/1922)... Terça feira, 8 de março de 1842, ano XVII, n. 66. (http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/3010)... Quarta feira, 1 de junho de 1842, ano XVII, n. 145. (http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/3325)... Terça feira, 11 de julho de 1843, ano XVIII, n. 181. (http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/5024)... Domingo, 21 e segunda feira, 22 de janeiro, ano XIX, n. 20, 1844. (http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/5854)... Quarta feira, 17 de julho de 1844, ano XIX, n. 186. (http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/6540)... Terça feira, 34 de março de 1846, ano XXI, n. 83, 1846. (http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/9097)... Terça feira, 6 de outubro de 1846, ano XXI, n. 277, 1846. (http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/9990)... O DESPERTADOR. Anuncios. Sexta feira, 7 de Maio, 1841. < <http://memoria.bn.br/DocReader/706701x/3560> > .O DESPERTADOR. Vendas. 18 de outubro, n 1138. 1841. < <http://memoria.bn.br/DocReader/706701x/4190> >

³⁰ Diario do Rio de Janeiro, segunda feira, 13 de julho de 1840, ano XIX, n. 155, 1840. Diario do Rio de Janeiro, segunda feira, 13 de julho de 1840, ano XIX, n. 155, 1840. Diario do Rio de Janeiro. Sábado, 25 de Novembro de 1845, ano XXII, n. 265.

physicos, morais e intelectuais. E ele não economiza palavras para demonstrar a importância da *educação physica* em seu projeto. Segundo ele:

A educação, senhores, é para o homem civilizado a primeira de todas as suas necessidades; entre os povos bárbaros é perpetua a barbaria, porque a educação é nula. Ela não só nos corrige os vícios, nos aperfeiçoa os costumes, nos purifica a alma, mas também, desenvolvendo e ampliando a inteligência, nos dá saber, vigorando e fortificando o corpo nos dá forças e firmas esbeltas. Daí vem que os autores a tem dividido em religiosa ou moral, intelectual e physica. E quantos exemplos nos fastos humanos não abonam a utilidade só desta última? Se não fosse o terem tido uma boa *educação physica* nos primeiros anos de sua vida, Desmosthenes não teria assombrado o mundo com sua eloquência, o grande Agesilao, o profundo Sócrates, o valente Turenne, o filosofo Descartes não teriam imortalizado seus nomes, praticando sublimes e preciosas ações; pois todos eles por suas acanhadas e fracas organizações, estiveram a ponto de perder a existência em tenra idade, se não se submetessem a uma rigorosa *educação physica* bem regulada (JORNAL DO COMMERCIO, 1842, p. 1).

Como sugestão para se implantar essa educação, ele sugere alguns autores que elevaram nações como França, Holanda, Alemanha e Inglaterra ao “apogeu da Glória”. Esses autores seriam Matter, Nichols, Cousin e um que vai aparecer muitas vezes na documentação sobre *educação physica*, De Gerando.

Esse manual é conhecido da historiografia da Educação, tendo sido analisado por Maria Helena Camara Bastos (1998) como o primeiro manual didático destinado à formação docente no Brasil. Segundo ela, sua tradução e circulação estava ligada à disseminação do ensino mútuo no Brasil e tinha como objetivo auxiliar a sanar o problema da formação dos professores normais. O anúncio (JORNAL DO COMMERCIO, 1839d, p.4) reforça a percepção de Bastos, pois, segundo ela, o *Curso de Gerando* tinha sido indicado na Assembleia Provincial, devendo ser utilizado no Curso Normal, já que os objetivos do curso confluíam com a temática do livro:

O objetivo do Curso Normal é a *educação physica*, moral e intelectual dos meninos. Convidamos, pois, a todos os Srs. Professores do império e governos das províncias a darem merecida estima a este trabalho, adotando-o para guia da educação, única base da civilização e boa moral dos povos (JORNAL DO COMMERCIO, 1839d, p.4).

Outras pistas aparecem nesse anúncio e ajudam a compreender a questão da *educação physica* e da educação. O autor do anúncio, possivelmente Deos e Silva, tradutor de diversas obras, defendia e apresentava obras francesas traduzidas para a língua portuguesa que, em sua visão, contribuiriam para o desenvolvimento literário do Brasil, tais obras eram: quatro volumes de *MM. Noel e Chapsal, Nova Grammatica Franceza, Exercícios, Analyse Grammatical e Analyse Lógica*.

Deos e Silva apontava que suas traduções estavam servindo de auxílio ao Imperial Colégio de Pedro II e aos demais da corte, ou seja, suas traduções estavam interligadas ao meio

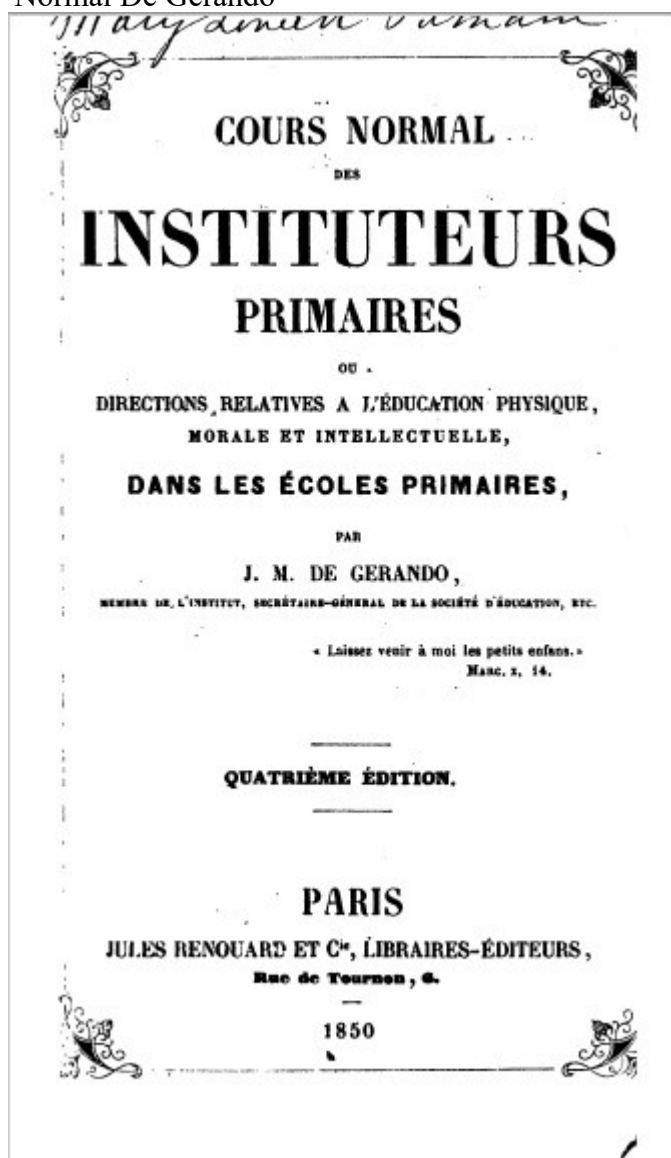
político, ao desenvolvimento da escola normal e das escolas da Corte (especialmente o Colégio de Pedro II) e a tradição francesa.

Se suas obras atuaram no desenvolvimento das escolas ou não, não é tão importante por enquanto. O que nos interessa é que eram anunciadas dessa forma, assinalando que as traduções eram defendidas como maneiras de agir na mudança social e na construção da nação brasileira.

Segundo Bastos (1998), o Manual De Gerando agiria na formação dos professores e outros leitores, contribuindo para o desenvolvimento da *educação physica*, intelectual e moral das crianças. Numa perspectiva que era preciso formar pessoas aptas para regenerar a sociedade a partir da educação, formando um povo brasileiro capaz de submeter seus interesses individuais aos da nação.

Não foi possível acessar a versão traduzida para o português do manual, entretanto localizamos uma versão da quarta edição publicada em 1850 em língua francesa. Embora não seja a versão que circulou no período pesquisado, a partir dela foi possível traçar um panorama do conteúdo do manual e de suas proposições para *educação physica*.

Figura 11 - Capa da versão francesa do Curso Normal De Gerando



Fonte: De Gerando, 1850

O Curso Normal do Barão de Gerando era um compilado de várias conferências sobre assuntos referentes a instrução primária na França. A edição acessada era composta por uma introdução, dos avisos dos editores e por 11 preleções, totalizando cerca de 300 páginas. As preleções tratavam dos seguintes temas: (1) Sobre a dignidade das funções do professor da Escola Primária; (2) Das disposições e qualidades necessárias para o professor primário; (3) Educação em escolas primárias; (4) *Educação physica*; (5) Educação intelectual; como o professor da escola primária pode cultivar a atenção, a imaginação e a memória; (6) Continuação do anterior; como o professor primário forma o julgamento e a razão de seus alunos; (7) Continuação do anterior; o método; (8) Educação moral nas escolas primárias; (9) Continuação do anterior; como o professor primário inspira seus alunos a sentirem seus deveres

de casa; (10) A educação religiosa e a parte que o professor primário deve desempenhar nela; (11) Como o professor primário procede no ensino da lição de casa. Para esta tese iremos discutir a de número 4 – *educação physica*.

A primeira questão que De Gerando buscava discutir era o que seria a *educação physica*. Segundo suas palavras, “damos o nome de *educação physica* a este ramo da educação que visa essencialmente treinar os vários órgãos do corpo” (DE GERANDO, 1850, p. 42). Dessa forma, ele partia do entendimento de que *educação physica* eram todas as intervenções da educação preocupada em formar o corpo.

Dentro de suas considerações, De Gerando elencava algumas estratégias importante para a *educação physica* no ensino primário. Eram elas a preocupação com a limpeza, a natação, a *gymnastica*, a caminhada, a educação dos sentidos, a arquitetura, o combate às doenças, a alimentação e as vestimentas.

Para ele, a *educação physica* seria a primeira educação, iniciando desde o nascimento e perpassando por toda a infância. Chegava a afirmar que, até a entrada da criança na instituição escolar, a *educação physica* era basicamente a única educação que o infante deveria receber. Alertava que a responsabilidade por essa educação até a entrada da criança na escola era da mãe e conclamava em tom alarmante sobre as que não atuavam em tal “responsabilidade”. Segundo De Gerando, “Ai de mim! A maioria, há que admitir, ignorar ou negligenciar os deveres que lhes impõe, as prerrogativas que lhes confere” (1850, p. 42).

Segundo suas proposições, após entrar no ensino primário, a criança estava envolta nos outros ramos da educação, como a intelectual e moral, entretanto, cabia ao professor se preocupar com a *educação physica* que, segundo ele, era negligenciada pela maioria dos mestres. Nesse ponto, alerta que, além dos benefícios mecânicos e para a saúde do corpo, a *educação physica* estava interligada aos outros ramos da educação e que, para uma educação completa, ela precisava ser levada em conta dentro da educação primária.

Como exemplo da relação entre a *educação physica* e a moral que, segundo ele, apresentava sensíveis relações, De Gerando apresenta a preocupação com a limpeza que deveria ser inculcada nos estudantes. Segundo seus argumentos, a limpeza corporal e das roupas teriam aspectos relacionados à saúde corporal e, também, à impressão que a criança apresentaria para si e para os outros. Dando a essa dimensão da *educação physica* um caráter utilitário e moralizante. Segunda suas palavras:

A limpeza na pessoa, na roupa, é uma das regras de higiene mais certas; previne uma série de doenças; mantém o frescor de todos os órgãos, facilita seu jogo; mas também promove ideias de decência, hábitos de ordem; ajuda a lembrar o respeito que o

homem deve a si mesmo, a exercer vigilância, moderação, atenção, contenção; ela está pronta para trabalhar; oferece a imagem sensível da pureza interior da inocência; é também um respeito pelos outros; ela agrada; atrai benevolência; facilita o comércio da vida; é um vínculo de sociabilidade (DE GERANDO, 1850, p. 43).

A partir de seus argumentos, percebe-se que a maneira como a criança se apresentava fisicamente estaria articulada tanto com o fato de como as outras pessoas veriam e agiriam com essa criança e, ao mesmo tempo, como tal infante criaria uma imagem de si. Esse argumento demonstra que a inculcação de um elemento da *educação physica* como os cuidados com a limpeza teriam uma ação de correção de si mesmo a partir de uma dimensão física e de transmissão de uma imagem de maior autocuidado. Questão essa muito importante dentro do contexto francês do início do século XIX, que passava por uma série de epidemias causadas pelas más condições higiênicas (BENCHIMOL, 1988).

Sua preocupação com a limpeza era tão grande que chegava a articular uma relação entre a pobreza e a limpeza e como era papel do professor formar as crianças pobres para melhor se assearem. A formação das crianças pobres teria também um caráter higienizante e higienizador, pois elas, pelo exemplo, formariam os pais e familiares para a limpeza.

A escola primária pela a *educação physica* atuaria tanto na geração que se encontrava entre os seus muros, quanto daqueles que não passaram pela escolarização. Segundo ele:

A limpeza pode ser observada em todas as situações; há uma limpeza compatível com a própria pobreza. Cuidarás, pois, quando os teus alunos chegarem à escola, quando saírem dela, que cumpram estes tratamentos necessários, lavem as mãos, o rosto; você vai exigir que eles limpem suas roupas; você irá fornecer-lhes os meios. Aqui, vocês notarão, meus queridos ouvintes, a necessidade de onde vocês estão, de se dar bem com os parentes, de obter sua ajuda; pois cabe aos pais garantir que seus filhos não trabalhem com roupas sujas e bagunçadas, para que, no curso da vida doméstica, continuem a seguir as mesmas regras. Você pode, você deve exigir que seus alunos sempre tenham roupas decentes. Se você conseguir obtê-lo do maior número, os outros vão se conformando gradativamente, por imitação, por autoestima, e os próprios pais se sentirão interessados em não ter seus filhos sinalizados por um exterior nojento (DE GERANDO, 1850, p. 44).

Além da preocupação com o asseio, o professor deveria estar sempre atento às vestimentas e à alimentação de seus alunos. O professor seria um sujeito propagador de luzes para os estudantes e toda sua família. A metáfora utilizada por De Gerando para apresentar o professor é a de um jardineiro, que deveria sempre cultivar suas mudas, e a *educação physica* seria uma das estratégias mais importantes nesse trabalho.

Nesse papel de propagador das luzes para as famílias, a mãe deveria ser educada pelo professor para melhor cuidar de seus filhos, a partir dos ditames da higiene e da ciência. Segundo suas palavras, o professor:

vai ensinar as mães a seguir as indicações da natureza em tudo, a dar brincadeira aos membros da infância desde o berço; você os fará abandonar a prática fatal de acorrentar essas pobres crianças em trajes de banho; você lhes contará os alimentos mais saudáveis; você recomendará que evitem transições muito abruptas para seus filhos; fazer sempre que esses pequenos seres respirem, tanto quanto possível, ar livre e puro; para preservá-los da umidade; para vesti-los com um bom grau de calor, mas sempre de forma a não interferir com seus órgãos (DE GERANDO, 1850, p. 55).

Também fazia parte do seu roteiro de uma boa *educação physica* diversas formas de se exercitar. Para as salas de aula, ele indicava que nenhuma criança deveria permanecer na mesma posição por mais de 30 minutos. Segundo sua proposta, após esse tempo sentada, as crianças deveriam se levantar, caminhar, mover os braços, as pernas e todo o corpo. Ainda fazia a articulação entre *educação physica* e moral nesse método, segundo ele, era da natureza da criança o movimento e permanecer durante muito tempo sentada causaria episódios de indisciplina, que culminariam em punições, podendo agravar mais ainda o mal. Em tom quase poético ele afirmava:

Muitos professores erram; preocupam-se apenas em obter dos alunos a todo custo aquela imobilidade passiva e silenciosa que os alivia, não veem que violando o temperamento dessas pobres crianças, as atormentam, incomodam, enfraquecem e fazem com que contraiam disposições infelizes, às vezes até vícios. A criança não deve ser enterrada na escola como em uma tumba; ele deve entrar, permanecer cheio de vida, seguir os desejos da natureza (DE GERANDO, 1850, p. 46).

Sua proposição era de que o movimento corporal agiria na moral, criando na criança uma maior disposição para a disciplina, docilidade e obediência. Isso porque, usando esse método, as naturais disposições da criança para o movimento estariam sendo supridas, deixando aflorar os comportamentos desejados pelos professores dentro da sala de aula.

Trabalhava com a lógica binária de que se não fossem seguidas as disposições para o movimento, as crianças seriam tristes, indisciplinadas e turbulentas, em contraponto, as crianças que estivessem seguindo suas recomendações seriam disciplinadas, felizes e obedientes. Assim a *educação physica* era um dos instrumentos para se criar crianças amáveis, disciplinadas e prontas para desenvolver as dimensões intelectuais e morais dentro da escola primária.

Também para desenvolver as dimensões intelectuais, segundo suas propostas, o professor deveria supervisionar os estudantes para que eles mantivessem uma postura ereta e adequada para estudar. Para De Gerando, a maneira como a criança se posicionava ao estudar teria uma ligação íntima com o aprendizado intelectual, mais uma vez, na lógica do binário, em que com uma postura curvada não se aprenderia bem, em contraponto com uma postura reta.

Na lógica do útil e agradável eram prescritas as caminhadas. Elas deveriam ser ritmadas para que as evoluções ocorressem em “perfeita harmonia”. Segundo ele, uma caminhada regulada teria movimentos que “cansam menos, fortalecem mais; as crianças encontram um encanto especial; essas evoluções realizadas em conjunto fortalecem os hábitos de disciplina” (DE GERANDO, 1850, p. 47).

A dimensão útil e agradável acompanha as proposições do Manual De Gerando em outras prescrições para a *educação physica*. Ele defendia que os momentos de recreação deveriam ser utilizados para o desenvolvimento físico, fazendo com que cada tempo da criança dentro da escola primária tivesse um objetivo formativo. Para a recreação ele afirmava que:

Os professores erram ao deixar as crianças abandonadas a si mesmas durante o recreio: como podem não compreender que os jogos são um assunto sério para a infância? Que a recreação seja animada; que todos participem! Deixe que aconteça ao ar livre, sempre que possível! Mantenha a agilidade correndo, saltando; afinar, privilegiar o pião, a corda, o aro, a pipa, qualquer coisa que desenvolva a habilidade, que forme o visual. Mas deixe a diversão sempre ter um propósito, um objeto, um caráter específico; banir toda agitação impetuosa, confusa e desordenada; qualquer coisa que pudesse degenerar em brigas! Seja a testemunha dessas diversões, até mesmo participe delas; mas, permanecendo como seu regulador, evite banir essa doce liberdade que é a alma de todo entretenimento! (DE GERANDO, 1850, p. 47).

Um dos exercícios físicos mais indicados em sua obra eram os gymnasticos. Ele fazia referência aos antigos gregos e romanos que utilizavam essa forma de movimento, entretanto sua indicação eram as ginásticas modernas, as novas formas de sistematização dos movimentos realizados na Alemanha e Suíça. Ele indicava os métodos de MM. Clias, Amoros e Comte como os mais indicados para as escolas primárias.

Esses métodos teriam como principal importância o desenvolvimento harmonioso de todas as partes do corpo e o respaldo nos conhecimentos científico e, em sua visão, caberia ao professor conhecer os aparelhos de ginásticas que estivessem ao seu alcance para que os métodos fossem realizados, na medida do possível, dentro das escolas. Em seus argumentos:

Você pode instalar-se de forma barata, ou fazer com que o carpinteiro estabeleça, um mastro ou uma escada perpendicular, ou duas barras colocadas horizontalmente e paralelamente em quatro postes, na altura do cotovelo: ali, seus alunos serão capazes de subir, para suspender, para balançar, para fazer várias voltas, mas a fim, sob os seus olhos, indo sempre do mais simples ao mais difícil (DE GERANDO, 1850, p. 47).

Em uma *educação physica* bastante ampla, a educação dos sentidos deveria ser uma preocupação. Dessa vez ela era articulada com a educação intelectual. Educar a visão para que as crianças não somente vissem, mas enxergassem o mundo e a audição para perceber os diferentes sons que chegam aos seus ouvidos, era parte importante da formação de crianças que

conseguissem ter uma percepção ampliada do mundo. Essa seria uma junção da dimensão intelectual para refletir sobre o mundo que chegaria pelos órgãos físicos dos olhos e ouvidos.

Também era possível perceber uma dimensão moralizante na educação dos sentidos. Para o autor, a educação dos ouvidos por meio da música poderia ampliar e modificar os gostos e ensinar as crianças a apreciarem os sons de outra maneira. O que, para De Gerando, faria uma mudança nos divertimentos. Para ele, só assim “será então possível, um dia, dar aos nossos festivais de campo, às solenidades da nossa aldeia, muitas vezes marcadas com alegrias grosseiras e brutais, um novo personagem mais digno de humanidade” (DE GERANDO, 1850, p. 52).

Percebe-se na *educação physica* baseada nos saberes científicos e da educação moderna uma função moralizante até dos divertimentos das populações, que De Gerando julgava como inadequados para o projeto civilizacional que buscava construir.

Cabia, também, nas prescrições da *educação physica* a regulação sobre a localização e arquitetura das escolas primárias. Dialogando com os preceitos higiênicos daquele contexto, as escolas primárias deveriam ser colocadas em local grande, ventilado e não úmido. Que fossem ensolaradas, para que os raios solares tivessem uma ação revigorante nos homens e mantivessem a escola sempre limpa.

Os professores também deveriam estar sempre atentos à propagação de doenças dentro do ambiente escolar. Lembrando que a França passava nesse contexto por uma série de epidemias que viriam a culminar em uma grande reforma urbana. Dessa maneira, era preciso isolar os estudantes que apresentassem sinais e sintomas de doenças como a varíola, micoses ou qualquer outra doença.

O professor também deveria ter um papel de propagador das luzes com as famílias, explicando e convencendo dos cuidados médicos para o controle das doenças e o combate ao charlatanismo nas artes de curar. De Gerando chega a propor a organização de aulas noturnas para os pais, em que o professor ensinará os preceitos higiênicos e de combate às doenças.

Embora tal manual normatizasse a *educação physica*, apresentando-a como uma ferramenta importante para a formação integral, o *Curso Normal De Gerando* tinha como temática principal a educação e só parcialmente tratava do tema da *educação physica*. Todavia, a partir da década de 1830, encontramos indícios da circulação de outros livros com o interesse principal na *educação physica*. Na seção *anuncios*, do *Jornal do Commercio*, encontram-se propagandas do *Tratado de educação physica* (JORNAL DO COMMERCIO, 1836a, 1836b, 1836c) e o *Tratado de educação physica e moral dos meninos* (JORNAL DO COMMERCIO, 1836d).

Figura 12 - anúncio do *Tratado de educação physica* (1836a).

VESTIGIOS da lingua arabica em Portugal, Tratado de educação physica, Elementos de Hygiene, Synonimos, por S. Luiz; Glosario das palavras francezas, Actas das Côrtes de 1821, A nova legislação de Portugal até a morte do Duque de Bragança, Diccionario da lingua Portugueza, em 3 vols.; Arte de escripta, segundo o methodo americano; Dita, segundo os principios de Jacotot; Tratado de escripturação commercial; Statística, por Biot; e algumas outras obras interessantes: vendem-se na rua do Ouvidor n. 189, loja de papel.

Fonte: Jornal Do Commercio, 1836a

Figura 13 - Anúncio de *Tratado de educação physica e moral dos meninos* (1836d)

OBRAS em portuguez que se vendem na loja de livros de Albino Jordão, rua do Ouvidor n. 157, a saber: Manifestação dos crimes dos Jesuitas, 2 vol, 2\$ rs.; Viagens de hum Brasileiro, 1\$ rs.; Resumo estatístico dos Estados-Unidos da America do Norte, 2 vol, 2\$; Annaes do Rio Grande do Sul, pelo Visconde de S. Leopoldo, 1\$600; Collecção de memorias sobre os estabelecimentos de humanidade, 1\$ rs.; Historia portugueza de Craveiro, 1\$ rs.; Historia dos acontecimentos do Pará, de 1823 a 1831, 240; Arte de ser feliz, 820; Manual do homem do mundo, 640; Elogio da loucura, 640; Mestre de dança brasileiro, 160; Vida de Abellard e Eloiza, 480; Rua da Praia Grande, 240; Manual da typographia braziliense, 2\$; Tratados dos seguros, 640; Reflexões sobre o commercio dos seguros, 200; Pauta da Alfandega, 1\$; Taboadas de cambios, 520; Cultura da granza, ou raiva dos tintureiros, 320; Dita do assucar, 640; Tratado de educação physica e moral dos meninos, 1\$600; Ensaio da instrução publica, 320; Resenha analytica do ensino mutuo, 480; Compendio explicativo do dito, 320; Systema britannico de educação, 1\$ rs.

Fote: Jornal Do Commercio, 1836d

O *Tratado de educação physica* estava à venda na Rua do Ouvidor, n. 189, Loja de Papel. Aparentemente, essa loja funcionava há cerca de um ano como uma espécie de loja de penhores, tendo como proprietário Manoel José Cardoso e C., vendendo todas as qualidades de papel e livros em branco, chás, rapés e comprando à vista de todos os clientes e amigos (JORNAL DO COMMERCIO, 1835).

O tratado aparece em três anúncios dessa loja, publicados entre os anos de 1835 e 1836 no *Jornal do Commercio*, sem informação da autoria, preço ou ano de publicação. Ele era classificado como “obra interessante”, em conjunto com obras de diversos temas, que variavam

em cada anúncio. Poderíamos supor que as obras anunciadas poderiam ter sido adquiridas de algum cliente e se encontravam no anúncio até serem vendidas, o que oferece indicativo da circulação desse tratado.

Já sobre o *Tratado de educação physica e moral dos meninos* há um pouco mais de informações. Ele estava à venda na Loja de Livros de Albino Jordão, Rua do Ouvidor, n. 157. A Loja de Livros de Albino Jordão funcionava pelo menos desde o ano de 1831, vendendo, alugando e comprando livros diversos e realizando uma gama de trabalhos como os de escrita de cartório, impressão (JORNAL DO COMMERCIO, 1832a; 1832b), matrícula em aulas particulares (JORNAL DO COMMERCIO, 1834a) e venda de ingressos de teatro (JORNAL DO COMMERCIO, 1834b).

Não era apresentada a autoria do tratado, entretanto encontra-se o seu preço, 1\$600. Com esse valor, era possível comprar um bom par de luvas de fino trato (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1836a), as pílulas higiênicas do Dr. Ralph (remédio infalível para indigestão, gota, reumatismo, úlceras, dentre outros) (JORNAL DO COMMERCIO, 1836e) ou um saco de farinha regular (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1836b).

Sobre as duas obras vendidas, embora apareçam livros em língua francesa ou inglesa, os anúncios reforçam que as obras eram em português (JORNAL DO COMMERCIO, 1831; 1834c), já que, pelo menos desde 1830, se buscava obras em “língua vulgar” sobre a temática (SOUZA, 1838, p.1).

No que se refere ao expediente da tradução, podemos levantar duas hipóteses: a primeira, de um imaginário de que a circulação de obras em língua portuguesa poderia aumentar o universo de leitores sobre o tema, alcançando, talvez, pais e mães de família. Poderíamos supor, a partir de outros anúncios em que é possível encontrar indicações de impressos, que tratavam da *educação physica* das meninas, as futuras mães, como *Cartas sobre a educação das meninas* (JORNAL DO COMMERCIO, 1839d), e que esse argumento era utilizado. Uma segunda hipótese, que não elimina necessariamente a primeira, é a de que a publicação de livros em português seria um negócio mais lucrativo do que em francês, inglês ou alemão, por abranger um universo maior de leitores.

Fato é que a língua era um obstáculo que precisava ser vencido pelos leitores no Brasil e as traduções se constituíam em um elemento importante e um diferencial. No caso da *educação physica*, esse parecia ser um ponto fulcral, e diversos são os anúncios em que João Candido de Deos e Silva é apontado como tradutor.

Não só no *Jornnal do Commercio* encontramos anúncios sobre a *educação physica*. Na seção *annuncios*, de um periódico com um curioso subtítulo: *O Chronista: Há no mundo quem*

tenha mais juízo que Voltaire, mais força que Napoleão, o povo, que circulou entre 1836 e 1838, com três números por semana, foram publicados três anúncios de venda do jornal literário e instrutivo *O Panorama*, que se encontrava à venda na Livraria de Eduardo Laemmert (O CHRONISTA, 1838b; 1838c), na Rua da Quitanda.

Segundo os anúncios, esse jornal era uma “imitação” dos periódicos ingleses e franceses *Penny-Magazin*, *Magasin universel* e *Musée des familles*, sendo publicado em Lisboa pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Essa publicação “útil e divertida” tinha o objetivo de “vulgarização de conhecimentos variados por todas as classes da sociedade” (O CHRONISTA, 1838a, p.4; 1838b, p.4; 1838c, p.4), podendo ser adquirida pelo preço de rs. 4500 por um ano, em 52 números, ou por rs. 480 pelo caderno avulso, com quatro números com estampas (O CHRONISTA, 1838a; 1838b; 1838c).

O anúncio descrevia os diversos temas tratados nos quatro primeiros números. Eram temas bastante diversos como higiene, arquitetura e outros mais curiosos, como cemitérios e ritos fúnebres na Turquia (O CHRONISTA, 1838a; 1838b; 1838c). Dentro dessas variedades e curiosidades podia-se encontrar a *educação physica*.

Para além do caráter civilizador que a historiografia já apontou para a *educação physica*, ela era tomada também como uma curiosidade dentro de temas de variedades. Isso fica indicado pela diversidade de temas a que se encontra associada nos anúncios do *Jornal do Commercio* e de *O Chronista* e pelas suas qualificações como: “interessante” (JORNAL DO COMMERCIO, 1835) e “útil e agradável” (O CHRONISTA, 1838b; 1838c).

Para se ter ideia de como a *educação physica* poderia ser tratada próxima de temas bastante diversos, podemos olhar a própria diagramação do impresso. Ela estava contida na mesma página em que o leitor poderia passar por uma série de variedades e novidades que indicam que, para o editor, fazia sentido alocar a *educação physica* naquela parte do jornal. A título de ilustração, em 1840 ela estava próxima a um anúncio sobre uma apresentação de uma cobra que iria engolir ratos (JORNAL DO COMMERCIO, 1840b). Dessa maneira, a *educação physica* estaria dentro das muitas novas curiosidades e divertimentos para um público ávido por novidades que se instalava no Rio de Janeiro do século XIX.

Ao longo do século XIX no Brasil, diversas práticas de divertimento serão representadas como agradáveis e úteis. Elas eram entendidas como iniciativas que ajudariam a forjar o progresso da nação em direção ao que se tinha de mais novo, ao mesmo tempo que divertiam seus praticantes. Exemplos são o turfe (MELO, 2013), que divertia ao mesmo tempo que melhorava a raça de cavalos nacionais; a patinação (MELO, 2016), que divertia ao mesmo tempo que melhoraria a saúde e as valências física; as fabricas de cerveja (MELO, 2018) que

divertiam ao mesmo tempo que ajudavam a forjar a indústria nacional, dentre muitos exemplos. No caso particular deste trabalho, as leituras sobre *educação physica* poderiam ter esse caráter de divertimento, melhora e progresso da nação.

Dentro do período pesquisado, um dos impressos mais citado na imprensa geral foi o já tratado Manual De Gerando. Entretanto, encontramos indícios e propagandas de tratados específicos para a *educação physica*. No próximo item discutiremos sobre esses tratados.

2.5 A voz da natureza

Nas propagandas dos manuais de *educação physica*, pode-se encontrar um caso particular na seção *Obras Publicadas* do *Diario do Rio de Janeiro*. Esse anúncio do ano de 1832 informava que se encontrava à venda, na Loja de Livros Veiga e Comp., Rua da Quitanda canto da Rua de S. Pedro, o livro *Hygiene e Tratado de Educação physica dos meninos*, de autoria de Francisco de Mello Franco (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1832).

Essa obra é peculiar, primeiro, por não se tratar de uma tradução, mas de livro escrito em língua portuguesa. Seu autor nasceu em terras brasileiras, em Paracatu, Minas Gerais, em 1757. Embora tenha nascido na América portuguesa, o referido tratado foi escrito e publicado em Portugal. O *Tratado da Educação Física dos Meninos, para uso da nação portuguesa* (FRANCO, 1789) e foi escrito sob encomenda da Academia de Ciências de Lisboa. Pode-se encontrar indícios sobre isso na própria obra. Na contracapa, aparece um artigo, assinado por José Corrêa da Serra, que teria sido extraído das atas da Academia em reunião de 1 de outubro de 1789, em que se pode ler:

Tendo sido apresentado à Academia, pelo seu correspondente do Número, e Membro da Comissão para o adiantamento da Medicina Nacional, Francisco de Mello Franco, o Tratado que tinha composto de *Educação physica* para uso da Nação Portuguesa, julgou a Academia que era digno de ser impresso à sua custa, e debaixo do seu privilégio (FRANCO, 1789, p. ii).

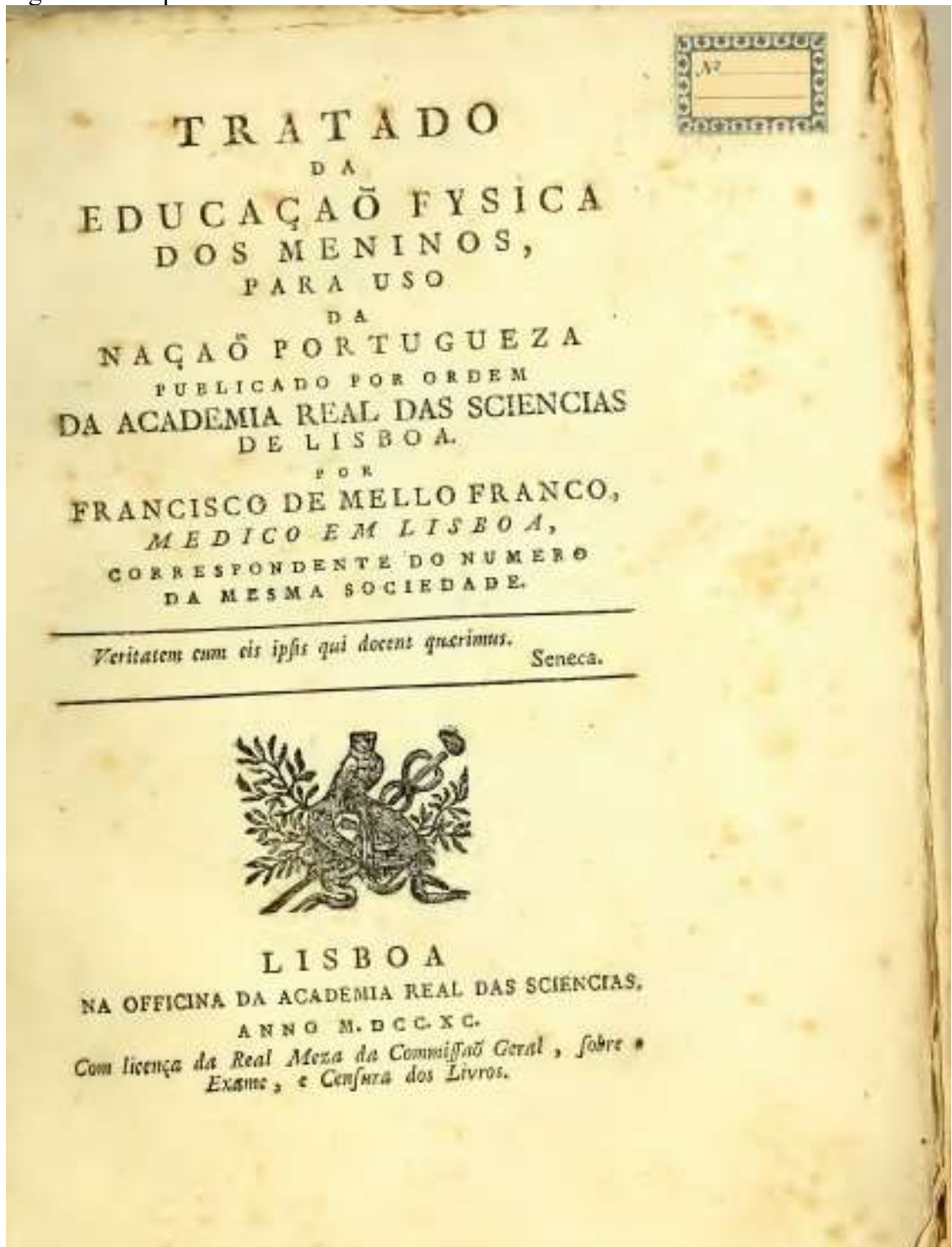
Não temos pistas sobre o motivo da escolha de Mello Franco para a escrita do manual ou se foi uma iniciativa do próprio médico. Também não possuímos elementos para compreender o que representava fazer parte da Comissão para o adiantamento da Medicina Nacional de Portugal. O que se pode afirmar é que Mello Franco era um sujeito que tinha forte ligação com o movimento de renovação do pensamento em Portugal e, por isso, sofre grandes represálias durante a “viradeira” (ABREU, 2006).

Em 1772, ocorreu uma reforma no ensino médico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Essa reforma aproximava o curso a uma medicina ligada aos preceitos racionalistas. É nesse contexto de renovação no curso de medicina que Francisco de Mello Franco se matricula, em 1775. Entretanto, o curso viria a ser interrompido após a coroação de Maria I. Em 1777, ele foi condenado pelo Santo Ofício por ser herege, naturalista, dogmático e por negar o matrimônio, ficando preso até o ano de 1781. Ele só retornaria ao curso em 1782, quando se viu livre da Inquisição, formando-se em 1785 (ABREU, 2006).

Depois de formado, o médico mineiro se dedicou à clínica, tornando-se médico renomado, compondo inclusive a junta médica que examinou D. Maria I, declarando-a insana. Além do *Tratado de Educação Física* (1789), publicou diversas obras relevantes, livro sobre religião e medicina, *Medicina teológica* (1794), e um livro sobre higiene, *Elementos de hygiene* (1814) (ABREU, 2006).

O *Tratado de Educação physica*, ou em sua grafia, educação fysica, tinha um caráter de manual, era dirigido aos pais e aos profissionais que lidariam com a *educação physica* e possuía cerca de 120 páginas. Pelo seu índice, podemos ter uma ideia da temática privilegiada da *educação physica*, a puericultura. Também se nota a preocupação em demonstrar um diálogo com a produção da época sobre higiene.

Figura 14 - Capa do Tratado de Mello Franco



Fonte: Franco, 1789

O tratado era iniciado por um elogio da Academia ao seu conteúdo, seguido de um prefácio escrito pelo próprio Mello Franco. Seu conteúdo foi dividido em doze capítulos, sendo o capítulo oito dividido em sete artigos.

Quadro 1 - Capítulos do Tratado de Melo Franco.

	Título do Capítulo
Capítulo I	Porque modo se deve reger uma mulher pejada.
Capítulo II	Logo que a criança nasce, deve ser separada dos pés da mãe, cortando-se o cordão umbilical; e como deve ele ser ligado.
Capítulo III	Do quanto é nocivo o frio no instante do nascimento
Capítulo IV	Qual seja o verdadeiro modo de lavar as crianças
Capítulo V	A utilidade dos banhos frios provada pela razão, pela prática dos antigos, e pelos exemplos dos povos do Norte
Capítulo VI	A espécie humana tem degenerado, e sensivelmente degenera na Europa, e porque motivos.
Capítulo VII	Como se devem vestir as crianças, e os abusos que há a este respeito
Capítulo VIII	Do quanto diz respeito ao modo de nutrir as crianças.
Capítulo IX	Do sono, e do berço
Capítulo X	Do exercício, não só no que diz respeito às crianças, mas ainda geralmente considerado
Capítulo XI	Do modo de aperfeiçoar os sentidos das crianças
Capítulo XII	Da grandíssima utilidade, que resultaria ao Estado, e a cada um dos particulares, a geral introdução da inoculação das bexigas.

Quadro 2 - Artigos do capítulo oito.

	Título do artigo
Artigo I	Se deve mamar logo na mãe. E quando há de ser a primeira vez.
Artigo II	Todas as mães são obrigadas a criar seus filhos.
Artigo III	Quais são as mães que legitimamente estão dispensadas de criar seus filhos.
Artigo IV	Quais são os meios de suprir esta impossibilidade das mães, e que condições deve ter a ama.
Artigo V	Que regularidade deve haver em dar de mamar as crianças; e os abusos que vulgarmente reinam a esse respeito.
Artigo VI	Quando devem principiar a comer, e qual será a comida própria.
Artigo VII	Quando se devem desmamar as crianças: como se deve então proceder: que alimentos se devem dar daí por diante até aos quatro anos.

Fonte: Franco, 1789

Podemos perceber que seus argumentos no tratado partiam do princípio de que Portugal viveu um movimento de degeneração da sua população. Segundo ele, seria pela vida urbana que a espécie humana estaria sofrendo esse processo, e de forma mais radical, em Portugal. Para ele, “os nossos corpos tão pouco capazes” pela “nossa vida mole, e delicada” (FRANCO, 1789, p. 24) estariam se tornando fracos e incapazes.

Segundo sua visão, outros elementos se somariam ao processo de degeneração. Ele destaca a invenção da pólvora e a economia política que estavam tornando os seres humanos cada vez mais sedentários, dava grande ênfase aos elementos anti-higiênicos que estariam agindo nesse processo como o casamento entre pessoas da mesma família, a prostituição, o cuidado médico exercido por mãos não autorizadas pela medicina, habitações pouco saudáveis

nas grandes cidades e a falta de cuidados com as crianças. É em especial, nesse último elemento, que seu texto estava centrado.

O tratado estava preocupado com a *educação physica* das crianças de Portugal. Seu esforço era criar um sistema próprio de *educação physica* das crianças portuguesas a partir da leitura crítica de diversas obras de higiene a que teve acesso. Segundo ele, “por meio da meditação fiz um sistema próprio, servindo-me das ideias de todos, sem seguir mais do que aquelas que a minha razão, e observação confirmavam, aumentando, alterando, e inovando” (FRANCO, 1789, p.v).

A grande chave argumentativa de Francisco de Mello Franco era que a vida urbana estava afastando o ser humano da natureza. Esse afastamento estaria tornando a raça humana cada vez mais frágil e doente. Cabia ao médico ouvir a voz da natureza para entender como ela funcionava e então criar as formas de se educar fisicamente o corpo no meio urbano. Em seu entendimento, a *educação physica* abrangeria o clima, o ar respirado, o banho, a nutrição, os sentidos, a vacinação e os exercícios físicos. Durante o texto, acompanhando e alinhando-se ao debate doutrinário no campo da medicina e da higiene, apresentava exemplos do que deveria e não deveria ser seguido pelos pais para desenvolverem uma *educação physica* natural e adequada das crianças.

A *educação physica* da criança começava, segundo ele, no ventre da mãe. Afirmava que se deveria regular os alimentos que nutrem a mãe grávida, pois toda a nutrição da criança provinha da alimentação dela. Em suas palavras, “o feto tira da mãe toda a sua nutrição, e que, segundo os alimentos de que ela usar, será mais, ou menos feliz a sua disposição” (FRANCO, 1789, p.2).

Era preciso regular o sono da mãe, que deveria ser aumentado, mas não em demasia. “Quando digo isto não entendo o abuso do sono, quero dizer, que se fora deste estado uma mulher dormia sete por exemplo, deve dormir oito” (FRANCO, 1789, p.7). Ele ainda indicava os exercícios físicos para as mulheres, especialmente àquelas de vida sedentária, porque “sem exercício ninguém pode gozar de saúde constante” (FRANCO, 1789, p.7). Todavia, não era qualquer exercício.

Durante as indicações dos exercícios, adotava uma retórica do indicado e do contraindicado. Sinalizando que qualquer elemento da *educação physica* poderia ser pernicioso ou saudável, tudo dependeria de sua aplicação adequada para a situação em que se encontrava o indivíduo e se seguiria as regras da medicina e da natureza. No caso do exercício para as mulheres grávidas, prescrevia os passeios em ar campestre ou em ruas largas, limpas, em bairros elevados e que não avizinhassem cemitérios e oficinas. Já os exercícios proibidos eram: andar

a cavalo ou de carruagem, principalmente em lugares calçados e pedregosos, contradanças, levantamentos de peso ou qualquer movimento violento.

As vestimentas das mulheres grávidas também eram uma preocupação. A regra, mais uma vez, era a seguir a natureza. Segundo ele:

A regra geral pois é, que nem com espartilhos, nem com vestidos, nem com cintas, e nem de alguma outra sorte devem fazer aperto ao ventre, seguindo nisto os passos da natureza. E como as mulheres em tal estado caem mais facilmente pela mudança do seu centro de gravidade, devem trazer saltos baixos e largos, para melhor se firmarem nos pés (FRANCO, 1789, p.9).

Além da mãe, o pai também necessitava de cuidados, ele não deveria estar doente, pois “todos terão tido muitas ocasiões de observar, que de um pai cheio de enfermidades nunca nasceu um filho robusto, outro tanto digo da mãe” (FRANCO, 1789, p.2).

A relação de idade dos pais também era um alerta. Baseado em Ballexferd, Francisco de Mello Franco afirmava que o homem deveria ter entre 25 e 50 anos, a mulher entre 18 e 40 anos. Nunca a idade da mulher deveria ser maior do que a do homem, “porque a natureza é mais tardia em o levar a estado de perfeição” (FRANCO, 1789, p.4). Além disso, apontava que a diferença de idade entre os pais não poderia ser grande.

Contudo, ao longo do texto, a grande preocupação não é com o pai, mas com a mãe, com a criança e na relação da mãe com a criança. Após apontar o prescrito e o proibido durante o período da “prenhes”, Mello Franco apresenta a gramática para a *educação physica* da criança recém-nascida.

Defendia um modelo de corte do cordão umbilical, o cuidado para não expor a criança ao ar frio, o modo ideal para banhar a criança, os modos de vestimentas, os cuidados na amamentação e como deveria ser realizada a escolha da ama de leite, caso a mãe não pudesse amamentar. Não iremos apresentar de forma pormenorizada cada indicação do médico, destacaremos apenas dois pontos que acreditamos sintetizar seus argumentos: o cuidado com o ar frio e o banho frio como procedimento higiênico.

Ao analisar o cuidado que as mães deveriam ter para não expor o recém-nascido ao ar frio, Mello Franco mobilizava alguns elementos da perspectiva teórica sobre a clínica e a doença. Ele apresenta um exemplo de caso clínico que acompanhou e como chegou à conclusão da causa da morte da criança. Com o infante morto, resolveu fazer uma autópsia para descobrir como o caso tinha transcorrido. Seguimos com a narração do fato:

Achei os intestinos sãos, mas vazios, o fígado e o pâncreas em bom estado, menos a parte convexa do fígado, que estava muito aderente ao diafragma. O baço era de notável pequenez, formando uma estreita aderência com o estômago em todos os pontos, em que dantes havia contiguidade; o que; segundo entendo, embaraçou o seu crescimento. O estômago mostrava não ter tido lesão; mas na parte em que a borda

superior do baço lhe estava aderente, as túnicas eram tão delgadas, que bastava tocá-lhes brandamente para se despedaçarem (FRANCO, 1789, p.19).

A narração detalhada da anatomia em busca da causa da morte da criança indica elementos do modelo médico identificado como anatomoclínico. Nesse modelo, se buscava fazer uma correlação entre os sinais e sintomas do paciente com lesões em certas partes do corpo e seus órgãos. O principal meio de descrição das doenças era a autópsia (EDLER, 2011). A descrição de Mello Franco em seu tratado parece indicar procedimentos desse tipo de modelo teórico.

O segundo ponto que destacamos é a regulação do banho. Para ele, o banho deveria ser dado logo que a criança nascesse para retirar o “líquido viscoso em que as crianças se encontram sujas quando nascem” (FRANCO, 1789, p.20). Esse líquido dificultaria a transpiração pelos poros e deveria ser limpaado com água morna. Com o passar do tempo a água deveria se tornar cada vez mais fria, porque a água fria fortificava o corpo, enquanto a água quente era agradável e enfraquecedora por ser antinatural. Ao criticar as mães que usavam o banho quente em seus filhos, ele argumentava:

Mas esta saudável prática será sem dúvida embargada pela cega ternura das mães, que resguardando seus filhos até do mesmo ar puro, os vão dispendo a serem mais melindrosos, que o vidro. Enganai-vos, mães cruéis, pois mais que confieis na vossa riqueza, e estudado melindre, não os podereis libertar das leis da natureza. Elas abrangem a todos, e se algum espaça, é só aquele que não procura fugir-lhes. Procurais, é verdade, poupar-lhes o pequeno incomodo de um banho de água fria. Para que se não constipem, dizeis vós, tragamo-los sempre abafados; o calor é quem os cria. E com efeito conseguis trazê-los pouco menos que em uma estufa, mas quanto o não sentirão, quando se virem frouxos, languidos, sem aquele vigor, e alegria, que só pode dar a saúde? Ensinai por tanto a vossos filhos a suportarem com igualdade de animo aquilo, que depois não poderão evitar. Preparai-os antecipadamente a todos os acidentes, que pela mobilidade das cousas, ou pela encadeação dos sucessos, se levarão no meio das maiores felicidades. Este será o melhor patrimônio, que lhes podereis deixar (FRANCO, 1789, p.23).

O cuidado com a limpeza pela água se constituiu em outro elemento importante de seus argumentos. Ele estava filiado a um entendimento de que a limpeza não passava apenas pela brancura das roupas ou pelo agradável do odor, mas pelo uso da água para retirar as impurezas do corpo e fortificá-lo. Esse era um modelo para o uso da água não ligado à diversão, mas a água que protegeria e reforçaria o corpo (VIGARELLO, 1996). Esse ponto guarda relações com o primeiro destacado, visto que o uso do banho frio estava relacionado com um modelo de intervenção no corpo e sobre o corpo, nos moldes de uma higiene natural. Um corpo que deveria ter suas partes fortificadas para resistir às intempéries e agentes externos e, ao mesmo tempo, deveria seguir e resistir à natureza, um corpo capaz de seguir a natureza.

Para finalizar as considerações sobre o conteúdo do manual, iremos discutir o capítulo IV: *Do exercício não só no que diz respeito às crianças, mas ainda geralmente considerado*. Ele pretendia mostrar as maneiras saudáveis de as crianças se exercitarem e os “gravíssimos” inconvenientes de que a falta poderia acarretar. Continuava na lógica da puericultura, pois suas preocupações com os exercícios das crianças giravam em torno de maneiras que elas adquirissem um desenvolvimento natural e harmonioso entre as dimensões intelectuais e *physica*.

A primeira relação entre a puericultura e o exercício físico era no aprendizado do andar. Em seus argumentos, seguindo a lógica da natureza, “são mais que supérfluos, são danosos todos os expedientes, que se tem excogitado para fazer andar as crianças antes do devido tempo. A natureza é só quem o pode mostrar. [...] Pois só a natureza deve ser nisso nossa mestra” (FRANCO, 1789, p. 87-9).

Dessa forma, para que a crianças caminhassem de forma adequada, a ordem natural de arrastar, engatinhar e andar deveria ser respeitada. Caso a ordem natural não fosse respeitada, as deformidades poderiam acontecer naquele indivíduo, e era mais grave nas mulheres, pois estariam colocando em risco sua capacidade de parir seus filhos em função das deformidades ósseas.

Melo Franco segue prescrevendo como se deveria reger os movimentos das crianças logo após começassem a andar. Mais uma vez o seu argumento continua sendo o de seguir a voz da natureza, segundo ele: “Logo que as crianças chegarem a estado de andar desembaraçadamente, se lhes deve dar toda a liberdade para se exercitarem, seguindo nisto a voz da natureza, que convida a um movimento continuado”. (FRANCO, 1879, p. 91). Desse modo, a criança não deveria ser impedida de correr livremente, de preferência, em casas grandes, ao ar livre e no campo, o movimentar-se era sinal de saúde para a criança.

Mello Franco fazia prescrições sobre maneira de se exercitar para as crianças, quando alcançavam a puberdade. Segundo ele, era o momento de aumentar as atividades físicas. A natação era um dos exercícios tomados como primordiais, pelo caráter prático de escapar de afogamentos, pois, segundo ele: “quanta gente escapa por este meio das mãos da morte” (FRANCO, 1879, p. 93) e por estar com o corpo totalmente envolto na água fria, tomada como higiênica pelo esculápio. Dessa forma, a natação era a junção de duas atividades higiênicas: o exercício e o banho frio.

Ele segue indicando outros exercícios que julgava pertencentes a uma boa *educação physica*, como o esgrimir de armas, andar a cavalo e jogos com bola, laranjinha, bilhar, atirar

fundas, luta e carreira. Todos pelo seu caráter útil no que diz respeito ao uso prático, por fortalecer o corpo e melhorar a saúde.

Sobre a saúde, o médico apontava que o exercício era de extrema necessidade para o bom desenvolvimento da criança em todas as suas fases. Fazia isso sempre alertando de que as dimensões intelectuais não poderiam se sobrepor às de ordem física. Segundo ele, “o exercício é tão necessário para a saúde, geralmente falando, como é preciso o comer para se conservar a vida. Esta verdade demonstrada pela razão, e comprovada pela experiência, deverá andar sempre diante dos olhos de todo o mundo”. (FRANCO, 1878, p. 95).

Para defender tal ponto, elencava comparações entre as crianças da cidade e do campo, voltando a sua tese à natureza. Mello Franco afirmava que a robustez e vivacidade das crianças do campo eram fruto de sua liberdade de movimentos e vida mais próxima de um estado natural do que daquelas que viviam no mundo antinatural da cidade cercadas de “melindres” e “ociosidade”.

Agora que apresentamos algumas considerações sobre o conteúdo da obra, iremos realizar algumas reflexões sobre sua recepção dentro do recorte pesquisado. Apesar do tratado ter sido escrito em 1789, interessa perceber a articulação e sua provável leitura no Brasil.

Estamos trabalhando com a perspectiva de que a leitura é uma prática social e cultural (CHARTIER, 1996). Desse modo, ao analisar o conteúdo e as possibilidades de leituras desse texto é preciso estar atento às relações sociais que o envolvem, tanto na sua produção, e no caso desse ponto, das relações sociais envolvidas em sua leitura. Questionaremos o que levou a permanência de circulação desse tratado ao longo das primeiras décadas do século XIX. Também fará parte dos nossos questionamentos, como os usos de tal obra se conectam com os embates entre o Brasil e Portugal e com a busca de construção de uma nação brasileira.

Francisco de Mello Franco estudou e se tornou um médico de atuação destacada em Portugal, retornando ao Brasil em 1815, fazendo parte da comitiva da D. Leopoldina da Áustria (ABREU, 2006). Encontramos indícios da circulação de seu tratado em terras do Brasil independente. Além do já citado anúncio no Diário do Rio de Janeiro (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1832), seu tratado rendeu discussões e elogios na tribuna da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.

Na reunião de 24 de abril de 1831, José Martins da Cruz Jobim realizou uma homenagem ao já morto Francisco de Mello Franco. Nesse elogio, encontramos algumas informações sobre a leitura de Jobim do referido tratado, articulado à imagem apresentada do médico.

O primeiro destaque remete à identidade atribuída ao médico Mello Franco: “brasileiro ilustre” (JOBIM, 1831, p.3). Ele atribui a identidade de brasileiro a um sujeito que nasceu muito antes do Brasil independente, tentando estabelecer uma ligação desse autor ao Brasil e não a Portugal, espaço de formação e atuação profissional como médico e autor (JOBIM, 1831). Pelos indícios encontrados em seu tratado, Francisco de Mello Franco se identificava como português e em nenhum momento como brasileiro. Inclusive, em seu tratado, quando exemplificado algum caso do Brasil, o apresenta como algo distante, marcado por uma cor de exotismo.

Ainda seguindo o elogio de Cruz Jobim, Mello Franco tinha desenvolvido grande esforço para transformar em língua inteligível os conhecimentos da higiene, que era sua maior preocupação, e que sobre essa matéria “Mello fez grande serviço aos que falam a língua portuguesa escrevendo uma obra em linguagem inteligível para todos, e para todos útil” (JOBIM, 1831, p.7). Mais uma vez a questão da utilidade higiênica da *educação physica*, mas dessa vez não era uma utilidade difusa. Na leitura de José Martins da Cruz Jobim, existia um sentido mais estrito do útil, isto é, a formação do brasileiro.

O autor da homenagem lamentava que o livro de Mello Franco “não se ache mais difundida entre nós e tão pouco divulgado” (SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA, 1831b, p.6). Mesmo com tal lamento, há sinais da circulação, pois encontramos a informação de que, em 1831, o Tratado de Mello Franco se encontrava na terceira edição (SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA, 1831b).

Na sua homenagem a Mello Franco, Cruz Jobim aponta as contribuições de seu tratado para o avanço do Brasil. O primeiro ponto defendido foram os subsídios do tratado para educação das mães. Segundo Jobim, era pela obra que “aprenderão as mães de família como se devem conduzir enquanto grávidas; quanto perdem em não criar seus filhos, com que cuidados os devem criar” (JOBIM, 1831, p.6). Ao continuar, afirmava que: “pois se há um ponto sobre que a Medicina tem ainda de fazer grandes serviços é certamente tratando da maneira porque as mães se devem comportar na educação de seus filhos” (JOBIM, 1831, p.6). Ainda que destinado “a nação portuguesa”, a questão central se revestia de universalidade, a ponto de ser legitimada por um dos expoentes médicos da capital do Império brasileiro.

Sua leitura do Tratado de Melo Franco era a de uma *educação physica* que poderia reger a educação das mães dos filhos da nação, a partir dos conhecimentos da higiene. Uma *educação physica* com conhecimento médico e científico sobre como as mães deveriam criar seus filhos e, mais do que isso, um conhecimento médico que indicava que as mães deveriam criar seus filhos e não os entregar a terceiros.

Um novo modelo de família e maternidade, como aponta Costa (1988), um modelo regido pelos especialistas, baseados no conhecimento científico em que a mãe era a responsável pelo cuidado das crianças, um modelo que seria o mais higiênico para a formação da nação, tendo a *educação physica* como uma estratégia.

A leitura segue com uma imagem da criança como um indivíduo que poderia ser regido a partir da ferramenta higiênica da *educação physica*. Era construída uma narrativa binária em que um modelo ancorado na *educação physica* higiênica conduziria a nação por bons caminhos, enquanto fora da ciência, da razão e da higiene restava a fraqueza, indolência e irracionalidade. Segundo Jobim:

uma criança pode ser considerada como tenra planta, flexível para todas as direções, que se lhe quiserem dar; se ela é bem organizada, os primeiros cuidados daqueles, os primeiros cuidados daqueles, que lhe deram a existência, diversamente dirigidos podem fazer do mesmo ente um herói, ou um covarde thesites (sic.), um protótipo de força ou um exemplo deplorável de fraqueza, um ente de uma inteligência superior, ou um idiota igual ou mesmo inferior a qualquer irracional (JOBIM, 1831, p.6).

Mais elementos são indicados sobre seu modelo de família e nação desenvolvidos por Jobim que extrapolavam a obra de Mello Franco. O médico e elogiador apresenta as possibilidades da *educação physica* para a construção do nascente povo brasileiro. Nada melhor do que suas próprias palavras:

E se esta educação é de suma importância para qualquer povo, pois tende a aumentar o número de cidadãos úteis, e valiosos, quanto maior desvelo não merece entre um povo nascente, cuja necessidade principal é promover por todos os meios possíveis o acréscimo de sua população! (...) Refletindo sobre este ponto interessante de prosperidade pública, calculando quantas crianças perecem por falta de recursos, ou por uma educação miserável, reconheceria o Governo do Brasil, que encerra o gérmen de uma população imensa, aplicando para melhorar a condição dos filhos dos nossos pobres as somas despendidas com colonos estrangeiros; é esta uma matéria sobre que o Brasil espera de vós grandes serviços esclarecendo o seu Governo, e apontando-lhe a marcha que deve seguir tanto para aumento da população como para melhoramento da nossa espécie, objeto desprezando entre todos os povos, e que se tivesse sido atendido nos pouparia a magoa de vermos a degeneração, em que vai descaindo o gênero humano, como bem se acha demonstrado na obra de que falamos (JOBIM, 1831, p.6-7).

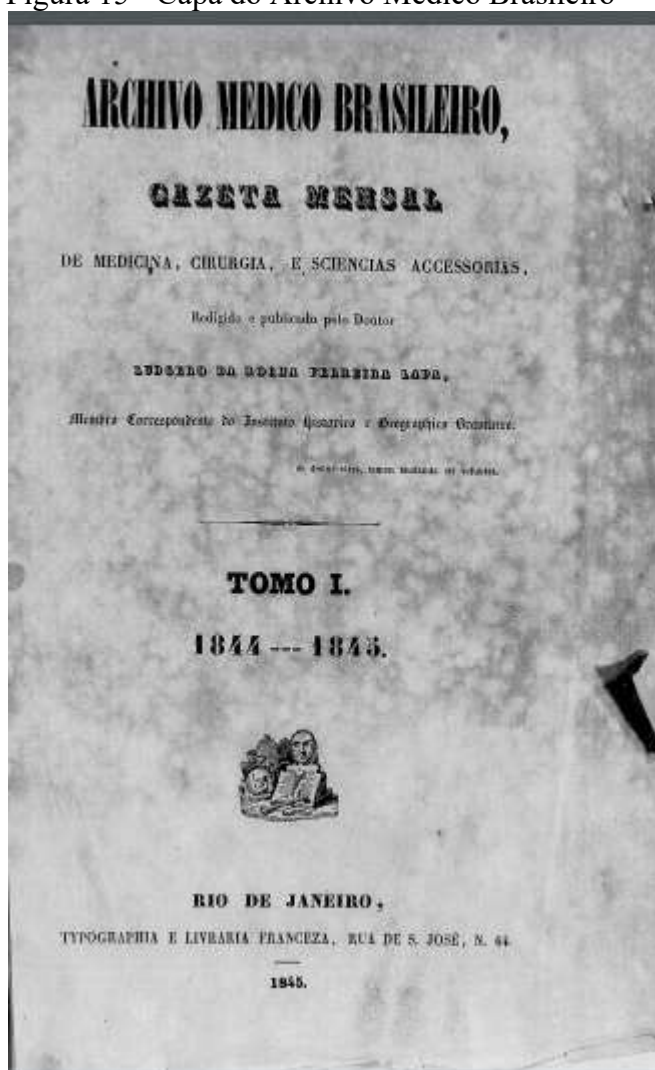
Suas reflexões giravam em torno de estratégias para aumentar e fortalecer a população do nascente Brasil. A *educação physica* baseada na higiene seria uma dessas maneiras de melhoramento da espécie humana e dos brasileiros, condição para assegurar a prosperidade. Para tanto a ciência deveria guiar as condutas e a formação física do infante povo.

Podemos perceber, assim, duas dimensões de uso do tratado. Uma primeira, como forma de propagação do conhecimento médico sobre a *educação physica*, facilitando o entendimento pelo público leigo, uma vulgarização da *educação physica*. E um segundo uso, atrelado ao

primeiro, que era um tratado em língua vulgar e produzido por um “brasileiro” e para brasileiros.

Em 1845, quase 15 anos depois do elogio histórico a Mello Franco ter ocorrido na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, foi republicada sua transcrição no impresso *Arquivo Médico Brasileiro de Medicina, Cirurgia, E Sciencias Acessorias* (ARCHIVO MÉDICO BRASILEIRO, 1845). Gazeta mensal redigida e publicada por Ludgero da Rocha Ferreira Lapa, que tinha como objetivo disseminar os conhecimentos médicos a partir da imprensa periódica para se alcançar o “progresso” (ARCHIVO MÉDICO, 1845).

Figura 15 - Capa do Arquivo Medico Brasileiro



Fonte: Arquivo Medico Brasileiro, 1844-5

A transcrição do elogio a Mello Franco constava na seção de variedades do periódico, em uma coluna designada como *galeria médica*, que tinha o intuito de rememorar importantes nomes da medicina. O texto era o mesmo publicado quinze anos antes. O interessante é

constatar que tal discurso ecoou durante pelo menos uma década dentro do debate nos meios médicos.

Outro indício de uma leitura original do Tratado de Mello Franco pode ser encontrado em outra reunião da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Essa reunião ocorreu em 19 de junho de 1831, tendo como objetivo a leitura do Relatório da Comissão de salubridade geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, assinado por José Martins da Cruz Jobim, Joaquim José da Silva e Christovão José dos Santos (SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA, 1831b).

No relatório que apresenta de forma “didática” algumas medidas para o melhoramento da higiene pública da cidade e do Império, a *educação physica* das crianças foi a primeira medida defendida. Na defesa desse ramo da formação das crianças não fica claro quais eram as propostas sobre o tema, entretanto chama atenção, mais uma vez, a questão da língua no qual esse tema deveria ser publicado, de modo a ter maior circulação entre os brasileiros.

Os autores alertam que no Brasil só existia o Tratado de Francisco de Mello Franco, que “apesar de não ser perfeito, devemos lastimar que não seja mais conhecido entre nós” (JOBIM; SILVA; SANTOS, 1831, p.1). Os autores do relatório afirmavam que existia um número “prodigioso” de obras em inglês e francês e que o trabalho para o avanço sobre esse tema deveria ser “coligir o que parecesse melhor para um tratado em língua vulgar, que circulasse entre as mãos de todos os pais de família” (JOBIM; SILVA; SANTOS, 1831, p.1).

Observa-se mais uma vez a possível utilidade do tratado para a melhoria da *educação physica* brasileira. E, além disso, o título atribuído ao tratado: *Hygiene e Tratado de Educação physica dos meninos*, referência que em Portugal foi omitida e que a *educação physica* é grafada com “phy”. Talvez se trate de um descuido ou coincidência, mas em conjunto com os outros elementos, é possível pensar que em Portugal foi omitido intencionalmente para ligar esse tratado ao “ilustre brasileiro” que atuaria na *educação physica* dos meninos brasileiros em desenvolvimento do Brasil.

Dessa forma, entre os médicos analisados, parece que existia uma busca por formas de reger a *educação physica* dos brasileiros. Preocupação semelhante ao que se percebe nos debates ocorridos na Assembleia Constituinte e em outros debates parlamentares. Elemento importante é que tal busca por uma doutrina geral, uma normatização, era feita a partir de ressignificações do tratado aqui analisado, que passou a ser tomado como um tratado brasileiro, deslocado do seu lugar original de produção.

A partir disso, podemos concluir que esses médicos realizaram uma leitura original do Tratado de Mello Franco, transformando-o de uma obra preocupada com a *educação physica* dos meninos portugueses em uma preocupação com a *educação physica* dos brasileiros. Leitura

possível a partir de projetos de construção de uma nação brasileira que pressupunha, também, sua formação corporal pela *educação physica*.

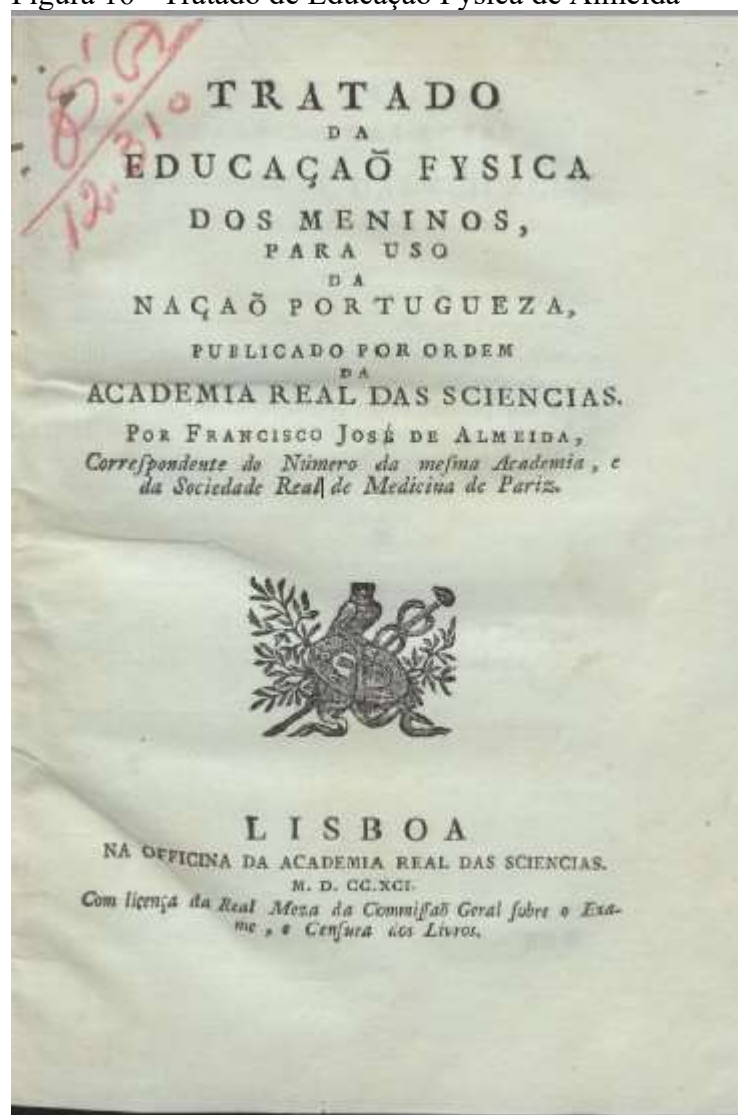
Apesar de os autores do relatório afirmarem que o Tratado de Mello Franco ser o único em língua portuguesa, foi possível encontrar pelo menos mais dois tratados sobre a *educação physica*. Que outras possibilidades e propostas poderiam estar em jogo em tal contexto nesses tratados e como elas poderiam ajudar a compreender o significado da *educação physica*?

Um desses tratados era o de Joaquim Serpa, indícios dele foram encontrados em uma ata de reunião da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1834. Segundo a ata, a Sociedade agradecia o recebimento de seis exemplares do livro *Hygiene e Tratado de Educação physica dos Meninos*, remetido pelo sócio correspondente, Joaquim Jeronimo Serpa, estabelecido em Pernambuco (REVISTA MEDICA FLUMINENSE, 1835). Não foi encontrado nos arquivos acessados nenhum exemplar dessa obra, entretanto, pela ata, sabemos que outros manuais homônimos estavam circulando no período.

Outro manual homônimo e, nesse caso, também vinculado à Academia de Lisboa, foi publicado em 1791, sob a autoria de José de Almeida. Também encontramos indícios da circulação dessa obra em terras brasileiras no período pesquisado. Em anúncio sobre livros baratos à venda na Rua de S. Pedro, n. 40, publicado no Correio Mercantil, podia-se ver entre eles o *Tratado de Educação Física dos Meninos*, de autoria de Almeida, em volume único, custando 1\$500. Este livro foi encontrado nos arquivos e seguem algumas considerações sobre ele.

Ele possuía cerca de 162 páginas, na capa podemos encontrar as informações de que ele tinha sido impresso por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa e que seu autor, Francisco José de Almeida, era correspondente da mesma Academia e da Sociedade Real de Medicina de Paris. Credenciais que pareciam legitimar os argumentos expostos por tal médico na obra.

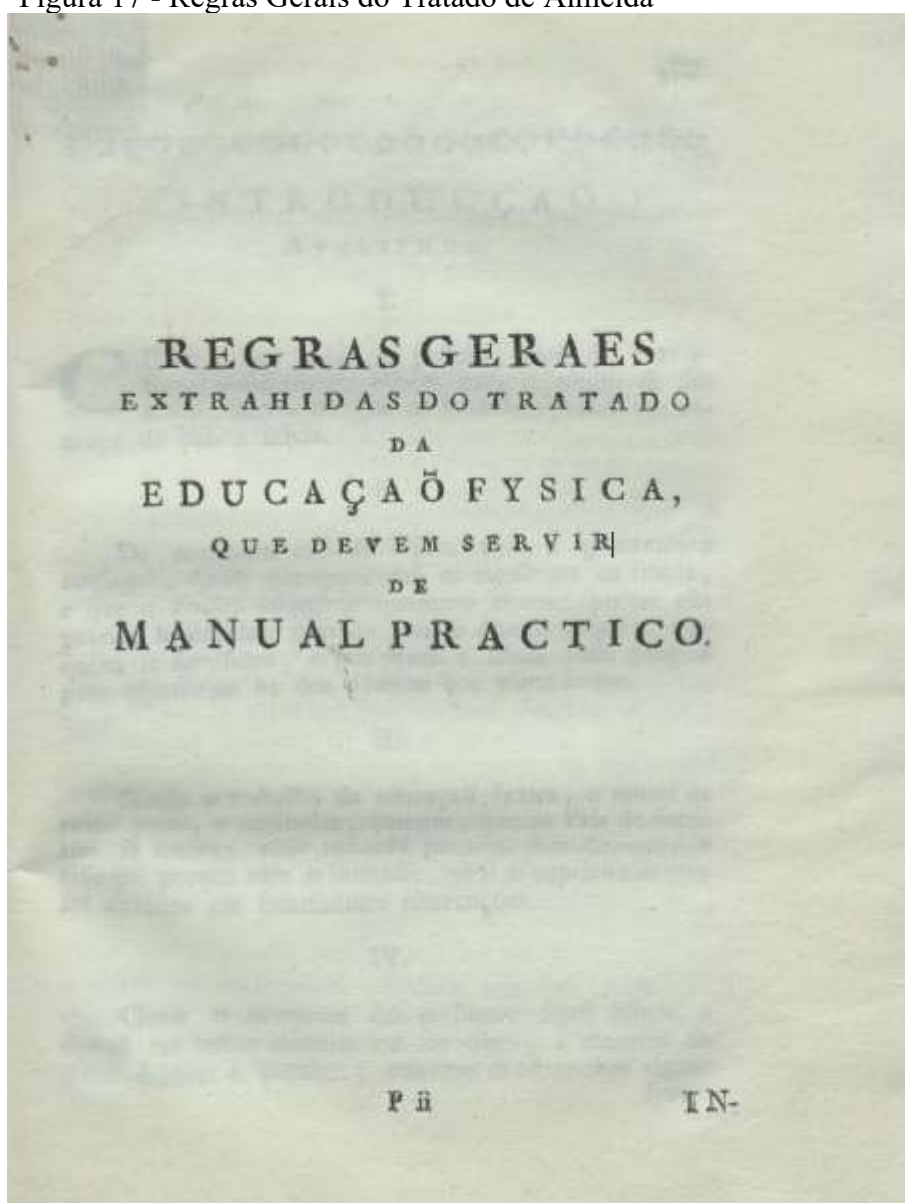
Figura 16 - Tratado de Educação Fysica de Almeida



Fonte: Almeida, 1791

O livro era dividido em três partes. A primeira era uma série de artigos sobre temáticas ligadas à puericultura. A segunda parte era uma dissertação, apresentando argumentos a favor e contrários à vacinação. A terceira parte era o resumo dos artigos da primeira parte em forma de aforismos, que tinham a proposta de, por meio de textos rápidos, servir como manual para a atuação na *educação physica* dos meninos.

Figura 17 - Regras Gerais do Tratado de Almeida



Fonte: Almeida, 1791

Pela separação dos capítulos, já se pode notar a semelhança temática com o Tratado de Mello Franco. Todos os artigos tinham como intuito normatizar os cuidados com as mães e que elas deveriam ter com seus filhos, baseados nos saberes da higiene. Essa semelhança pode indicar algum roteiro ou controle da Academia sobre os temas que deveriam ser abordados nos tratados. No quadro a seguir, apontamos os capítulos da primeira parte do livro.

Quadro 3 - Estrutura do Tratado de Almeida

Introdução	Das cautelas que se fazem no tempo da prenhez
Artigo 1	Da necessidade de cobrir as crianças quando nascem
Artigo 2	Do temperamento da atmosfera, e da importância da sua pureza
Artigo 3	Do modo, e tempo de cortar o cordão umbilical
Artigo 4	Da lavagem e do banho
Artigo 5	Sobre a maneira de pensar as crianças
Artigo 6	Do modo de deitar as crianças, e das evacuações da primeira idade
Artigo 7	Da criação dos meninos
Artigo 8	Das qualidades que se devem requerer nas amas
Artigo 9	Como se devem conduzir as amas
Artigo 10	Do sustento próprio das crianças
Artigo 11	Do modo, e do tempo próprio para desmamar as crianças
Artigo 12	Da dieta para as crianças depois de desmamadas
Artigo 13	Do descanso, e movimento das crianças
Artigo 14	O modo de vestir dos meninos
Artigo 15	Do influxo das paixões na economia animal dos meninos

O livro é aberto por uma transcrição retirada das atas da sessão de 18 de maio de 1790 da Academia Real das Sciencias. Tal excerto visava legitimar os argumentos defendidos no livro e cancelar tanto o autor como o conteúdo do livro. Pode-se ler:

Determina a ata, que o Tratado da Educação Fysica para o uso da Nação Portuguesa, que lhe apresentou o seu Correspondente do Número Francisco José de Almeida, o qual foi julgado pelos Sócios a quem se cometeu o seu exame, mui digno de ser publicado, seja em consequência da informação, que eles deram, impresso à sua custa, e debaixo de seu privilégio (ALMEIDA, 1791, p. Pre).

Depois desse trecho da ata, se seguia um prefácio escrito pelo próprio autor, em que era defendida a tese de que bastava seguir a natureza para se ter uma boa *educação physica*. Entretanto, segundo seus argumentos, os tempos estavam tão confusos que as pessoas, mesmo as de “bom senso”, precisavam recorrer aos médicos para discriminar o certo e o errado nas práticas ligadas a esse ramo da educação. Com isso, o autor apontava que, dada a falta de escritos em sua língua materna, ele buscou compilar suas anotações para oferecer uma obra de como educar fisicamente os meninos. Um livro que viria a coibir os abusos na educação deles. E ainda segue apontado a quem era destinado o livro.

Ora é de notar que eu não escrevo para instruir médicos, nem persuadir o povo; intento sim falar à razão das pessoas sensatas, a quem depois cumpre derramar pelas outras as doutrinas que podem ser interessantes ao público (ALMEIDA, 1791, p. 11).

O livro então tinha seu caráter higiênico e higienizador. Buscava criar mais propagadores dos ensinamentos de uma *educação physica* higienizadora do que doutrinar aqueles que ainda não estavam filiados a tal intuito. Para isso, optou por um formato de manual,

para atingir o maior número possível de pessoas, com regras claras e objetivas que deveriam ser seguidas, em especial, pelas mulheres que fossem mães. Esse tipo de mecanismo fica mais claro na terceira parte do livro, em que por meio de frases curtas e de leitura rápida se poderia alcançar os preceitos básicos dos temas elencados como importantes para a *educação physica*.

Um tópico bastante abordado durante a obra era o enfraquecimento das mulheres portuguesas naquele período. Em sua visão, isso ocorria pela vida urbana e luxuosa que elas partilhavam, fazendo com que se tornassem fracas e que por isso enfrentavam dificuldades em seu papel de mãe. Segundo ele:

Se as mulheres de hoje fossem, como eram as nossas antigas lusitanas, fortes, e laboriosas, passariam por todo o tempo de prenhez, sem alteração atendível em seus temperamentos, e escusariam cautelas, nem preceitos para uma revolução tão natural (ALMEIDA, 1791, p. 14).

As mulheres de seu presente já teriam sido enfraquecidas pelos luxos e vícios. “E se o exercício, e o trabalho fortificam os nervos e dão tom aos fluidos, que se pode esperar das nossas damas amolecidas com o ócio, oprimidas com espartilhos, canças de vigílias” (ALMEIDA, 1791, p. 14). Dessa maneira era preciso que as mulheres seguissem as recomendações para uma prenhez adequada. O primeiro cuidado era que as mães deveriam ser robustas.

Ele defendia a ideia de que a prenhez não deveria ser considerada uma doença, assim não recomendava o uso de medicamentos. A solução para uma boa gestação era seguir os preceitos naturais, se inspirar nas selvagens e nos povos antigos que, em sua visão, tinham mulheres mais fortes e capazes de gerar filhos também fortes.

Para seguir a natureza e alcançar tal intuito, deveria ser regulada a alimentação, os tratamentos médicos, as roupas, banhos e os exercícios, tudo isso para garantir uma prenhez saudável e tranquila para a mulher e para o futuro filho.

Os regramentos, sempre na lógica do certo e do errado, do natural e do antinatural, também se aplicavam aos cuidados dados às crianças após o nascimento. De forma higienizadora e doutrinária, eram ditadas as normas desde quando a criança nascia, do corte do cordão umbilical, do primeiro banho, da alimentação, das amas de leite, das vestimentas e de vários aspectos relacionados ao corpo.

O argumento geral era a fortificação a partir de ações ligadas à natureza e ao estado natural e a reprovação do que poderia ser considerado como antinatural e enfraquecedor. Como exemplo, apresentaremos as normatizações dos banhos.

Nesse caso, dialogando com um Tratado de *educação physica* inglês, escrito pelo “celebre Mantell” (ALMEIDA, 1791, p. 38), era indicado o uso dos banhos frios e a proibição da lavagem com vinho, espíritos e aromas. Segundo Almeida, o banho frio fortificaria o corpo, fazendo com que ele pudesse resistir às intempéries, enquanto elementos não naturais para se banhar, como o vinho e aromas, seriam luxos e enfraqueciam a constituição da criança.

Outro ponto importante de sua defesa da *educação physica* dizia respeito aos exercícios físicos que as crianças praticariam. De início ele fazia uma diferenciação entre o movimento e o exercício físico. Ambos seriam importantes, contudo, com funções diferentes na educação das crianças. Segundo ele:

Passando ao movimento, e exercício, eu não tomo indiferentemente um pelo outro; antes com o Doutor Smith entendo pelo primeiro, qualquer agitação, que não se faz à custa das nossas forças; e pelo segundo, aquele esforço em que se exercitam os nossos músculos. (ALMEIDA, 1791, p. 88)

Segundo sua normatização, conviria nos primeiros meses da criança a preocupação em oferecer condições de que ela realizasse os movimentos naturais, já com o passar dos anos, deveriam ser oferecidos exercícios como passeios, carreira e danças. Além deles, a particular *gymnastica* da infância que consistia em:

Sair e passeio ao ar livre, sofra o vento, e frio; queime-se ao sol, à chuva, e corra animado por algum prêmio a vingar o cume de um oiteiro à proporção de suas forças, e da sua idade; e em breve tempo experimentará o benefício da rudeza do seu trato: sadia, e ativa cedo pagará os trabalhos da sua simples, e fácil educação. (ALMEIDA, 1791, p. 90)

Tanto no Manual de Almeida como no de Mello Franco percebe-se que o grande guia da *educação physica* deveria ser a natureza regulada pelo saber da higiene. Era a busca de uma educação ligada à dimensão física, voltada para um passado, em suas visões, mais saudável e fortificador do corpo. Podemos perceber que a *educação physica* seria uma forma de combater os males da vida urbana, que na visão desses autores seria um dos principais elementos do enfraquecimento que colocaria em risco a nação, no caso, portuguesa e, em última instância, até a raça humana.

Também percebemos um cunho de nacionalização da obra de Mello Franco por parte dos seus leitores no Brasil do período pesquisado. Eles faziam uma interpretação bastante particular do cunho nacional da obra, transformando de portuguesa para brasileira. Também podemos perceber indícios da circulação dessas obras dentro do período pesquisado, um elemento ainda pouco analisado na historiografia da Educação Física.

2.6 Com amor, seu pai

Neste item são analisados outros impressos sobre a *educação physica*. Eles também possuíam um caráter doutrinário, todavia com uma forma muito peculiar, pois eram supostas cartas publicadas em forma de livro. Os indícios dessa obra podem ser encontrados em anúncios publicados em *O Mercantil*, em 1845, esse livro era de autoria do médico Conselheiro José Lino Coutinho e tinha o título de *Cartas sobre a Educação de Cora* (O MERCANTIL, 1845a; 1845b).

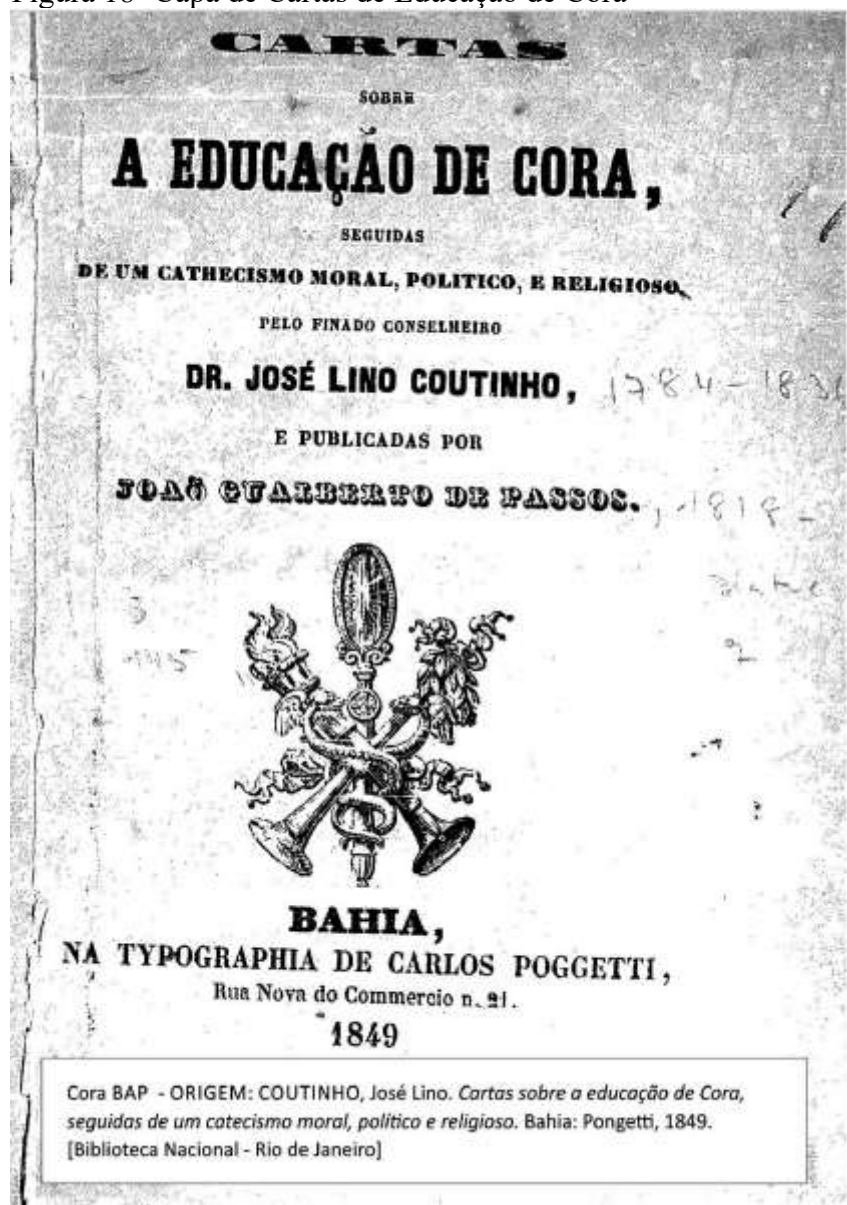
O artigo publicado em *O Mercantil* era uma propaganda assinada pelo editor Dr. J. A. da Rocha. Nela podemos encontrar algumas informações sobre a obra. Ela poderia ser adquirida na tipografia S. Serva, Portella, Villaça e nas boticas dos Srs Adducci, Oiegario, em S. Pedro Velho, e na de Felismino, na Rua de Baixo e Custava 3\$000.

O autor do anúncio dizia que essa obra iria “fazer parte mui distinta da literatura pátria, são de uma utilidade imensa para a boa educação tanto physica como moral das meninas, moças e até das donas de famílias brasileiras (O MERCANTIL, 1845a, p.3). Nota-se que o livro era voltado para a educação das mulheres. E é reforçado o caráter nacional e brasileiro do autor e de quem queria formar.

Conseguimos ter acesso a uma edição da obra publicada em 1849 pela Typographia de Carlos Poggetti, Bahia. Essa publicação foi posterior à morte de José Lino Coutinho, ocorrida em 1836, sendo assim, a publicação ficou a cargo de João Gualberto de Pessoa.

O livro tinha por volta de 100 páginas e era estruturado da seguinte forma: Uma dedicatória de João Gualberto de Passos para Cora Coutinho Sodré, prefácio do editor, notícia biográfica sobre o autor, nota do autor sobre o livro e uma série de pequenas cartas.

Figura 18- Capa de Cartas de Educação de Cora



Fonte: Coutinho, 1849

O livro era a publicação das cartas que Coutinho, supostamente, teria enviado para uma mulher que estava responsável pela educação de sua filha Cora. No livro não encontramos as respostas das cartas, apenas as enviadas por Coutinho. Não há nenhuma indicação da identidade dessa mulher que cuidava de sua filha, ela era tratada apenas como “boa amiga”, que tinha como função a “difícil tarefa de educar seu corpo e seu espírito, a fim de fazermos dela uma são e virtuosa criatura” (COUTINHO, 1849, p. 24).

O que podemos deduzir é que a misteriosa preceptora de Cora não era sua mãe. Segundo Santana (2012), a mãe de Cora era Ildefonsa Laura César, mulher que nunca fora casada com José Lino Coutinho. Dessa maneira, segundo o autor, Cora teria sido delegada aos cuidados de

uma mulher e cresceu sem conhecer o que era viver em um lar com pai e mãe unidos pelo casamento.

Tais cartas eram conhecidas pelas pessoas mais próximas a Coutinho pelo menos desde 1836, entretanto só ganhariam o prelo posteriormente a sua morte. Em tom pomposo, poético e intimista tratava de apresentar as preocupações e conselhos de um pai-médico “bondoso” e preocupado com a educação de sua distante filha. Todavia, não era por esse motivo que tal obra se tornará livro, em conjunto com essa forma de escrita, ela buscava servir como normatização de formação para uma “boa” esposa, mãe e mulher das elites, por meio de uma cuidadosa *educação physica*, moral e intelectual.

Não encontramos publicações na área da Educação Física sobre as *Cartas*, porém na área de História existem algumas discussões sobre o livro. Aqui destacamos Santana (2012) que defendia que o livro era um registro da busca de um ideal de construção de uma “boa sociedade”, baseada na “boa educação” de suas jovens. Mostrando que os cuidados nos domínios da vida privada eram cruciais para a formação das mulheres brasileiras da “boa sociedade”.

No nosso caso, interrogaremos quais eram os projetos de *educação physica* que tal obra defendia, com a intenção de formar essa mulher das elites em uma circunstância peculiar, na ausência de seu pai e, possivelmente, de sua mãe. É importante frisar que a referida obra não dizia sobre como foi a educação de Cora, mas do que o autor imaginava e queria apresentar sobre sua educação, ela tratava do seu ideal de formação física, moral e intelectual para a futura mãe, mulher e esposa. Isso pode ser percebido pelas próprias palavras do autor, que dizia que, com a publicação do livro, se poderia “melhorar a educação, até aqui inda imperfeita, das meninas brasileiras” (COUTINHO, 1849, p. 7).

Segundo o próprio livro, ele não se tratava de um tratado de educação, era uma coleção de doutrinas, conselhos e preceitos sobre a educação feminina nos aspectos intelectuais, morais e físicos, guardados em cartas que o Conselheiro escrevia ao longo da educação de sua filha.

O Sr. Dr. Lino Coutinho, que ia escrevendo suas cartas à medida que o reclamavam as necessidades da educação de sua filha querida, aconselha, na primeira parte da obra, em que se dirige à senhora encarregada de tão importante missão, tudo quanto mais convinha para formar o seu coração e lustrar o seu espírito, levando-a pela mais previdente higiene de uma *educação physica* cuidadosa e desvelada, e pela dirigida cultura da inteligência, à perfeição moral e religiosa (...) adaptando às exigências do sexo e a posição social da educanda, às circunstâncias peculiares da sociedade brasileira, aos seus hábitos e costumes (COUTINHO, 1849, p. 10-11).

Outra pista importante sobre a obra consta em seu prefácio, segundo ele, o livro se legitimava não somente pela sua qualidade e completude, ele era importante pela falta de obras

em língua portuguesa sobre o tema e por ser voltada para a realidade e especificidades do Brasil. Seria uma obra preocupada em formar brasileiras, em sua língua, e pensada para as características do clima e das pessoas que viviam na nação. O próprio Coutinho resume os objetivos do livro quando dizia:

Quando escrevi estas Cartas para a educação de minha filha, e ao mesmo tempo lhe aconselhava a conduta que deveria seguir no estado de casada, não tive a mínima ideia de as estampar e dar à luz; porque, suposto as julgasse idôneas, segundo meus princípios para a educação de Cora, contudo sempre as achei pequenas e incompletas para servirem de norma à uma educação geral, e assim estavam elas destinadas a ficarem manuscritas nas mãos da senhora à quem as dirigia, ou de minha filha, quando crescida fosse: Mas instigado por alguns dos meus amigos que as leram e aprovaram; e conhecendo que ainda quando não encerrem um sistema perfeito de educação, contudo nelas se encontram alguns preceitos e doutrinas que, gerais e úteis, muito conviria vulgarizar, principalmente na penúria em que nós achamos de obras deste gênero, e que tanto nos convém, cedi aos seus desejos, e as sujeitei ao prelo sem nenhum outro fito a não ser aquele de, com as minhas poucas forças e pequeno cabedal, concorrer para o melhoramento e felicidade do país que me viu nascer; e julgar-me-ei demasiadamente recompensado si com a sua leitura e práticas as meninas brasileiras receberem uma mais razoável e justa educação, pois que até hoje ela tem sido má e rotineira (COUTINHO, 1849, p. 21-2).

Outro elemento importante ainda no pré-textual era a nota biográfica traduzida do francês³¹, mostrando que Coutinho era importante internacionalmente, e escrita pelo Dr. Siguard, conceituado médico do período e um dos responsáveis pela criação da Academia Imperial de Medicina. A biografia de Coutinho assinada pelo notável médico tentava demonstrar a autorização de seus argumentos pela medicina e pelos conhecimentos da higiene, um sinal de autorização pelos ditames científicos.

Segundo essa nota, Coutinho nasceu em 1786, na Bahia, estudou medicina em Coimbra, complementou seus estudos na França e na Inglaterra. Voltou para Bahia onde exerceu seu ofício como médico de “distinta reputação”. Foi eleito deputado da Assembleia Geral Legislativa em 1826. Auxiliou na emancipação do Brasil. Foi nomeado Conselheiro e Médico Honorário de Pedro I. E “por ocasião da revolução de 7 de Abril de 1831” seus talentos, seu espírito cheio de retidão e viveza e sua probidade atraíram as atenções da Regência, que o nomeou Ministro do Império naquela época. Teria morrido em consequência de um reumatismo, em 21 de julho de 1836.

Neste item daremos mais atenção aos preceitos da *educação physica*, entretanto, vale salientar que a obra merece uma pesquisa mais detida sobre os outros preceitos da educação contido nas cartas. Acreditamos que elas podem dar pistas importantes sobre o ideal de uma

³¹ Essa biográfica tinha sido publicada no livro de Coutinho *Du Climat et des Maladies du Bresil*. Ela foi traduzida pelo estudante de medicina Antonio Mariano Bomfim.

educação realizada na vida privada dentro do contexto do Brasil do século XIX. Agora iniciaremos a descrição e análise das cartas publicadas.

Segundo o autor, as reflexões que deram origem às cartas nasceram de suas observações da formação do homem físico e moral. Como já salientado, as conclusões de suas observações foram legitimadas pelos ditames da higiene, entretanto poderemos perceber que ele apresentava uma relação bastante original na documentação sobre a natureza e a educação ao longo das idades.

As cartas tinham temáticas bastante variadas, indo desde a educação moral, religiosa, intelectual e *physica*. No nosso caso, estaremos voltados para aquelas preocupadas com a *educação physica*. A partir das cartas sobre *educação physica*, podemos dividir seu conteúdo em basicamente quatro temáticas: início da vida, a relação do corpo com a alma, desenvolvimento natural e exercícios físicos.

Para as Cartas, a *educação physica* seria a primeira educação das crianças e, no caso específico, das mulheres, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento posterior dos outros ramos da educação. Em tom quase poético, o autor apresenta as linhas gerais de uma *educação physica* baseada na experiência sensível. Segundo ele:

Cora tem apenas saindo das faixas infantis, e começa a fazer os primeiros ensaios de uma vida ativa e experimental. Até agora, bem como a planta, nada fazia mais do que sentir e crescer; porém ela agora marcha e fala, apossa-se com avidez de tudo que a rodeia, para exercitar seus sentidos: é a vida de relação, que principia a desenvolver-se, e é o tempo dos primeiros estudos práticos, necessários à existência. (COUTINHO, 1849, p. 27).

Além das primeiras experiências no começo da vida, era também nesse momento que o cultivo da criança, como em um jardim, poderia render melhores frutos no futuro. Era pela plasticidade do começo da vida que se deveria dirigir os movimentos do corpo, criar os hábitos “suaves e doces”. Era nessa fase que se poderia dirigir e guiar a futura mulher.

Nesse caso, o papel daquele que educa era semelhante ao do jardineiro. Aquele que dirigir a infante-planta deveria guiá-la pelos melhores caminhos, de acordo com suas características naturais. Isso fazia com que a educação fosse voltada tanto pela constituição e temperamento da criança quanto pelo destino que se buscava dela no futuro. No começo da vida, o mais importante seria “bem semelhante ao jardineiro, nesta primeira idade não faremos mais do que preparar a terra, que depois deve dar os saborosos frutos da educação”. (COUTINHO, 1849, p. 35).

A *educação physica* seria uma forma de preparação da terra desse jardim. A menina, ainda pequena e fraca, precisava de crescer e nutrir-se, e os seus movimentos ainda pouco

seguros necessitam de ser firmados e bem dirigidos por uma razoável higiene. A lógica era de que, se não cuidassem do corpo naquele estágio da vida, dificilmente se remediaria os males no futuro. A primeira educação, a *educação physica*, era a medida higiênica e preventiva para evitar problemas no futuro, era o meio de criar os alicerces de um corpo forte e necessário para a construção de uma forma de mulher para a nação brasileira.

Uma forma de conduzir essa primeira *educação physica* seria a alimentação. Uma boa ou má alimentação poderia determinar o temperamento que a criança iria adquirir ao longo da vida. A partir disso, se iniciaria a lógica comum nesse contexto das proibições e indicações higiênicas e científicas sobre os preceitos da *educação physica*. No caso da alimentação, estavam proibidos para as crianças os legumes, por sua difícil digestão, as carnes em excesso, os licores, bebidas narcóticas, chás e o vinho.

Já a boa nutrição seria aquela “simples e frugal, sem adubos e nem especiarias: pão, manteiga, queijo, e leite, sopa de pão, ou arroz, pequena porção de carne, e frutas sazonais e maduras” (COUTINHO, 1849, p. 38). Pensando a higiene dentro da chave da simplicidade e da procura por alimentos mais “naturais”.

Além disso, era no fortalecimento do corpo pela alimentação que uma melhora da moral e da alma se gestaria. Não se poderia instalar uma moral reta em um corpo débil. Segundo ele:

Tais são os cuidados que se devem ter sobre a nutrição de meninos, e é um dos principais objetivos da *educação physica*; - assim conservada a saúde de seus corpos, podemos infundir nas suas almas ainda inocentes e puras as perfeições morais, por seu uma verdade, há muito tempo conhecida e demonstrada, que estas últimas qualidades não se podem encontrar senão em um corpo sadio e vigoroso. (COUTINHO, 1849, p. 39).

Não era somente nos cuidados com a nutrição que percebemos uma relação entre *educação physica*, fortalecimento do corpo e perfeição moral. Em uma das cartas que tratava da educação moral, Coutinho alertava: “Cuidemos, pois, da educação de Cora, e, conservando-se a saúde do seu corpo, procuremos infundir na sua alma ainda inocente e pura as perfeições morais”. (COUTINHO, 1849, p. 29).

Segundo sua lógica, após o fortalecimento do corpo, a educadora deveria preocupar-se com a educação moral de sua filha, contudo somente depois do corpo fortalecido. Para ele, as qualidades morais só poderiam ser desenvolvidas em um corpo forte e sadio. Isso implicava dizer que um corpo fraco era também receptáculo de uma moral fraca. Uma educação moral só poderia ser desenvolvida em uma menina educada fisicamente com os saberes higiênicos.

Para explicar determinado ponto, ele usa de curioso argumento. Para ele, as crianças em tenra idade eram mais teimosas por terem ainda seu corpo enfraquecido. Ao longo da vida e

com o fortalecimento do corpo, a menina passaria a ter maior controle de seus desejos e vontades. O que não ocorreria se o corpo não fosse primeiro formado pela *educação physica*. Segundo ele:

Em geral as crianças são caprichosas, teimosas, e déspotas, não pela natureza e índole moral do homem, como alguns pretendem; mas por serem entres fracos e débeis, o que bem se nota em todos os viventes, que, à medida da consciência de seu vigor e força, se vão tornando generosos e retos (COUTINHO, 1849, p. 49-50).

A *educação physica* era mais desenvolvida nas intervenções da primeira idade e deixada cada vez mais em segundo plano ao longo do avançar da idade de Cora. Embora ela vá perdendo espaço nas cartas ao longo que Cora envelhecia, ainda na infância ela era espaço de prescrições.

Na infância ele salientava a preocupação com as brincadeiras, elas deveriam ser livres e ao ar livre, para que “vão logo se acostumando às intempéries deste fluído, em que nós achamos mergulhados, e que influi mais do que se pensa sobre a economia da vida.” (COUTINHO, 1849, p. 40). Se deveria ver com bons olhos os brinquedos que obrigam as corridas e saltos, por fortalecerem os ossos e músculos.

A natação também era indicada pois “além de ser para o corpo um excelente exercício, que de companhia com o banho fortifica, é de mais a mais uma habilidade preciosa, à que muitas vezes se deve a conservação da existência.” (COUTINHO, 1849, p. 41). A dança também era indicada por oferecer muitos desafios para o corpo e movimentos complexos. Segundo ele, o aprendizado da dança deveria ser iniciado aos cinco ou seis anos.

De forma resumida, a educação e a *educação physica* das crianças, segundo as Cartas, se resumiam a três coisas: comer, brincar e dormir. E dentre os exercícios e a alimentação, o repouso deveria ser um dos momentos mais importantes da *educação physica*. Ele era essencial para que o corpo crescesse e se desenvolvesse. O ponto interessante sobre o repouso era que ele não deveria ser regulado externamente. A criança deveria descansar no momento e pelo tempo que seu próprio corpo julgasse necessário.

A única regulação era sobre o aposento em que se encontrava a criança que descansava. Deveria ser “espaçoso, arejado e seco, o que muito é preciso para a conservação da saúde” (COUTINHO, 1849, p. 45). Além dos cuidados higiênicos, ele deveria ser tranquilo para que o sono não fosse perturbado por estrondos e alaridos.

Também ocorria uma preocupação com a limpeza e asseio do corpo e das roupas. Era necessário tomar banhos frequentes com água fria para enrijecer suas “fibras amolecidas por uma temperatura quente e úmida” (COUTINHO, 1849, p. 45). As roupas deveriam ser largas e

de acordo com as exigências do clima, simples e sem enfeites. Nada que aperte ou seja contra a natureza do corpo.

Percebe-se que a regulação quanto ao banho, asseio e vestimentas era voltada para as especificidades do clima brasileiro. Era preciso a busca de conciliar as naturezas da infância com o lugar em que ela estava inserida. Também se nota a busca da simplicidade e a ideia de evitar luxos desnecessários em mais uma crítica à vida urbana. Os “males” dos luxos eram constantemente lembrados como alguns dos maiores empecilhos para a educação moral das meninas, que aos poucos ficavam voltadas para isso e deixavam de lado suas funções de mãe e cuidadora da casa.

Agora resta a pergunta: como poderia determinar os momentos adequados para cada intervenção no corpo? Como, para Coutinho, se saberia se o corpo já estaria preparado para o começo da educação moral, intelectual e quando a *educação physica* deveria ser a predominante? Sua solução para essa questão era bastante original pela documentação pesquisada, ela se basearia numa escala de desenvolvimento relacionada à idade cronológica da criança.

Essa escala seria uma maneira de seguir a natureza em sua ordem de desenvolvimento. Mais uma vez era ouvir a natureza, só que para ele, guiado por uma régua que determinaria as intervenções mais adequadas em cada idade. Em suas palavras:

É, segundo o desenvolvimento do corpo, e das faculdades do cérebro, que se deve proporcionar a educação dos meninos: a natureza por si mesma tem escolhido os períodos centenários para operar suas mudanças, e por esta escala natural é que nos devemos guiar. (COUTINHO, 1849, p. 30).

Sua escala era dividida em basicamente três períodos. O primeiro que iria do nascimento até os sete anos, momento em que a formação do corpo e do cérebro se fundavam e que a *educação physica* deveria ser a principal educação. Seria nesse período que a primeira dentição ficaria completa, o cérebro se desenvolveria e as faculdades intelectuais começariam a desenvolver-se. Nessa idade que os movimentos começavam a se fazer mais seguros e firmes, e que se descobriria uma nova série de inclinações e vontades. Nessa etapa da vida, a educação deveria ser quase toda *physica* e mecânica. Segundo ele, nada de moralidades se deveriam ajuntar às ações da criança, que ainda não pensaria. No caso da educação moral, tudo em educação consistiria, unicamente, em exemplos e funções bem dirigidas por seus pais ou por seus mestres.

A segunda fase seria dos sete aos quatorze anos. Nessa fase os movimentos se preparariam lentamente para a idade da juventude, em que ficariam mais “explosivos”. Nessa

idade a educação deveria ser dirigida de modo que diminua o “fogo natural da idade”. O educador deveria atuar como um médico na cura das febres da idade. E a questão moral começava a ganhar maior importância.

A última e terceira etapa, entre quatorze e vinte e um anos, era aquela do tempo das paixões, o período mais crítico da vida moral. O cuidado e a vigilância nunca seriam poucos. Ali se decidiria a boa ou má fortuna da vida. Segundo ele:

Quando nesta idade de perfeição e de estase o corpo do homem, ou da mulher não tem, por uma boa *educação physica*, tomado um temperamento sadio, e um desenvolvimento aproximado ao melhor tipo da raça humana; quando sua alma, pela educação moral, não possui os princípios e os germens da virtude, e seu espírito, por uma justa, posto que limitada, instrução, não tem adquirido o conhecimento da verdade, tudo então está perdido para sempre, e o indivíduo valetudinário e mesquinho arrastará sua existência por entre os erros e os vícios.(COUTINHO, 1849, p. 33).

Esses três momentos seriam as etapas da vida humana que precisariam de prescrições diferentes de acordo com as mudanças naturais do humano. Cada etapa com suas especificidades marcadas pela natureza do desenvolvimento do corpo e do cérebro. Uma regulação biológica do corpo e da vida científica e racional baseada na natureza. A natureza seria a mestra das intervenções sobre o corpo nas cartas de Coutinho. Tanto eram que suas cartas eram divididas também em três partes e cada uma relacionada a cada idade.

Essa grande busca na natureza pela melhor educação e *educação physica* traz conclusões interessantes para se pensar a formação do brasileiro. Ele demonstrava que a natureza não estava determinando a fragilidade do brasileiro como muitos defendiam naquele momento. O brasileiro não era fraco por natureza, o problema era que a natureza não estava sendo escutada adequadamente por aqueles que regeriam a educação dos futuros brasileiros.

Para se formar o Brasil e o brasileiro, tanto homens quanto mulheres, era preciso seguir a natureza, uma natureza específica do Brasil, com suas peculiaridades e características que a diferenciavam da europeia. Então não era uma natureza universal, embora guardasse suas características gerais. Sendo assim, *As Cartas para educação de Cora* e outro livros e manuais estavam abasileirando os preceitos de uma educação pela natureza para formar o povo brasileiro.

2.7 Da impressão para a prática

Neste capítulo demonstramos alguns aspectos doutrinários da *educação physica* dentro do período pesquisado. Entre 1823 e 1854, circularam uma série de manuais e livros que tinham

como temática a *educação physica*. Ela era articulada de diversas formas e projetos de educação integral e atuaria como uma das ferramentas para formar e construir a jovem nação brasileira.

Os manuais e livros eram tomados como estratégias formativas. Funcionavam como meio de educar as futuras mães e pais de família, necessários para a construção de um Brasil. Em especial as mães, que eram tomadas como peça central para a *educação physica* das crianças e futuro da nação.

Os manuais e livros apresentavam uma lógica de prescrição binária do certo e do errado. A *educação physica* adequada era aquela baseada na higiene e na natureza. Os saberes higiênicos eram peças fundamentais para se ouvir a natureza e numa junção entre natural e racional se constituiria uma *educação physica* indicada para vencer os males da enfraquecedora vida urbana.

Ao mesmo tempo em que a *educação physica* era pensada como uma educação que ouviria a natureza, ela também deveria ser a base da primeira educação. Nessa lógica, um corpo fraco não seria adequado para se construir uma moral reta e uma inteligência ilustrada.

As traduções eram tomadas como uma das maneiras de se alcançar os livros e manuais estrangeiros. Buscava-se formar por meio de livros e manuais em língua portuguesa. A língua era um elemento central na constituição das nações e os manuais e livros que formariam pela *educação physica* deveriam ser encontrados na língua brasileira, o português.

Autores estrangeiros eram ressignificados como brasileiros para se buscar manuais voltados para as especificidades e realidades do Brasil. Existia a busca por construir um projeto de *educação physica* à brasileira, para formar o povo brasileiro e a nação.

Desde os primeiros anos do Brasil independente, as discussões sobre os manuais puderam ser encontradas. Agora nos perguntamos: quais foram as estratégias institucionais que buscaram formar pela *educação physica*? Quais foram os projetos e formas de tentar colocar em prática uma formação física da nação brasileira? Essas são algumas questões que discutiremos no próximo capítulo.

3 EM PRÁTICA

A historiografia sobre o século XIX já trabalhou com a *educação física* e outras práticas corporais em diversos espaços como a escola (CUNHA JUNIOR, 2008; 2015), os clubes (PERES e MELO, 2014), os espaços de divertimento (MELO, 2016; 2017; 2018), nas instituições médicas (GÓIS JUNIOR, 2012), no circo (HAUFFE e GÓIS JUNIOR, 2014), a recreação (PEIXOTO e PEREIRA, 2014), as modas e bailes (VASCONCELO e PERIOTTO, 2015), a dança (MELO, 2016a, 2016b), a ginástica (PERES e MELO, 2014; GÓIS JUNIOR e BATISTA, 2010; GÓIS JUNIOR, 2013a. MORENO et. al., 2014; MORENO, 2015; PUCHTA e OLIVEIRA, 2015), o esporte (SILVA, 2017; GÓIS JUNIOR, 2013b, MELO, 2015), as propagandas esportivas (MELO, 2008a), o automobilismo (MELO, 2008b), a capoeira (LUSSAC e TUBINO, 2009), o remo (MELO, 2013), as corridas de cavalos (PEREIRE, MAZO e LYRA, 2010), os clubes (QUITZAU e SOARES, 2010; PERES e MELO, 2014), o futebol (ROCHA JUNIOR e SANTO, 2011; MELO, 2017), o circo (HAUFFE e GÓIS JUNIOR, 2014), o teatro (MELO e KNIJNIK, 2015), a formação de professores (LYRA e MAZO, 2010), a patinação (MELO, 2016c; MELO e SANTOS, 2017), o rugby (GUTIERREZ et. al., 2017), a disciplina escolar Educação Física (BRASILEIRO, 2010; CUNHA JUNIOR, 2008, 2015) e a *educação física* de forma ampla (HONORATO, 2015; OLIVEIRA e PYKOSZ, 2009; COSTA, SANTOS e GÓIS JUNIOR, 2014). Entretanto poucas foram as pesquisas sobre as práticas e propostas institucionalizadas de *educação física* no Brasil da primeira metade do século XIX.

Neste último capítulo, nosso esforço será de apresentar algumas reflexões às propostas e práticas da *educação física* de forma institucionalizada dentro do contexto pesquisado. Iremos apresentar uma gama bastante ampla de instituições que realizaram iniciativas nesse sentido, pois foram encontrados vários indícios na documentação da presença da preocupação com a *educação física* em escolas, asilos, espaços de lazer, entre outros. Essas instituições eram de diversas matizes, públicas, privadas, subvencionais, de caridade, militares, comerciais e agrícolas. Percebemos a adesão e iniciativa de diferentes estratos da sociedade, visando, por meio dessas instituições, intervir e atuar na *educação física* da população do Brasil.

Dentre essas várias instituições, muitas eram escolares, tipo de instituição que, segundo Gondra e Schueler (2008), durante no Brasil do século XIX, foram inventadas e legitimadas a partir da Forma Escolar Moderna, e que essa construção foi simultânea à organização do Estado

Nacional brasileiro. Todavia, percebemos estratégias de *educação physica* em diversas instituições e projetos educativos para além do escolar. Assim, neste capítulo, apresentaremos aqueles escolares e não escolares.

Nesse último capítulo, apresentaremos também algumas iniciativas de *educação physica* que se destacaram ao longo da leitura da documentação, posto que materializaram usos diversificados da *educação physica* por múltiplos agentes e instituições no contexto pesquisado. Vamos nos atentar e descrever as diferentes propostas e indícios de algumas práticas desenvolvidas nessas instituições. Para responder a essas questões, utilizamos como fontes as propagandas, estatutos e discussões que circularam na imprensa periódica da cidade do Rio de Janeiro.

3.1 O Imperial Collégio de Pedro II

O Imperador Pedro II mal tinha completado treze anos de idade e iria participar de mais um compromisso oficial no domingo de 14 de dezembro de 1838. O recém-inaugurado Colégio, que levava seu nome, estava finalizando seu primeiro ano letivo e, em solenidade, iria distribuir os prêmios para os escolhidos como melhores alunos de grego, latim, francês, aritmética, geografia, história, desenho, gramática latina e gramática nacional (CORREIO OFFICIAL, 1838).

A repercussão de tal evento ganhou as páginas da imprensa em tom laudatório, sendo classificado como ato “singelo” e “tocante” (CORREIO OFFICIAL, 1838, p.534). Além do *Correio Oficial*, pode-se ver notícias sobre a solenidade em periódicos como *O Chronista* (*O CHRONISTA*, 1838d) e em outro periódico com um título de uma data marcante para vida do jovem Imperador, *O sete d’Abril* (*O SETE D’ABRIL*, 1838a; 1838b), dia da abdicação de D. Pedro I.

A descrição mais detalhada desse evento pode ser encontrada na seção *Não official* do *Correio Oficial* (CORREIO OFFICIAL, 1838). Segundo a descrição, a cerimônia teve lugar em um dos mais vastos salões do edifício do Colégio, que estava “apinhado” com mais de mil espectadores, na maior parte, parentes e amigos dos educandos. Além dos familiares, o evento contava com a presença do Imperador, seus regentes, tutor e todos os Ministros. A sala estava ornada com decência e abrihantada com a animada fisionomia dos espectadores. Após apresentações musicais, deu-se início ao discurso do Médico e Professor de Retórica, Joaquim

Caetano da Silva, a distribuição dos prêmios, outros discursos e a finalização do evento com um grande banquete (CORREIO OFFICIAL, 1838).

Na imprensa, foi marcado o caráter diferenciado que representava tal evento e que tinha a ver com o método empregado naquele Colégio. Em vez de se reprimir os estudantes com a palmatória e castigos corporais, o novo Colégio premiava seus melhores estudantes, defendendo que a recompensa era mais eficaz que a punição (O SETE D'ABRIL, 1838a; O CHRONISTA, 1838d).

O orgulho do método não punitivo que se pode perceber no discurso de Caetano da Silva pode ser explicado por sua aproximação das indicações higiênicas que viam a formação da criança a partir de outro prisma. Segundo Lemos (2005), no século XIX a partir da higiene, a criança passava a ser vista como um ser que precisava ser protegida, cuidada, amparada e educada, e que os ideais higienistas a defenderiam dos males, e um desses males era a violência física. Esse parecia ser o entendimento de Caetano da Silva ao ressaltar o caráter benéfico das recompensas pelas condutas esperadas.

Ponto que chama atenção em seu discurso era a defesa de uma educação que levasse em conta as dimensões intelectuais, morais e *physicas* do indivíduo. No tocante à dimensão *physica*, em estilo e palavras pomposas, defendia que:

é o melhoramento corporal, indispensável condição para o progresso da Humanidade, e por consequência obra boa, verdadeiramente santa. Prescindindo da insuprimível saúde, são necessárias força e destreza, são úteis formosura e graça. – Sem força e sem destreza, prendas do corpo, não poderia nunca ser manejada a multiforme indústria, esse portentoso instrumento, com que vai o homem, feitura de Deus, continuando a criação. – Sem formosura e sem graça, prendas do corpo, devem sempre temer a Sabedoria e a Virtude, que lhes volte a inexperiência o rosto; enquanto bastam muitas vezes estas únicas partes para que dela recebam espontâneos ósculos a desprezível ignorância, o pestilento vício: dolorosa verdade, mas indubitável e de tal importância que a própria Divina Religião de Cristo, tão sobranceira à matéria, judiciosamente aproveitou este material meio de insinuação, personalizando formosíssimas as virtudes. Evangélicas formosíssimas potestades do céu (SETE D'ABRIL, 1838b, p.2).

Ao defender um necessário equilíbrio entre as dimensões da educação nos anúncios sobre o evento, foi destacada a defesa da *educação physica* e as vantagens do melhoramento do corpo e não só das dimensões intelectuais e morais, e como seria importante para o avanço e construção do Brasil.

Esse modelo particular de educação acreditava que o desenvolvimento intelectual sem um igual desenvolvimento físico e moral era um risco na formação da infância brasileira. A preocupação com a dimensão física viria a dar frutos alguns anos no futuro.

A Joaquim Caetano da Silva, já como Reitor do Colégio, coube, em 1841, decidir sobre a entrada do primeiro mestre de Ginástica do Imperial Colégio de Pedro II (CUNHA JUNIOR, 2003). Todavia, em seu discurso na comemoração do primeiro ano do Colégio, percebe-se que a preocupação da *educação physica* é anterior à entrada da ginástica e que ela, *educação physica*, não deveria ser reduzida à ginástica.

O discurso pronunciado na solenidade de 1838 parecia ter um objetivo claro. A *educação physica*, intelectual e moral no Imperial Colégio de Pedro II deveria formar uma elite ilustrada no Brasil. Embora estivesse trabalhando com uma visão de sociedade em que todos tinham importância, o futuro Reitor, defendia que as importâncias eram relacionais, mas não no mesmo patamar, e que o Colégio formaria os quadros mais elevados do Brasil. Segundo ele, “sim, brasileiros, a verdadeira dignidade de caráter consiste em fazer constates esforços para alcançar e manter a superioridade; e também em respeitá-la com afeição nos que, mais que nós a possuem”.

Na historiografia da Educação Física, o trabalho de Cunha Junior (2015) apresentou uma análise bastante detalhada sobre a prática da Educação Física no Imperial Colégio de Pedro II. Apresentou uma análise minuciosa dos saberes médicos utilizados para legitimar a prática da *educação physica* e da *gymnastica* dentro do Colégio, os agentes envolvidos e suas ligações com os meios militares, além dos espaços e agentes envolvidos nessas práticas.

Além dos achados de Cunha Junior, podemos somar algumas pistas de discussões sobre as práticas de *educação physica* que ocorriam dentro do Colégio. Para isso, nos basearemos em algumas discussões que ocorreram na Câmara.

No ano de 1841, o então Ministro do Araujo Viana, que fazia parte do gabinete conservador, foi à Câmara apresentar o seu relatório. Após a leitura, o Deputado Silva Pontes questionou o Ministro sobre os métodos e o Regime do Colégio de Pedro II. Para o deputado, o Colégio deveria funcionar somente em regime de externato e fazia críticas ao “método simultâneo” que era empregado na instituição. Além do já posto, fazia questionamentos sobre a maneira como a *educação physica* era aplicada no Colégio.

Segundo o Deputado, o Ministro deveria olhar com mais atenção para a *educação physica* praticada dentro daquele Colégio. Para o Deputado:

Aí se fala das artes de dança e de natação; mas esses únicos exercícios não constituem um bom sistema de *educação physica*; e se o governo estivesse inclinado a mandar pessoa hábil à Europa a estudar o ano de ginástica do celebre coronel Amoros, não teria dúvida alguma em conceder-lhe a quota necessária para a despesa respectiva (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1841, p. 58).

Pela fala do Deputado, já podemos deduzir que ocorria naquele espaço a natação e a dança. De fato, a partir dos trabalhos de Cunha Junior (2015), essas práticas ocorriam dentro do Imperial Colégio de Pedro II. Todavia, o que brilha na fala do deputado era que, em sua visão, para que ocorresse um sistema completo de *educação physica* a *gymnastica* deveria ser incluída a essas práticas, e não qualquer *gymnastica*, mas o método de Amoros.

Pelo debate entre o deputado e o ministro, percebemos a circulação dentro dos meios políticos da discussão sobre os métodos ginásticos. Mais um indício desse fato era a fala, na mesma discussão do Deputado Paula Candido, que também fazia referência ao método de Amoros. “O meu ilustre colega, referindo-se ao colégio de Pedro II, mostrou desejos de ver aí estabelecida uma aula ginástica aos preceitos do Coronel Amoros” (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1841, p. 74).

Precipitando as reclamações dos deputados, o Ministro Araujo Viana solenemente anunciou que os anseios do deputado Silva Pontes seriam sanados mais rápido do que o próprio deputado propôs. Que não seria necessário esperar alguém se formar no exterior, que já se tinha na corte um profissional qualificado para ser mestre de ginástica no Colégio de Pedro II e ampliar seu sistema de *educação physica*. Nas palavras do Ministro:

Tenho satisfação de informar que, a respeito da *educação physica*, o governo há poucos dias determinou fazer um ensaio com uma pessoa que aqui existe, que foi o oficial do exército brasileiro, e que apresenta inumeráveis atestados e documentos de que tem a necessária habilidade (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. 1841, P. 59).

O ministro não informa quem era o tão habilidoso mestre de ginástica, mas pela pesquisa de Cunha Junior sobre o Colégio de Pedro II, podemos supor que se tratava de Guilherme Luiz de Taube, primeiro mestre de *gymnastica* do Colégio Pedro II.

Não foi só sobre a *gymnastica*, ou sua falta, que o Ministro foi questionado. O Deputado Araujo Viana amplia a discussão, propondo uma maior atenção à higiene como um todo, ou seja, mais uma vez a *educação physica* ampliada. Segundo ele:

Certamente que a ginástica é um ramo interessantíssimo da higiene pública, mas desejo que o meu colega se estendesse também sobre outros ramos de higiene, porque, contendo o Colégio de Pedro II meninos quase todos ainda na idade em que a higiene tem de vigiar sobre o seu desenvolvimento físico e intelectual, desejara que no colégio de Pedro II, não só se promovesse este estudo da ginástica adotado principalmente para desenvolver a *educação physica*, e por este meio corroborar o desenvolvimento intelectual, mas também que se atendessem a outros ramos de higiene pública, pelo menos que o governo tomasse em seria consideração tudo quanto aconselha a higiene para ser estabelecido neste colégio. Não quero censurar o estado atual deste colégio, creio mesmo que muitos ramos de higiene foram ali sabiamente atendidos; porém, sendo necessário que se adapte às diferentes constituições, a diferentes moléstias, a mil outras circunstâncias pessoais, entendo que temos necessidade de uma coisa mais

ou menos especial a este colégio, ao Rio de Janeiro, ou mesmo ao Brasil (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. 1841, p. 74.).

Nesta tese não pretendemos analisar as experiências no Colégio de Pedro II. Esse esforço já foi realizado de forma exaustiva nas pesquisas de Cunha Junior (2015, 2008, 2003). O Colégio de Pedro II serve como entrada para pensarmos que as discussões sobre um sistema de *educação physica* e da busca de se concretizar um projeto de educação integral no Brasil já se constituía desde os primeiros anos do Brasil independente. Daremos atenção neste capítulo a outras instituições, espaços de formação escolares e não escolares ainda pouco tratados na historiografia da Educação Física sobre o período.

3.2 Meninas, desvalidas ou não

Em contexto bastante diverso do Colégio de Pedro II, a *educação physica* também apareceu como uma preocupação em diversas instituições. Já foi apontado, nesse mesmo texto, a preocupação da *educação physica* dos “desvalidos”, que surge como um importante debate, tão importante quanto a *educação physica* destinada para a formação das elites ilustradas. Exemplo de outro tipo de prática pode ser encontrado nas páginas de *O Chronista*, do ano de 1838 (O CHRONISTA, 1838e). Nessa crônica, vemos uma preocupação com o futuro do Brasil, por ser um “país novo” e que “o aumento da população é a primeira necessidade”.

O Chronista toca em um ponto primordial para o projeto de construção da Nação, a sua população, especialmente a preocupação com a “infância desvalida” e sua educação. Contudo, não se tratava de uma educação qualquer, muito menos uma educação que ensinasse somente a ler. Era preciso uma educação que formasse também, e principalmente, *physica* e moralmente a infância desvalida, como se pode verificar no fragmento a seguir:

Em um país novo como o nosso, em que o aumento de população é a primeira necessidade, como desprezarmos toda essa geração que não espera senão por nossos socorros, e nossa proteção para desenvolver-se vantajosa para nós, e para si mesma? Como deixarmos entregues a miséria em que nasceram tantos indivíduos, que tão facilmente sairiam dela se os quiséssemos educar? Não: abrir-lhe-emos escolas gratuitas, aprendam a ler se o quiserem, e depois quando homens, se tiverem fome, peçam a leitura alimentos, se a fome os levar ao crime, sua leitura os premona, se forem levados ao vício pelos exemplos diários, seus livros que o afastem do vício. Oh não! De certo não temos feito nada para a mocidade desvalida ensinando-lhes a ler, nada temos feito nem para ela nem para a sociedade. É preciso que a arranquemos aos exemplos diários, é preciso que a obriguem a estudar, a trabalhar, a ganhar a vida com o suor de seu rosto, é preciso tudo isso para que tenhamos desempenhado nossa

obrigação para com a sociedade futura, ou por outra é preciso que abramos asilos (O CHRONISTA, 1838e, p. 658).

A criação de asilos para a infância desvalida já tinha sido discutida nesse mesmo periódico. E seguindo os seus argumentos, rememorando antigas discussões, *O Chronista* afirmava que a:

educação de nossa mocidade indigente reclama, e exige de nossos administradores, e de todos os homens filantropos a criação de algumas casas de asilos onde se eduque, onde estude artes úteis, onde se acostume a prática das virtudes morais e religiosas (O CHRONISTA, 1838e, p. 658).

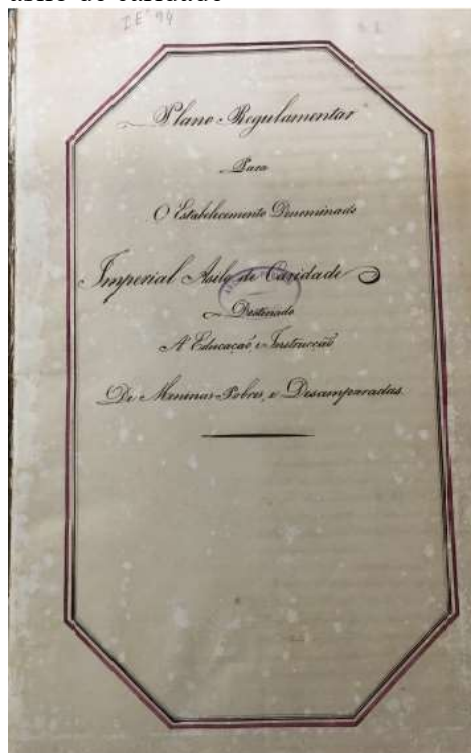
A educação voltada aos “indigentes” precisava ser útil e moralizante, era preciso criar sujeitos úteis e não “pesos para sociedade”. Parece que existia uma preocupação que os segmentos sociais menos privilegiados no processo de construção da nação brasileira e a *educação physica* seria um elemento importante nessa formação. Um Brasil que seria construído pelo “melhoramento” da população, que tinha nas mãos “os destinos do Brasil e da civilização” (O CHRONISTA, 1838e, p. 658).

Outro periódico em que essa discussão aparecia era o *Correio Oficial*. Nesse caso, temos uma diferença marcante, já que trata da *educação physica* das meninas. Esse artigo foi assinado pelos estudantes de medicina Francisco Freire Allemão, João Francisco de Pinho e José Ferreira dos Santos (CORREIO OFFICIAL, 1835). Nesse caso, também relacionado ao projeto de construção da nação, se criticava que as instalações da Casa de Recolhimento da Misericórdia não eram adequadas para uma boa *educação physica*.

Segundo os argumentos dos jovens médicos, as instalações da referida Casa não apresentavam condições e proporções para o bom desempenho da instituição, fazendo com que “a *educação physica* e moral das meninas é abandonada a mais estúpida rotina; sendo rara a que dali sai com uma constituição vigorosa, e habilidade para o bom desempenho dos deveres de mãe de família” (CORREIO OFFICIAL, 1835, p.338). Nesse caso, a *educação physica* parecia estar relacionada à arquitetura do edifício em que as meninas ficariam. Observa-se que a *educação physica* dessas meninas teria o objetivo de formá-las para serem mães de família, mais uma vez a busca da criação de um modelo de mãe e de mães da nação pelos médicos, e que deveriam ser educadas fisicamente e moralmente.

Indícios de um projeto de uma instituição de caridade voltada para as meninas, que tinha como uma de suas práticas a *educação physica*, podem ser encontrados no Plano Regulador da Imperial Asilo de Caridade (PLANO REGULADOR ASILO DE CARIDADE, 1827).

Figura 19 - Capa do plano regulador asilo de caridade



Fonte: Plano Regulador Asilo De Caridade, 1827

Não encontramos informações sobre o funcionamento dessa instituição, entretanto seus regulamentos dão pistas de um projeto de prática e de discussões que culminaram na construção de um documento que tinha por objetivo regular e normatizar o funcionamento de uma instituição voltada para a educação de meninas desvalidas.

Segundo o regulamento, tal instituição tinha como propósito “educar e instruir meninas pobres e desamparadas” (PLANO REGULADOR ASILO DE CARIDADE, 1827, p. 6) e o Plano Regulador era enfático em afirmar que tal Instituição estava “protegido” pelo imperador, inclusive seria criada uma medalha em homenagem ao soberano, que poderia servir como condecoração ou como elemento distintivo daqueles que faziam parte da Instituição.

Figura 20 - Modelo das medalhas do Asilo de caridade



Fonte: Plano Regulador Asilo De Caridade, 1827

Segundo o regulamento, o Ministro do Império seria o fiscalizador de tal instituição e que seriam empregados por uma diretora, uma prefeita, uma comissária, duas porteiras, um capelão, um acólito, dois guardas, médico, cirurgião e serventes. Na composição das pessoas responsáveis pela instrução e educação, teria uma mestra de ler e escrever e mestras dos diversos trabalhos (PLANO REGULADOR ASILO DE CARIDADE, 1827). Ainda segundo o regulamento, essas mestras:

Tem por obrigação instruir, adestrar e mesmo levar a perfeição as suas respectivas discipulas, sendo-lhes encarregado buscar todos os meios ordinários que são próprios para este fim, conferindo fossem entre si, e concordando nos extraordinários que julgarem preciso (PLANO REGULADOR ASILO DE CARIDADE, 1827, p. 10).

Sobre a organização das educandas, após admitidas, elas seriam separadas em grupos por idades, sendo o grupo 1 (7 até 10 anos), grupo 2 (10 até 13 anos), grupo 3 (13 até 16 anos) e grupo 4 (16 até 18 anos). Esses grupos viveriam separados dentro da instituição e não se encontrariam em momento nenhum. A menina mais velha na Casa de cada grupo seria nomeada

como vigia deste. A vigia teria como função “manter o sossego e a ordem em cada um dos seus panchos quando fora da presença de suas superiores e mestras: evitar e fazer cessar toda a alteração, disputa e motim, intimar a observância do Regulamento, costumes e ordem estabelecida” (PLANO REGULADOR ASILO DE CARIDADE, 1827, p, 12).

A separação por idade demonstra mais uma vez que se pensava em uma seriação do desenvolvimento dos jovens. Essa estratificação era regulada pelo natural desenvolvimento e que cabia aos saberes médicos a normatização dessa taxinomia. As estratégias de formação estavam ligadas às mudanças nessas fases de desenvolvimento, incluindo a intervenção da *educação physica*.

O sistema de educação e instrução, pelo regulamento, deveria ser organizado com ocupações religiosas, que eram rezar pela manhã em comum e no oratório, orações ao se levantar e à noite, ouvir a missa nos dias de preceitos, confessar e comungar. As obrigações literárias seriam ler, escrever e cantar. As obrigações manuais seriam aquelas voltadas para seu grande destino de “ser mãe de família” (PLANO REGULADOR ASILO DE CARIDADE, 1827, p. 13).

Dentro do regulamento também era detalhadamente descrito aspectos relacionados à formação para o trabalho, especialmente os de costura, os divertimentos, os prêmios, os castigos, a forma de instrução, as refeições, as obrigações religiosas, eram reguladas, inclusive, as atividades durante os feriados, muito pouco escapava do controle da vida dentro da instituição.

Sobre a “educação física” (grafia contida no regulamento), seu principal intuito dentro do Regulamento era a “conservação da vida, a preservação da saúde” (PLANO REGULADOR ASILO DE CARIDADE, 1827, p. 17). Assim percebemos um caráter pragmático e higiênico da *educação physica* dentro da instituição. Para atingir determinado objetivo, a lógica era da prescrição polarizada do certo e errado para uma boa *educação physica*. Segundo o Regulamento, “tudo pois quanto pode concorrer para sustentar e defender estas duas coisas deve ser admitido; assim como tudo quanto as podes prejudicar, nunca deixará de ser reprovado” (PLANO REGULADOR ASILO DE CARIDADE, 1827, p. 17).

A partir do Regulamento, percebemos que a *educação physica* dentro dessa instituição tinha como objetivo acostumar o corpo a resistir aos diversos incômodos do trabalho, aumentar as forças e conservar os hábitos análogos aos naturais. Essa dimensão da educação visava combater os males da vida urbana que enfraquecia o corpo e a constituição e formariam mulheres capazes de auxiliar os maridos e se tornaram futuras mães. Para isso, eram ditadas as

regras para as diversas partes constituintes da *educação physica* como a alimentação, o vestuário, o asseio e os dormitórios.

No caso da alimentação, para além da quantidade que se deveria comer, existia uma regulação bastante rígida sobre a qualidade dos alimentos e as horas das refeições. Tudo deveria ser controlado pelos conhecimentos da higiene nos atos de comer e beber. Nenhum alimento deveria ser ingerido pela simples vontade ou prazer. Cabia ao médico da instituição prescrever o que cada interna poderia ou não comer, entretanto, em regra geral, o indicado era comer dos mais variados temperos para acostumar o corpo a tudo. A exceção era dada às crianças de “tenra idade”, que deveriam evitar os molhos apimentados e estavam proibidas as bebidas “espirituosas”.

A regulação sobre a comida era tão peculiar, que era proibido o recebimento de qualquer alimento, por parte da interna, de forma particular. Qualquer presente de comida tinha como protocolo ser apresentado à diretora e à comissária, que determinariam o momento e hora mais conveniente para o usufruto de tal alimento. Para isso, a regra determinava que “será proibido receber em particular qualquer presente de comida ou bebida, tudo o que for oferecido será apresentado à Diretora, entregue à Comissária e me comum e a hora conveniente distribuído em nome daquela a quem foi dirigido. (PLANO REGULADOR ASILO DE CARIDADE, 1827, p. 18).

Outro elemento importante da *educação physica* eram as roupas. Sobre as vestimentas, sua primeira função seria de ordem moral, teria que cobrir a “nudez das impressões pungentes”. Para além disso, ela também teria uma função higiênica na *educação physica* da instituição. Sua normatização começava por não constranger os membros e suas ações, deveria ser confortável o bastante para não incomodar as usuárias. Outro objetivo da regulação dos vestuários era o de diferenciação dos grupos. Cada idade deveria utilizar vestidos e ornamentos de cores distintas. Seguem as normas:

O primeiro Pancho tem vestido de cor parda afogada, manga à mão, redonda, sem ornato algum.

O segundo, veste cor verde garrafa, redonda, afogado, manga à mão, com folho da mesma cor, e faxenda na gola.

O terceiro traz azul ferrete, manga à mão, redondo, afogado, com ornato a arbítrio na gola e ombros cor de areno.

O quarto, de azul claro, redondo, manga à mão, afogado, ornato a arbítrio na gola, ombros, mangas e roda de cor branca. (PLANO REGULADOR ASILO DE CARIDADE, 1827, p. 19)

A preocupação da *educação physica* em tal instituição dizia respeito ao sono das internas. Os dormitórios eram normatizados e as camas deveriam ser idênticas para as internas,

e cada dormitório seria separado pelos grupos de idades. Não era permitido sair dos dormitórios senão para cumprir as obrigações ou por ordem dos educadores.

Outra dimensão da *educação physica* normatizada pelo regulamento era a limpeza e o asseio dentro do internato. Era defendido que o asseio e a limpeza do corpo, especialmente nos climas quentes, eram de grande importância para a saúde. Para atingir esse intuito, era descrito uma rotina bastante detalhada de asseio.

Ao acordar, antes do almoço e do jantar existiam rituais de limpeza que passavam pela lavagem do rosto, da boca, das mãos e escovação dos dentes. Esses eram cuidados diários e obrigatórios para todas as meninas. Cortar os cabelos e as unhas também eram cuidados determinados pelo regulamento, que deveriam ser públicos e em horários previamente estipulados. O asseio das roupas também deveria ser vistoriado pelas educadoras e outras componentes da instituição.

O único hábito que não era descrito no regulamento eram os banhos. Esses deveriam ser prescritos pelo médico. Isso demonstra o caráter de importância higiênica de tal hábito, que não poderia ser administrado de forma igual e cotidiana para todas as internas. Para cada constituição e especificidades, o médico prescreveria o tipo e frequência do banho. Podendo variar na frequência e na temperatura da água.

A partir do regulamento, percebemos que a instituição era concebida para normatizar e regular cada aspecto da vida das educandas dentro do internato, muito pouco era permitido sobre liberdade de escolha na vida dentro de tal instituição. No caso da *educação physica*, que era entendida de forma ampla, a fortificação do corpo por meio da alimentação, vestimenta, asseio e vida dentro dos dormitórios era uma maneira de criar mulheres capazes de se tornarem mães e ajudantes dos futuros maridos. Também tinha a função de prepará-las para o trabalho e intempéries que essas mulheres viriam enfrentar na dura vida de uma mulher pobre.

Esse modelo de mulher e mãe era entendida como estratégia de criação de um novo modelo de mulher e família importante para colocar o Brasil, recente nação, entre o rol das nações civilizadas. Era uma forma de tentar colocar o Brasil em num novo modelo de produção da vida, condizente com o modelo modernizador e da vida urbana, e também como forma de conservar a saúde dentro desse novo modelo. A preocupação de formar as meninas “desvalidas” aparece como entendimento que cada indivíduo era peça fundamental para o sucesso ou fracasso de formar o Brasil.

No caso do Asilo, não era especificado nenhum exercício físico para as internas. Percebe-se que, para as meninas que viveriam dentro de tal instituição, habilidades de dança ou exercícios gymnasticos não eram constituídas como importantes para sua formação integral.

Aspecto diferente do que encontramos em escolas voltadas para as elites ou para a formação das elites.

Outras iniciativas voltadas para as meninas pobres foram encontradas na documentação, uma dessas iniciativas estava vinculada à Sociedade Amantes da Instrução, importante associação que desenvolveu diversas iniciativas voltadas para a educação.

Segundo Gondra e Scheuler (2008), ao longo do século XIX, diversas foram as forças empenhadas em promover formas e práticas de educação e de nação. Dentro dessa diversidade de iniciativas, em múltiplos estratos sociais, ocorreram confrontos, consensos e embates entre as muitas iniciativas educacionais. Uma dessas forças voltadas para a educação foram as associações, iniciativas formais de sociabilidade no espaço público em expansão no Brasil e Rio de Janeiro dos anos oitocentistas. Segundo os autores, inúmeras foram as formas de associação e plurais eram os interesses voltados a elas, que podiam ser:

As sociedades secretas e as lojas maçônicas; as confrarias e as irmandades; as sociedades científicas, artísticas, literárias e as acadêmicas; as sociedades políticas; as agremiações profissionais, corporativas e de assistência mútua; as sociedades de beneficência nacionais e estrangeiras; as associações comerciais, as sociedades de promoção da colonização; as associações filantrópicas, pedagógicas; as sociedades de instrução e as associações de assistência e educação à infância (GONDRA E SCHEULER, 2008, p. 65).

No caso da Sociedade Amantes da Instrução, ela apresentava funções em diversos campos como religioso, pedagógico, assistencial, filantrópico, beneficente, cultural e científico (GONDRA e SCHUELER, 2008). Foi fundada em 5 de setembro de 1829 e tinha como principal objetivo “curar” a educação da mocidade desvalida e prestar serviço para a pátria de formar a juventude desvalida. Seus sócios eram de diversos setores letrados como padres, professores, médicos, advogados, desembargadores e conselheiros, que ofereciam cursos e aulas gratuitas.

A sociedade era sustentada pela mensalidade de seus sócios, de uma rede doadores e subsídios governamental. Ela também era auxiliada pelas ordens beneditina e carmelita, que ofereciam espaço para as aulas. Entre a formação oferecida, podia-se encontrar educação agrícola, primeiras letras, francês, música, arte tipográfica e, a que daremos atenção, *educação physica* das meninas.

A educação voltada para as meninas desvalidas oferecida pela sociedade datava de, pelo menos, 1846, quando da instalação do Colégio das Órfãs (SOUZA, 2006). Encontramos indícios de uma preocupação com a *educação physica* das meninas dessa instituição em um artigo de 1849, publicado no impresso *O Brasil*, na seção de variedades. O referido artigo era um elogio aos membros e aos feitos da Sociedade Amante da Instrução. E nos diversos ramos

da instrução também não foram deixados de lado recente iniciativa para *educação physica*, moral e religiosa das meninas.

Segundo o artigo de *O Brasil*, a *educação physica*, moral e religiosa não poderiam ser dadas nem pelas mais devotas professoras na situação em que a instituição voltada para as meninas se encontrava. A partir do próprio artigo, percebe-se que a escola funcionava em regime de externato naquele momento, e a crítica era que como as meninas voltavam para suas casas, as questões aprendidas na instituição era atrapalhadas pelas famílias, supostamente incapazes de realizar o trabalho de educar dentro dos ditames defendidos pelo Colégio das Órfãs. Segundo o artigo:

Ainda havia um progresso para a Sociedade Amante da instrução; ainda havia um benefício mais completo que fazer à mocidade. A instrução não é o maior benefício que outorga-se pode à infância da mulher; a influência da *educação physica*, moral e religiosa pode mais do que tudo ser nelas salutar ou funesta; ora essa educação não pode ser dada em aulas por mais inteligentes e devotas que sejam as professoras, essa educação está essencialmente nas mãos da família, e a sociedade Amante da Instrução tinha de deixar ir as suas alunas para o seio das suas famílias, tinha de perde-las de vista (O BRASIL, 1849, p. 3).

Para resolver essa questão, a Sociedade estava inaugurando o mais novo Colégio em regime de internato. Com a proposta do sócio Joaquim Bernardo Leal, seria fundado um Colégio em 4 de outubro, na Igreja de S. Bento, em prédio doado pelos Beneditinos. Limeira (2011) observou que, no século XIX, os projetos de instrução e educação que tiveram a escola como principal meio institucional, passaram a separar a infância de seu círculo familiar para recolhê-la em um espaço que contribuiria para instaurar novas relações de ensino e aprendizagem. A partir dos indícios aqui elencados, podemos deduzir que, no caso da *educação physica* das meninas desvalidas, a separação da aluna do seio familiar poderia ser uma estratégia para formar um novo modelo de corpo marcado pela regulação de saberes, como o da higiene, que não poderiam ser inculcados enquanto elas não fossem distanciadas das influências familiares.

Além disso, a partir do artigo do *O Brasil*, podemos deduzir duas questões importantes para a formação das meninas desvalidas. A primeira é que sua formação *physica* deveria ser voltada para a constituição de uma mulher forte e capaz de ser mãe e de exercer sua função de mãe de família e administradora do lar. A segunda é que as famílias pobres eram vistas como incapazes e, no extremo, como empecilho para implantação de tal modelo de *educação physica*. Era preciso a criação de instituições voltadas tanto para instruir essas meninas, mas principalmente formar *physica* e moralmente, instituições constituídas de especialistas em educar e municiada com saberes higiênicos para atingir esse intuito.

A partir do destaque, percebemos que a instrução das meninas que fariam parte dessa escola poderia ser mais ampla do que para formar para suas obrigações de mãe e administradora do lar. Buscava-se uma formação científica com os “conhecimentos da verdade” para formar essas educandas. Para atingir o intento, seriam utilizados os livros “clássicos” e impressos outros que o colégio julgasse necessários.

Na educação, que era conceituada como “a arte de cultivar o espírito e o coração”, estariam ligados os aspectos morais e físicos. Aqui destacaremos as questões da *educação physica*. Das poucas informações que puderam ser encontradas no anúncio, entretanto, nota-se que o conceito ampliado de *educação physica*, sendo parte desse ramo da educação “o asseio do corpo e roupas, ao exercício moderado de passeios pela manhã e ao recreio em horas vagas.” (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1853, p. 4).

Não fica claro quais eram os objetivos de tais atividades da *educação physica*, o que chama atenção é que ele aparece mais uma vez como algo a ser estampado em anúncio de escola. Das diversas escolas que anunciaram ao longo do período pesquisado, a *educação physica* era um dos pontos que era vendido como ponto positivo da escola. E no caso do Colégio de Meninas e outras instituições elencadas neste item, como uma parte importante para a educação das meninas.

O que podemos notar de diferencial com relação às instituições voltadas para as meninas desvalidas foi o aparecimento de exercícios físicos como parte integrante da *educação physica* dessas meninas. Não eram práticas sistematizadas ou algum método específico, entretanto era parte da formação do corpo e da educação integral a preocupação com algum tipo de exercício, nesse caso, os passeios e os recreios.

Dentro do período de pesquisa, também encontramos indícios de outras escolas voltadas para as meninas de elite, que tinham como preocupação a *educação physica*. Um desses exemplos era o Colégio Botafogo, também conhecido como Colégio Hitchings.

Em anúncio publicado no *Jornal do Commercio* no ano de 1846, e assinado pelo diretor da escola, podemos perceber alguns preceitos da educação que o Colégio buscava demonstrar como importantes para aquela instituição (O DIRETOR, 1846).

Figura 22 - Propaganda do Collegio de Botafogo



Fonte: O Diretor, 1846

A partir do anúncio percebemos que o diretor tentava demonstrar que o fim da educação “é fazer um membro útil e feliz da sociedade. O objetivo da educação é formar o corpo, o coração e o espírito” (O DIRETOR, 1846, p. 4). Ao mesmo tempo em que procura uma função utilitarista para a educação, formar membros úteis à sociedade, o diretor demonstra o que parecia ser de mais moderno em educação, a formação integral.

Tanto apresenta esse modelo de educação integral que, segundo ele, sem uma articulação entre essas dimensões, no seu caso corpo, coração e espírito, não seria possível um indivíduo útil. Segundo ele: “Um mau corpo, malformado e doentio, com mau estomago e maus nervos, rara e quase impossivelmente terá um coração bem formado, forte, aberto, generoso. Com maus nervos e mau coração, mau há de ser o cérebro” (O DIRETOR, 1846, p. 4).

A partir do anúncio podemos perceber uma articulação entre as dimensões da educação. Não se percebia em seu discurso alguma ordem ou estratificação entre essas dimensões, como

podemos perceber em outros documentos. Sendo assim, dentro do Colégio de Botafogo, as meninas deveriam ser educadas por todas as dimensões ao mesmo tempo.

Em seguida, eram dadas mais informações sobre essa articulação e como a *educação physica* seria tratada nessa escola. Segundo o anúncio, “não esqueça-se, no meio de todos os cuidados do intelectual e moral da educação, que é necessário completar e aperfeiçoar o físico. É meio desse complemento, e coroa dessa perfeição a ginástica.” (O DIRETOR, 1846, p.4).

Nesse anúncio também podemos encontrar algumas informações sobre o que o diretor chamou de “complemento da *educação physica*”, a *gymnastica*. Sem especificar nenhum método específico dessa prática, ele defendia que ela seria importantíssima para complementar a *educação physica* e como “parte da educação em geral, e da qual dependem as outras duas partes (educação moral e intelectual).” (O DIRETOR, 1846, p. 4).

E qual seria o objetivo da *educação physica*? Pela descrição do anúncio, era fazer com que “Todas estas prendas corporais são úteis e necessárias no decurso da vida, são elegantes e a ornar, mas sobretudo formam, desenvolvem e avigoram os diversos músculos e partes mais nobres do corpo.” (O DIRETOR, 1846, p. 4).

Era também vinculado no anúncio que a escola possuía um “completo modelo de educação”. No caso da *educação physica*, além da *gymnastica*, outros exercícios eram incluídos como a equitação e uma regulação adequada a cada idade. Mostrando mais uma vez que a *educação physica* deveria ser ministrada de acordo com o nível de desenvolvimento natural da criança. Que suas intervenções, em suas diversas instâncias, ocorreriam de forma relacionadas com o nível de desenvolvimento do organismo infantil.

Ainda dentro das escolas voltadas para a educação das meninas, o Colégio da Estrela era mais um que em seu anúncio colocava a *educação physica* como parte importante do seu modelo de educação e instrução. Ele era localizado na Rua da Assembleia, n. 16, e dirigido por Maria Isabel de Lemos, e tinha como premissa que a “instrução era o cultivo da alma”. Esse cultivo ocorreria nas três dimensões da educação, a *physica*, moral e intelectual. Interessante é que no anúncio se especifica o que cada dimensão abarcaria dentro do processo de instrução e educação.

A *physica* estaria ligada ao cultivo do corpo e dos sentidos; a intelectual com o cultivo da inteligência; a moral também entendido como propriamente a educação com o cultivo da consciência.

Tal anúncio não era assinado e não ficava claro se tinha sido publicado a pedido da própria escola ou se um terceiro estava realizando um elogio ao modelo de educação dentro daquele Colégio. Observa-se que um dos principais pontos destacados no anúncio era que o

Colégio da Estrela se tornava digno dentro do contexto do Rio de Janeiro, por sua educação voltada para as mulheres, que, segundo o anúncio, “tão esquecida e importante”.

Defendendo a ideia de que poucos eram os Colégios que conseguiam dar conta de tamanha complexidade da instrução e educação, e muito menos os voltados para as meninas, o autor apresenta o Colégio da Estrela como uma possibilidade nesse sentido:

Estes três ramos de instrução tão preciosos ao homem, são ainda mais necessários à mulher. Um colégio que compreendesse estes três ramos essenciais de instrução seria o melhor estabelecimento que tivesse a nossa terra. A nossa expectativa foi satisfeita não há muito tempo por uma senhora de ilustração, e por isso digna dos nossos mais ardentes votos de respeito e veneração (O PHILANTROPO, 1850).

E segue no anúncio uma descrição das “maravilhas” desse Colégio, inclusive sua articulação com a formação da nação:

Este estabelecimento, aberto na casa da rua da Assembleia, n. 16, pela digna professora a Sra. D. Maria Isabel de Lemos, é o mais completo que temos nesta cidade e que promete ao país e a futura geração brasileira os mais ridentes resultados. O estudo da filosofia moral, e de ciências naturais, introduzido na instrução da mocidade feminina; por sua digna professora, denota a sua alta inteligência. Sua Ex.^a o Sr. Ex-Vigario Capitular deste Bispado, ajuda os esforços desta senhora, ensinando a doutrina cristã no colégio. Deus o recompense! (O PHILANTROPO, 1850).

Já no ano de 1850, no impresso *O Americano* (1850), que era impresso na mesma tipografia que *O Philantropo*, a *Tipografia Philantropica*, podemos encontrar mais algumas pistas sobre a *educação physica* no Colégio da Estrela. Em uma publicação a pedido, era descrito como teria sido o funcionamento do primeiro ano da escola.

Após apresentação da solenidade que comemorava determinada data e das premiações voltadas às melhores alunas, com uma descrição da festa de premiação e dos discursos proferidos, era apresentado com mais detalhes o modelo de instrução e educação do Colégio. No que se refere à *educação physica*, que não se tratava de uma disciplina, mas de uma das três secções da educação integral, ela era de responsabilidade de Manoel de Araújo Porto-Alegre.

Nas estratégias de *educação physica* se encontrava a dança, que era de responsabilidade do Sr. Marcos Bernardino da Costa Passos. Ela era tomada como um exercício valoroso para a formação das educandas e como habilidade importante para as elites que se utilizam dos espaços de sociabilidade naquele contexto.

Até aqui apresentamos que as instituições escolares ou não, voltadas para as meninas, poderiam variar nas estratégias e objetivos da *educação physica*. Percebe-se que, na formação para as meninas desvalidas, a *educação physica* teria o caráter de fortificar o corpo e prepará-las para o trabalho e para serem mães. No caso das escolas voltadas para as elites, a preocupação na formação para ser mãe também estava presente, entretanto outras habilidades como a dança

e fortificar o corpo para receber a educação moral e intelectual eram elencadas. Todavia, não só de instituições voltadas para as meninas se constituía a educação no Rio de Janeiro entre 1823 e 1854. No próxima item apresentaremos aquelas voltadas para os meninos.

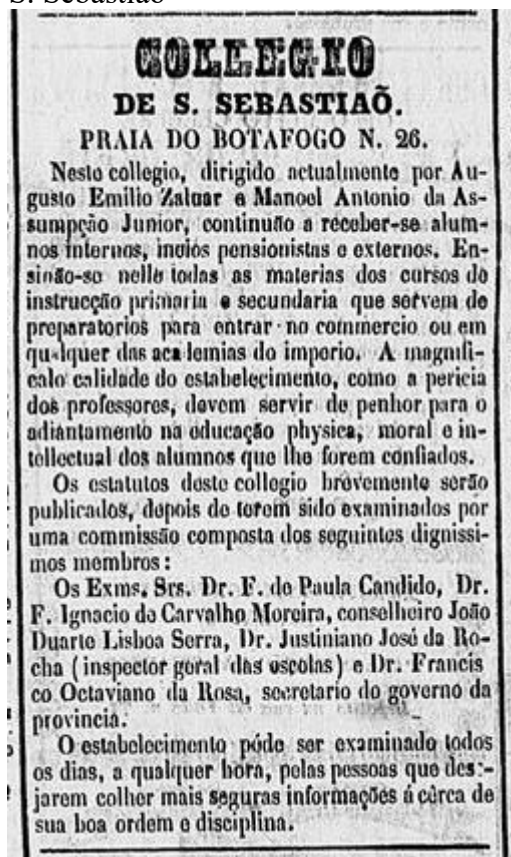
3.3 Faces Rosadas e Corpos Robustos

Neste item trabalharemos com as experiências das escolas privadas masculinas, que tinham como premissa aspectos voltados para a *educação physica*. Como demonstrou Limeira (2011), diferente do que se pensou durante muito tempo na historiografia da educação, em termos quantitativos, as iniciativas particulares realizaram um papel relevante na difusão do ensino primário e secundário no Brasil. A partir dessa pesquisa, podemos perceber que a escolarização não se configurou somente como um projeto imposto pelo Estado.

Neste item, apresentaremos diversas iniciativas de escolarização particulares em que a *educação physica* era colocada como peça importante desse projeto. Notamos que a *educação physica* era colocada como parte integrante de um número significativo de escolas particulares dentro do período pesquisado.

Nesse sentido, uma das iniciativas particulares que encontramos foi a do Collegio S. Sebastião. A partir de uma série de anúncios publicados no *Correio Mercantil* no ano de 1851 e 1852 (CORREIO MERCANTIL, 1851a, 1851b, 1851c, 1851d, 1851e, 1851f, 1852a, 1852b, 1852c), podemos obter algumas informações sobre o Colégio. Ele se localizava em Botafogo, na Rua da Praia, nº 26. Era dirigido, naquele momento, por Emílio Zaluar e Manoel Antonio de Assumpção Junior.

Figura 23 - Propaganda do Collegio de S. Sebastião



Fonte: Correio Mercantil, 1851a

O Colégio aceitava estudantes nos regimes de internato, meio-internato e externato e possuía “todas as matérias” necessárias à educação primária e secundária, que serviam para preparar para ingressar nas Academias do Império e preparar para o ramo do comércio. Esse modelo de educação seria alcançado por uma educação que levasse em conta os aspectos da *educação physica*, moral e intelectual.

Seus Estatutos poderiam ser acessados por qualquer interessado e teriam sido aprovados por nomes importantes na educação daquele período, como Paula Candido, Ignacio de Carvalho Moreira, Conselheiro João Duarte Lisboa Serra, Justiniano José da Rocha (inspetor geral das escolas) e Francisco Octavio da Rosa (Secretário do Governo da província).

A primeira relação que essa escola faz com a *educação physica* ocorria na descrição de sua localização. Era vinculada a informação de que a escola se encontrava nos mais “belos subúrbios da Corte” e que ali se encontrariam os elementos necessários para a completa *educação physica*, moral e intelectual para aqueles que se dedicam ao comércio ou pretendiam seguir a carreira literária (ALMANAK, 1850, p. 243).

Em circular sobre o Colégio, publicada na *Correio Mercantil*, no ano de 1852, seu diretor, Emilio Zaluar, assinava o anúncio em que podemos identificar mais uma vez as referências à localização “pitoresca” do Colégio e suas belas acomodações (ZALUAR, 1852, p. 2). Era defendido no anúncio que a localização seria um dos pontos-chaves para o desenvolvimento de uma *educação physica* que “constantemente promoverá pessoa idônea” (ZALUAR, 1852, p. 2) e que também poderiam promover boa educação moral e intelectual.

Nessa circular, era adicionada uma nova informação sobre o modelo de *educação physica*. Ela ficava a cargo do novo subdiretor, o médico José Tell Ferrão, que havia trazido experiências dos Estados Unidos da América. Segundo a circular, Ferrão teria sido professor nesse país e, a partir de sua experiência, trazia uma atividade para formação física que unia as dimensões do útil e do agradável, o cultivo das plantas como atividade formativa. Segundo o anúncio:

O diretor tem em vista de muito breve criar neste estabelecimento um curso elementar de agricultura acompanhado de noções práticas, para o que a propriedade é inquestionável adaptada, fazendo desde já parte do recreio alguns trabalhos de horticultura e jardinagem, pela dupla razão da utilidade física e moral que aos alunos sem dúvida caberá. Estes exercícios estão debaixo da inspeção do subdiretor que foi aos Estados Unidos fazer um curso especial de agricultura (ZALUAR, 1852, p. 2).

Essa atividade voltada tanto para *educação physica* como para a moral, seria propiciada pelos conhecimentos vindos do exterior e, principalmente, pela localização do Colégio. Era preciso uma formação em que o corpo estivesse mais próximo da natureza, que seria mais saudável e fortificadora. E atividades como o cultivo das plantas, se regidas pelos conhecimentos científicos da medicina, poderiam ser educativas nos aspectos da *educação physica* e moral.

A defesa da escola como espaço propício para essas formações puderam ser percebidas em anúncio publicado no *Jornal do Commercio*, no ano de 1852, em que era salientada a junção entre a localização e a qualidade dos professores como diferencial para educação naquele Colégio. Segundo o anúncio: “A magnífica localidade do estabelecimento, como a perícia dos professores, devem servir de penhor para o adiantamento na *educação physica*, moral e intelectual dos alunos que lhe forem confiados” (JORNAL DO COMMERCIO, 1852, p. 4).

Foi também por meio da circular que pudemos encontrar uma das atividades oferecidas naquele Colégio que estava ligada ao corpo e movimento de forma sistematizada. Dentre as matérias que eram ensinadas, pode-se ler que a dança era oferecida aos estudantes. Entretanto, não temos informações sobre os mestres dessa atividade e nem mais detalhes de como era sua prática (ZALUAR, 1852).

Todavia, vale destacar que, pela documentação, essa era a única prática corporal sistematizada oferecida. Verifica-se que não eram oferecidas práticas como *gymnastica*, prática que a historiografia aponta como uma das principais nas escolas do século XIX. E mais uma vez a dança era apontada como habilidade desejada para a formação das elites. Uma atividade útil e agradável que fortificava o corpo ao mesmo tempo que divertia.

Outra experiência escolar que encontramos, em que a *educação physica* era tratada, era a relacionada ao Lycée Roosmalen em 1854, nas páginas do *Jornal do Commercio*, foi publicada uma grande propaganda do Lycée Roosmalen (JORNAL DO COMMERCIO, 1854). Essa instituição se localizava na Rua do Rezende, nº 26, e aceitava somente estudantes em regime de internato, além de ter grande preocupação com a disciplina dentro da escola e da educação religiosa e moral.

Figura 24- Propaganda do Lycée Roosmalen

JORNAL DO COMMERCIO, QUINTA-FEIRA 14 DE DEZEMBRO DE 1854.

RELIGIÃO E MORAL.
AINDA A FIMAR.

Para festas.

VELAS DO PORTO.

UN PAGER.

LYCÉE ROOSMALEN

RIO DE JANEIRO, RUA DO REZENDE N. 26.

O dever e mais parental do pais, dos magistrados, dos principaes, e de reger a educação dos nacionaes.

EXPULSAO.

INSTRUCÇÃO.

EDUCAÇÃO MORAL.

SOPRINTENDENTES.

REFORMA.

UNIFORME.

CULTURA DO ESPRITO E DO CORAÇÃO.
EDUCAÇÃO A PATRIAL.

AMA DE LEITE.

ATTENÇÃO.

THEATRON.
LITRHO FLUMINENSE.
O ELIXIR DE ANOR.
DES. PEDRO DE ALCANTARA.
O THELO
UMA ARIA.

ACOUQUE MONSTROS.

ACOUQUE ROOSTRO.

ACOUQUE BOM GOSTO.

ACOUQUE CAMPESTRE.

ACOUQUE MARTINHA.



ACOUQUE GIGANTE.

ACOUQUE LEÃO DE OURO.

ACOUQUE DA LIPA.

ACOUQUE BANANÇA.

CARNES VERDES.

ACOUQUE PROGRESSO.

ACOUQUE LAVRADIO.

ACOUQUE S. BENTU.

ACOUQUE COMMERCIO.

Fonte: Jornal Do Commercio, 1854

A instrução era composta pelo ensino de leitura, caligrafia, geometria, língua portuguesa, francesa, inglesa, latina, história sagrada, física, química, geografia, filosofia, desenho de fisionomia, linear, arquitetura, construção, horticultura e natação. Os pensionistas pagariam 30\$000 por mês, mais alguns adicionais para materiais de estudos.

Percebe-se em tal anúncio que a preocupação com a formação para a pátria era um dos pilares do Liceu. Dentre os seus *slogans* se encontram “dedicação à pátria” e “amor à pátria”, somados ao dizeres “cultura do espírito e do coração” e “religião e moral”. Para se atingir esses objetivos, os estudantes estariam submetidos a uma *educação physica*, moral e intelectual e a uma ampla instrução como se nota nas diversas matérias de ensino.

Na propaganda, após o agradecimento daqueles que confiaram na iniciativa do recente Liceu, eram enumerados os esforços em cada um dos ramos da educação, da instrução e da organização da instituição. No que se tratava da *educação physica*, percebemos uma ampla gama de preocupações que iam desde práticas corporais sistematizadas, passando pela localização da escola e a prática de trabalhos na horticultura.

Sobre a arquitetura da escola, era vinculado que ela estava “perfeitamente” adaptada ao fim de educar, que a pureza do ar que circulava era garantida pela “imensidão” do espaço e pelo cultivo de plantas e flores. A *educação physica* seria fortemente influenciada pela qualidade dos ares que os estudantes estavam submetidos. Esse aspecto ligava o Liceu aos ditames médicos higienistas do período.

O tamanho do espaço destinado ao Liceu também permitiria a prática de “jogos, as carreiras e todos os exercícios gymnasticos tão favoráveis ao desenvolvimento físico” (JORNAL DO COMMERCIO, 1854, p. 4). Mais uma vez não era especificado se era aplicado um modelo de *gymnastica* específico ou se ela simplesmente se referia aos exercícios físicos, entretanto é visível a ideia de que a prática de tal atividade poderia aperfeiçoar partes do corpo “mal conformadas”, dando ao exercício um caráter corretivo. Contudo, não somente nesse sentido, pois ao mesmo tempo em que corrigia era uma ocupação agradável aos internos, proporcionando um caráter útil e agradável.

Sobre os exercícios gymnasticos, o anúncio ainda salientava que em países como França e em outros dos principais Estados da Europa, esses exercícios eram indispensáveis em qualquer casa de educação e eram “prescritos” aos estudantes.

Mais duas práticas ligadas à *educação physica* chamaram a atenção no anúncio e ambas seguem na mesma lógica do útil e agradável. A primeira delas era a natação. Ela fazia parte dos exercícios tidos como indispensáveis para a formação da nação. Segundo se defende no anúncio, em um país em que a navegação era uma das maiores fontes de riqueza, era preciso

preparar os estudantes para a cautela e os possíveis perigos das águas. Era indispensável que os meninos conhecessem os princípios da natação para viver os divertimentos nas águas e “e quando a sua idade e força vierem secundar o seu bom coração eles poderão salvar os seus semelhantes” (JORNAL DO COMMERCIO, 1854, p. 4) de um eventual afogamento.

A segunda prática era o cultivo dos jardins do Liceu pelos alunos. Segundo o anúncio, “pequenos jardins são dados aos alunos para anima-los à horticultura, que oferece uma ocupação agradável e útil; o horticultor inteligente sabe admirar em cada produto os benefícios do criador” (JORNAL DO COMMERCIO, 1854,). Além de fortificar o corpo, o cultivo das plantas teria um componente religioso e moral, fazendo com que os estudantes pudessem perceber a beleza e os “benefícios” do criador.

Também encontramos indícios de algumas experiências em outras escolas. Dessas encontramos poucas informações, entretanto vale apresentar os nossos achados sobre sua vinculação com a *educação physica*. Um desses exemplos foi uma propaganda sobre o Collegio Nictheroyense. Os indícios sobre ele foram publicados no *Diario do Rio de Janeiro*, no ano de 1851 (DIARIO DO RIO DE JANEIRO 1851a,1851b, 1851c, 1851d, 1851e, 1851f, 1851g, 1851h). Embora esse colégio se encontrasse fora da cidade do Rio de Janeiro, os impressos em que suas propagandas eram vinculadas circularam na cidade, o que indica que ele também era voltado para os habitantes dessa cidade.

Esse colégio era estabelecido na Rua da Conceição, nº 77, em Niterói, e tinha como proprietário José Freire de Andrade Silva. Sua formação era voltada para aqueles que buscavam ingressar nas Academias do Império e também eram oferecidos os cursos de caixeiro e voltados para o comércio.

No caso da *educação physica*, ela aparece quando se fala sobre as possibilidades de estudo. “No estabelecimento admitem-se alunos internos, semi-internos, e externos, uns e outros encontraram toda a comodidade, tanto para sua manutenção, como para a sua educação e instrução physica e moral.” (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1851, p. 4).

Para esse Colégio, a *educação physica* era veiculada como uma maneira de vender a ideia de que a escola possuía instalações adequadas para a educação fisicamente. Dessa maneira, sua estrutura possuía o que se poderia esperar de uma instituição de ensino baseada nos saberes higiênicos.

Também encontramos algumas informações sobre outro colégio que se localizava fora da cidade do Rio de Janeiro, mas que buscava seus estudantes na cidade, nesse caso, o Collegio de Petropolis.

Essa escola se localizava no distrito de Nassau, na cidade de Petrópolis, e era dirigida por Henrique Kopke. Essa localização afastada dos centros urbanos era vendida como um possibilidade de se oferecer uma adequada *educação physica*.

Em anúncio publicado no *Jornal do Commercio* (JORNAL DO COMMERCIO, 1850), o diretor agradecia ao abaixo-assinado que vinculava a escola a uma educação de qualidade. Para além dos agradecimentos, o anúncio tentava demonstrar as qualidades de seu modelo de ensino, das diversas matérias e do fato de só aceitar estudantes menores de 14 anos, para resguardar a pureza dos alunos.

Para estudar nessa instituição, era preciso pagar a quantia de 40\$000 por trimestre. Isso dava direito a todas as matérias, com exceção de música, desenho e esgrima. Tiradas essas exceções, o anúncio tentava demonstrar que os estudantes teriam acesso a tudo o que seria necessário para se ingressar nas academias do Império, demonstrando que essa instituição era voltada para aqueles que buscavam ocupar os mais altos postos do Brasil.

No que se tratava da *educação physica*, ela era relacionada com a tríade de *educação physica*, moral e intelectual implantado pelo sistema de educação do colégio. E não era especificada como ocorreria a relação entre essas dimensões e os saberes agenciados para isso (JORNAL DO COMMERCIO, 1850a, 1850b, 1850c, 1850e, 1850f, 1850g).

Outra escola que encontramos indícios de uma preocupação com a *educação physica* foi a do Lyceo Frances, uma escola que buscava demonstrar sua relação próxima com a cultura francesa.

Segundo Bastos (2000), é significativa a influência francesa na cultura e na educação do Brasil do século XIX. Muitos são os autores franceses traduzidos e mobilizados para pensar os problemas educacionais brasileiros, dentre eles: Gréard, Hippeau, Delon, Renan, Pécaut, Pape-Carpantier, Cochin, Daligault, Gerando e tantos outros. Também é marcante a presença de escolas francesas, principalmente no Rio de Janeiro. Em seu artigo, Bastos (2000) assinala pelo menos quatro dezenas de escolas francesas ou franco-brasileiras com vidas mais ou menos efêmeras.

Na documentação pesquisada, foi encontrado um liceu que mostrou empenho em apresentar a preocupação com a *educação physica* dos seus estudantes. Essa escola era o Lyceo Francez (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1843).

Em uma correspondência assinada por Guilherme de Lacour, que ocupou quase toda a primeira página do *Diario do Rio de Janeiro*, da terça-feira de 7 de novembro de 1843, pode-se ler que se encontrava aberto o Lyceu Francez, estabelecimento de propriedade dos Sr. e Sra.

Lange, endereçado na Rua Nova do Livramento, nº 122 (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1844a, 1844b).

Figura 25 - Correspondência sobre o Lyceu Francez

Anno XXII. Terça feira 7 de Novembro de 1845. N. 249.

Diario do Rio de Janeiro.

O DIARIO DO RIO DE JANEIRO, propriedade de Nicoláo Lobo Vianna, publica-se nos dias que não forem de guarda, e subscreve-se na typographia da rua d'Alfada n. 77, a 125.000 rs. por anno, ou 3.200 rs. por 3 mezes. — Pelos annuncios paga-se-lha uma retribuição razoavel. — A correspondencia deve ser dirigida, franco de porte, ao Editor do Diari-

CORREIOS.
Hoje (7) parte o correio para S. Paulo.

MISCELLANEA.

CAMINHOS DE FERRO.

No mez de junho os caminhos de ferro de Rouen, Orleans, Corbeil, Saint-Germain, Versailles (da direita), e Versailles (da esquerda) receberam 494,359 passageiros, e cobraram 1,127,187 francos. Eis a divisão d'estas sommas geraes.

Passageiros.	Recita.
Rouen.....	50,378 359,603
Orleans.....	50,325 326,417
Corbeil.....	74,430 114,505
Saint-Germain.....	108,479 111,818
Versailles (direita).....	135,022 145,537
Idem (esquerda).....	75,131 89,253

— O movimento de passageiros e recita dos caminhos de ferro heiz deus o seguinte resultado nos annos de 1835 a 1841:

Passageiros.	Recita.
1835.....	421,430 328,987
1836.....	871,307 825,133
1837.....	1,384,577 1,416,983
1838.....	2,238,303 3,097,834
1839.....	1,852,731 4,250,825
1840.....	2,199,319 5,335,167
1841.....	2,639,745 6,237,131

Total..... 11,707,420 31,620,273.

— Os Estados Unidos da America tem já 8,000 kilometros de caminhos de ferro, a Inglaterra possui cerca de 4,000 kilometros, a Belgica tem 440, a Alemanha e a Prussia pouco mais ou menos 5,000, a Russia estão construindo cinco grandes linhas de um desenvolvimento de 6,736 kilometros, e a França tem já 862 kilometros, ou 215 leguas e meia, das quaes só 121 estão em actividade.

CORRESPONDENCIA.

LYCEU FRANCEZ.

Este estabelecimento, propriedade do Sr. de Sra. Lange, está aberto na rua nova do Livramento numero 122, debaixo da direcção e inspecção do Sr. de Lacour (tailleur), sendo discipulo da escola polytechnica, officio superior do real corpo d'artilleria, membro da real universidade de France, da de Buenos Ayres, etc., e professor graduado nestas universidades para o ensino da litteratura e especialmente para o das sciencias mathematicas e physicas.

No estabelecimento acima enunciado fazem-se cursos de grammatica, logica, rhetorica e bellas lettras, com particular applicação ás linguas franceza, hespanhola e portugueza; insinist-se-lha com o maior cuidado em fixar a orthographia dos alumnos sobre a comparição de todos quaes exemplos a respeito da eloquencia e da poesia nos subministrados a litteratura antiga e moderna. Não se ha de omitir o discurso das etymologias gregas e latinas cujo conhecimento é tao summamente necessario, digamos alí mesmo, tão essencialmente indispensavel para facilitar a intelligencia das novas nomenclaturas que com as sciencias e as artes tem mais ou menos relação.

No estabelecimento acima mencionado estão igualmente abertos cursos de mathematica elemental e transcendente, de geometria descriptiva, mecaunica racional, astronomia, geographia e navegação, physica geral e varios ramos das demais sciencias naturaes.

No curso d'arithmetica examina-se-lha até ao fundo a discussão dos varios systemas de numeracao, e apresenta-se-lha uma exposição do systema metrico considerado em si proprio, nas suas relações com todos quaes systemas antigos e modernos de pesos e medidas, cujo conhecimento nos tenha sido transmittido na época actual.

A algebra, o calculo infinitesimal, o das funcões analyticas e das probabilidades, apresentando-se algumas vezes de per se, e mais frequentemente em combinação com os resultados da geometria e mecaunica racional, offerecerão aos alumnos infindas provas da facilidade e rapidez com que de um modo seguro pode marchar-se á investigação da verdade absoluta, quando se caminha guiado pela tocha da analyza.

A geometria descriptiva, considerada nas suas applicações com a theoria que para fim tem a determinação das sombras projectadas pelos corpos, com a perspectiva linear e aerea com a theoria que para objecto tem a determinação das imagens produzidas pelas illusões opticas, e com a stereotomia, para quaes frequenter este curso, fará de uma evidencia incontestavel o seguinte axioma: a geometria descriptiva, quer dizer, a sciencia que ensina os meios de representar com exactidão os corpos geometricos, e a fazer graphicamente sobre estes ultimos todas quaes operações seja do possível execução a geometria descriptiva, digão, é uma lingua necessaria para todo homem de genio que queira fazer um projecto, como para outros quaesquer que tenham de dirigir a sua execução, e para os mesmos artigos que do subdito projecto estiverem encarregados de conduzir as diversas partes integrais á sua conclusão final.

Um curso de desenho linear facilitará aos estudantes a completa e perfeita concepção de quaes construccões de projecto e relevo possam necessitar as sciencias e artes para a representação do mundo physico e ideal.

Nos cursos d'astronomia e physica geral não se omitirá para se expor com preciso, conciso e claridade tanto as verdades primordiais sobre as quaes descansa invariavelmente o systema do mundo, como igualmente os principios d'onde fluem as infinitas consequências que com a cosmographia, geographia e navegação mais ou menos immediatamente tem alguma relação.

Os signos celestes, as constellações, as estrellas de varias magnitudens (incluindo as hespericas), assim como os seus caracteres symbolicos, nomes, letras gregas e latinas, e numeros correspondentes ministrarão a materia de uma profunda discussão; seja que considerados nos planetas e globos celestes, seja que observados no mesmo firmamento, aquelles signos, constellações e estrellas mais ou menos directamente digão algum respeito com os factos que a historia da obscura heroidica, ou a historia dos seculos menos remotos, ou a historia das sciencias pertencem.

A respeito da redacção dos livros commerciaes, escripturados em partidas simples e duplicadas, ha um curso theorico e pratico conforme os methodos que para qualquer classe de contabilidade que seja são os melhores mestres n'essa arte.

No lyceu annunciado estão abertas aulas elementares de grego e latino, onde os alumnos poderão familiarizar-se com a possessão de todos quaes conhecimentos possam ser de utilidade para formar um curso completo de grammatica geral.

Uma escola está igualmente aberta para os meninos que precisarem iniciar-se na leitura e escriptura, nas primordiais regras da orthographia e arithmetica, nos primeiros conhecimentos da geographia, ou como tambem nos da historia sagrada e profana.

Em quanto aos jovens que a essa escola elemental concorram, não se ha de omitir nada do que possa familiarizal-os com o costume de escrever e fallar correctamente qualquer dos tres idiomas acima annunciados que estudarem; e sobretudo a lingua portugueza que na extensa litteratura do vasto império, a moçidade brasileira dá tao naturalmente sua preferença notavel, como sendo esse idioma a sua lingua materna actual.

Se admitem pupillos, semi-pupillos e externos no estabelecimento acima indicado, onde uns e outros acharão toda classe de comodidade, tanto para a sua manutenção como para a sua educação physica e moral.

Os paes e maes, e geralmente fallando, os cavalheiros que desejarem visitar o estabelecimento, poderão pessoalmente certificar-se da excellencia e superioridade dos seus methodos que, a respeito das sciencias mathematicas e physicas, com os que na escola polytechnica seguem-se, tem uma completa identidade.

Conforme o caso e necessidade, os cursos se farão em qualquer dos tres idiomas portuguez, hespanhol ou francez.

Composições mensaes, sobre as differentes materias acima annunciadas, lizarão para cada curso as distincções que nas suas aulas respectivas deverão merecer os alumnos que ás ditas composições concorrer.

A respeito d'estas composições, depois de ter sido feita para cada curso pelo seu professor respectivo, será submettida a revisão e

Fonte: Diario Do Rio De Janeiro, 1844a)

Na correspondência, nota-se a preocupação de apresentar um modelo de escola voltado para o ensino do pensamento racional, das ciências físicas, dos conhecimentos clássicos e do

uso das línguas francesas, inglesa, espanhola e portuguesa. Podendo ser frequentada em regime de externato ou de internato.

Aparentemente, se buscava um público tanto brasileiro como estrangeiro. Dois são os indícios disso. Um é o anúncio em língua espanhola, publicado em 1843 (JORNAL DO COMMERCIO, 1843), podia-se ler a informação de que “conforme o caso e necessidade, os cursos se faram em qualquer dos três idiomas português, espanhol ou francês”.

Na correspondência publicada no Jornal do Commercio, em 1843, era dada grande ênfase ao currículo do diretor da escola, o Sr. Guilherme Lacour. Segundo a publicação, ele era “antigo discípulo da Escola Politécnica, oficial superior do Real Corpo de Artilharia, membro da real Universidade de França, da de Buenos Aires e graduado para o ensino da literatura e, especialmente, para o das ciências matemáticas e físicas” (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1843d).

Não ficava de fora a demonstração de que o Lyceo estava preocupado com a *educação physica* dos seus pupilos, mesmo não deixando pistas de como isso era realizado, apenas deixa parecer que a *educação physica* estava relacionada à vida, à alimentação e à vestimenta dentro do internato.

O preço mensal para cada pupilo consta de vinte mil réis (20\$ rs.): estará alojado, alumiado e alimentado; receberá todos os cuidados que requer uma boa *educação physica* e moral, como igualmente todos os ramos do conhecimento que nas letras, ciências e artes são indispensavelmente essenciais para a aquisição de uma instrução verdadeiramente especial e consequentemente frutuosa e útil (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1843d, p.1).

Embora não tenhamos encontrado indícios das práticas da *educação physica* no colégio, não podemos deixar de notar que, em um anúncio publicado para apresentar o que a escola poderia oferecer de melhor, a *educação physica* não tenha ficado de fora. Mais uma vez, ela é vendida como uma estratégia importante de formação e agora de uma iniciativa escolar estrangeira.

Indícios um pouco mais específicos da prática da *educação physica* em uma escola estrangeira puderam ser encontrados em documentos de outra instituição, o Instituto de Nova Friburgo, que embora não se encontrasse na cidade do Rio de Janeiro, publicava anúncios voltados para os habitantes da cidade.

Na primeira página da edição dos dias 25 e 26 de março de 1841, do *Jornal do Commercio*, foi publicado na seção de Comunicados um artigo sobre o Instituto de Nova Friburgo – Morro Queimado (JORNAL DO COMMERCIO, 1841). No artigo, foi dado

destaque ao diretor da escola, João Henrique Freese³², que era um britânico naturalizado brasileiro (MELO, 2018b). Esse sujeito era um conhecido empresário e comerciante que atuava no Brasil desde o período Joanino, com importações, exportações e construção de estradas e canais (CARVALHO, 2019; CHRYSOSTOMO, 2009; FRIDMAN, 2007). Freese também teria uma relativa relevância nos assuntos educacionais, em especial, em escolas voltadas para a formação comercial. Ele seria autor de compêndios sobre o comércio e temas diversos de artigos em diversas línguas (JORNAL DO COMMERCIO, 1841b)³³, e dono de escola (BIELINSKI, 2000).

O destaque ao seu diretor no comunicado se deve à proposta do Instituto Nova Friburgo. A escola trabalhava com a ideia de um ensino comercial aliado aos conhecimentos “clássicos”. Então o comunicado vendia a ideia de que o instituto formava para a prática profissional no comércio, orientada pelos conhecimentos do diretor Freese, e ao mesmo tempo aliava a uma formação clássica, tipo de formação muito valorizada no período.

Também podemos notar no comunicado a tentativa de demonstrar que a organização do Instituto seguia o que se fazia de mais avançado na Europa, como as discussões do pensamento de Pestalozzi e Fellenberg e com o uso do método Lancaster e Bell.

Era vinculado que um dos maiores diferenciais dessa escola era sua preocupação com a *educação physica*. Tanto é que um dos principais argumentos para a defesa do regime de internato da escola eram as vantagens da *educação physica* e moral que tal regime naquela escola poderia oferecer. Dentre os argumentos elencados sobre o tema, podemos perceber a defesa da localização da escola em lugar afastado da cidade e o clima agradável, passando pela condenação aos castigos físicos e a aplicação dos exercícios gymnásticos.

Sobre o caso da localização da escola, o comunicado dizia o seguinte: “se por uma parte o local for um pouco distante, por outro estarão os alunos longe de influência da atmosfera, para assim dizer, imoral e mefítica que se respira sempre nas cidades populosas” (JORNAL DO COMMERCIO, 1841b, p. 1). Fica clara a defesa de uma maior saúde e salubridade em ambientes próximos à natureza. Argumento muito usado por higienistas, de que a cidade era

³² Segundo a descrição publicada no comunicado: “Ele frequentou na sua mocidade as melhores escolas de Inglaterra, e completou a sua educação em Jenkau, na Prússia, colégio que estava em relação com a Universidade de Königsberg. Casado moço, já na idade de 23 anos se achou pai de família, e desde então, isto é pelo espaço de 30 anos, a ciência da educação foi o seu favorito estudo, e tem tido bastante ocasião de pôr em prática, ora em educar os seus próprios filhos, ora em formar para o comércio vários jovens que ocuparam lugares no seu escritório, os quais em várias ocasiões lhe foram entregues para este fim por algumas das principais pessoas do corpo do comércio em Inglaterra e em outros países” (p. 2).

³³ Um caso interessante é do “Compendio de Geographia e História”. Segundo PIROLA (2017), esse compêndio teve sua primeira edição em 1842, com 106 páginas e, em 1871, já estava na quarta edição. O que mostrava sua circulação. Possuía uma abordagem baseada em dados científicos e uma parte dedicada à História do Brasil, desde o seu descobrimento até a coroação de Pedro II.

um ambiente doente e propagador das doenças. Dessa forma, o colégio se colocava como um espaço salubre e digno da escolha dos pais que não quisessem enviar os seus filhos para Colégios no interior da Europa.

E ainda sobre o aspecto da *educação physica*, o anúncio apontou não só a capacidade de manter a saúde pelo clima e localização, como também a de cura. O comunicado destaca que o clima de Nova Friburgo era notoriamente utilizado por doentes para a “salvação do sepultamento”, então se esperava que um estudante que entrasse “pálido” e “débil”, em pouco tempo, ficaria com “faces rosadas e corpos robustos” (JORNAL DO COMMERCIO, 1841, p. 2).

A *educação physica* não se resumia apenas à localização da escola. Pelo comunicado, poderíamos dizer que essa dimensão da educação ocorreria em pelo menos de duas formas: uma de intervenção sobre a alma e o comportamento e outra mais direta sobre o corpo.

Sobre a intervenção sobre a alma e o comportamento, um exemplo que podemos apresentar era com relação a disciplina e os castigos. O comunicado deixa claro que as punições físicas no Instituto eram rejeitadas. O castigo físico só seria aplicado em casos excepcionais e com a autorização dos pais.

Pelo que deixa parecer o documento, no caso da aplicação de tal castigo, os pais seriam informados sobre a necessidade de punição física, em caso de concordância, os filhos seriam enviados para casa da família para que ocorresse a punição. Demonstrando que, embora a escola pudesse identificar a necessidade desse recurso em casos “extremos” e dos “incorrigíveis”, não caberia à escola a execução de tal castigo.

A forma de punição e recompensa dentro da escola seria muito mais, poderíamos dizer, sutis e visavam o “espírito” dos alunos. A intervenção para o disciplinamento do corpo não ocorreria de forma física nesse caso, mas por “emulação e do galardão”. Segundo o comunicado:

Todas as semanas os alunos receberão uma certidão relativa à sua diligência nos estudos e na sua conduta geral, e estas, junto à maneira que se desempenha no exame dos seus progressos no fim de cada semestre, fornecerão a matéria para a certidão que será transmitida aos seus pais. A conduta do diretor para com os seus discípulos será firme, mas não severa; ele fará que, ao mesmo tempo que se reconheça nele a firmeza de um mestre, se experimente nele a afeição de uma amigo; os bons serão premiados com presentes de livros e outras distinções honrosas ; os maus, além de não obterem estas honras, serão privados interinamente dos recreios que os bons gozarem; e se depois disto, e de repetidas admoestações, eles se mostrarem incorrigíveis, a sua expulsão do instituto será inevitável. (JORNAL DO COMMERCIO, 1841, p. 2).

O Instituto de Nova Friburgo também possuía intervenção mais diretas sobre o corpo para a *educação physica* de seus estudantes. No comunicado, podemos perceber a *gymnastica*

e os divertimentos diversos, que, segundo o documento pesquisado, não seriam “impedidos”, mas pelo contrário seriam “promovidos, pois estes concorrem muito para desenvolver uma compleição varonil ao corpo, e para conservar a saúde” (JORNAL DO COMMERCIO, 1841, p. 2).

Ainda relacionado à saúde, o Instituto apresentava que o regime alimentar seria com comida “abundante” e de “qualidade” e os estudantes teriam acesso à alimentação de forma “liberal”, ou seja, não seria restringido aos estudantes o acesso em quantidade aos alimentos.

No caso da *educação physica*, ela era um dos elementos centrais do artigo em questão. Existia uma preocupação dentro de uma instituição para formar para o comércio com a *educação physica*. Informações sobre isso pode-se perceber em anúncios publicados em outros impressos, como em 1853, no *Jornal do Commercio* (INSTITUTO, 1854a), e, em 1854, em anúncio de página inteira no *Almanak* (INSTITUTO, 1854b), no qual se dava ênfase à fundação do Instituto por Freese, em 1841, e que “o alvo do Instituto Collegial de Nova Frigurbo é dar aos seus alunos uma educação religiosa e moral, physica e intelectual.” (INSTITUTO, 1854b, p. 344).

No anúncio do *Almanak*, encontramos uma indicação de caminho para conhecer a proposta de *educação physica* do Instituto. Nele se podia encontrar a informação de que os Estatutos da escola poderiam ser encontrados na Rua da Quitanda, 141, mais um indício de que o público de estudantes se encontrava na corte.

A partir de pesquisa na documentação, foi possível encontrar o Estatutos publicados em 1854, nas páginas do *Jornal do Commercio* (INSTITUTO, 1854a). Nele, mais uma vez era reforçado o projeto de educação integral defendido naquela escola. E a ênfase em seus diretores, naquele momento: Padre Miguel Joaquim de Araujo e o Cavalleiro A. M. Guido du Vignau. Após as intervenções ocorridas dentro da instituição, segundo os estatutos, os “Alunos que entraram nele pálidos e débeis em pouco tempo ficarão com faces coradas e robustos.” (INSTITUTO, 1854a, p. 6).

O caráter reformador e formador era a grande lógica dentro desse documento, estratégias imprescindíveis para a formação de brasileiros. Sendo assim, as mãos de estrangeiros eram vendidas como capazes de reformar e formar os brasileiros por meio da escola. E era clara a articulação com as iniciativas nacionais de educação, nesse caso, a Reforma Couto Ferraz.

Dentro dos estatutos, a Reforma Couto Ferraz era utilizada como argumento de autoridade e legitimidade para as práticas do Instituto. Era defendido que a escola se enquadrava dentro das expectativas da legislação e que tinha um modelo de educação do melhor e do mais

moderno que poderia ser oferecido. Uma educação que seria obrigatoriamente em regime de internato, religiosa, *physica* e intelectual.

Nos Estatutos encontramos os lemas da escola que apresentam as características que a escola buscava defender. Dentre um dos lemas, era possível encontrar a famosa frase *Mens sana, in corpore sano*. E nesses estatutos eram apresentadas as bases para se alcançar esse intuito

Dentro dos Estatutos, era reservado um capítulo à parte para a *educação physica*. Percebe-se a ideia de que a *educação physica* abarcaria uma ampla gama de aspectos de intervenções no corpo dentro da escola.

A *educação physica* teria como intuito dar aos alunos uma constituição forte e corpo robusto, desenvolver as forças físicas, o asseio, fortalecer o corpo com banhos frios e abluções. Para atingir determinado fim, a arquitetura e equipamentos escolares eram adaptados para essas atividades.

Existia na escola um tanque especialmente construído para as aulas de natação, que recebia as águas correntes antes delas correrem para a vila. Também eram oferecidos exercícios vigorosos como os de *gymnastica*, jogos de espada, corridas, jogos atléticos, cricket, jogos de bola, corda e brinquedos de “natureza semelhante”. Tratando-se de um colégio administrado por ingleses, podemos deduzir que eram jogos de *sports* os métodos utilizados para o exercício físico.

No caso da alimentação, ela seria abundante e de qualidade, podendo cada estudante pedir o quanto seu apetite exigir, porém simples e regulares e sem temperos; o uso de doces só seria permitido como sobremesa, e então em quantidade moderada. Percebemos na alimentação a busca pela simplicidade das comidas e de que ela seria regulada pela natureza de cada estudante, em que somente seu apetite seria a norma para a quantidade.

E com orgulho era defendido que esse sistema de exercícios e alimentar, um “sistema higiênico”, faziam com que os alunos:

entraram nele pálidos e débeis em pouco tempo ficaram com faces coradas e robustos; e que no decurso dos doze anos de existência do estabelecimento não tem havido uma só morte nele, apesar de ter sido visitado por várias vezes pelos flagelos das bexigas, sarampos, febres escarlatina, tosse convulsiva, e outras moléstias menos perigosas. (INSTITUTO, 1854a, p. 6).

Também eram oferecidas aulas de dança e esgrima, visava-se no Instituto uma formação física com uma ampla gama de estratégias e intervenções sobre o corpo. Intervenções que buscavam criar um físico forte e robusto, necessário para se criar um corpo capaz de desenvolver os ramos intelectuais e morais da educação.

A partir do que foi exposto, percebe-se uma ampla gama de escolas de meninos e meninas preocupadas em oferecer a *educação physica*. Percebe-se que as escolas para as meninas estavam em grande parte voltadas para criar as mães do Brasil e que as direcionadas aos meninos tinham como intuito formá-los para as carreiras do comércio e para a entrada nas academias do Império. Para esses objetivos, a *educação physica* era colocada como uma das estratégias necessárias nessas escolas.

3.5 Outros lugares

Inúmeras foram as propostas em que a *educação physica* esteve presente enquanto estratégia de intervenção na formação física dos brasileiros dentro do período pesquisado. A partir das fontes, encontramos projetos diversos que não puderam ser estudados com mais profundidade nesta pesquisa, entretanto apresentaremos algumas descrições e considerações sobre parte deles, por indicarem a amplitude em que a *educação physica* poderia ser pensada.

Em discurso proferido em 30 de junho de 1845, na Academia Imperial de Medicina, e publicado no *Arquivo Médico* do mesmo ano, o Médico J. F. X. Sigaud argumentou sobre as instituições médicas que deveriam ser criadas no Brasil (ARCHIVO MEDICO BRASILEIRO, 1845b).

Depois de render elogios à ciência e às academias, como espaço em que a ciência é construída, Sigaud, um dos fundadores da Academia Imperial de Medicina (AIM), discursou sobre como essas instituições da ciência devem intervir na sociedade. No caso da Academia Imperial de Medicina, na saúde pública. Para isso ele dá exemplos de antigas intervenções da AIM, como a criação da lei da Faculdade de Medicina, pareceres diversos sobre assuntos ligados à saúde e o combate a epidemias.

Ainda em seu discurso, a atuação da Academia e a criação de novas instituições médicas seriam pautadas no combate a um grande e, por vezes, difuso inimigo, o charlatanismo.

Um complexo de novas instituições, tais como os dispensatórios, as enfermarias especiais, os estabelecimentos de caridade, ou hospícios para os surdos-mudos, meninos cegos, e velhos enfermos; a criação de novas sociedades, e mais que numa, a das ciências Naturais, são o meio mais formidável de salvação para o país contra a invasão do charlatanismo (ARCHIVO MEDICO BRASILEIRO, 1845b, p. 257).

Então essas instituições atuariam como uma arma contra o maior flagelo para a medicina do período, o charlatanismo. Ele seria tudo aquilo que os médicos não considerassem saberes autorizados pela medicina para as artes de curar.

Depois de apontar alguns exemplos de estabelecimentos e práticas que deveriam ser reformados a partir do saber médico, como a prisão e a prostituição. O médico apontava que um dos mais urgentes e que, em sua visão, a Assembleia Legislativa deveria dar especial atenção para reformar. Esses estabelecimentos eram aqueles especiais para os surdos e mudos e para os cegos de nascimento.

Sigaud afirmava que os cegos poderiam desenvolver capacidades intelectuais tão grandes quanto os não cegos, e que para a música e a poesia eles possuem habilidades mais apuradas. Por isso era muito importante estabelecimentos que pudessem desenvolver suas potencialidades.

Para o desenvolvimento dessas instituições, a pedra fundadora deveria ser a ciência. E para ele era urgente a criação de estabelecimentos voltados para a *educação physica*, intelectual e moral desse público. E seguia afirmando que:

O dia, em que alcançardes, por vossos conselhos, um estabelecimento público destinado à *educação physica*, literária, música, e industrial dos cegos, à guisa dos Institutos de Paris, Berlin, Vienna, e Boston, será o mais útil e glorioso de vossa vida acadêmica! (ARCHIVO MEDICO BRASILEIRO, 1845b, p. 257).

Tratava-se de melhoramento *physica* e intelectual de uma população, por ele vista, como esquecida dos projetos educativos. Mais uma vez a pedra angular para essa forma de *educação physica* era os saberes médicos.

Além das instituições para os cegos. Os espaços também eram dignos de intervenção pela *educação physica* regulada pelo saber médico. A *educação physica* deveria ser preocupação em vários espaços em que o corpo poderia ser regulado, modificado ou corrigido. Dentre um dos que apareceram nas fontes foram as prisões.

Em um artigo publicado no ano de 1840, no *Correio Official*, que levantava a discussão sobre os problemas das prisões públicas no Brasil, a *educação physica* e moral são apontadas com parte da recuperação dos presos (CORREIO OFFICIAL, 1840). Já de início, o autor não identificado, apontava que o melhoramento das prisões era uma das grandes necessidades do país e que isso poderia ser facilmente comprovado olhando os relatórios dos presidentes das províncias, que apontavam que as cadeias eram muito ruins, mal cuidadas e pouco seguras.

O primeiro ponto era a defesa de um sistema prisional em que o objetivo não fosse somente punir, mas também educar ou reeducar. O corpo, no caso do artigo destacado, deveria ser corrigido pela *educação physica*, para que o delito não fosse repetido. Segundo o artigo:

As antigas sociedades encaravam as penas como meios de repressão e castigo. Punido o delinquente, ficava logo abandonado a si mesmo, e as reincidências eram moralmente necessárias. As luzes da filosofia e da civilização moderna concederam o generoso projeto de envolver na pena a *educação physica* e moral do culpado; e atacando o mal na sua origem, diligenciaram neutralizar os seus efeitos, corrigindo as más tendências de criminoso, inspirando-lhe sentimentos religiosos, e criando-lhe novos hábitos. Maior e mais importante serviço nunca fez à humanidade! (CORREIO OFFICIAL, 1840, p. 362).

O autor do artigo não exemplifica com deveria ocorrer essa *educação physica*. Mas podemos perceber que ela seria uma ferramenta importante de civilização. E articulada à formação da uma nação em que o crime não fosse apenas reprimido, mas que os criminosos fossem corrigidos por meio de seu corpo.

Dentre as poucas medidas que podemos identificar sobre como a *educação physica* deveria ser regida, podemos encontrar a separação por sexo, periculosidade e idade. E que uma prisão moderna e racional deveria ser regida pelos saberes da medicina e outras ciências. Se essas medidas não fossem respeitadas, a prisão, em vez de recuperar, viraria uma “escola da corrupção”.

Para que isso não ocorresse, a educação, *educação physica* e moral seriam um remédio do social. O autor chegava até a defender que existisse um modelo de escola dentro da prisão. E seguia argumentando que a educação seria um remédio contra o crime, segundo ele:

Este mal, senhores, ataca o corpo social na sua própria organização; e é forçoso aplicar-lhe um remédio eficaz; este remédio está numa boa educação dada ao criminoso, e esta educação só lhe pode ser dada pela disciplina, e regime penitenciário (CORREIO OFFICIAL, 1840, p. 362).

Embora não ficasse claro as propostas práticas para a reforma das prisões e como seria, em detalhes, a *educação physica* dos presos, percebemos inspirações estrangeiras para pensar essa questão. Exemplo disso é um artigo publicado na seção de assuntos exteriores no *Jornal do Commercio*, no mesmo ano de 1840. Nesse artigo se tratava de um projeto de reforma ou, poderíamos dizer, a criação de um sistema penitenciário em Portugal (JORNAL DO COMMERCIO, 1840).

Esse projeto teria sido apresentado à Câmara dos Deputados em Portugal no começo do ano de 1840 e tinha como autoria o deputado J. M. Grande. De forma geral, o projeto defendia uma perspectiva de prisão como instituição reformadora por meio do trabalho.

Para o deputado, naquele momento cabia em Portugal uma reforma total das prisões. Elas deveriam deixar de ser um espaço de degradação, uma escola do crime, onde os novatos aprendem com os criminosos mais velhos e experientes, para se tornar um espaço de reforma dos prisioneiros, para que eles retornassem para o convívio na sociedade.

Para ocorrer essa reforma do indivíduo ou sua reeducação, alguns elementos eram importantes. Dentre as estratégias moralizadoras, se encontrava a *educação physica*: Segundo seus argumentos:

As luzes da filosofia e da civilização moderna conceberão o generoso projeto de envolver na pena a *educação physica* e moral do culpado; e atacando o mal na sua origem, diligenciarão neutralizar os seus efeitos, corrigindo as más tendências do criminoso, inspirando-lhe sentimentos religiosos, e criando-lhe novos hábitos. Maior e mais importante serviço nunca se fez à humanidade (JORNAL DO COMMERCIO, 1840, p. 1).

Para tal deputado, após essa reforma, ocorreria o fim das prisões. Elas passariam a ser penitenciárias. Uma instituição reformadora e criadora de novos hábitos naqueles que, por algum motivo, se desviaram dos caminhos impostos pela sociedade.

Nessa reforma, uma das intervenções era a *educação physica*. Entretanto, não somente nesses espaços a *educação physica* foi considerada como importante, na formação da Marinha ela também era parte importante da formação.

No ano de 1854, na primeira página do *Jornal do Commercio* (JORNAL DO COMMERCIO, 1854), foi apresentado um relatório do Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Marinha, José Maria da Silva Paranhos.

Esse documento versava sobre a reforma da Academia de Marinha e como essas mudanças no seu modelo de ensino seriam importantes para a melhora da Marinha brasileira. Nessa crítica, havia a *educação physica* como elemento condicionante à entrada dos estudantes na instituição.

Segundo Paranhos, os jovens estariam entrando muito cedo na academia, com menos de 12 anos, o que faria com que eles ainda não estivessem com os elementos da *educação physica* desenvolvidos para as funções que lhes eram exigidas. Nota-se em seus argumentos a preocupação em se respeitar o desenvolvimento natural regulado pela idade cronológica.

Ainda em seu relatório, afirmava que:

Seria de maior utilidade a instituição de escolas preparatórias, onde os jovens que se propusessem à profissão do mar, na marinha de guerra ou na mercante, recebessem instrução elementar e educação moral e physica apropriadas aos seus futuros destinos. (JORNAL DO COMMERCIO, 1854, p. 1).

Assim, percebe-se que a *educação physica* também seria elemento importante a ser considerado na formação dos marinheiros do Brasil. Não encontramos mais indícios sobre essas reformas e sobre as estratégias para a *educação physica* nesse espaço, mas pensamos que se trata de mais um espaço em que essa preocupação estava presente.

Na documentação, encontramos uma outra possibilidade de se pensar a *educação physica* que já foi tratada nesta tese, a relação entre *educação physica* e o cultivo das plantas. Até aqui ela aparecia como forma de fortificar e de cuidar da *educação physica*, contudo também é possível encontrar o movimento contrário, uma preocupação em como a *educação physica* poderia melhorar a educação agrícola.

Em artigo publicado em *O Auxiliador da Industria Nacional: ou Collecção de memórias e Notícias interessantes*, periódico mensal publicado pela Sociedade auxiliadora da Indústria Nacional, com o título de Reflexões Históricas sobre a agricultura em alguns países da Europa (O AUXILIADOR, 1846), foi apresentado um concurso da Sociedade de Berne sobre a seguinte pergunta: “Qual é o melhor método para educação da gente do campo?”

Dentre as memórias apresentadas para o seguinte concurso, uma de sujeito chamado Mochard defendia a *educação physica* como uma das maneiras de educar as pessoas do campo. Segundo essa memória, primeiro se deveria educar o *physica* para em seguida passar para a educação moral e por fim para a educação agrícola. O que demonstra mais uma vez uma hierarquização entre as educações, em que a *educação physica* servia como base para as outras formas de educação.

O interessante é que nesse caso, a *educação physica* serviria de base para se melhorar a educação do campo. Assim, podemos perceber que o trabalho com as plantas e no campo poderia ter um caráter de melhora pela *educação physica*, caso fosse oferecido para aqueles da vida urbana, um trabalho com cunho educativo, regulado pelos saberes médicos e da higiene e a *educação physica* poderia ser uma das estratégias para a fortificação daqueles que de fato viviam e trabalhavam no campo.

Também relacionado ao trabalho, encontramos indícios de busca de melhorar a *educação physica* daqueles que trabalhavam na indústria. Em discussão no Parlamento Brasileiro sobre a criação de uma repartição para cuidar da saúde pública (PARLAMENTO BRASILEIRO, 1846), no ano de 1846, no documento que regularia essa instituição a *educação physica* era tomada como elemento para melhora da indústria nacional.

Segundo o documento:

Art. 31. Ficam encarregadas as autoridades sanitárias, de propor as medidas conducentes ao melhoramento da *educação physica* das populações industriosas e manufatureiras. Para este fim faram:

/1.º Especial estudo de seus hábitos e costumes, assim como de sua alimentação e das moléstias mais comuns nessas classes e das causas da mortalidade.

/2.º Indagaram minuciosamente das condições higiênicas das oficinas, e procuraram remover as causas de insalubridade que dependerem das profissões, fazendo que sejam adotadas aquelas reformas que tenderem a poupar a saúde dos artistas.

/3.º Serão igualmente encarregadas de vigiar para que se não fale emprego prematuro das forças dos aprendizes, e nem que o trabalho em geral seja levado além dos limites compatíveis com a conservação e a saúde.” (PARLAMENTO BRASILEIRO, 1846, p. 148).

Nas propostas podemos perceber aspectos já tratados nesta tese como a *educação physica* abarcando a alimentação e as condições de salubridade dos ambientes, a relação entre hábitos de vida e a saúde do corpo e a busca de que os esforços sejam condizentes com o desenvolvimento físico e natural das crianças, no caso aprendizes.

Nota-se como a *educação physica* poderia ser também estratégia de melhoramento e formação daqueles que já estavam trabalhando e não somente das crianças. As fontes parecem indicar que a *educação physica* e a formação por ela deveria ser estendida para os mais diversos espaços sociais e públicos para a construção do Brasil enquanto país “avançado”.

Não só de espaços de reforma ou trabalho a *educação physica* esteve presente. Também encontramos indícios de que ela era vinculada como parte importante dos divertimentos. Nesse sentido, foi publicado no *Correio Mercantil*, em 1853, na seção de notícias e fatos diversos, uma matéria sobre a instalação das barcas de natação na cidade do Rio de Janeiro (CORREIO MERCANTIL, 1853).

Em seu anúncio, podia-se ler o seguinte:

Será lançada ao mar amanhã, às quatro horas da tarde, a barca de natação construída em S. Domingos; tem de comprimento 150 pés e de largura 60. Deverá calar n'água 7 a 8 palmos. Um barracão disposto à ré, em plano superior, tendo de fundo 50 palmos, tem de ser guarnecido de pequenos camarotes para os amadores se despirem e vestirem. Haverá mais neste ugar um botequim, camarote para deposito de ceroulas e toalhas, retrete e dois camarotes particulares. Por baixo do barracão há um compartimento para meninos, tendo de fundo 25 palmos e 60 de largura, com duas escadas privativas. Todo o baixo plano da barca é aproveitado, e podem ali banhar-se até 300 pessoas. A barca é sustentada por 35 toneis forrados de zinco; e suas madeiras, sendo das melhores e reforçadas por grossas ferragens, oferecem incontestável solidez a esta construção. Seu sistema, inteiramente novo, é o mais apropriado às circunstâncias da nossa baía. Não podemos deixar de felicitar ao Sr. Carvalho, seu empresário, por essa bela ideia levada a efeito com tanta prontidão, e que será mais um meio de aperfeiçoamento à *educação physica* de nossa mocidade (p. 1).

No anúncio podemos perceber que a natação nas barcas era tomada como um espaço de divertimento. Sobre os usos das águas temos o trabalho clássico de Vigarello (1996), que demonstra como as águas se tornaram uma estratégia de divertimento e fortificação do corpo a partir dos saberes médicos ao longo do século XIX. Percebemos claramente em tal anúncio do

Correio Mercantil que as barcas de natação eram tomadas como um divertimento útil e agradável e de um uso das águas tanto pelo prazer como para fortificar o corpo.

A documentação aponta que os divertimentos nos espaços públicos que se constituíam na cidade do Rio de Janeiro poderiam ser tomados como estratégias formativas, como mais uma das formas de melhorar a *educação physica* do brasileiro e da nação brasileira, que precisava de corpos fortes e adequados para se instalar uma grande nação.

3.6 Um panorama

Neste último capítulo, apresentamos um panorama de propostas de práticas de formação pela *educação physica* em diversas instituições que teriam como objetivo formar e reformar a população brasileira.

O aspecto principal foi demonstrar como a *educação physica* poderia ser proposta em diversos espaços, balizada por diversos saberes e voltada para diferentes estratos sociais, como uma das estratégias de intervenção na sociedade brasileira. As fontes aqui trabalhadas demonstram como a *educação physica* era uma das peças para os projetos de construção do Brasil no período entre 1823 e 1854.

Educar fisicamente os diversos estratos sociais, meninos e meninas, desvalidos ou não, cegos, prisioneiros, trabalhadores e aqueles que se divertiam era uma das maneiras de se construir o Brasil. Para isso, asilos, escolas, colégios, liceus, prisões, instituições para cegos, escola para a marinha, para o trabalho e espaços de divertimento eram instituições sociais em que a *educação physica* deveria estar presente.

Entre os saberes envolvidos, podemos notar os médicos como um dos principais. Entretanto eles eram mesclados e dialogavam com outros diversos, como o religioso, por exemplo. E na busca de se criar formas de se educar pela *educação physica*, uma *educação physica* ampla, muitos eram as interligações entre os saberes.

Ainda é uma lacuna importante para a historiografia da Educação Física compreender as experiências cotidianas relacionadas à *educação physica* nessas diversas instituições. O que podemos defender a partir da documentação tornada fonte, era que ela estava em circulação e era tomada como uma das possibilidades de formar o Brasil desde os seus primeiros anos de país independente. A *educação physica* atuaria como forma de construir corpos mais robustos

e produtivos, sendo vista como uma estratégia útil e agradável para forjar corpos necessários para a nação brasileira em formação.

PALAVRAS FINAIS

Nas décadas de 1980 e 1990, a área da Educação Física viveu sua conhecida crise de identidade (MEDINA, 1983). Nessa crise, que dialogava com o contexto social e político da época, em que antigas respostas já não bastavam para legitimar certas intervenções sociais, a área buscava por novos caminhos e novas possibilidades de se pensar o que fora, o que era e o que a Educação Física deveria ser.

Na busca por respostas para a pergunta “o que é a Educação Física?” diversos foram os caminhos e possibilidades³⁴. A área se encontrava em uma espécie de ebulição e parecia que nunca antes se tinha discutido tanto sobre essa prática pedagógica ou, como alguns defenderam, ciência³⁵.

Foi nesse contexto que surgiram esforços em classificar o passado da Educação Física³⁶. Embora em alguns desses trabalhos não se pretendessem uma pesquisa em História, elas foram tomadas dessa maneira pela área. A partir disso, durante muito tempo, criou-se uma espécie de entendimento comum de que a Educação Física no passado era mais homogênea do que naquele borbulhante presente das décadas de 1980 e 1990.

Só nos últimos 20 anos que essa aparente “tranquilidade” no passado da Educação Física foi posta em xeque³⁷. Nesta tese, buscamos demonstrar que, pelo menos, desde que o Brasil se tornara independente, as disputas sobre os significados e usos da *educação physica* já borbulhavam nos diversos espaços sociais, mobilizada por diversos agentes e dialogando com múltiplos saberes.

Não estamos defendendo que já se gestava naquele contexto uma área, campo ou disciplina escolar da Educação Física. Naquele presente, esse tipo específico de prática comparece como uma dentre várias outras estratégias voltadas para formar o Brasil e os brasileiros. A partir das fontes mobilizadas, é possível afirmar que formar fisicamente passava a ser um enunciado regular, indicando esse tipo de ação planejada como algo necessário para se criar uma nação brasileira.

Com isso em vista, a tese central que buscamos defender neste trabalho de doutorado foi compreender como a *educação physica* esteve entre as estratégias para a construção do

³⁴ Nesse sentido, conferir: (OLIVEIRA 2011; GAYA 1994; TAFFAREL e ESCOBAR, 1994; BRACHT, 1995; SANTIN, 1995; GHIRALDELLI JUNIOR, 1995; LOVISOLO, 1995; COSTA, 1996; PALAFOX, 1996).

³⁵ Sobre essa discussão, conferir Bracht (2000).

³⁶ Conferir Ghiraldelli Junior (1987) e Castellani Filho (2011).

³⁷ Um dos exemplos nesse sentido foi Oliveira (2001).

Brasil entre os anos de 1823 e 1854. Defendemos que havia uma série de discursos em circulação no Brasil voltados para essa temática, especialmente, no Rio de Janeiro. Apareceram enunciados como elemento distintivo e modernizador, articulado à construção de uma nação em diálogo com os preceitos da ciência, da higiene e da educação integral, elementos tidos como relevantes para formar o Brasil e suas populações.

Para efeito de demonstração desta tese, buscamos desenvolver a pesquisa em três eixos interdependentes. No primeiro, abordamos os diversos usos e significados da *educação physica*. No segundo, exploramos o seu caráter mais doutrinário e, no terceiro, as propostas de intervenção na sociedade. É importante salientar que essas três dimensões não devem ser tomadas como estanques. A rigor, funcionam de forma interativa e são partes de um todo em que a *educação physica* se constituiu enquanto produção daquele presente.

No capítulo um, buscamos compreender os usos mais cotidianos e pragmáticos na língua da *educação physica*. Demonstramos como ela poderia ter diversos usos e significados e, ao mesmo tempo, poderia funcionar como elemento de distinção daqueles que se colocavam na condição de conhecedores dos ditames necessários para uma intervenção e reordenação social. Ao mesmo tempo, buscamos sinalizar como a preocupação com o físico educado estava em circulação em diversos espaços na cidade do Rio de Janeiro, articulada a temáticas bastante peculiares, envolvendo agentes sociais diversos.

A *educação physica* comparece, portanto, marcada por uma amplitude de significados e usos. Entretanto, aparece como regularidade o seu caráter formativo. Nessa regularidade, eram mobilizados saberes diversos e a *educação physica* poderia ser uma das ferramentas para a construção ou reforma da nação brasileira.

A *educação physica* era considerada como uma das estratégias para se construir uma nação forte, fazendo com que os esforços nesse ramo não fossem pequenos. Concomitantemente, uma *educação physica* mal regulada e ministrada poderia ser a causa e sinal de degradação. Assim, ela poderia ser a solução ou a causa dos problemas do Brasil.

Nesse modelo de intervenção, a *educação physica* poderia ser pensada dentro de diversas formas de educação integral. Ela era pensada em instituições que deveriam agir nessa formação integral, sendo a escola uma delas. Por meio desse modelo, se deveria buscar uma formação física do brasileiro baseada em suas especificidades. Era preciso, portanto, uma *educação physica* brasileira para formar o Brasil.

No capítulo dois, procuramos apresentar o caráter mais doutrinário relacionado à *educação physica*. A partir de livros e manuais, percebemos que esteve muito associada à puericultura e a projetos de educação integral. Nos livros e manuais, a grande mestra da

educação physica seria a natureza. Para se desenvolver uma formação física no Brasil era, pois, preciso ouvir a voz da natureza.

Nesses projetos se fazia necessário agregar a natureza do desenvolvimento do ser humano às especificidades da realidade brasileira, considerando o clima, hábitos e populações. Dessa forma, a volta à natureza não deveria se dar em sua dimensão selvagem. Tratava-se de voltar à natureza de forma regulada, normatizada e regrada pelos saberes científicos e médicos, sem desconsiderar os elementos religiosos e hábitos diversos das populações a serem fisicamente educadas.

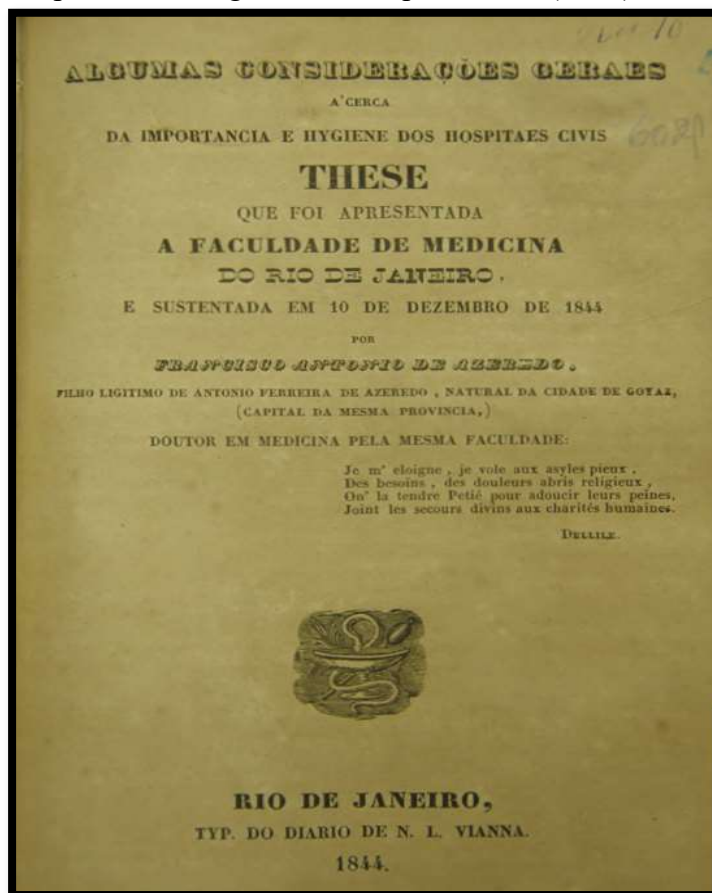
A *educação physica* também era tomada, muitas vezes, como a primeira educação, base para fortificar o corpo e possibilitar que outras dimensões da educação moral e intelectual florescessem. Para isso, era preciso criar uma gramática das diversas intervenções no corpo, por meio das ações previstas para o bem educar dos corpos masculino e feminino em suas diferentes idades. A partir dessas diversas intervenções seria possível criar homens e mulheres necessários para a formação do Brasil.

No processo de criação dessa gramática, a *educação physica* serviria para regular a alimentação, a vestimenta, o asseio, a arquitetura, os ares respirados, os exercícios físicos e qualquer dimensão ou aspecto que pudesse ser relacionado com a formação física, em diálogo com o modelo médico-higiênico que circulou no período baseado nos aspectos da *Circumfusa, Applicata, Ingesta, Gesta, Excrecta e Percepta*³⁸. Também fazia parte dessa gramática a estratificação das intervenções de acordo com as idades e sexo dos educandos.

Esse modelo orientou a formação dos médicos e suas intervenções em diversos espaços sociais, difundidos na imprensa em geral, mas também em textos especializados, tais como dicionários e tratados de higiene, teses de final de curso e de concurso para ingresso nas Faculdades de Medicina, bem como nos debates organizados pelas sociedades médicas em vários países (GONDRA, 2004; GÓIS JUNIOR, 2013).

³⁸ Nesse sentido, conferir (GONDRA, 2004).

Figura 26 – Algumas considerações gerais acerca da importância e higiene dos hospitais civis (1844)



Fonte: <https://bdor.sibi.ufrj.br/simple-search?filterquery=Tese&filtername=type&filtertype>equals>
Acesso em 20 de abril de 2021.

No capítulo três, apresentamos um panorama de diversas instituições e propostas de intervenção que tinham a *educação physica* como uma de suas estratégias. Percebe-se que esteve em muitos lugares e com fins muito diversos. Havia previsão de estar nos colégios, asilos, prisões, instituições para cegos, espaços de divertimento e de formação para o trabalho. A partir desse quadro geral, é possível observar que os debates sobre a educação do físico e sua necessidade estavam em movimento e circulação na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido institucionalizada em um vasto aparelho de formação, mais ou menos escolar.

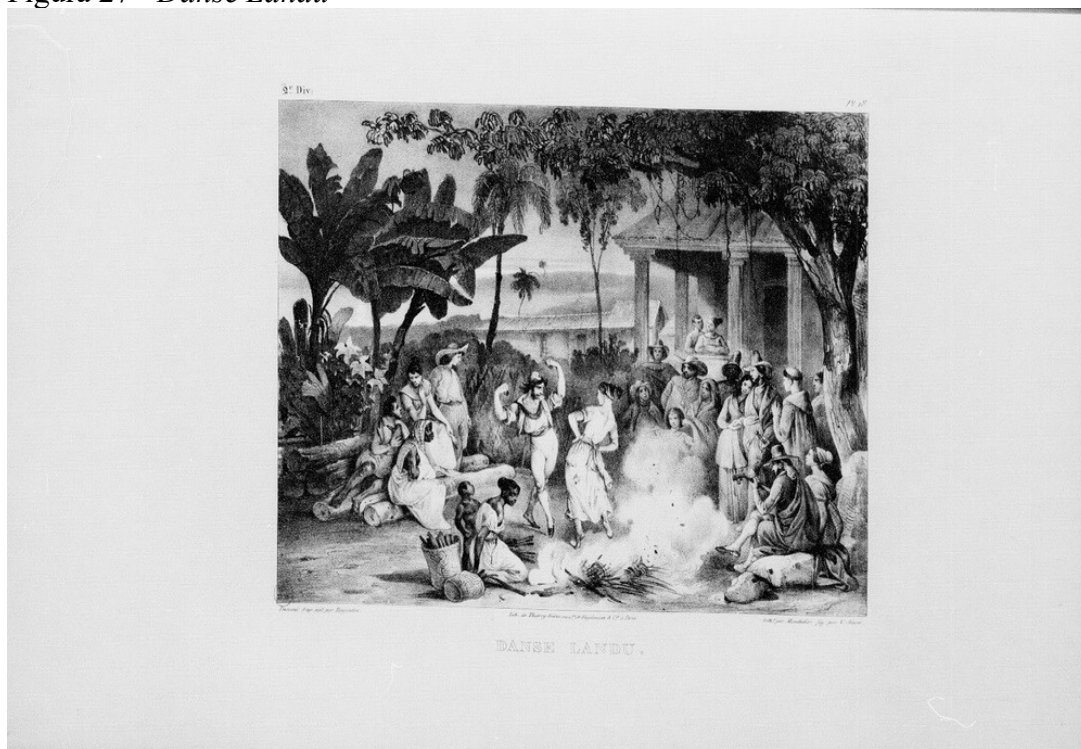
A depender do fim que se buscava para aquele a ser educado, ou seja, dependendo do papel que aquele indivíduo poderia vir a ocupar na sociedade que se buscava criar, as intervenções da *educação physica* poderiam variar. Todavia, dentro dessa variedade de possibilidades de ação, era regular a ideia de que a *educação physica* era uma proposta de intervenção e uma prática importante para a formação dos diversos brasileiros.

Ao final desta tese algumas questões surgiram como possibilidade para novas investigações. A primeira é tentar responder o que pode indicar as diversas grafias da palavra *educação physica* dentro do período pesquisado. Ela poderia ser grafada como *educação physica*, *educação fysica* ou *educação física*. O que a frequência e regularidade desses termos pode indicar ainda é uma pergunta sem resposta. As raízes etimológicas podem indicar algo? Por que não existia uma única maneira de se escrever a palavra para uma intervenção considerada necessária? Como isso estava relacionado às diversas possibilidades de se escrever as intervenções sobre o físico?

Outra questão que brilha a partir dos achados desta pesquisa, foi a diversidade de instituições envolvidas com propostas de *educação physica*. É um campo aberto para a historiografia proceder o estudo aprofundado das várias escolas, colégios, asilos, liceus, prisões, espaços de formação para o trabalho e para o divertimento em que essa preocupação esteve presente.

Com isso, é possível e desejável que futuras pesquisas mobilizem outras documentações que possam dar indícios sobre as práticas de intervenção que recorreram à *educação physica*. Ainda é uma lacuna na historiografia compreender os objetivos, agentes e saberes mobilizados e como elas atuaram na construção da *educação physica* e do Brasil nos primeiros anos pós-independência.

Por último, outra questão não mesmo importante. A partir de documentos que não foram analisados nesta tese, é possível levantar questões ainda sem respostas na historiografia da Educação Física. Como o físico dos escravizados, negros e indígenas eram educados? Como a *educação physica* ocorria nos diversos lugares do Brasil? Essas questões surgiram a partir de alguns relatos de viajantes que circularam pela imensidão do território brasileiro. No anexo desta tese, são encontrados alguns indícios dessas viagens e das populações que jogavam, dançavam e a formação de seu físico.

Figura 27 - *Danse Landu*

Fonte: Rugendas, 1853

Um breve exemplo dessas possibilidades diz respeito às expedições artísticas e científicas, de seus registros e do modo como descreveram e representaram as gentes do Brasil. Outro tipo de documentação corresponde aos relatos de outros viajantes que, ao visitarem o Brasil, produziram narrativas sobre a natureza e a cultura local. Por fim, o entrecruzamento desse material com o que foi mobilizado neste estudo pode fazer emergir ou reforçar determinados modos de se lidar com a física dos corpos, o que se legitima e o que se exclui nas narrativas sobre o Brasil independente e suas gentes.

Isso, contudo, já é outra história....

REFERÊNCIAS

A LANTERNA MÁGICA. Laverno, e Belchior. **Lanterna Mágica periódico plástico-filosofico**, 1844. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702641/89>

A ILLUSTRACÃO. **Capa**. N. 1, vol. 1. Abril, 1845a. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/896217/1222> >.

A ILLUSTRACÃO. **Domesticidade dos animaes**. N. 9, vol. 1, Dezembro de 1845b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/896217/1374>>

A MARMOTA DA CORTE. 1853. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706906/1517>

ALMANAK. Academias, Companhias, etc. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, ed. 0007, 1850. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/3402>

ALMEIDA, Cipriano José Barata. **Analyze ao Decreto do 1 de Dezembro de 1822, sobre a criação da Nova Ordem do Cruzeiro. Com algumas notas, ilustração ao Brasil e ao nosso Imperador o senhor D. Pedro I.** oferecida ao publico pelo dezengano. Rio de Janeiro, Reimpresso na typographia Nacional, 1823.

ALMEIDA, Francisco José de. **Tratado da educação fysica dos meninos para uso da nação portugueza**. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1791.

AGUIAR, Francisco Primo de Souza. Viagens. **Minerva Brasiliense: Jornal de Sciencias, Letras e Artes**, 1844. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/703095/407>

AMERICANO, Domingos Marinho d'Azevedo. Correspondencia. **Jornal do Commercio**. Terça feira, 9 de julho de 1839, n. 150, ano XIV, 1839a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/11439>. Acesso em: 12 set. 2018.

AMERICANO, Domingos Marinho d'Azevedo. Correspondencia. **Jornal do Commercio**. Quinta feira, 18 de julho de 1839, n. 158, ano XIV, 1839b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/11471>. Acesso em: 9 set. 2018.

AMERICANO, Domingos Marinho d'Azevedo. Correspondencia. **Jornal do Commercio**. Segunda feira, 29 de julho de 1839, n. 169, ano. XIV, 1839c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/11519>. Acesso em 12 de set. 2018.

AMERICANO, Domingos Marinho d'Azevedo. Correspondencia. **Jornal do Commercio**. Sexta feira, 27 de setembro de 1839, n. 227, ano XIV, 1839d. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/11755>. Acesso em 12 set. 2018.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Augusto e digníssimos senhores representantes de nação: relatório de José Clemente Pereira. Sessão em 1 de junho de 1829. **Annaes do Parlamento Brasileiro**, 1829. Disponível em: <>. Acesso em 10 de set. 2018.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. **Sessão de 5 de Julho**, 1841. P. 58. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/132489/15701>

ANNAIS DO PARLAMAMENTO BRASILEIRO. **Sessão**. 1843, p. 249. <<http://memoria.bn.br/DocReader/132489/18334>>

ARCHIVO MEDICO BRASILEIRO. **Introdução**. Variedades: galeria Médica. Tomo I, n. 15, Maio de 1845. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/700347/per700347_1844_00001.pdf>

ARCHIVO MEDICO BRASILEIRO. Discurso sobre as instituições medicas que se devem de crear, pronunciado na sessão publica de 30 de junho deste ano pelo Sr. Dr. J. F. X. Sigaud. 1845b. <http://memoria.bn.br/DocReader/700347/573>

ARCHIVO MEDICO BRASILEIRO. **Elogio histórico lido na sessão pública da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro de 24 de Abril de 1831, pelo Dr. J. M. da C. Jobim**. Variedades: galeria Médica. Tomo I, n. 15, Maio de 1845, p. 226-7. <http://memoria.bn.br/DocReader/700347/226>

ATALAIA. **Atalaia**. N. 1, 1823a.

ATALAIA. **Atalaia**. N. 10, 1823b. Disponível em: <>. Acesso em 10 de set. 2018.

ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE – **Tomo I**. Assembleia Nacional Constituinte (1874). Anais da Assembleia Nacional Constituinte: Tomo I. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1823a.

ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE – **Tomo II**. Anais da Assembleia Nacional Constituinte: Tomo II. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1823b.

ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE – **Tomo III**. Anais da Assembleia Nacional Constituinte: Tomo III. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1823c.

ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE – **Tomo IV**. Anais da Assembleia Nacional Constituinte: Tomo IV. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1823d.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Sessão de 22 de Abril de 1850. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. 1850. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/132489/30743>

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Sessão de 1 de junho de 1854. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. 1854. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/132489/34888>

B. A. L. Oposculo Humanitario. **O LIBERAL**, n. 332, v. VI, quinta feira, 8 de dezembro, 1853. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/823295/1231>>

BRASIL. **Decreto de 1º de dezembro de 1822**: crêa a Ordem Imperial do Cruzeiro. 1822.

BRASIL. **Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>

BRASIL. Relatório da Repartição dos Negócios do Império. 1851. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720968/2082>

CALPE, Addus. Educação Moral. **Diario do Rio de Janeiro**, n. 95, 1854. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/39748

CANDIDO, Francisco de Paula. Exposição do estado sanitário da Capital do Imperio, apresentado ao Ministro do Imperio pelo Presidente da Junta Central de Higiene Pública. **Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio**, 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720968/2084>

CORREIO MERCANTIL. O jornal e o livro (Machado de Assis). **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 10 e 12/01/1859.

CORREIO MERCANTIL. Collegio de S. Sebastião. **Correio Mercantil**, ano VIII, n. 300, 1851a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/5415>

CORREIO MERCANTIL. Collegio de S. Sebastião. **Correio Mercantil**, ano VIII, n. 303, 1851b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/5428>

CORREIO MERCANTIL. Collegio de S. Sebastião. **Correio Mercantil**, ano VIII, n. 317, 1851c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/5484>

CORREIO MERCANTIL. Collegio de S. Sebastião. **Correio Mercantil**, ano VIII, n. 319, 1851d. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/5492>

CORREIO MERCANTIL. Collegio de S. Sebastião. **Correio Mercantil**, ano VIII, n. 320, 1851e. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/5495>

CORREIO MERCANTIL. Collegio de S. Sebastião. **Correio Mercantil**, ano VIII, n. 323, 1851f. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/5508>

CORREIO MERCANTIL. Collegio de S. Sebastião. **Correio Mercantil**, ano IX, n. 3, 1852a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/5524>

CORREIO MERCANTIL. Collegio de S. Sebastião. **Correio Mercantil**, ano IX, n. 22, 1852b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/5600>

CORREIO MERCANTIL. Collegio de S. Sebastião. **Correio Mercantil**, ano IX, n. 8, 1852c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/5544>

CORREIO OFFICIAL. O Imperial Collegio de Pedro II. **Correio Official**. Quarta Feira 19 de Dezembro de 1838, v.2, n. 141, 1838. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/749443/6473>>. Acesso em 2 de dez. 2018.

CORREIO OFFICIAL. Do recolhimento, ou hospício das orphãs. **Correio Official**. Quarta Feira, 15 de Abril de 1835, Tomo IV, n. 84, 1835. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/749443/2133>>. Acesso em 20 de dez. 2018.

CORREIO OFFICIAL. **Prisões Publicas**. Sexta Feira, 24 de Abril, 1840.

CORREIO MERCANTIL. Barcas de Natação. 1853. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/8354>

COUTINHO, José Lino Coutinho. **Carta sobre a educação de Cora**: seguidas de um catecismo moral, político e religioso. Bahia: Na Typographia de Carlos Poggetti, 1849.

COUTTO FERRAZ, Luiz Pedreira. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Sr. Conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Imperio. **Correio Mercantil**, quarta feira, 11 de outubro, ano XI, n, 280, 1854. <http://memoria.bn.br/docreader/217280/9539>

DE GERANDO, J. M. **Cours Normal des Instituteurs primaires ou directions relatives a l'educacion physique, morale et intellectuelle, dans les écoles primaires**. 4ª Ed. Paris: Jules Renquard Et Cie, Libraires-Éditeurs, 1850.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Anuncios. **Diário do Rio de Janeiro**. Sexta Feira, 15 de Maio de 1840, ano XIX, n. 110, 1840.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Garnier, 69 Rua do Ouvidor. **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 7 de agosto de 1854, 1854a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/40231

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Garnier, 69 Rua do Ouvidor. **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 11 de agosto de 1854, 1854b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/40247

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Garnier, 69 Rua do Ouvidor. **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 14 de agosto de 1854, 1854c. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/40258

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Garnier, 69 Rua do Ouvidor. **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 18 de agosto de 1854, 1854d. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/40270

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Garnier, 69 Rua do Ouvidor. **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 19 de agosto de 1854, 1854e. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/40275

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Garnier, 69 Rua do Ouvidor. **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 20 de agosto de 1854, 1854f. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/40278

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Garnier, 69 Rua do Ouvidor. **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 21 de agosto de 1854, 1854g. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/40282

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Garnier, 69 Rua do Ouvidor. **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 23 de agosto de 1854, 1854h. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/40289

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Garnier, 69 Rua do Ouvidor. **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 25 de agosto de 1854, 1854i. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/40299

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Garnier, 69 Rua do Ouvidor. **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 26 de agosto de 1854, 1854j. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/40303

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Garnier, 69 Rua do Ouvidor. **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 30 de agosto de 1854, 1854l. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/40318

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Garnier, 69 Rua do Ouvidor. **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 7 de dezembro de 1854, 1854m. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/40704

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Obras Publicadas. **Diario do Rio de Janeiro**. N. 2. Rio de Janeiro: Typographia do Diario. 3 de fevereiro do ano de 1832. Disponível em: <>. Acesso em 15 de set. 2018.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. **Vendas**. Quarta Feira, 27 de janeiro de 1836, n. 2, 1836a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/17888>. Acesso em 01/03/2019.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. **Vendas**. Sexta feira, 29 de abril de 1836, n. 22, 1836b. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/17897>. Acesso em 01/03/2019.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. **Collegio de Meninas**. 1853. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/39369

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Collegio Nictheroyense, 1851a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/36192

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Collegio Nictheroyense, 1851b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/36200

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Collegio Nictheroyense, 1851c. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/36220

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Collegio Nictheroyense, 1851d. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/36284

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Collegio Nictheroyense, 1851e. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/36288

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Collegio Nictheroyense, 1851f. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/36308

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Collegio Nictheroyense, 1851g. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/36328

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Collegio Nictheroyense, 1851h. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/36336

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Terça feira, 7 de Novembro de 1843, ano XXII, n. 249. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1844a. (<http://memoria.bn.br/docreader/313394x/140>).

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. 1844b. (http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/27230).

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Terça feira, 7 de Novembro de 1843d, ano XXII, n. 249

DOUTORAMENTO EM MEDICINA. **Jornal do Commercio**. Sábado, 29 de dezembro de 1838, n. 291, ano XIII, 1838. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/10823>. Acesso em: 13 de set. 2018.

FRANCO, Francisco de Mello. **Tratado da Educação Fysica dos Meninos, para uso da Nação portugueza publicado por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa por**

Francisco de Mello Franco, Medico em Lisboa, correspondente do numero da mesma sociedade. Lisboa: Offina da Academia Real das Sciencias, 1789.

GARCIA, Ignacio José. Medicina Veterinaria. **O Auxiliador da Industria Nacional.** N. 10, Março, 1851. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/302295/7835> >.

GARCIA, José Mauricio Nunes Garcia. Correspondencia. **Jornal do Commercio.** Quarta feira, 26 de junho de 1839, n. 140, Ano XIV, 1839a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/11396>. Acesso em: 12 set. 2018.

GARCIA, José Mauricio Nunes Garcia. Correspondencia. **Jornal do Commercio.** Sexta feira, 12 de julho de 1839, n. 153, ano XIV, 1839b. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/11451>. Acesso em: 12 set. 2018.

GARCIA, José Mauricio Nunes Garcia. Declaração. **Jornal do Commercio.** Quinta feira, 25 de julho de 1839, n. 165, ano. XIV, 1839c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/11503>. Acesso em: 12 de set. 2018.

GIPENSE, C. S. Deveres da mãe de família. **Periódico dos Pobres**, ano III, n. 30, quinta feira, 18 de março, 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/709697/1135>

JOBIM, José Martins de Cruz. Elogio histórico de Mello Franco, lido na sessão publica de 24 de abril de 1831, pelo Sr. Sr. José Martins da Cruz Jobim, Membro Titular. **Semmanario de Saude Publica.** 14 de maio, n. 20, 1831. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/702560/107>>. Acesso em 15 de set. 2018.

JOBIM, José Martins da Cruz; SILVA, Joaquim José da; SANTOS, Christovão José dos. Relatorio da Commissão de salubridade geral, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentado, e aprovado na Sessão de 19 de Junho. **Semanario de Saude Publica**, n. 15, 9 de abril, 1831. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/702560/77>>. Acesso em 15 de set. 2018.

INSTITUTO. **Jornal do Commercio**, 1854a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/6011

INSTITUTO. ALMANAK. 1854b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/7227>

JORNAL DO COMMERCIO. Pede-se-nos a publicação do seguinte.... **Jornal do Commercio.** Sábado, 28 de Setembro de 1839, n. 228, ano. XIV, 1839a. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/11759>. Acesso em: 12 de set. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Sessão em 30 de setembro. Presidência do Sr. Araujo Vianna. **Jornal do Commercio.** 1 de outubro de 1839, n. 231, ano. XIV, 1839b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/11770>. Acesso em: 12 de set. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Pede-se-nos a publicação do seguinte.... **Jornal do Commercio**. Segunda feira, 11 de novembro de 1839, n. 271, ano XIV, 1839c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/11930>. Acesso em: 12 de set. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Annuncios. **Jornal do Commercio**. 29 de Dezembro, n. 94, ano. VI, 1831.

JORNAL DO COMMERCIO. Annuncios. **Jornal do Commercio**. 24 de Maio de 1832, n. 211, ano VII, 1832a. Disponível em <>. Acesso em 20 de set. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Annuncios. **Jornal do Commercio**. 8 de junho de 1832, n. 223, ano VII, 1832b. Disponível em <>. Acesso em 20 de Set. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Annuncios. **Jornal do Commercio**. 28 de Outubro de 1834, n.242, ano VIII. 1834a.

JORNAL DO COMMERCIO. Annuncios. **Jornal do Commercio**. 30 de Outubro de 1834, n.244, ano VIII. 1834b.

JORNAL DO COMMERCIO. Annuncios. **Jornal do Commercio**. 18 de Outubro de 1834, n.234, ano VIII. 1834c.

JORNAL DO COMMERCIO. Annuncios. **Jornal do Commercio**. 29 de Setembro de 1835, n. 213, ano IX, 1835. <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/6972>. Acesso em: 15 de Dez, 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Annuncios. **Jornal do Commercio**. 25 de abril de 1836, n. 90, ano, X, 1836a. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/7648>. Acesso em: 15 de set. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Annuncios. **Jornal do Commercio**. 25 de Maio de 1836, n. 113, ano X, 1836b. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/7750>. Acesso em: 15 de set. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Annuncios. **Jornal do Commercio**. 20 de junho de 1836, n. 133, ano X, 1836c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/7829>. Acesso em: 15 de set. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Annuncios. **Jornal do Commercio**. 23 de Junho de 1836, n. 135, ano X, 1836d. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/7842>. Acesso em 15 de set. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Annuncios. **Jornal do Commercio**. 29 de Janeiro de 1836, n. 22, ano X, 1836e. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/7364>. Acesso em: 01/03/2019.

JORNAL DO COMMERCIO. Anuncios. **Jornal do Commercio**. 12 de outubro de 1839, n. 242, ano XIV, 1839. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/11816>. Acesso em: 15 de set. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Anuncios. **Jornal do Commercio**. Segunda Feira, 4 de maio de 1840B. Ano XV, n. 117. http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/468.

JORNAL DO COMMERCIO. Anuncios. **Jornal do Commercio** Quarta Feira, 17 de Junho de 1840C. Ano XV, n. 161. http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/630.

JORNAL DO COMMERCIO. As Casas de Educação. **Jornal do Commercio**, N. 168, ano XV, Sexta-feira 26 e Sábado 27 de junho, 1840. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/656

JORNAL DO COMMERCIO. Anuncios. **Jornal do Commercio**, ano XXIV, n. 76, 17 de março de 1849, 1849. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/13696

JORNAL DO COMMERCIO. Anuncios. **Jornal do Commercio**. Quarta feira 1 e quinta 2 de janeiro, ano XV, n. 1, 1840b. http://memoria.bn.br/docreader/364568_03/1

JORNAL DO COMMERCIO. Collégio de Pedro II – Oração. **Jornal do Commercio**. Quinta feira, 22 de dezembro de 1842, anno XVII, n. 340, 1842. http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/4103

JORNAL DO COMMERCIO. Colégio de S. Sebastião. **Jornal do Commercio**. Ano XXVII, n, 11, 1852. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/3216

JORNAL DO COMMERCIO. **Lyceo Roosmalen**. 1854. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/7955

JORNAL DO COMMERCIO. Collegio Petropolis. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/4121>

JORNAL DO COMMERCIO. Collegio Petropolis. 1850. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/4121>

JORNAL DO COMMERCIO. Collegio Petropolis. 1850b. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/1501

JORNAL DO COMMERCIO. Collegio Petropolis. 1850c. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/1510

JORNAL DO COMMERCIO. Collegio Petropolis. 1850d. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/1625

JORNAL DO COMMERCIO. Collegio Petropolis. 1850e. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/1673

JORNAL DO COMMERCIO. Collegio Petropolis. 1850f. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/1729

JORNAL DO COMMERCIO. Collegio Petropolis. 1850g. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/1785

JORNAL DO COMMERCIO. Lyceo Frances. 1843. (http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/5503).

JORNAL DO COMMERCIO. Comunicados. Quinta feira, 26 de março de 1841, ano XVI, n. 78, 1841.

JORNAL DO COMMERCIO. Comunicados. Quinta feira, 26 de março de 1841, ano XVI, n. 78, 1841b.

JORNAL DO COMMERCIO. Assuntos exteriores. 1840. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/301

JORNAL do Commercio. relatório do Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Marinha , 1854. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/7564

OLIVEIRA, José Pedro de. Do abuso dos vomitórios e purgantes. **Revista Medica Fluminense**, ed. 001, 1840. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/341622/1897>>

O AMERICANO. 1850. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709549/869>

O AUXILIADOR da industria nacional: ou collecção de memórias e notícias interessantes. Reflexões Históricas sobre a agricultura em alguns países da Europa. V. 14, 1846. <<http://memoria.bn.br/DocReader/302295/5933>>

O DIRETOR. Colégio de Botafogo. **Jornal do Commercio**. Quinta-feira, 17 de setembro, ano XXI, n. 258, 1846. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/9915

O BRASIL. A riqueza e a pobreza. **O Brasil**: Vestra res agitur, n. 514, vol. v. 1844.

O BRASIL. Variedades: A sociedade Amante da Instrução. **O BRASIL**, N. 1464, vol. XI, 1849, p.3. <<http://memoria.bn.br/DocReader/709565/4523>>.

O BRASIL. O Brasil. **O Brasil**: Vestra res agitur, n.1, vol. 1, terça feira, 16 de junho de 1840.

O BRASIL. Camara dos Deputados, **O Brasil**, ano XII, n. 1816, 29 de Maio de 1852. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/709565/5910>

O Despertador. Correspondencias e Annucios. **O Despertador**. Terça feira 5 de maio, n. 640, 1840.

O GUANABARA. **O Guanabara**: Revista mensal artística, científica e litteraria, 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700630/536>

O ESPELHO. A reforma pelo jornal (Machado de Assis). **O Espelho**. Rio de Janeiro, 13/10/1859.

O PANORAMA. Hygiene – *educação physica* da primeira infância. Diário do Rio de Janeiro. Sexta Feira, 17 de Janeiro, n. 13, ano XIX, 1840a. http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/22499

O PANORAMA. Hygiene – *educação physica* da primeira infância. Diário do Rio de Janeiro. Quinta Feira, 25 de Janeiro, n. 17, ano XIX, 1840b. http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/22515

O PHILANTROPO. 1850. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/717991/12>

O RESPEITADOR DO MERITO. Correspondencia. **Jornal do Commercio**. Sexta feira, 5 de julho de 1839, n. 147, ano XIV, 1839. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/11425>. Acesso em: 12 set. 2018.

O MERCANTIL. Publicação litteraria. **O mercantil**, O terça feira, 29 de abril de 1845a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/817325/515>

O MERCANTIL. Publicação litteraria. **O mercantil**, O terça feira, 9 de maio de 1845b. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/817325/547>

O CHRONISTA. ANNUNCIOS. **O CHRONISTA**. Terça Feira, 5 de Fevereiro de 1838, n. 139. 1838a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702811/485>>. Acesso em 18 de set. 2018.

O CHRONISTA. ANNUNCIOS. **O CHRONISTA**. Sábado, 10 de Fevereiro de 1838, n. 141, 1838b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702811/493>>. Acesso em 18 de set. 2018.

O CHRONISTA. ANNUNCIOS. **O CHRONISTA**. Quinta Feira, 22 de Maço de 1838, n. 158, 1838c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702811/553>>. Acesso em 18 de set. 2018.

O CHRONISTA. Collegio de Pedro II. **O CHRONISTA**. Terça Feira, 18 de Dezembro de 1838, n. 268, 1838d. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/702811/955>>. Acesso em 2 de dez. de 2018.

O CHRONISTA. Casas de azylo e estabelecimentos de educação. **O CHRONISTA**. Sábado, 7 de Abril de 1838, n. 165, 1838e. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/702811/579>>. Acesso em 25 de dez. de 2018.

O GLOBO. Deveres da Mãe de Família. **O GLOBO**, n. 41, terça feira, 25 de Maio, 1852. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749974/101>>.

O NOVA NIVERVA. Os dous matrimônios malogrados . **A nova Minerva**: Periodico dedicado às Sciencias, Artes, Literatura e Costumes, 1846. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/718610/490>

O SETE D'ABRIL. Collegio de Pedro II. **O Sete d'Abril**. Sexta Feira, 21 de Dezembro de 1838, n. 650, 1838a. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/709476/2754>>. Acesso em 2 de dez. de 2018.

O SETE D'ABRIL. Imperial Collegio de Pedro II. **O Sete d'Abril**. Segunda Feira, 31 de Dezembro de 1838, n. 658, 1838b. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/709476/2765>>. Acesso em 2 de dez. de 2018.

PARLAMENTO BRASILEIRO, 1850. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/132489/30743>

PARLAMENTO BRASILEIRO. criação de uma repartição para cuidar da saúde pública. 1846. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/132489/35667>

PAULA CANDIDO, Francisco. xxxxx. **Annais do Parlamamento Brasileiro**, 1843. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/132489/18334>>

PLANO REGULADOR ASILO DE CARIDADE. **Plano regulador asilo de caridade**, 1827.

PERIODICO DOS POBRES. Cartas de Adelaide a sua amiguinha Amelia - Sexta Carta. **Periodico dos pobres**, ano iv, n, 38, Terça feira, 12 de abril, 1853.<<http://memoria.bn.br/docreader/709697/1755>>

PHAROL CONSTITUCIONAL. A educação das meninas. Carta II: Diferentes ramos da educação, educação moral, preceitos, exemplos, hábitos. Acerto no uso destes meios. **Pharol constitucional**, N. 158, Sábado, 27 de julho, 1844. <<http://memoria.bn.br/DocReader/707724/570>>.

PINHEIRO, Artidóreo Augusto Xavier. **Organisação das Ordens Honorificas do Imperio do Brazil**. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & c., 1884.

PINTO JUNIOR, I. B. Da mulher e dos seus deveres na sociedade. **Diario do Rio de Janeiro**. Ano XXXII, n. 514, sexta feira, 18 de novembro, 1853. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/39202

REVISTA MEDICA FLUMINENSE. 1.^a Sessão em 25 de Fevereiro de 1834. Publicada pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. **Revista Medica Fluminense**. n. 4, julho, Typographia Fluminense de Brito & Comp. Rio de Janeiro. 1835. Disponível em: <>. Acesso em 15 de set. 2018.

MARMOTA. Ilm. Sr. C. da Marmota. **Marmota da Corte**, n. 185, terça feira, 19 de agosto, 1851. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706906/740>>

MUSEU UNIVERSAL. Miscellanea. **Museo Universal**: Jornal das Famílias Brasileiras. Edição 2, 1843a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/339369/2537>

MUSEU UNIVERSAL. Miscellanea. **Museo Universal**: Jornal das Famílias Brasileiras. Edição 4, 1843b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/339369/2556>

MUSEU UNIVERSAL. Miscellanea. **Museo Universal**: Jornal das Famílias Brasileiras. Edição 8, 1843c. Disponível: <http://memoria.bn.br/docreader/339369/2591>

NEVES, Antonio José Pereira das. Anuncios. **Jornal do Commercio**, 5 de Maio, 1847. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_03/10838

SILVA, Antonio de Moraes e. **Dicionario da Lingua Portugueza Recopilado de todos os impressos até o presente**. Lisboa, Typographia de M. P. de Lacerda, 1823.

SOUZA, Paulino José Soares de. Discurso de abertura da assembléa Provincial no Mez de Março de 1838. **Jornal do Commercio**. 9 de março, n. 55, ano XIII, 1838. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/9855>. Acesso em 15 de set. 2018.

ZALUAR, Emilio. Colegio de S. Sebastião. **Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal**. Ano IX, n. 279, 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/6634>

Referências Documentais

ABRÉU, Elida Sandra Azevêdo. A escrita combativa de Cipriano Barata. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 70, 2010.

ABREU, Jean Luiz Neves. A educação física e moral dos corpos: Francisco de Mello Franco e a medicina luso-brasileira de fins do século XVIII. **Estudos Ibero-Americanos**, v. XXXII, p. 65-84, 2006.

ABREU, MARTHA. Prefácio. In: LUCA, Tania Regina de. **A ilustração (1884-1972): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro**. São Paulo: editora UNESP Digital, 2018.

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. **Membros**: José Mauricio Nunes Garcia Junior. Disponível em:

<http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=1772&descricao=Jos%C3%A9+Mauricio+Nunes+Garcia>. Acesso em 12 de set. 2018.

AMARAL, Braz do. **Ação da Bahia na obra da independência nacional**. Salvador: EDUFBA, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: história, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 58, p. 417-442, 2009.

BASTOS, Maria Helena Camara. A Formação de Professores Para O Ensino Mútuo: O Curso Normal Para Professores de Primeiras Letras do Barão de Gérando (1839). **Revista História da Educação**, Pelotas/RS, v. II, n.3, p. 95-120, 1998.

BASTOS, Maria Helena Camara. Ferdinand Buisson no Brasil – pistas, vestígios e sinais de suas idéias pedagógicas (1870-1900). **História da Educação**, 2000

BAHIENSE, Carlos Leonardo; MELO, Victor Andrade. Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o Dr. Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a educação física no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso)**, v. 18, p. 337-354, 2011.

BENCHIMOL, Jaime Lerry. **Pereira Passos**; um Haussmann tropical. A renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX. 1º. ed. Rio De Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Divisao de Editoracao Biblioteca Carioca V. 11, 1990

BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**, v. 24, 2010.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 16 de abril de 2020.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2002.

BIELINSKI, Alba Carneiro. Educação profissional no século XIX-Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. **Boletim Técnico do Senac**, v. 26, n. 3, 2000.

BOSI, Alfredo. Cultura. IN: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **História do Brasil nação**: 1808-2010 - a construção nacional: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BRASIL, Bruno. **Atalaia**, 2017. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/atalaia/>>. Acesso em: 10/02/2019.

BRACHT, V. **Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 22, n.01, p. 53-63, 2000

BRACHT, V. Mas, afinal, o que estamos perguntando com a pergunta “o que é Educação Física”. **Movimento**, v. 2, n. 2, p. I-VIII, 1995.

BRASILEIRO, Livia Tenorio. Educação Física e arte: reflexões acerca de suas origens na escola. **Motriz**, v. 16, p. 742-750, 2010.

BORGES, Angélica. **Ordem no ensino: A inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)**' 01/07/2008 288 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **História da Câmara dos Deputados**: Pedro de Araújo Lima. s/da. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/pedro_lima2.html>. Acesso em 11/02/2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **História da Câmara dos Deputados**: Antônio Paulino Limpo de Abreu. s/db. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/antonio_abreu1.html>. Acesso em 10/02/2019.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CARVALHO, Daniel Gomes de; FLORENZANO, Modesto. A (des)fortuna de Thomas Paine: um problema histórico e historiográfico. **Tempo**, Niterói, Vol. 25 n. 2, Maio/Jul. p. 321-341, 2019.

CARVALHO, José Murilo de (Org.). **A Construção da Nação: (1830-1889)**. volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. Os conflitos entre a diplomacia e os comerciantes britânicos sobre o tráfico negreiro brasileiro (1826-1850). **Oficina do Historiador**, v. 12, n. 1, 2019.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger. (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHIZZOTTI, Antônio. A Constituição de 1823 e a Educação. In Fávero, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 2015.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel. Uma Veneza no sertão fluminense: os rios e os canais em Campos dos Goitacazes. **História Revista**, v. 14, n. 2, p. 9, 2009.

CORRÊA, Evandro et al. A constituição dos cursos de formação inicial em Educação Física no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 1, p. 22-42, 2016.

COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

COSTA, Lamartine Pereira da. Uma questão ainda sem resposta: O que é a Educação Física?. **Movimento**, v. 3, n. 4, p. I-XIV, 1996.

COSTA, Luciene Henrique da; SANTOS, Marysol de Souza; GÓIS JUNIOR, Edivaldo. O discurso médico e a Educação Física nas escolas (Brasil, século XIX). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, p. 273-282, 2014.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Medica e Norma Familiar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CORBIN, Alain. Introdução. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **Da Revolução à Grande Guerra**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando. Os exercícios gymnasticos no Collegio Imperial de Pedro Segundo (1841-1870). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n.1, p. 69-81, set/Nov, 2003.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando. O ensino da Educação Física no Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841-1881). **Cadernos de História da Educação**, v. 14, p. 71-93, 2015.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando. O processo de escolarização da Educação Física no Brasil: Reflexões a partir do Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841-1881). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 30, p. 59-83, 2008.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEIRÓ, Pedro Eunápio da Silva. **Fragmentos de Estudos da História da Assembleia Constituinte do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006.

DUBY, Georges. **A História Contínua**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed. UFRJ, 1993.

EDLER, Flávio Coelho. **A medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

FERREIRA NETO, Amarílio. Apresentação. In: FERREIRA NETO, Amarílio. (Org). **Pesquisa histórica na educação física, v. 3**. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1998.

FRIDMAN, Fânia. O Urbano e o Regional nos Campos das Delícias. **XII Encontro Da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Belém, v. 21, 2007.

FONSECA, Letícia Pedruzzi. A PUBLICAÇÃO PERIÓDICA ILUSTRADA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX. **Blucher Design Proceedings**, v. 2, n. 9, p. 424-436, 2016.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Sócios falecidos brasileiros: Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque. S/D**. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/AFPHCAlbuquerque.html>>. Acesso em: 11/02/2019.

GAYA, Adroaldo. Mas afinal! O que é educação Física?. **Movimento**, v.1 n.1, p. 29-34, 1994.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação Progressista**. São Paulo: Loyola, 1987

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. A volta ao que parece simples. **Movimento**, v. 2, n. 2, p. XV-XVII, 1995.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Ginástica, higiene e eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século XIX e início do século XX. **Movimento**, v. 19, p. 139-159, 2013a.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. O esporte e a modernidade em São Paulo: práticas corporais no fim do século XIX e início do XX. **Movimento**, v. 19, p. 95-117, 2013b.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; BATISTA, José Carlos Freitas. A introdução da *Gymnastica* na Escola Normal de São Paulo (1890-1908). **Movimento**, v. 16, p. 69-85, 2010.

GOIS JUNIOR, Edivaldo et. al.. Para a construção da nação: debates brasileiros sobre a educação do corpo na década de 1930. **Educação & Sociedade (Impresso)**, v. 36, p. 343-360, 2015.

GONDRA, José Gonçalves. **A emergência da escola**. Cortez Editora, 2018.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008

GUTIERREZ, Diego Monteiro; ANTONIO, Victor Sá Ramalho; KATER, Thiago; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine. Um estudo sobre a introdução e institucionalização do rugby no Brasil 1891-1940. **Revista da Educação Física**, v. 28, p. 1-10, 2017.

HAUFFE, Mirian; GÓIS JUNIOR, Edivaldo. A educação física e o funâmbulo: entre a arte circense e a ciência (século XIX e início do século XX). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, p. 547-559, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOFFBAUER, Daniela. **Biografias: Paulino José de Soares de Sousa, Visconde do Uruguai**. 2017. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/557-paulino-jose-soares-de-sousa-visconde-do-uruguai>>. Acesso em 15/02/2019.

HONORATO, Tony. A educação física na formação de professores normalistas (1897-1921). **Movimento**, v. 21, p. 743-757, 2015.

KIRSCHNER, Tereza. **José da Silva Lisboa – Visconde de Cairu – Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro**. São Paulo: Alameda, 2009.

JANCSÓ, István. Brasil e brasileiros: notas sobre modelagem de significados políticos na crise do Antigo Regime português na América. **Estudos Avançados**, v. 22, p. 257-274, 2008.

JANCSÓ, István. **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricas**, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, v. 15, p. 17-39, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7. ed. rev. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2013.

LEAL, Carlos Eduardo; SANDRONI, Cícero. Jornal do Commercio. IN: **Dicionário Temática FGV CPDOC**. 2020. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-comercio>>

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Entre a palmatória e a moral. **Nossa História**. Rio de Janeiro, v.1, n.15, 2005.

LIMEIRA, ALINE DE MORAIS. **O Comércio da Instrução no Século XIX: Colégios Particulares, Propagandas e Subvenções Públicas**' 01/04/2010 282 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011.

LOVISOLO, Hugo. Mas, afinal, o que é Educação Física?: a favor da mediação e contra os radicalismos. **Movimento**, v. 2, n. 2, p. XVIII-XXIV, 1995.

LUCA, Tania Regina de. **A ilustração (1884-1972):** circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro. São Paulo: editora UNESP Digital, 2018.

LUCA, Tania Regina de. L'utilisation des fonds périodiques: réflexions méthodologiques pour un nouvel espace de l'historiographie brésilienne. **Materiaux pour l'Histoire de Notre Temps**, v. 103, p. 38-42, 2011.

LUSSAC, Ricardo Martins Porto; TUBINO, Manoel José Gomes. Capoeira: a história e trajetória de um patrimônio cultural do Brasil. **Revista da Educação Física**, v. 20, p. 07-16, 2009.

LYRA, Vanessa; MAZO, Janice Zarpellon. A Escola Superior de Educação Física e o campo da formação de professores no estado sul-rio-grandense: as origens da formação especializada (1869-1929). **Movimento**, v. 16, 2010.

MARINHO, Inezil Penna. Nova Denominação para o professor de Educação Física – Educação Física, uma expressão inadequada. In: **I Simpósio Brasileiro de Educação Física e Desportos**, Brasília, 1983.

MARINHO, Inezil Penna. **Contribuições para a história da educação física no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1943.

MEDINA, J. P. S. **A Educação Física cuida do corpo... e "mente"**. 24. ed. Campinas - SP: Papyrus Editora, 1983.

MELO, Victor Andrade de. A dança nas escolas do Rio de Janeiro do século XIX (décadas de 1820-1860). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 16, p. 303-332, 2016a.

MELO, Victor Andrade de. **Educação do corpo nas escolas do Rio de Janeiro do século XIX**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020

MELO, Victor Andrade de. Forjando a capital: as experiências dos primeiros clubes de turfe e remo de Niterói (décadas de 1870 ? 1880). **Tempo (NITERÓI. ONLINE)**, v. 26, p. 43-66, 2020b.

MELO, Victor Andrade de. Educação, civilização, entretenimento: o Tivoli? um parque de diversão no Rio de Janeiro do século XIX (1846-1848). **Revista Brasileira De História Da Educação**, v. 20, p. e114, 2020c.

MELO, Victor Andrade de. Esporte, propaganda e publicidade no Rio de Janeiro da transição dos séculos XIX e XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 29, p. 126-134, 2008a.

MELO, Victor Andrade de. Evidência e especulação: “a origem” do futebol no Rio de Janeiro (1898-1902). **Movimento**, v. 23, p. 919-934, 2017.

MELO, Victor Andrade de. Experiências de ensino da dança em cenários não escolares no Rio de Janeiro do século XIX (décadas de 1820-1850). **Movimento**, v. 22, p. 497-508, 2016b.

MELO, Victor Andrade de. Por uma história do conceito esporte: diálogos com Reinhart Koselleck. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 32, n. 1, 2010.

MELO, Victor Andrade de. O automóvel, o automobilismo e a modernidade no Brasil (1891-1908). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, p. 187-204, 2008b.

MELO, Victor Andrade de. O sport em transição: Rio de Janeiro, 1851-1866. **Movimento**, v. 21, p. 363-376, 2015.

MELO, Victor Andrade de. Relação Teoria/Prática e a formação profissional na Educação Física brasileira. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 7, n.8, p. 103-110, 1995.

MELO, Victor Andrade de. Temos apaixonados para o mar e para a terra: representações do esporte nos folhetins (Rio de Janeiro; 1851-1855). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 27, p. 553-566, 2013.

MELO, Victor Andrade de. Saudável e fashionable: a patinação no Rio de Janeiro do século XIX (1878-1892). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, p. 17-23, 2016c.

MELO, Victor Andrade de. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. In: PRIORE, Mary del, MELO, Victor Andrade de. (Org.). **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. 1ed.São Paulo: Unesp, 2009.

MELO, Victor Andrade de. Saudável e fashionable: a patinação no Rio de Janeiro do século XIX (1878-1892). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, p. 17-23, 2018.

MELO, Victor Andrade de. Preocupações com a *educação physica* ? o ensino de práticas corporais nas escolas fluminenses (1836- anos 1850). **EDUCAÇÃO E PESQUISA**, v. 44, p. 1-28, 2018b.

MELO, Victor Andrade de; GOELLNER, Silvana Vilodre; GENOVEZ, Patricia Falco; PAIVA, Fernanda Simone de Lopes; CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. Projeto bibliografias: descortinando fontes para a História da Educação Física e do Esporte no Brasil. In: FERREIRA NETO, Amarílio. (org). **Pesquisa histórica na educação física v. 3**. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1998.

MELO, Victor Andrade de; KNIJNIK, Jorge Dorfman. Uma nova e moderna sociedade? O esporte no teatro de Arthur Azevedo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, p. 11-19, 2015.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio Faria. O corpo da nação: posicionamentos governamentais sobre a educação física no Brasil monárquico. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso)**, v. 21, p. 1131-1150, 2014.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio Faria. O trato da *gymnastica* nas revistas médicas do Rio de Janeiro do século XIX. **Revista História da Educação**, v. 19, p. 167-185, 2015.

MELO, Victor Andrade de; SANTOS, Flavia Cruz. Deslizando rumo ao progresso: a patinação em São Paulo (1877-1912). **Movimento**, v. 23, p. 171-184, 2017.

MELO, Victor Andrade de; SANTOS, João Manuel Malaia Casquinha; FORTES, Rafael; DRUMOND, Maurício. **Pesquisa histórica e história do esporte**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

MILAGRES, Pedro; SILVA, Carolina Fernandes da; KOWALSKI, Marizabel. O higienismo no campo de Educação Física: estudos históricos. **Motrivivência**, v. 30, n. 54, p. 160-174, 2018.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Galeria de Ministros**: Pedro de Araújo Lima. 2015. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii-ministros/pedro-de-araujo-lima>>. Acesso em 12/02/2019.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império**: subsídios para a história da educação no Brasil. 1823-1853. São Paulo: Companhia editora nacional, 1936.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O discurso autoritário de Cairu**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, 2000.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. **O período das Regências** (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2003.

MORENO, Andrea. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, p. 128-135, 2015.

MORENO, Andrea; ROMÃO, Anna Luiza Ferreira; CABRAL, Pedro Luiz da Costa; MORAIS, Ramona Mendes Fontoura de; FERNANDES, Gyna de Ávila; MARTINI, Cristiane Oliveira Pisani. Tornando-se professor e professora de *gymnastica*: percursos no ensino normal em Minas Gerais (1890-1898). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, p. 515-529, 2014.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. (Org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. **A título de apresentação** – Educação do corpo na escola brasileira: teoria e história. In: OLIVERIA, Marcus Aurelio Taborda de (Org.). Educação do corpo na escola brasileira. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de; PYKOSZ, Lausane Correa. A escolarização das práticas corporais no Estado do Paraná (1846-1926): perscrutando o acervo de periódicos da Biblioteca Pública do Paraná. **História da Educação**, v. 13, p. 115-142, 2009.

PALAFIX, Gabriel H. Munoz. O que é Educação Física? Uma abordagem curricular. **Movimento**, v. 3, n. 4, p. XV-XVI, 1996.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. Políticas de Educação não formal – a recreação (1889-1961). **Revista HISTEDBR**, v. 14, p. 168-179, 2014.

PERES, Fábio de Faria; MELO, Victor Andrade de. A introdução da ginástica nos clubes do Rio de Janeiro do século XIX. **Movimento**, v. 20, p. 471-493, 2014.

PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon; LYRA, Vanessa Bellani. Corridas de cavalo em Cancha Reta em Porto Alegre (1852/1877): uma prática cultural esportiva sul-riograndense. **Revista da Educação Física**, v. 21, p. 655-666, 2010.

PIMENTA, Tania Salgado. MÉDICOS E CIRURGIÕES NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX NO BRASIL. **ALMANACK**, p. 88-119, 2019.

PIMENTA, Tania Salgado. Curandeiro, parteira e sangrador. **Khronos**, p. 6, 2018.

PIMENTA, T. S.; DANTAS, R. A. Barbeiros-Sangradores no Rio de Janeiro Oitocentista: Transformações de um ofício. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN**, v. 6, p. 6-24, 2014.

PINTO, Carlos Alberto Figueiredo. José Maurício Nunes Garcia: Biografia. **Dicionário Biográfico Caravelas**. Lisboa: CESEM – Universidade Nova de Lisboa, 2012.

PROST, Antonie. **Doze Lições Sobre a História**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PUCHTA, Diogo Rodrigues; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. O livro como ferramenta pedagógica para a inserção da educação física e da ginástica no ensino público primário paranaense (fim do século XIX e início do século XX). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, p. 272-279, 2015.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Faborda de. **A Revista Brasileira De Educação Física E Desporto (1968 - 1984) e a experiência cotidiana de professores da rede municipal de ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência.** 01/03/2001 399 f. Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, V. M. **O que é Educação Física.** 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

REI, Bruno Duarte; LÜDORF, Silvia Maria Agatti. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. **Revista Educação Física**, v. 23, n. 3, p. 483-497, 2012.

RIBEIRO, Ernani Valter. História da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823. In: BRASIL. **Congresso Nacional. Câmara dos Deputados.** Coordenação de Arquivo. Inventário analítico do arquivo da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823 [recurso eletrônico] / Câmara dos Deputados. – 2. ed., rev. e reform. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série coleções especiais. Acervo arquivístico; n. 2)

ROCHA, Antonio Penalves. **José da Silva Lisboa – Visconde de Cairu.** São Paulo: Editora 34, 2001.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira; SANTO, Fernando Reis do Espírito. Futebol em salvador: o início de uma história (1899-1920). **Movimento**, v. 17, p. 79-95, 2011.

QUEIROZ, TATIANE ROCHA DE. **Do regressismo ao conservadorismo no periódico O Brasil (1840/1843).** 01/07/2011 120 f. Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011.

QUITZAU, Evelise Amgarten; SOARES, Carmen Lúcia. “A força da juventude garante o futuro de um povo”: a educação do corpo no Sport Club Germania (1899-1938). **Movimento**, v. 16, p. 87-106, 2010.

REI, Bruno Duarte; LÜDORF, Silvia Maria Agatti. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. **Revista Educação Física**, v. 23, n. 3, p. 483-497, 2012.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira; SANTO, Fernando Reis do Espírito. Futebol em salvador: o início de uma história (1899-1920). **Movimento**, v. 17, p. 79-95, 2011.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial.** 1995, 199f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

SANTANA. Flávio Carreiro de. Civilidade, sensibilidade e cotidiano familiar no Brasil Império: o exemplo das “Cartas sobre a Educação de Cora”. In: **Anais do VI Simpósio de História Cultural: Escritas da História – Ver – sentir – narrar**, 2012.

SANTANA JÚNIOR, Odair Dutra. Junius Villeneuve e a circulação de estratégias de edição francesas no Brasil do século XIX: romances-folhetim e o Museo Universal. **REVELL: Revista de Estudos Literários da UEMS**, v. 1, n. 21, p. 256-274, 2019.

SANTIN, Silvino. A respeito de comentários. **Movimento**, v. 2, n. 2, p. IX-XIV, 1995.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. Poesia Reunida, vol. 2. Porto Alegre L&PM, 2007.

SANTOS, Felipe Lameu. **Formas de higienizar por meio da educação física segundo teses, conferências e periódicos médicos do Rio de Janeiro entre 1870 e 1892**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.

SANTOS, Ana Carolina Rozendo Ferreira dos. **Percorrendo escolas, examinando o bom e o mau resultado: a Inspeção Escolar na Corte Imperial (1863-1872)**' 25/07/2017 194 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Educar e instruir: a instrução popular na corte imperial - 1870 a 1889**' 01/08/1997 250 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Formas e culturas escolares na cidade do Rio De Janeiro: Repreensões, Experiências E Profissionalização Docente Em Escolas Públicas Primárias (1870/1890)**.' 01/10/2002 180 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2002.

SOUZA, Maria Zélia. Sociedade amante da instrução: benfeitora da inocência desvalida na Corte imperial. 1844-1889. **Anais do IV Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação**, Uberlândia, 2006,

SISSON, Sébastien Auguste. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999.

SILVA, Alberto da Costa e. (Org.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**, volume 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Alberto da Costa e. (Org.). Marcas dos Período. In: SILVA, Alberto da Costa e. (Org.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**, volume 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Ana Clochet da. **Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues. Uma cultura escolar de esporte no Instituto Evangélico, Lavras, Minas Gerais (1893-1919). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 17, p. 69-95, 2017.

SILVA, C. B. As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831). In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Anpuh-SP, 2011.

SOARES, Carmen Lúcia. Do Corpo, da Educação Física e das muitas Histórias. **Movimento**, v. 9, n.3, p. 125-147, 2003.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 1994.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: Raízes Europeias e Brasil** (5a.ed.). 5a. ed. Campinas: Autores Associados, 2012

SOARES, Carmen Lúcia. **Imagens da Educação no Corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX**. Campinas: Autores Associados, 1998.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; ESCOBAR, Micheli Ortega. Mas afinal, o que é educação física?: um exemplo do simplismo intelectual. **Movimento**, v.1 n.1, p. 35-40, 1994.

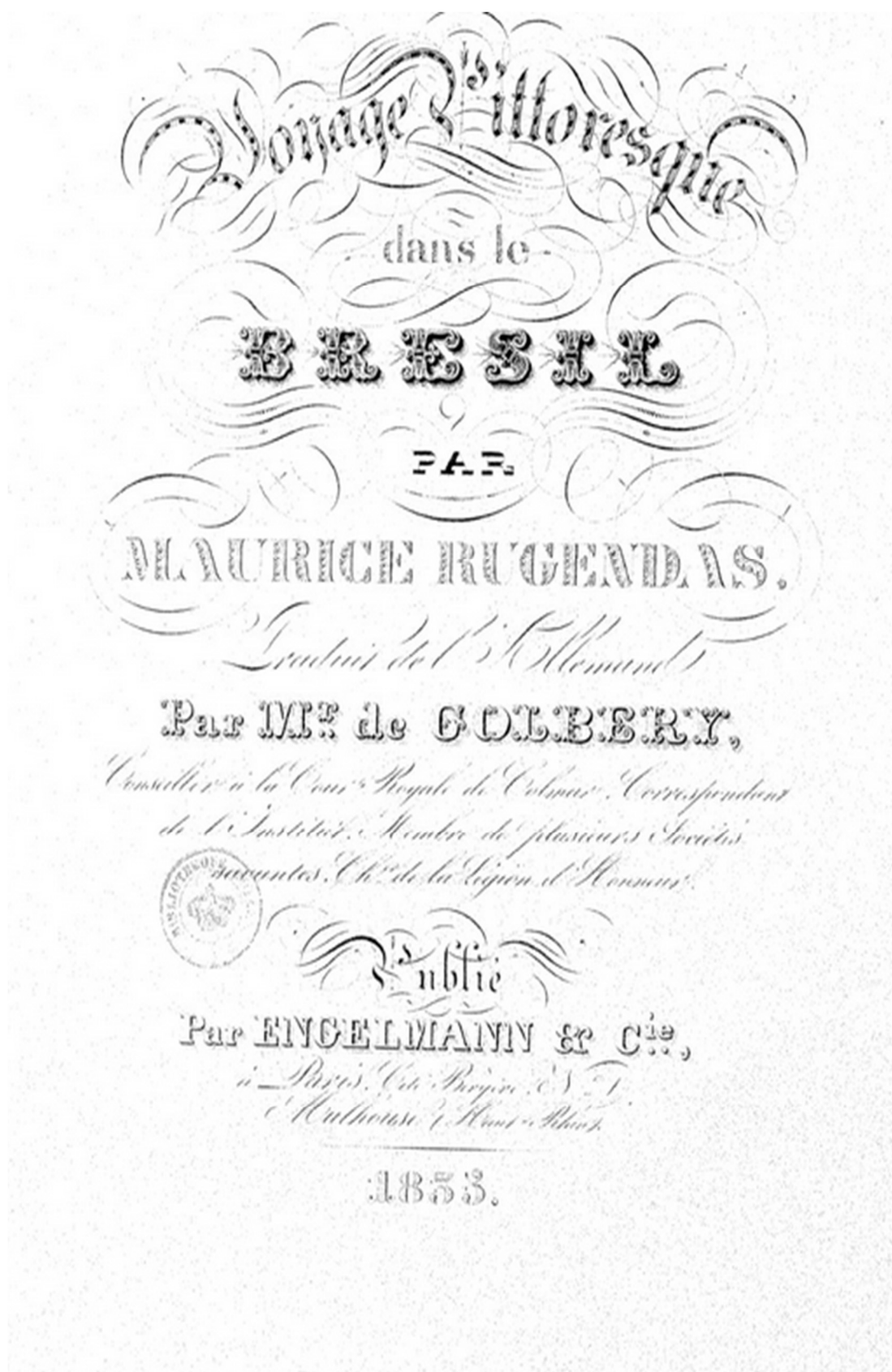
TEIXEIRA, Luiz Antonio; EDLER, Flávio Coelho. **História e Cultura da Medicina no Brasil**. São Paulo: AORI Produções Culturais, 2012.

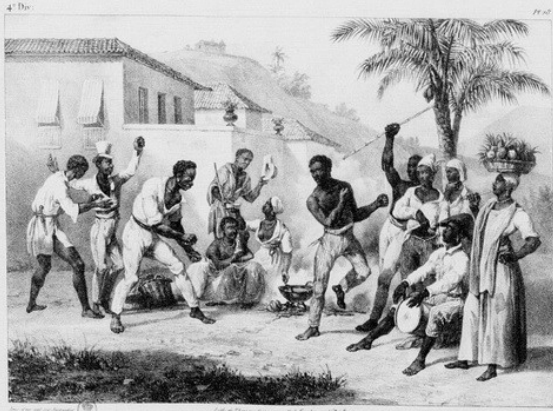
VASCONCELO, Mônica; PERIOTTO, Marcília Rosa. A moda e os bailes no *Jornal das Senhoras* (1852-1855) e a formação da mãe-professora. **Revista HISTEDBR**, v. 15, p. 76-85, 2015.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma história de higiene corporal**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

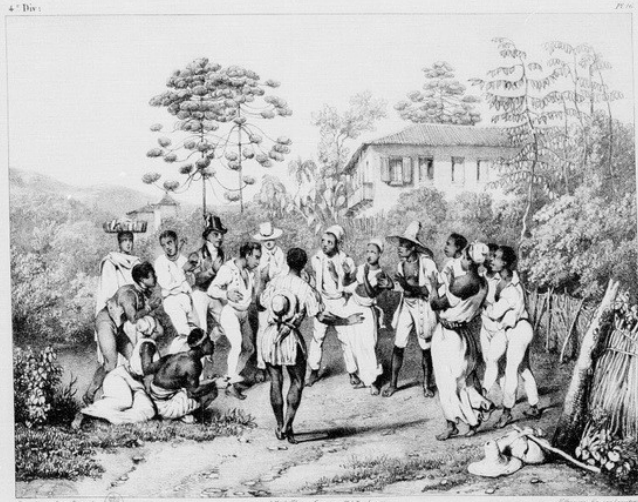
VIGARELLO, Georges. A história e os modelos do corpo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 2 (41), p. 21-29, mai./ago. 2003

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Editora Cortez, 1985.

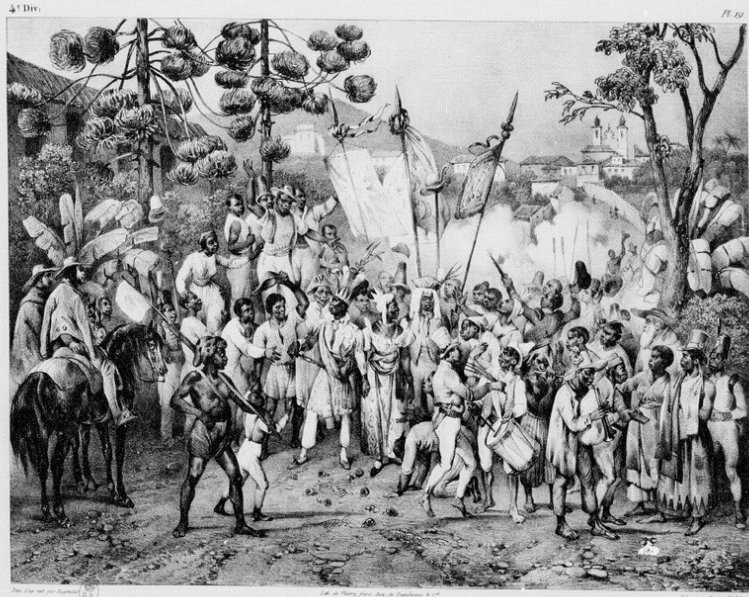
ANEXO – Ilustrações do livro *Viagem Pitoresca no Brasil*



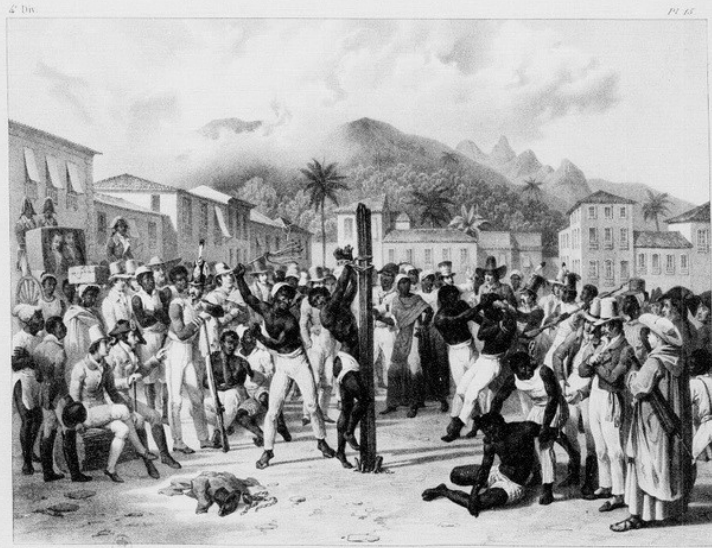
JOGAR CAPDEBA
ou danse de la guerre.



DANSE MATICA.



FÊTE DE ST ROSALIE, PATRONE DES NÈGRES.

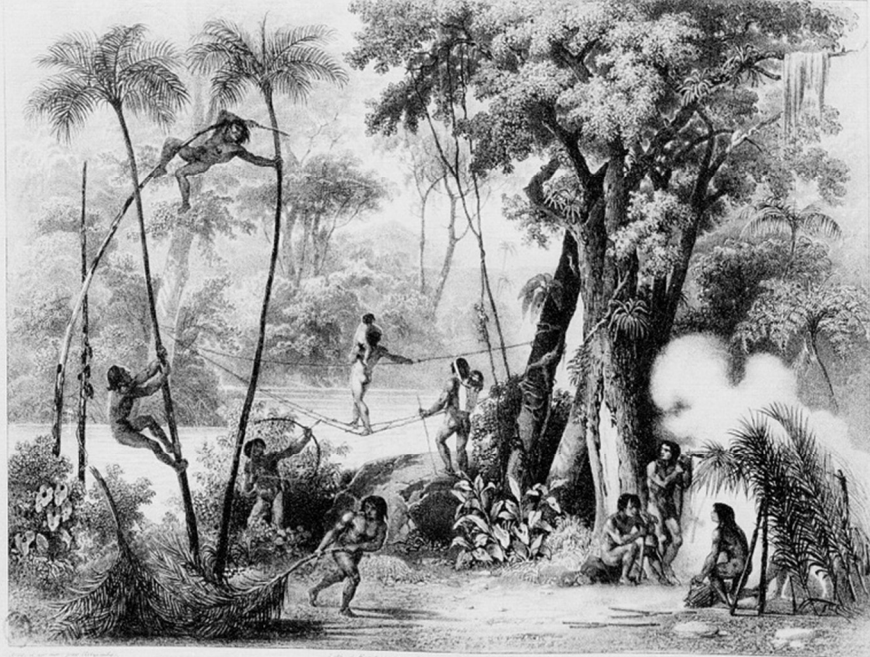


PUNITIONS PUBLIQUES
sur la Place S^t Anne.



5. Div.

Pl. 4



PONT DE LIANNE.

4. Div.

Pl. 5



Vue d'un village par l'Angoumois

Lith. de Engelmann, rue de Valenciennes N° 6, à Paris

Dessin de

ARQUIVO NACIONAL